
THE OVERARCHING ISSUES ON THE EUROPEAN AREA

Sustainable Development and Territorial Preservation in
a Globalized World

GRANDES PROBLEMÁTICAS DO ESPAÇO EUROPEU

O Desenvolvimento Sustentável e a Preservação
Territorial num Mundo Globalizado

Helena Pina
Felisbela Martins
André da Rocha
(Eds.)

Faculdade de Letras
da Universidade do
Porto

2022



THE OVERARCHING ISSUES ON THE EUROPEAN AREA

Sustainable Development and Territorial Preservation in
a Globalized World

GRANDES PROBLEMÁTICAS DO ESPAÇO EUROPEU

O Desenvolvimento Sustentável e a Preservação
Territorial num Mundo Globalizado

Helena Pina
Felisbela Martins
André da Rocha
(Eds.)

Faculdade de Letras
da Universidade do
Porto

2022



Título: **THE OVERARCHING ISSUES OF THE EUROPEAN SPACE**
GRANDES PROBLEMÁTICAS DO ESPAÇO EUROPEU

Sustainable development and territorial preservation in a globalized world

O desenvolvimento sustentável e a preservação territorial num mundo globalizado

Organização de: Helena Pina, Felisbela Martins, André da Rocha

Prefácio de: André da Rocha

Editor: Universidade do Porto – Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Local de edição: Porto

Ano de edição: 2022

ISBN: 978-989-9082-57-1

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-9082-57-1/over>

Todos os textos estiveram sujeitos a revisão científica por pares / All texts were subject to scientific peer review.

Contacto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Via Panorâmica, s/n
4150-564
Porto

Email sdi@letras.up.pt

Edição em formato eletrónico disponível em:

<https://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id022id1929&sum=sim&n0=Outras%20publica%C3%A7%C3%B5es&n1=The%20Overarching%20Issues%20of%20the%20European%20Space>

Esta publicação teve o apoio do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) com a referência UIDB/04084/2020.

This publication received support from the Centre of Studies in Geography and Spatial Planning (CEGOT), funded by national funds through the Foundation for Science and Technology (FCT) under the reference UIDB/04084/2020.

Organização:

Prof^ª. Doutora Helena Pina, Universidade do Porto

Prof^ª. Doutora Felisbela Martins, CEGOT-Universidade do Porto

Prof. Doutor André da Rocha, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Comissão Científica:

Prof^ª. Doutora Ana Isabel Boura, Universidade do Porto

Prof^ª Doutora Ana Maria Bicalho, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Doutor André Samora-Arvela, Universidade do Porto

Prof. Doutor André Santos da Rocha, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Doutor Andrews José de Lucena, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Doutor António Barros Cardoso, Universidade do Porto

Prof. Doutor Atanas Dermendzhiev, University of Verliko Tarnovo

Prof^ª. Doutora Borna Fuerst-Bjeliš, University of Zagreb

Prof^ª. Doutora Célia Taborda, Universidade Lusófona do Porto

Prof^ª. Doutora Felisbela Martins, CEGOT-Universidade do Porto

Prof^ª. Doutora Helena Pina, Universidade do Porto

Prof^ª. Doutora Hélène Roth, Université Clermont- Auvergne

Prof^ª. Doutora Ileana Constantinescu, Université de Bucarest

Prof. Doutor Lúcio Carramillo, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Doutor João Luís Fernandes, Universidade de Coimbra

Prof. Doutor Jorge Queiroz, Universidade do Porto

Prof. Doutor José António Aldrey Vázquez, Universidade de Santiago de Compostela

Prof. Doutor José António Oliveira, Instituto Politécnico do Porto

Prof^ª. Doutora Laura Sakaja, University of Zagreb

Prof. Doutor Leandro Dias de Oliveira, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof^ª. Doutora Mary Cawley, National University of Ireland Galway

Prof. Doutor Miguel Pazos Otón, Universidade de Santiago de Compostela

Prof. Doutor Milen Penerliev, University of Shumen

Prof^ª. Doutora Paula Remoaldo, Universidade do Minho

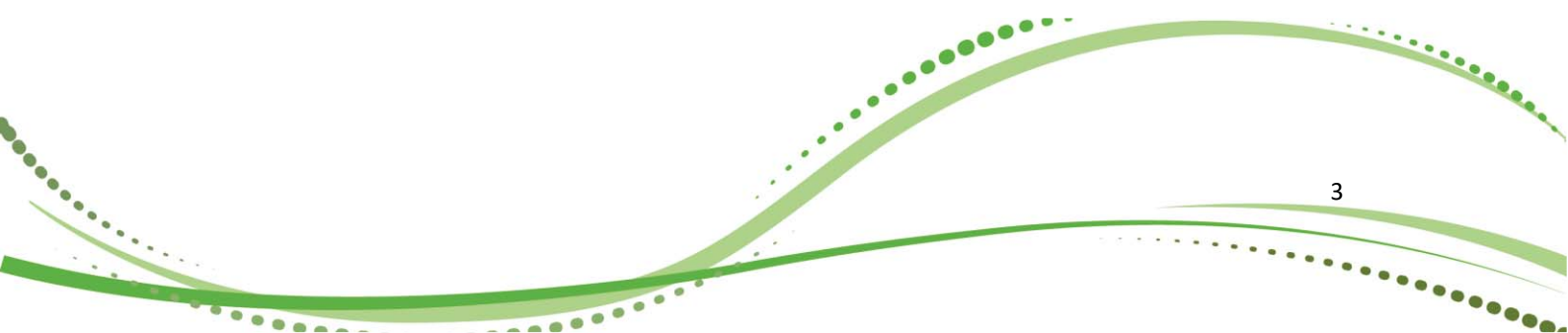
Prof. Doutor Paulo Jorge Santos, Universidade do Porto

Prof. Doutor Scott Willian Hoefle, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Doutor Slavi Dimitrov, University of Verliko Tarnovo

Prof^ª. Doutora Stella Dermendzhieva, University of Verliko Tarnovo

Prof. Doutor Veselin Petkov, University of Shumen



ÍNDICE

<i>Prefácio</i>	André da ROCHA	8 - 13
-----------------	----------------	--------

<i>Prefác</i>	André da ROCHA	14 - 19
---------------	----------------	---------

PARTE I – SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA / SOCIETY, POLITICS AND CULTURE

<i>O Valor das Competências Interculturais nas Equipas das Agências Europeias Descentralizadas</i>	Natália RAMOS João CABAÇO	21 - 35
--	------------------------------	---------

<i>The Movement of New Labour Immigrant Populations to Rural Areas: Lithuanian Nationals in Ireland</i>	Mary CAWLEY	36 - 50
---	-------------	---------

<i>As Novas Formas de Tributação</i>	Glória TEIXEIRA Ana Sofia CARVALHO	51 - 66
--------------------------------------	---------------------------------------	---------

<i>Perdidos nos Labirintos das Escolhas: (In)Decisões nas Sociedades Contemporâneas</i>	Paulo Jorge SANTOS	67 - 75
---	--------------------	---------

<i>Migração, Trabalho e Cinema Documentário: Abordagem no Contexto Europeu</i>	José Francisco SERAFIM Maria Conceição RAMOS Maria Natália RAMOS	76 - 87
--	--	---------

<i>A Ética no Risco: Os Desafios da Sociedade de Risco</i>	André SAMORA-ARVELA Helena PINA Marta NESTOR Diogo Miguel PINTO João Pedro BARREIROS	88 - 102
--	--	----------

PARTE II – TECNOLOGIAS, EDUCAÇÃO E ENSINO / TECHNOLOGIES, EDUCATION AND TEACHING

<i>Geography and Geographical (Global) Thinking</i>	Stella DERMENDZHIEVA Tamara DRAGANOVA	104 - 124
<i>Tecnologias Digitais no dia a dia da Educação: Desafios para a Inclusão Educacional e Intercultural uma Comparação entre Brasil e Portugal</i>	Maria Natália RAMOS Ana Cristina LOPES	125 - 136
<i>Pressupostos Ontoepistemológicos da Grounded Theory</i>	José Luís BRAGA	137 - 149
<i>A Influência do Gênero nas Percepções dos Residentes: Um Estudo Empírico sobre o Turismo Criativo</i>	Elaine Cristina Borges SCALABRINI Paula Cristina REMOALDO	150 - 163

PARTE III – ECONOMIA SUSTENTÁVEL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL / SUSTAINABLE ECONOMY AND TERRITORIAL DEVELOPMENT

<i>Águas Minerais de Raposo, Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro, Brasil</i>	Lucio Carramillo CAETANO Igor Cristiano SILVA Carla da Silva Medeiros CAPOBIANGO Sueli Yoshinaga PEREIRA	165 - 178
<i>A Feira de Agricultura Familiar na Ufrj (Faf - Seropedica) e sua Importância na Difusão de Alimentos de Qualidade Diferenciada</i>	Regina Cohen BARROS	179 - 188
<i>Sanitation Policies and Peripheral Urbanization: The Guandu Basin and The Metropolitan Municipalities of Rj (Brazil)</i>	André Santos da ROCHA	189 - 201
<i>Conservation and Dispossession in the Pantanal Wetlands of Western Brazil</i>	Ana Maia BICALHO Scott William HOEFLE	202 - 221
<i>Indicação Geográfica (IG) e Governança Local na Interface Rural-Urbana no Rio de Janeiro, Brasil</i>	Filipe da Silva MACHADO Ana Maria BICALHO	222 - 232
<i>Natural And Cultural-Historical Resources for Tourism Development in Gerlovo Region</i>	Lyubomir LYUBENOV Slavi DIMITROV	233 - 244

Prefácio



Preface

PREFÁCIO

Desde o final dos anos 1990, há uma certa inquietude quanto aos rumos do mundo contemporâneo. Esse período foi marcado por profundas modificações económicas, políticas, culturais e ambientais. Entretanto, a palavra globalização tornou-se uma chave interpretativa, que, por vezes, mascarou as reais características desta nova época. Trata-se de um período histórico em que elementos sociais e naturais são levados, por vezes, ao extremo, como diria Emmanuel Wallenstein¹, ao limiar de um esgotamento.

O avanço categórico dos efeitos das mudanças climáticas, o aumento volumoso das diferenças económicas entre os países, a estrutura avassaladora da concentração de rendimentos e a conseqüente ampliação da pobreza mundial, para além da ampliação da escala dos desastres e crimes ambientais, são sintomas do desdobramento de uma “Era dos Extremos”². Por isso, se torna fundamental suscitar debates que possam tratar da sustentabilidade e da preservação territorial. Todavia, essa reflexão não pode ser realizada fora da conjuntura atual, mas deve, sim, ser pensada no contexto de um mundo globalizado.

O geógrafo Milton Santos³ escreveu que o atual contexto marcado pelo processo de globalização poderia ser interpretado de três formas: a primeira forma é como definem / idealizam a globalização; a segunda como ela realmente é ou se apresenta; e, por último, como ela poderia ser.

A primeira via interpretativa faz alusão à globalização como uma fábula. Tal discurso entende o mundo atual enredado numa teia global conectada, um mundo onde as novas tecnologias poderiam fazer convergir momentos e integrar povos, para além de culturas e línguas. Acresce que as diferenças seriam mitigadas pela conectividade. Todavia, como numa fábula, embora possuam teor de verdade, apresentam elementos que aludem ao mundo da fantasia. Na globalização, as técnicas e tecnologias são verdadeiras âncoras que sustentam o sistema atual, dão suporte físico ao desenrolar das grandes transações económicas e amparam a circulação de capitais e mercadorias. Numa sociedade marcada por condições históricas e sociais tão díspares, a globalização, como fábula, deixa de apontar a forma como a sociedade atual realmente se apresenta.

A segunda via interpretativa busca compreender como a globalização é. Para Milton Santos, ela se apresenta como perversidade. A maneira como foram conduzidos os processos de desenvolvimento na nossa sociedade colocou o dinheiro, em seu estado puro, na primazia de todas as questões. Efetivamente, é em nome da grande circulação do capital e das grandes corporações que transformamos a natureza em mercadoria. Além de ser negociada, ela passa a ser ultrajada (para não dizer violentada!). Sem que percebêssemos, elementos como a água, o solo e o ar passaram a ser objetos de valor. Em nome do ideário de progresso ancorado na ideologia do grande capital se programa a privatização destes bens, quando devem ser tratados

¹ Wallerstein, I. (2021). *Capitalismo histórico e Civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto.

² Termo que foi cunhado pelo historiador Erick Hobsbawm, para apontar as características singulares do Século XX.

³ Santos, M. (1997). *Por uma outra Globalização*. Rio de Janeiro: Record.

como bens comuns. Se tornou “aceitável” a existência de diferentes níveis de pobreza no mundo, enquanto a transformação da natureza é tida como condição *sine qua non* do progresso.

As transformações da natureza, de forma aviltante, têm rebatimentos escabrosos nas condições climáticas, mudando regimes de temperatura e humidade, provocando o aumento de secas e chuvas extremas. Vide os dados emitidos pelo IPCC de 2022 que indica a necessidade de “reduções imediatas e significativas de emissão de gases de efeito de estufa em todos os setores, o limite de aumento da temperatura global de 1,5°C está fora de alcance”⁴. A grande questão é que as pessoas que mais sofrem com as mudanças climáticas são, exatamente, as pessoas mais pobres, aquelas que estão mais suscetíveis às secas e à escassez de recursos.

Apesar do aumento da produtividade global e das tecnologias aplicadas ao bem-estar, a fome aumentou. Além disso, a explosão de inúmeras numerosas doenças, têm tem culminado em grandes epidemias, como se exemplifica com a pandemia no ano de 2020. Algumas doenças que eram tidas como erradicadas retornam em diferentes lugares do mundo, em especial na periferia global (grande parte da Ásia, África e América Latina). Todavia, a normalidade das lógicas globais é assegurada e as únicas coisas que não podem ser abaladas são os padrões normativos da bolsa de valores. Também não podemos esquecer que grande parte dos movimentos migratórios contemporâneos advém das diferenças regionais firmadas, associadas e intensificadas na atualidade por alterações naturais (grandes desastres) e por dinâmicas políticas em países da África e da Ásia. O espaço europeu tem experimentado uma enxurrada migratória que tem exigido desses países novas formas de conceber elementos básicos como alojamento, educação e saúde, bem como administrar tensões culturais nos seus territórios.

Ao mesmo tempo que crescem sentimentos e ações xenofóbicas, com grande ação de repulsa dos imigrantes, em oposição alguns países e comunidades têm adotado medidas de acolhimento, considerando uma oportunidade para sair da crise posta pela transição demográfica atual. De facto, podemos tratar tal ação como uma entre as inúmeras numerosas possibilidades geradas pelas comunidades. Muitas delas têm se reinventado a partir das práticas sustentáveis como forma de garantir a perpetuação geracional. E, apesar dos profundos problemas existentes, algumas experiências apontam para a emergência de novas possibilidades de mudança na atualidade.

Assim, chegamos à terceira maneira de vermos este novo contexto. Milton Santos apontava a necessidade de ver a “globalização tal como ela poderia ser”. Nesta vertente, o cenário técnico e produtivo, bem como as inovações sociais e culturais produzidas, poderiam ser convertidos em um mundo de possibilidades. Trata-se, claramente, de uma posição visionária, que poderia guiar a nossa sociedade, numa interpretação de uma outra globalização, repleta de solidariedade, de encontros, de trocas, da ampliação dos laços de compartilhamento e de aproveitamento de boas experiências. Todavia, esta outra globalização, só seria possível diante da adoção de práticas que colocassem o humano à frente do económico, o social à frente das questões monetárias, além de interpretarmos a natureza como um direito assegurado.

⁴ Intergovernmental panel on climate change (IPCC). “Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability”. https://report.ipcc.ch/ar6wg2/pdf/IPCC_AR6_WGII_FinalDraft_FullReport.pdf

As estratégias de preservação, a luta dos povos autóctones pelas suas terras, assegurando a conservação das florestas nativas, a contínua luta de inúmeras numerosas comunidades pela permanência social e ambiental, estão postas, consolidando estratégias de sustentabilidade no próprio território. De facto, este não é visto apenas como uma porção de terra, pois este território possui vida, é dinâmico, apropriado e usado pelos povos que nele habitam⁵. Neste território convergem pessoas, natureza, culturas económicas, que, no seu conjunto indissociável e dinâmico, vão tecendo as diferentes realidades pelo mundo fora.

No Espaço Europeu e no resto do mundo, numerosos exemplos de “uma outra globalização” vêm emergindo. Dar fôlego a essas iniciativas deve ser uma prioridade, para que possamos construir uma nova visão prática do mundo. Todavia, compreender esse contexto passa exatamente por interpretarmos os diferentes cenários educativos, ambientais, económicos e políticos que estão se desenhando.

A interpretação destes cenários que atravessam a contemporaneidade é o que constitui a tónica deste livro “*Grandes Problemáticas do Espaço Europeu - O desenvolvimento sustentável e a preservação territorial num mundo Globalizado*”. Fruto de numerosas discussões realizadas no ano de 2022, contém a participação de vários pesquisadores europeus de diferentes nacionalidades, e traz consigo a tentativa de responder a algumas inquietações de temas recentes. A presente obra está estruturada em 3 partes, assim nomeadas: Parte I – Sociedade, Políticas e Cultura; Parte II - Tecnologias, Educação e Ensino; e Parte III - Economia Sustentável e Desenvolvimento Territorial.

A Parte I - Sociedade, Políticas e Cultura, inicia-se com o capítulo intitulado “*O valor das competências interculturais nas equipas das agências europeias descentralizadas*”, da autoria de Natália Ramos e João José Silva Cabaço. O texto apresenta uma análise dos diferentes domínios da competência intercultural e aborda as perceções e importância dos profissionais que atuam nas agências europeias. A relevância de tal estudo reside no facto de que, aproximadamente 750 milhões de habitantes na Europa são afetados por decisões políticas destas agências, e que podem abranger aspetos relacionados com a saúde, a educação, o alojamento destas pessoas.

O segundo texto, “*The movement of new labour immigrant populations to rural areas: lithuanian nationals in Ireland*”, de autoria de Mary Cawley, traz importantes contribuições para a compreensão de uma grande problemática no Espaço Europeu: o debate sobre as migrações de trabalhadores. O texto tem como elemento analítico a imigração da população lituana na Irlanda, e revela que embora inicialmente esses novos trabalhadores se mudem para grandes cidades, posteriormente acabam por residir também nas cidades e vilas menores. Por fim, o texto reitera a necessidade de ampliação e aprimoramento do estudo desta temática, tão relevante no atual cenário da globalização. Em seguida, Glória Teixeira e Ana Sofia Carvalho *et al* assinam o texto “*As novas formas de tributação*”, que traz para o centro do debate as discussões filosóficas e sociais que atravessam os novos modelos de tributação e que envolvem desde a tributação sobre

⁵ Raffestin, C. (1993). *Por uma Geografia do Poder*. Ática: São Paulo.

a renda, à tributação sobre património e consumo. Para as autoras, na atualidade há um clamor dos contribuintes na revisão destes modelos tributários para que se tornem mais simples e justos.

Em seguida, Paulo Jorge Santos escreve “*Perdidos nos labirintos das escolhas: (in)decisões nas sociedades contemporâneas*”, através do qual proporciona uma discussão altamente relevante no contexto atual da globalização, pois se dedica a interpretar aspetos cognitivos e psicológicos da sociedade de acordo com Zigmunt Bauman. Para o autor, as escolhas dos indivíduos nesta sociedade estão colocadas no nível da individualidade e cada vez mais relacionadas com o nível dos padrões de consumo ou dos estilos de vida. As múltiplas escolhas e possibilidades dadas no nível da individualidade, podem derivar neste novo momento para problemas relacionados com a ansiedade e a paralisia no processo decisional, para além de facilitarem a e a própria insatisfação com as opções escolhidas e a segurança ontológica dos indivíduos.

O penúltimo capítulo desta primeira parte, “*Migração, trabalho e cinema documentário: abordagem no contexto Europeu*”, da autoria de José Francisco Serafim, Maria Conceição Ramos e Maria Natália Ramos, tem como intento refletir sobre o binómio Migração e Trabalho e a sua representação através do Cinema Documentário. Trazem no corpo da discussão obras que apresentam a crítica sobre esses temas em diferentes contextos históricos, perpassando pelo problema migratório português existente nas décadas de 1950, até aos tempos atuais, refletindo nomeadamente sobre as migrações ucranianas derivadas dos recentes conflitos entre a Rússia e a Ucrânia.

Para finalizar a primeira parte desta obra, André Samora-Arvela, Helena Pina, Marta Nestor, Diogo Miguel Pinto e João Pedro Barreiros, assinam o texto “*A ética no risco: os desafios da sociedade de risco*”, que tem como objetivo apresentar uma análise interpretativa da obra de Ulrich Beck intitulada “*Sociedade de Risco Mundial: em busca da Segurança Perdida*”. Tem o intuito de buscar possíveis interpretações das mudanças e crises experienciadas na sociedade globalizada.

Com o texto assinado por Stella Dermendzhieva e Tamara Draganova, “*Geography and geographical (global) thinking, inauguram*”, inicia-se a segunda parte desta obra intitulada II - Tecnologias, Educação e Ensino. Com este texto, deparamos com importantes reflexões sobre o papel da ciência geográfica, sobretudo em uma sociedade de riscos, sujeita a constantes transformações. As autoras reforçam que o desenvolvimento da ciência está intimamente ligado à importância que essa desempenha no desenvolvimento dos países e apontam a relevância da educação geográfica para o desenvolvimento pessoal e nacional. Em seguida, o texto “*Tecnologias digitais no dia a dia da educação: desafios para a inclusão educacional e intercultural*”, de Maria Natália Ramos e Ana Cristina Lopes, aponta para a relevância das tecnologias no atual contexto globalizado e como elas são primordiais em distintos contextos educacionais. Tomam o exemplo da pandemia de Covid-19, demonstrando como as tecnologias foram relevantes para assegurar continuidades e viabilizar processos educativos.

José Luís Braga, por seu turno, assina o texto, “*Pressupostos ontoepistemológicos da grounded theory*”, através do qual aponta as diferentes abordagens à metodologia da Grounded

Theory (GT). Desenvolve uma profunda discussão filosófica através do elemento central da relação ~~sujeito~~-objeto, sobretudo sobre a crise paradigmática contemporânea que impulsiona novas reflexões.

O capítulo *“A influência do género nas percepções dos residentes: um estudo empírico sobre o turismo criativo”*, escrito por Elaine Cristina Borges Scalabrini e Paula Cristina Remoaldo, encerra este segundo bloco, abordando temas relativos à questão de género, tendo como recorte analítico o município de Amares (Portugal) e o Festival Encontrarte. Com a aplicação de um inquérito, as autoras tentam compreender as diferenças nas percepções do género, dos impactos deste evento do turismo local em termos económicos, sociais e ambientais.

A parte III - Economia Sustentável e Desenvolvimento Territorial, por seu lado, corresponde ao último segmento do livro. Aqui deparamos com dois textos iniciais que tratam da questão das águas e dos recursos hídricos exemplificando questões que atravessam a realidade brasileira. O primeiro, *“Águas minerais de Raposo, Itaperuna, estado do Rio de Janeiro, Brasil”*, é assinado por Lucio Carramillo Caetano, Igor Cristiano Silva, Carla da Silva Medeiros Capobianco e Sueli Yoshinaga Pereira. Neste texto, além de se apresentar o histórico de exploração das águas minerais, são destacados também elementos químicos e físicos que caracterizam de forma singular as águas minerais de Raposo. Num mundo onde a escassez de recursos hídricos tem aumentado, é fundamental a criação de medidas de preservação das condições ambientais das nascentes. Ainda tratando sobre águas, o texto *“Sanitation policies and peripheral urbanization: the Guandu Basin and the metropolitan municipalities of Rio de Janeiro (Brazil)”*, assinado por André Santos da Rocha, apresenta um panorama sobre as políticas de saneamento básico na periferia da metrópole fluminense. Argumenta-se que o problema do acesso à água e às redes de esgoto está associado a problemas na formulação de políticas, dado que, na maior parte, as populações mais pobres são as mais atingidas.

Em seguida, Regina Cohen Barros escreve o texto *“A feira de agricultura familiar na UFRRJ (FAF - Seropédica) e sua importância na difusão de alimentos de qualidade diferenciada”*. Nele a autora apresenta as características de uma política de fomento à agricultura familiar vigente na periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro, demonstrando a importância de iniciativas deste tipo, pois agregam valor económico e social às dinâmicas sociais dos territórios periféricos, ao serem implementadas medidas sustentáveis e socialmente justas.

O quarto texto da parte III desta publicação, escrito por Ana Maria de Souza Mello Bicalho e Scott William Hoefle é intitulado *“Conservation and dispossession in the Pantanal Wetlands of Western Brazil”*. Apresenta estudos sobre uma das regiões mais importantes para a conservação socioambiental no Brasil, o Pantanal. Recorde-se que esta região é afetada por conflitos que envolvem uma miríade de atores e que trazem questões sobre a conservação e a sustentabilidade da região do Pantanal.

Já *“Indicação geográfica (IG) e governança local na interface rural-urbana no Rio de Janeiro, Brasil”*, assinado por Felipe da Silva Machado e Ana Maria de Souza Mello Bicalho, é um texto que realça o papel das indicações geográficas como ferramentas de desenvolvimento local, associando as numerosas possibilidades que se abrem para a competitividade e

valorização da agricultura local. Tomaram como referência a realidade rural-urbana do Rio de Janeiro (Brasil).

Por fim, encerrando esta edição, no texto “*Natural and cultural-historical resources for tourism development in Gerlovo Region*”, de autoria de Slavi Dimitrov e Lubomir Lyubenov, apresenta-se um panorama do turismo em terras búlgaras, evidenciando as singularidades e potencialidades que estão associadas a condicionantes sociais e ambientais da região de Gerlovo. Esse estudo é muito relevante, pois valoriza a observação e a compreensão do turismo como uma importante possibilidade de desenvolvimento diante da preservação das condições socioambientais deste território.

A diversidade de temas, abordagens e posições metodológicas apresentadas nos diferentes capítulos que compõem o livro “*Grandes Problemáticas do Espaço Europeu - O desenvolvimento sustentável e a preservação territorial num mundo Globalizado*”, vem, indiscutivelmente, materializar as discussões realizadas por uma série de pesquisadores europeus e brasileiros, que têm como questão basilar pensar nas Grandes Problemáticas contemporâneas. Por fim, acrescenta-se que a ideia desta obra não é esgotar o debate, mas, pelo contrário, abrir possibilidades de discussões que podem alcançar leitores e pesquisadores de diferentes partes do mundo. Assim, convidamos todos para a leitura e o debate sobre os temas e problemáticas aqui abordados e discutidos.

Rio de Janeiro, dezembro de 2022

André Santos da Rocha

PREFACE

Since the late 1990s, there is a certain uneasiness regarding the paths taken by global events. This period has been marked by profound economic, political, cultural, and environmental changes. Nevertheless, the word *globalisation* has become an interpretative cornerstone that sometimes masks the real characteristics of this new era. This is a historical period in which social and natural elements are regularly pushed to the extreme, or as Immanuel Wallerstein⁶ would say, to the brink of exhaustion.

The relentless advance of the effects of climate change, the massive increase in economic differences among countries, the overwhelming concentration of income and the consequent rise in world poverty, as well as the growing scale of environmental disasters and crimes are all symptoms of the dawn of an “Age of Extremes”⁷. That is why it is essential to spark debates that can address sustainability and territorial preservation. However, this reflection cannot be conducted without considering the current juncture and the context of a globalised world.

The geographer Milton Santos⁸ wrote that the current process of globalisation could be interpreted in three ways: the first is how globalisation is defined/idealised; the second is what is globalisation actually like or how is it presented; and, finally, what could globalisation be.

The first interpretation alludes to globalisation as a fable. This perspective sees today’s world as entangled in an interconnected global web, a world where new technologies could converge moments and integrate peoples, as well as cultures and languages. Moreover, differences would be mitigated by connectivity. However, as in a fable, although rooted in an inkling of truth, they have elements that allude to the world of fantasy. In globalisation, techniques and technologies are veritable anchors that sustain the current system, provide physical support for major economic transactions, and support the movement of capital and goods. In a society marked by such disparate historical and social conditions, globalisation as a fable fails to depict what society today is really like.

The second interpretative approach endeavours to understand what globalisation is like. For Milton Santos, it presents itself as a perversity. The way in which development processes have been conducted in our society has placed money in its pure state at the forefront of all activity. In fact, it is in the name of the great circulation of capital and large corporations that we have turned nature into a commodity. As well as being traded, it is now ravaged (not to say violated!). Without us realising it, elements such as water, soil and air became objects of value. In the name of the ideology of progress anchored in the ideology of big business, these goods are being privatised, when they should be treated as common goods. The existence of different levels of poverty around the world has become “acceptable”, while the transformation of nature is seen as the *sine qua non* of progress.

⁶ Wallerstein, I. (2021). *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto.

⁷ A term coined by historian Erick Hobsbawm to point out the unique characteristics of the 20th century.

⁸ Santos, M. (1997). *Por uma outra Globalização*. Rio de Janeiro: Record.

The degrading transformations of nature have devastating repercussions on climatic conditions, changing temperature and humidity regimes, and causing an increase in droughts and extreme rainfall. For example, the data reported by the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) in 2022 indicate that “Without immediate and deep emissions reductions across all sectors, limiting global warming to 1.5°C is beyond reach”⁹. The major question, though, is that those who suffer the most from climate change are precisely the poorest populations, those who are most susceptible to droughts and scarcity of resources.

Despite the increase in global productivity and the technologies applied to well-being, hunger has increased significantly. In addition, the spread of diseases has culminated in major epidemics, as exemplified by the 2020 pandemic. Some diseases that were thought to be eradicated are returning in different parts of the world, especially on the global periphery (much of Asia, Africa, and Latin America). However, the normality of global mechanisations is assured and the only things that cannot be shaken are the normative standards of the stock market. Nor should we forget that a large part of contemporary migratory movements is the result of regional differences, associated to and aggravated by natural changes (major disasters) and political dynamics in countries in Africa and Asia. The European area has experienced a flood of migration that has required countries to devise new ways of providing basic needs such as housing, education and health, as well as managing cultural tensions.

At the same time, xenophobic views and actions are on the rise with many sectors of society repelling immigrants. However, some countries and communities have adopted welcoming measures, seeing immigration as an opportunity to overcome the crisis posed by the current demographic transition. In fact, we can regard such an action as one of the countless possibilities generated by communities. Many of them have reinvented themselves based on sustainable practices as a way of guaranteeing generational continuation. And despite the deep problems that exist, some experiences point to the emergence of new possibilities for change today.

This brings us to the third way of looking at this new era. Milton Santos points out the need to see “globalisation as it could be”. Thus, the technical and productive landscape, as well as the social and cultural innovations produced, could be converted into a world of possibilities. This is clearly a visionary position that could guide our society towards a different kind of globalisation, full of solidarity, encounters, exchanges, closer bonds, and the sharing of good experiences. However, this other globalisation would only be possible if we adopted practices that put the human above the economic, the social above monetary issues, as well as interpreting nature as a guaranteed right.

Conservation strategies are being developed, the struggle of indigenous peoples for their lands, while safeguarding native forests, as well as the ongoing struggle of countless communities for social and environmental permanence, serve to consolidate sustainability strategies in the territory itself. In fact, the territory is not seen just as a piece of land, but rather as alive and

⁹ Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). “*Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability*”. https://report.ipcc.ch/ar6wg2/pdf/IPCC_AR6_WGII_FinalDraft_FullReport.pdf

dynamic, appropriated and used by the people who inhabit it¹⁰. People, nature, and economic cultures converge in this territory, which, as an inseparable and dynamic whole, weave different realities around the world.

In the European area and the rest of the world, countless examples of “another globalisation” are emerging. Giving momentum to these initiatives must be a priority if we are to build a new practical vision of the world. However, understanding this context requires us to interpret the different educational, environmental, economic, and political scenarios that are emerging.

The interpretation of these contemporary scenarios is the focus of this book, “*Grandes Problemáticas do Espaço Europeu - O desenvolvimento sustentável e a preservação territorial num mundo Globalizado*” (“*Overarching Issues of the European Area - Sustainable Development and Territorial Preservation in a Globalised World*”). The result of numerous discussions held in 2022, it includes the participation of several European researchers of different nationalities and attempts to answer some of the questions raised by recent issues. This book is structured into 3 parts, as follows: Part I - Society, Politics and Culture; Part II - Technologies, Education and Teaching; and Part III - Sustainable Economy and Territorial Development.

Part I - Society, Policies and Culture, begins with the chapter called “*O valor das competências interculturais nas equipas das agências europeias descentralizadas*” (“The value of intercultural competences in the teams of decentralised European agencies”), by Natália Ramos and João José Silva Cabaço. The article analyses the different areas of intercultural competence and addresses the perceptions and importance of professionals working in European agencies. The relevance of this study lies in the fact that approximately 750 million inhabitants in Europe are affected by the political decisions of these agencies, which can cover aspects related to health, education, and housing.

The second article, “*The movement of new labour immigrant populations to rural areas: Lithuanian nationals in Ireland*”, by Mary Cawley, makes important contributions to understanding a major problem in the European area: the debate on labour migration. The paper analyses the immigration of Lithuanians to Ireland and reveals that although these new workers initially move to large cities, they later end up living in smaller towns and villages. Finally, the article reiterates the need to expand and improve the study of this issue, which is so relevant in the current globalisation scenario. The next article, “*As novas formas de tributação*” (“The new forms of taxation”), by Glória Teixeira and Ana Sofia Carvalho *et al* brings to the centre of the debate the philosophical and social discussions on the new models of taxation and which involve everything from taxation on income to taxation on wealth and consumption. For the authors, there is currently a demand from taxpayers to review these tax models so that they become simpler and fairer.

Paulo Jorge Santos is the author of “*Perdidos nos labirintos das escolhas: (in)decisões nas sociedades contemporâneas*”, (“Lost in the labyrinths of choices: (in)decisions in contemporary societies”), in which he provides a highly relevant discussion given the current context of globalisation dedicated to interpreting cognitive and psychological aspects of society

¹⁰ Raffestin, C. (1993). *Por uma Geografia do Poder*. Ática: São Paulo.

based on Zigmunt Bauman. Thus, he argues that the choices made by individuals in this society are placed at the level of individuality and are increasingly related to the level of consumption patterns or lifestyles. The multiple choices and possibilities given at the level of individuality can, in this new era, lead to problems related to anxiety and paralysis in the decision-making process, as well as facilitate dissatisfaction with the options made and the ontological security of individuals.

The next chapter of this first part, "*Migração, trabalho e cinema documentário: abordagem no contexto Europeu*" ("Migration, labour and documentary cinema: an approach in the European context"), by José Francisco Serafim, Maria Conceição Ramos and Maria Natália Ramos, aims to reflect on the binomial *migration* and *labour* and its representation through *documentary cinema*. The discussion references studies that critique these topics in different historical contexts, from the Portuguese migratory problem in the 1950s to the present day, reflecting in particular on Ukrainian migrations resulting from the recent conflicts between Russia and Ukraine.

To finalise the first part of this book, André Samora-Arvela, Helena Pina, Marta Nestor, Diogo Miguel Pinto and João Pedro Barreiros author the article called "*A ética no risco: os desafios da sociedade de risco*" ("Ethics in risk: the challenges of the risk society"), which presents an interpretative analysis of Ulrich Beck's work "*Sociedade de Risco Mundial: em busca da Segurança Perdida*" ("World Risk Society: in search of Lost Security"). It explores possible interpretations of the changes and crises experienced in a globalised society.

The second part of this book, Technologies, Education and Teaching, begins with the article "*Geography and geographical (global) thinking*" by Stella Dermendzhieva and Tamara Draganova. The article presents important reflections on the role of geographical science, especially in a society of risks subject to constant transformation. The authors emphasise that the development of science is closely linked to the important role it plays in the development of countries and point out the importance of geographical education for personal and national development. Next, the article "*Tecnologias digitais no dia a dia da educação: desafios para a inclusão educacional e intercultural*" ("Digital technologies in everyday education: challenges for educational and intercultural inclusion"), by Maria Natália Ramos and Ana Cristina Lopes, points out the relevance of technologies in the current globalised context and how they are essential in different educational contexts. They take the example of the Covid-19 pandemic, showing how technologies have been relevant in ensuring continuity and making educational processes viable.

José Luís Braga's article, "*Pressupostos ontoepistemológicos da grounded theory*" ("Ontological-epistemological assumptions of grounded theory"), examines the different approaches to the Grounded Theory (GT) methodology. The author develops an in-depth philosophical discussion through the central element of the subject-object relationship, above all regarding the contemporary paradigmatic crisis that drives new reflections.

The chapter "*A influência do género nas percepções dos residentes: um estudo empírico sobre o turismo criativo*" ("The influence of gender on residents' perceptions: an empirical study on creative tourism"), written by Elaine Cristina Borges Scalabrini and Paula Cristina Remoaldo, closes this second part, addressing gender issues. They take the municipality of Amares

(Portugal) and the Encontro Festival as the study's analytical focus. Based on a survey, they endeavour to understand the differences in gender perceptions of the impacts of this local tourism event in economic, social, and environmental terms.

Part III - Sustainable Economy and Territorial Development - is the last section of the book. The first two articles deal with the issue of water and water resources, exemplifying problems that cut across the Brazilian reality. The first, "*Águas minerais de Raposo, Itaperuna, estado do Rio de Janeiro, Brasil*" ("Mineral waters of Raposo, Itaperuna, state of Rio de Janeiro, Brazil"), is written by Lucio Carramillo Caetano, Igor Cristiano Silva, Carla da Silva Medeiros Capobiango and Sueli Yoshinaga Pereira. As well as presenting the history of the exploitation of mineral waters, the text also highlights the chemical and physical elements that uniquely characterise Raposo's mineral waters. In a world where the scarcity of water resources is increasing, it is essential to create measures to preserve the environmental conditions of springs. Still on the subject of water, the article, "*Sanitation policies and peripheral urbanisation: the Guandu Basin and the metropolitan municipalities of Rio de Janeiro (Brazil)*", by André Santos da Rocha, presents an overview of basic sanitation policies on the outskirts of the Rio de Janeiro metropolis. The author argues that the problem of access to water and sewage systems is associated with problems in formulating policies, given that the poorest populations are the ones most affected.

Next, Regina Cohen Barros authors the article, "*A feira de agricultura familiar na UFRRJ (FAF - Seropédica) e sua importância na difusão de alimentos de qualidade diferenciada*" ("The family farming fair at UFRRJ (FAF - Seropédica) and its importance in disseminating quality food"). She presents the characteristics of a policy to promote family farming in the outskirts of the metropolitan region of Rio de Janeiro. The article shows the importance of initiatives of this kind, as they add economic and social value to the social dynamics of outlying territories by implementing sustainable and socially just measures.

The fourth article in Part III of this publication, written by Ana Maria de Souza Mello Bicalho and Scott William Hoefle, is called "*Conservation and dispossession in the Pantanal Wetlands of Western Brazil*". It presents studies on one of the most important regions for socio-environmental conservation in Brazil, the Pantanal. It should be remembered that this region is affected by conflicts involving a myriad of actors, which raise questions about the conservation and sustainability of the Pantanal region.

In "*Indicação geográfica (IG) e governança local na interface rural-urbana no Rio de Janeiro, Brasil*" ("Geographical indication (GI) and local governance at the rural-urban interface in Rio de Janeiro, Brazil"), by Felipe da Silva Machado and Ana Maria de Souza Mello Bicalho, the authors emphasise the role of geographical indications as tools for local development, associating the countless opportunities they open for competitiveness and to boost local agriculture. They used the rural-urban reality of Rio de Janeiro (Brazil) as a reference.

Finally, the article, "*Natural and cultural-historical resources for tourism development in Gerlovo Region*", by Slavi Dimitrov and Lubomir Lyubenov, presents an overview of tourism in Bulgaria, highlighting the singularities and potential that are associated with the social and

environmental conditions of the Gerlovo region. This study is very relevant, as it emphasises the importance of observing and understanding tourism as a critical vehicle for development while preserving the socio-environmental conditions of the territory.

The diversity of topics, approaches and methodological positions presented in the chapters that make up the book "*Grandes Problemáticas do Espaço Europeu - O desenvolvimento sustentável e a preservação territorial num mundo globalizado*" ("*Overarching Issues of the European Area - Sustainable Development and Territorial Preservation in a Globalised World*") undoubtedly materialise the discussions held by European and Brazilian researchers whose main intention was to think about major contemporary issues. Finally, it should be noted that the idea of this book is not to exhaust the debate. On the contrary, it intends to open further possibilities for discussions that can reach readers and researchers from different parts of the world. We therefore invite everyone to read and debate the topics and issues addressed and discussed in this publication.

Rio de Janeiro, December 2022

André Santos da Rocha

PARTE I

SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA

SOCIETY, POLITICS AND CULTURE

O VALOR DAS COMPETÊNCIAS INTERCULTURAIS NAS EQUIPAS DAS AGÊNCIAS EUROPEIAS DESCENTRALIZADAS

THE VALUE OF INTERCULTURAL COMPETENCE IN THE TEAMS OF DECENTRALIZED EUROPEAN AGENCY

Natália RAMOS

Universidade Aberta & CEMRI, Portugal

Maria.Ramos@uab.pt

João José Silva CABAÇO

CEMRI, Universidade Aberta, Portugal

joao.silva.cabaco@gmail.com

Resumo

Estivemos dois anos num cenário de pandemia mundial que provocou milhões de óbitos, problemas sociais, economias devastadas, e de repente, quase em ato contínuo, entramos num cenário de guerra na Europa, que nos ameaça a todos. No entanto, têm sido as Agências Europeias descentralizadas que, com os seus milhares de funcionários e colaboradores, em trabalho contínuo, têm suportado e influenciado, com conhecimento técnico e científico, as decisões políticas que afetam diretamente os mais de 750 milhões de habitantes na Europa, em matérias como a saúde, segurança, economia, proteção de refugiados, ciência e educação, entre muitas outras. Estas Agências são locais de realidades diárias de multiculturalismo e de grande diversidade de nacionalidades e culturas. Estas organizações são caracterizadas por uma grande diversidade cultural e étnica. Os profissionais destas Agências deverão possuir uma sensibilidade e consciência cultural acrescida, desenvolvendo competências interculturais para uma melhor atuação. Somos constantemente bombardeados de ideias e de manifestações relativas à tolerância, à paz, aos direitos humanos, ao antirracismo, às igualdades de oportunidades, entre tantas outras relacionadas com o multiculturalismo e com as missões prioritárias destas agências, mas também vislumbramos diariamente o outro lado da violência e do conflito multicultural, pelas diversas manifestações de preconceitos, estereótipos, intolerância, racismo, xenofobia, marginalização, exploração e exclusão social, que, apesar de serem “oficialmente” banidas dos diversos serviços e espaços públicos, continuam a manifestar-se de uma forma clara e por vezes sem qualquer tipo de controlo. O objetivo deste artigo foca-se na análise dos diferentes domínios da competência intercultural e nas perceções e importância que estes profissionais dão à mesma, em organizações onde todos têm de cooperar para um objetivo comum. A nossa investigação apresenta dados recentes e originais sobre o objeto da pesquisa, que não se encontra descrito, nem estudado diretamente nas Agências Europeias, revelando e descrevendo fenómenos internos dentro das agências europeias ao nível das componentes da competência intercultural. Podemos encarar a competência intercultural como um processo de desenvolvimento e adaptação aos múltiplos contextos dentro das organizações. O diálogo, a cooperação, a comunicação e a resolução de problemas fazem parte do dia a dia destas organizações, onde a diversidade cultural é um chão comum, daí a possibilidade de se contribuir ainda para uma maior acomodação de boas práticas, para a comunicação e cooperação intercultural dentro e entre organizações, aumentando a sensibilidade e consciência intercultural e a promoção da competência intercultural nas Agências Europeias, onde os cenários europeus e mundiais estão em constante mutação.

Palavras-chave: Sociedade, Cultura, Agências Europeias; Competência Intercultural; Equipas Multiculturais; Relações Interculturais.

Abstract

We have spent two years in a global pandemic scenario that caused millions of deaths, social problems, and devastated economies. Moreover, suddenly, almost immediately after, we find ourselves in a war-like situation in Europe, which threatens us all. However, it has been the decentralized European Agencies that, with their thousands of employees and collaborators working tirelessly, have supported and influenced political decisions directly affecting over 750 million inhabitants in Europe in areas such as health, security, economy, refugee protection, science, and education, among many others. These Agencies represent daily realities of multiculturalism and great diversity of nationalities and cultures. These organizations are characterised by significant cultural and ethnic diversity. Professionals in these Agencies should possess heightened cultural sensitivity and awareness, developing

intercultural competencies for better performance. We are constantly blasted with ideas and expressions related to tolerance, peace, human rights, anti-racism, and equal opportunities, among many others related to multiculturalism and the core missions of these agencies. However, we also witness daily the other side of violence and multicultural conflict through various manifestations of prejudice, stereotypes, intolerance, racism, xenophobia, marginalization, exploitation, and social exclusion. Despite being "officially" banned from various services and public spaces, these issues continue to manifest themselves clearly and sometimes without any control.

The objective of this article focuses on analysing different domains of intercultural competence and the perceptions and importance that professionals in these organizations attribute to it, where everyone must cooperate towards a common goal. Our research presents recent and original data on the research object, which is not directly described or studied within the European Agencies. It reveals and describes internal phenomena within these agencies regarding the components of intercultural competence. We can consider intercultural competence as a process of development and adaptation to multiple contexts within organizations. Dialogue, cooperation, communication, and problem solving are part of the daily routine in these organizations, where cultural diversity is a common ground. Hence, there is an opportunity to contribute to the further accommodation of best practices for intercultural communication and cooperation within and between organizations, enhancing intercultural sensitivity and awareness, and promoting intercultural competence within the European Agencies, where European and global scenarios are constantly changing.

Keywords: Society, Culture, European Agencies; Intercultural Competence; Multicultural Teams; Intercultural Relations

1- Introdução

Estivemos dois anos num cenário de pandemia mundial que provocou milhões de óbitos, problemas sociais, economias devastadas, e de repente, quase em ato contínuo, entramos num cenário de guerra na Europa, que nos ameaça a todos. No entanto, têm sido as Agências Europeias descentralizadas que, com os seus milhares de funcionários e colaboradores, em trabalho contínuo, têm suportado e influenciado, com conhecimento técnico e científico, as decisões políticas que afetam diretamente os quase 500 milhões de habitantes da União Europeia, em matérias como a saúde, segurança, economia, proteção de refugiados, ciência e educação, entre muitas outras.

Ao longo do tempo foram sendo instituídas diversas agências da União Europeia especializadas na descentralização de decisões com o objetivo de fornecer apoio e consulta aos Estados-Membros e aos cidadãos. A instituição das agências tem sido a resposta ao desejo de descentralização geográfica e à necessidade de fazer frente a novos desafios de carácter jurídico, técnico e/ou científico

Estas agências são independentes das instituições da União Europeia (UE), mas trabalham em estreita colaboração com elas. Cada agência tem um foco específico e fornecem serviços diferentes, mas todas trabalham em conjunto para ajudar a criar uma Europa melhor para todos. Assim, temos como alguns exemplos: a Agência Europeia para a Avaliação dos Medicamentos (EMA) que é responsável pela avaliação científica dos medicamentos para uso humano e promove a sua utilização segura e eficaz. O Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP) que promove o desenvolvimento da educação e formação profissional na Europa. A Agência Europeia do Ambiente (EEA) que fornece informações sobre o estado do ambiente na Europa e promove o desenvolvimento sustentável. A Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (EU-OSHA) que promove a segurança e saúde no trabalho na União Europeia. O Observatório Europeu da Droga e da

Toxicodependência (EMCDDA) que fornece informações sobre o consumo e a toxicodependência na Europa. A Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA), que presta serviços de aconselhamento fundamentado e independente aos responsáveis políticos nacionais e da UE.

Cada uma destas agências tem o seu próprio papel específico a desempenhar para garantir que a Europa funcione de forma harmoniosa e eficiente tentando promover a cooperação e coordenação entre os países europeus nas suas áreas respetivas.

Até o momento, não foram realizados estudos sobre a competência intercultural nas Agências Europeias. Destacamos a importância de estudos nesta área, pois a competência intercultural, enquanto capacidade complexa, pode melhorar o desempenho e a relação profissional dentro destas organizações. Além disso, é pertinente considerar sua relevância no contexto das missões de colaboração e cooperação internacional em ambientes multiculturais, globais e transnacionais.

As Agências Europeias são locais de multiculturalidade no seu funcionamento quotidiano e de grande diversidade de nacionalidades e culturas. Nestas organizações caracterizadas por grande diversidade cultural e étnica, os seus profissionais deverão ter sensibilidade e consciência cultural desenvolvendo competências interculturais para uma melhor atuação. Assim, o objetivo foca-se na análise dos diferentes domínios da competência intercultural e nas perceções e importância que estes profissionais dão à mesma em organizações onde todos têm de cooperar para um objetivo comum.

“A diversidade cultural não é uma novidade na Europa. No entanto, traduzindo-se em cartografias de multiculturalidade ou em dinâmicas de interculturalidade, esta é uma realidade incontornável das sociedades contemporâneas, contribuindo para o desenvolvimento de novas formas de relações sociais, de integração de comunidades culturalmente diferentes, de partilha de saberes, não raras vezes acompanhadas pela emergência de conflitos e problemas de comunicação, conduzindo a novas formas de exclusão e discriminação” (Alcoforado, et al., 2018, p.70).

As agências europeias requerem uma conduta de aprendizagem social e cultural própria devido ao seu contexto e missões, onde a aprendizagem do outro e a comunicação intercultural são cada vez mais complexas e desafiantes nestes cenários. Somos constantemente bombardeados com ideias e de manifestações relativas à tolerância, à paz, aos direitos humanos, ao antirracismo, às igualdades de oportunidades, entre tantas outras relacionadas com o multiculturalismo e com as missões prioritárias destas agências, mas também vislumbramos diariamente o outro lado da violência e conflito multicultural pelas diversas manifestações de preconceitos, estereótipos, intolerância, racismo, xenofobia, marginalização, exploração e exclusão social, e que apesar de serem “oficialmente” banidas dos diversos serviços e espaços públicos, continuam a manifestar-se de uma forma clara e por vezes sem qualquer tipo de controlo.

“A diversidade cultural é reconhecida pela UNESCO (2001, 2005, 2007) como uma característica inerente à humanidade, um património comum e uma fonte de um mundo mais rico e diversificado que

alarga a possibilidade de escolhas e fortalece as capacidades e os valores humanos” (Ramos, 2013, p.346).

Esta é uma realidade que requer uma ampla discussão em torno das questões da mobilidade espacial das populações, da migração forçada e refúgio, da diversidade cultural, das relações interculturais e da coexistência de comunidades com diferentes identidades, tradições, religiões, competências e saberes. Estes temas estão relacionados diretamente com as missões específicas de algumas agências europeias que são objeto de estudo.

A importância não será apenas de ordem interna, mas também nas relações externas com os organismos, grupos e pessoas com quem estas agências cooperam e desenvolvem o seu trabalho. Espera-se que o estudo contribua para o desenvolvimento da sensibilidade e consciência intercultural e a promoção da competência intercultural nestas Agências Europeias.

“A diversidade intercultural e a gestão da(s) interculturalidade(s) são objeto de preocupação de vários organismos internacionais, nomeadamente a UNESCO, a OCDE, o Conselho da Europa e a Comissão Europeia, e nacionais tais como o ACIDI (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural), os quais têm desenvolvido projetos e iniciativas variados, tendo em vista a promoção do diálogo intercultural, constituindo um dos campos mais importantes da contemporaneidade nos diversos domínios científicos e interventivos.” (Ramos, 2013, p. 345).

Os números internacionais de pessoas que fogem de guerras, conflitos e perseguições não nos podem deixar indiferente. Só em 2018 esse valor ultrapassou os 70 milhões de deslocados, provocando 25,9 milhões de refugiados, sendo que metade desses refugiados são, perturbadoramente crianças e adolescentes. Mas não é só de guerras ou de conflitos que estas pessoas fogem. Elas fogem da fome, da pobreza, muitas vezes também provocada por desastres ambientais e pelas alterações climáticas.

Com efeito, a diversidade cultural da Europa a integração e inclusão de migrantes é uma questão central na agenda europeia. De facto, existe um reconhecimento generalizado de que as migrações são um fenómeno de grande atualidade e que a integração eficaz dos migrantes é um dos principais desafios da Europa, tendo em conta a dimensão avassaladora do fluxo migratório previsto para as próximas décadas. (Boussemart & Godet, 2018; Ramos, 2008, 2013, 2020).

A emigração não é baseada apenas na busca de melhores condições de trabalho, ou melhores condições de vida, trata-se também de pessoas que são forçadas todos os dias a abandonar as suas casas, as suas famílias, as suas vidas, o seu país, com a expectativa de encontrarem paz, segurança e também a esperança num outro lugar. Perseguições, conflitos e violações dos direitos humanos levam a que muitos arrisquem as suas vidas e enfrentem travessias de perigo e morte. Quando falamos de refugiados, falamos de homens e mulheres numa situação de extrema vulnerabilidade e risco e em que metade destes refugiados são crianças.

“O processo migratório não é simplesmente sinónimo de encontro cultural, sendo um processo complexo e contraditório, uma experiência de perda, rutura e mudança, vivenciada pelo indivíduo de

forma traumatizante ou harmoniosa, segundo os seus recursos individuais e sociais, implicando uma adaptação social e psicológica à cultura de acolhimento, a um meio novo, desconhecido ou hostil” (Ramos, 2013, p. 348).

Muitos são os que todos os dias procuram a Europa e muitos outros países como lugar de refúgio e proteção, independentemente de serem categorizados de imigrantes, migrantes, deslocados ou refugiados. Contudo, a resposta a estas situações por parte dos países europeus tem vindo a endurecer e a ser menos tolerante, sobretudo por alguns países. Os medos têm-se apoderado das populações e comunidades que vêm postas em causa as suas identidades, esquecendo-se dos Direitos Humanos. Têm sido muitas as perceções negativas sobre os migrantes e os refugiados fomentadas por discursos racistas e xenófobos. Atualmente assistimos a um dos maiores fluxos interno na União Europeia de seis milhões de refugiados localizados na Europa devido à guerra na Ucrânia. Estes são alguns dos muitos aspetos que nos obrigam a refletir aprofundadamente, de modo a podermos desenvolver consciências e atitudes cívicas respeitadoras da alteridade, da diferença e dos direitos humanos de todos os cidadãos e desenvolver políticas públicas adequadas.

2- O que é a competência intercultural?

De acordo com Spitzberg e Changnon (2009, p. 7) a competência intercultural “é a gestão adequada e eficaz da interação entre as pessoas e que de certa forma representam orientações afetivas, cognitivas e comportamentais diferentes ou divergentes sobre o mundo. Estas orientações poderão ser mais comumente refletidas em categorias normativas como nacionalidade, raça, etnia, tribo, religião ou região. Daí que, em grande parte, a interação intercultural é equivalente à interação entre grupos”.

A competência intercultural implica a capacidade de interagir de uma maneira eficaz e aceitável para e com os outros, quando se trabalha em grupo ou equipas, que possuem diferentes origens culturais, e que podem condicionar as atitudes e as práticas de trabalho baseadas em diferentes valores e crenças.

Existe um consenso crescente sobre o que constitui a competência intercultural, que tem sido frequentemente vista como um conjunto de habilidades e características cognitivas, afetivas e comportamentais que ajudam na interação eficaz e oportuna em diversos contextos culturais.

A competência intercultural é um constructo complexo e multidimensional e que tem como uma das suas dimensões muito forte a capacidade de se comunicar de forma eficaz e adequada com pessoas de outras culturas. Mas, isso também inclui entender de forma aberta e afetiva diferentes perspetivas culturais e ser capaz de adaptar o próprio estilo de comunicação para se adequar ao contexto cultural.

A competência intercultural permite que se interaja de maneira eficaz e aceitável com os outros quando se trabalha em grupo e cujos membros têm diferentes origens culturais. A competência intercultural pode revelar outros tipos de recursos, incluindo os valores e crenças com os quais se

cresceu, os costumes nacionais, regionais e locais e, em particular, atitudes e práticas que afetam a maneira como cada um trabalha.

Assim, podemos encarar a competência intercultural, como um processo de desenvolvimento, onde os instrumentos de avaliação a utilizar deverão adaptar-se aos contextos, e se consiga contextualizar as experiências interculturais e migratórias pessoais e grupais dentro das organizações de acordo com as suas missões.

3- Porque queremos estudar a competência intercultural no contexto das agências europeias descentralizadas?

A União Europeia dispõe de um conjunto de instituições para atingir os seus objetivos comunitários. Cada uma delas, de acordo com os seus propósitos e fins específicos, deverá contribuir com informação para o bem comum. De entre todas estas instituições da EU, existem as Agências Europeias descentralizadas e que foram criadas para desenvolver funções técnicas e científicas, com o objetivo de informarem e ajudarem as instituições de gestão política da União a tomar decisões.

As agências europeias ocupam-se “de questões e problemas” que afetam diariamente a vida quotidiana dos mais de 500 milhões de pessoas que vivem no seu espaço. São espaços multiculturais onde os seus colaboradores, durante as suas missões e práticas diárias, podem vislumbrar e experimentar o outro lado da violência e conflito multicultural, manifestando-se de diversas formas nos espaços públicos, que deveriam ser um terreno seguro, de enriquecimento e de inclusão para todos e não de discriminação e de exclusão.

Os funcionários das Agências Europeias devido ao contexto e às missões destas organizações, devem possuir uma elevada competência intercultural, onde a aprendizagem social e cultural, assim como a comunicação intercultural, tornam-se cada vez mais complexas e desafiadoras, exigindo aos colaboradores a capacidade de interagir efetivamente com indivíduos de diferentes origens culturais.

São sobretudo nestes espaços que se desenvolvem discussões e propostas de decisões políticas e também operacionais sobre migrações, proteção de fronteiras, direitos humanos, racismo, asilo para refugiados, terrorismo internacional e transnacional, investigação criminal, igualdade de género, diversidade, toxicoddependência, entre outras competências inerentes às suas próprias missões.

Como resultado, estas agências precisam de desenvolver suas próprias abordagens para a aprendizagem social e cultural que levem em conta as necessidades e desafios específicos do seu trabalho. Uma dessas formas é garantir que haja uma boa comunicação intercultural dentro da organização, procurando ajudar a que as diferentes culturas sejam respeitadas e que a aprendizagem organizacional possa ocorrer em pé de igualdade.

4- Metodologia

A metodologia utilizada é de caráter exploratório, e o artigo desenvolve-se com base na comunicação apresentada nas “XVI Jornadas Internacionais Grandes Problemáticas do Espaço Europeu 27 a 29 de maio de 2022 FLUP” tendo por base os resultados preliminares da amostra recolhida no âmbito de um trabalho de Doutoramento em Relações Interculturais, que incluiu 723 respondentes internacionais no contexto europeu, os quais autoavaliaram as suas competências interculturais, através de um questionário com 73 perguntas, em versão inglesa, utilizando a plataforma do “EUSurvey”, onde foram convidados a participar 2554 funcionários das agências europeias descentralizadas e do qual tivemos 723 respostas validadas, 377 indivíduos do sexo feminino e 446 do sexo masculino, distribuídos por 4 grupos etários da seguinte forma: 5,5% dos participantes no grupo até aos 34 anos; 25,4% no grupo de participante entre os 35 e os 45 anos; 46,9% entre os 45 e os 54 anos; e 22,2% dos participantes possuem uma idade superior a 55 anos.

A análise e o tratamento dos dados efetuado permitiu chegar aos resultados anteriormente referenciados na comunicação e que iremos apresentar de seguida. Os resultados focam-se sobretudo ao nível das atitudes onde se enquadram as seguintes capacidades: o respeito, a curiosidade e a vontade de aprender sobre outras culturas; a abertura a pessoas de outras culturas; a capacidade de não fazer juízos de valor; a capacidade de tolerância à ambiguidade e a valorização da diversidade cultural, bem como as competências transversais: a resolução de problemas, o trabalho em equipa, a adaptação a diferentes contextos, o relacionamento interpessoal, a independência e a autonomia.

5- Resultados e discussão

Cerca de 80% dos respondentes possuem mais de 10 anos de experiência em ambientes de trabalho multiculturais (Fig. 1), e mais de 13 % têm entre 5 e 10 anos nesses ambientes, o que numa primeira análise é garantia de qualidade nas respostas, quando abordamos a competência intercultural, onde se pretendeu obter a sua perceção acerca da capacidade para interagir e trabalhar em ambientes multiculturais, todos estes profissionais possuem muitos anos de experiência nestes contextos.

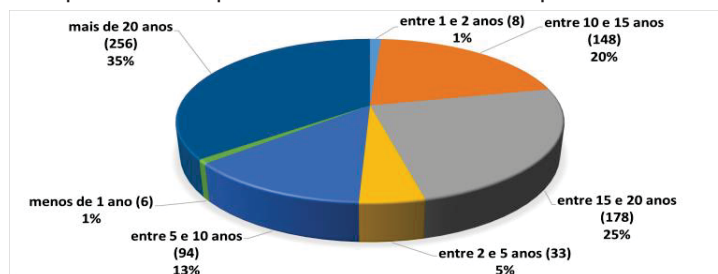


Figura 1: Trabalha em ambientes multiculturais há quanto tempo?

No entanto quando foram questionados se tinham frequentado algum tipo de formação que lhes tivesse fornecido algumas competências interculturais, segundo os mesmos apenas 47% afirmou que teve algum tipo de formação nesta área, sendo que a maioria 53%, responderam nunca terem tido formação em competências interculturais (Fig. 2) sendo, portanto, que para a maioria a sua “formação” foi feita através da experiência de trabalho nestes contextos.

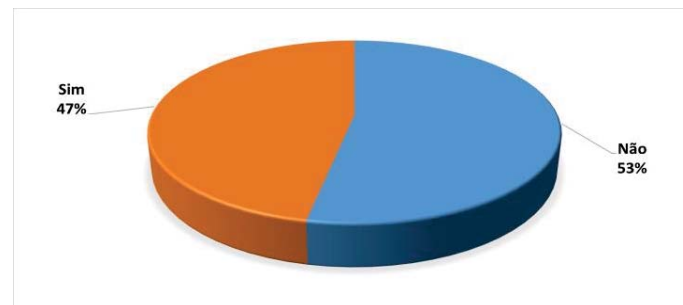


Figura 2: Tem algum tipo de formação em competências interculturais?

As agências europeias são verdadeiros locais de multiculturalismo e reunião de muitas pessoas oriundas das mais diversas regiões da Europa. Contudo, em termos de objetivos de trabalho são parametrizadas por objetivos organizacionais que levam a que os climas culturais vividos sejam de certa forma bastante padronizados a uma “cultura” muitas vezes estabelecida por regras e normas de comportamento vigentes nestas organizações. Quando se tentou perceber como era a relação de trabalho entre colegas dentro da mesma organização obtivemos um resultado que não nos parece ser complexo, como podemos observar pela Fig. 3, sendo que a maioria (53%) refere ser “muito fácil / fácil” o trabalhar com pessoas de origens culturais diferentes das suas, e só apenas 7% dos indivíduos o encara como “muito difícil / difícil”. Podemos afirmar que “trabalhar com pessoas com origens culturais diferentes das nossas”, não é uma questão relevante para os funcionários das Agências europeias descentralizadas.

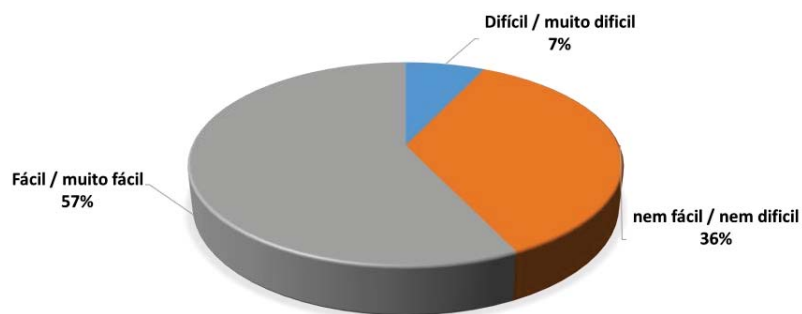


Figura 3: Trabalhar com pessoas que possuem uma origem cultural diferente da nossa.

Contudo, quando os participantes são questionados sobre a presença de pessoas com origens culturais diferentes, no ambiente de trabalho, descobrimos que para cerca de 9% essa presença ainda

causa algum desconforto ocasional (Fig.4). No entanto, as diferenças culturais não são entendidas nem percecionadas como obstáculos, quer para a realização de um trabalho mais eficaz ou para a coesão do grupo de trabalho, ou sequer ainda como um obstáculo para a relação de confiança em termos profissionais, como se podem observar pelas Figuras 5, 6 e 7.

Quando se questiona se as diferenças culturais podem ser um obstáculo para a realização de um trabalho eficaz, a maioria é esmagadora com 79% a discordar totalmente, registando-se apenas 6% em sentido contrário (Fig. 5).

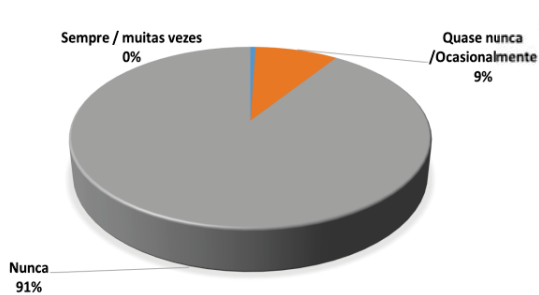


Figura 4: A presença de pessoas de outras culturas causa desconforto?

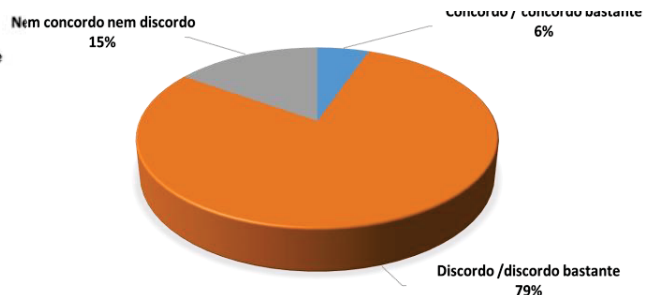


Figura 5: As diferenças culturais dos membros da equipa são um obstáculo para um trabalho eficaz?

Estes valores vão no mesmo sentido também para a perceção que os respondentes têm em relação aos colegas, de diferentes culturas da sua, e se é sentido como um obstáculo para a coesão do grupo de trabalho (Fig.6), assim para a maioria dos respondentes (72%) as questões culturais não são um obstáculo para a coesão do grupo de trabalho, contrapondo apenas 7% que vão em sentido contrário.

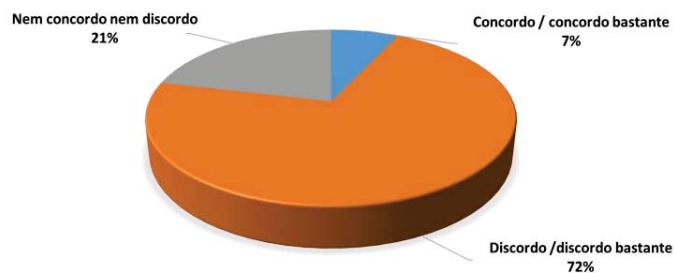


Figura 6: As diferenças culturais dos membros da equipa são um obstáculo para a coesão do grupo?

No que diz respeito à confiança os valores vão também no mesmo sentido, sendo que a perceção que os respondentes têm em relação aos colegas, de diferentes culturas da sua, e que se é sentido como um obstáculo para a confiança no trabalho (fig.7), assim para a maioria dos respondentes (81%) as questões culturais não são um obstáculo para a confiança no trabalho, contrapondo apenas 5% que vão em sentido contrário. Assim, podemos dizer que a confiança não é abalada por questões que digam respeito às diferenças culturais e sabemos que a criação de confiança é um processo extremamente

complexo e delicado e que exige um grande envolvimento, disponibilidade e abertura ao outro e entre os pares. Podemos dizer que neste ponto a confiança até sai reforçada.

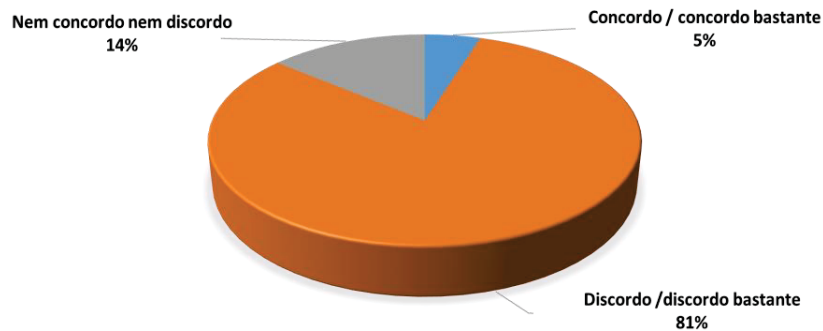


Figura 7: As diferenças culturais dos membros da equipa são um obstáculo para confiança no trabalho?

No mesmo sentido, quando se questiona sobre se as diferenças culturais dos membros da equipa são um obstáculo para a resolução de problemas (Fig.8), o valor é muito baixo para quem concorda com esta afirmação (4%) em relação ao valor apresentado por quem discorda dela totalmente (67%). Quer os processos de resolução de problemas quer os processos de negociação, requerem habilidades próprias e específicas que, quando em ambientes multiculturais, deverão ser muito bem suportados por uma competência intercultural elevada. Contudo, se os processos de resolução de problemas estiverem mais associados à resolução de questões técnicas retira muito peso às questões de origem relacional o que poderá tornar estes processos mais facilitados. Assim, podemos dizer que estes valores vêm reforçar os valores obtidos anteriormente sobre a confiança no trabalho.

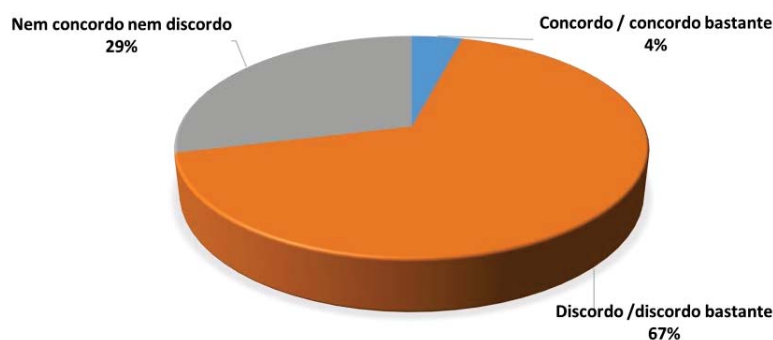


Figura 8: As diferenças culturais dos membros da equipa são um obstáculo para a resolução de problemas?

Quando questionados sobre processos de negociação com colegas de diferentes origens culturais, a multiculturalidade torna-se um fator de grande relevância e pode representar um obstáculo significativo. Os resultados obtidos revelam perceções divergentes entre os respondentes quanto à dificuldade dessas negociações (Fig.9). Dos valores obtidos, para 15% dos respondentes consideram que é "muito difícil ou

difícil", enquanto cerca de 30% afirmam que é "fácil ou muito fácil". No entanto, a maioria dos participantes (55%) não categoriza essas negociações como fáceis ou difíceis, indicando uma alta indecisão nesta questão.

O processo de negociação é complexo do ponto de vista psicossocial, envolvendo uma complexa estrutura de análise, atitudes e opiniões que são influenciadas pela diversidade cultural dos envolvidos. Essa complexidade é acentuada pela necessidade de compreender e respeitar as diferenças culturais, lidar com estereótipos, preconceitos e barreiras de comunicação, além de adotar estratégias de negociação às especificidades culturais presentes. Portanto, é fundamental reconhecer e abordar a complexidade da multiculturalidade nos processos de negociação, levando em consideração a diversidade de valores, percepções e comportamentos culturais envolvidos.

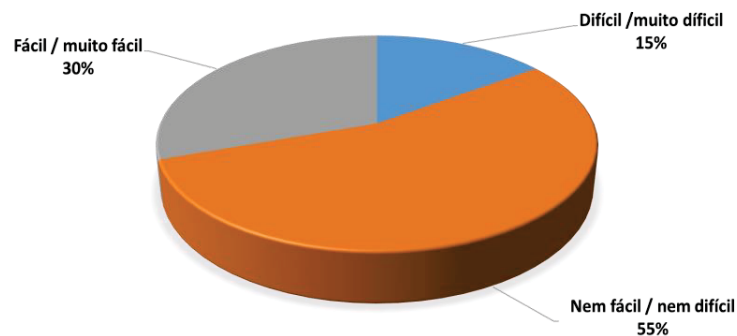


Figura 9: Negociar com pessoas que possuem uma origem cultural diferente da nossa.

Desde o ano 2000 que são proibidas, na União Europeia, todas as formas de discriminação entre indivíduos. A discriminação é um conceito amplo e dinâmico podendo ser provocada por indivíduos e/ou instituições. A discriminação pode consistir em ações ou omissões, provocando uma sensação de inferioridade ou de exclusão a uma pessoa ou a um grupo de pessoas devido à sua pertença, origem, cultura, género, geração, orientação sexual ou a um outro fator diferente de quem provoca essa discriminação.

Neste sentido, perguntámos se alguma vez, os participantes, já se sentiram culturalmente discriminados dentro das suas organizações, sendo que obtivemos um valor em que a maioria (67%) afirmou que nunca se tenha sentido culturalmente discriminado. Consideramos os 33% dos inquiridos que respondeu que já se tinha sentido culturalmente discriminado (Fig.10), um valor alto. Neste caso temos que 3% referem que foram sempre ou quase sempre discriminados culturalmente e que 30% foi de alguma forma ou ocasionalmente culturalmente discriminado.

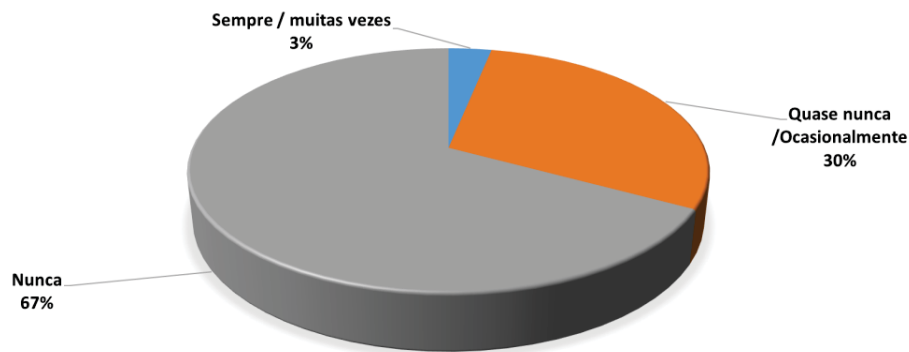


Figura 10: Já se sentiu culturalmente discriminado na sua organização?

Nestas agências europeias, onde se trabalha em ambientes multiculturais e se lida com incidentes e problemas decorrentes de diferenças culturais e violações dos direitos humanos, como migrações, refugiados e tráfico de pessoas, é fundamental promover a tolerância e combater a discriminação.

Para alcançar este objetivo, é essencial desenvolver uma cultura organizacional baseada em valores que rejeitem estas situações, tornando-as inaceitáveis dentro das instituições europeias.

Apesar de todas as legislações vigentes facilitadoras nos processos de integração cultural, as relações interculturais serão sempre condicionadas pelos processos educativos vigentes nas diferentes culturas e, sobretudo, na célula cultural e educativa básica, que é o seio familiar. As relações interculturais são muitas vezes perturbadas tendo por base diversos preconceitos e estereótipos desenvolvidos desde cedo e que podem levar a diferentes formas de discriminação.

Finalmente, procurámos saber mais sobre o contexto organizacional mais comum dos últimos dois anos, em que estivemos a viver em contexto de pandemia da covid-19, e em que as relações interculturais em ambientes de trabalho virtual, foram levadas a um extremo. Na realidade esta situação, dentro destas agências não era algo de incomum, pois os ambientes virtuais já eram utilizados em muitas situações. No entanto, durante a pandemia Covid 19, foi levada ao seu expoente máximo com quase todos os funcionários a trabalhar remotamente de suas casas, mas, desta vez, nos seus países de origem. E, mais uma vez, foi reportado que as diferenças culturais em equipas virtuais, também faziam diferença na forma de trabalhar, na execução e na obtenção de objetivos. Os resultados mostram que a perceção dos respondentes é de que para 4%, as diferenças multiculturais fazem com que equipas em trabalho virtual não funcione de forma eficaz, sendo que para 17% é indiferente e para a grande maioria (78%) acha que as equipas em trabalho virtual não são afetadas pelas diferentes origens culturais. (Fig.11).

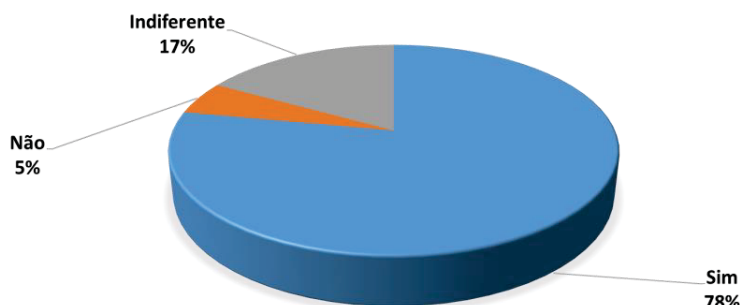


Figura 11: Acha que uma equipa de trabalho virtual com membros de diferentes origens culturais pode funcionar de forma eficaz?

6- Conclusão

Este estudo permitiu fazer uma abordagem da perceção à competência intercultural que os profissionais das agências europeias descentralizadas fazem e à sua importância. Organizações onde todos trabalham em conjunto para um objetivo comum é importante conhecer quais as perceções e importância que estes profissionais atribuem aos diferentes domínios da competência intercultural.

Estes dados preliminares precisam de ser confrontados com mais informação e abordagem de carácter misto, ou seja, de cariz quantitativo e qualitativo, bem como a utilização de uma abordagem comparativa e aprofundada. Tais estudos poderão revelar possíveis fenómenos internos dentro das agências europeias ao nível das componentes da competência intercultural. Podemos encarar a competência intercultural como um processo de desenvolvimento e adaptação aos contextos, onde se consiga contextualizar experiências interculturais dentro das organizações de acordo com as suas missões. No entanto, e apesar destas limitações, permitiu-nos apresentar algumas reflexões sobre a importância e a necessidade de se investir em formação multicultural nestas agências ao nível do desenvolvimento da competência intercultural dos seus profissionais.

As agências europeias descentralizadas devem estar atentas aos indicadores sobre a competência intercultural, muitas vezes por inerência das suas missões, e intervir e decidir em muitas situações internacionais relacionadas com o multiculturalismo e diversidade, migrações, refugiados, asilos, investigações de tráfico de seres humanos, bem como muitos outros problemas, como a segurança dos medicamentos, segurança alimentar e segurança de bens e pessoas.

Muitas destas organizações já possuem programas de formação e desenvolvimento que ajudam os seus colaboradores a melhorar sua competência intercultural, procurando que estes sejam mais competentes e atentos no que diz respeito à forma de comunicar e trabalhar efetivamente com pessoas de outras culturas.

Será também importante que estas organizações através dos seus profissionais, sejam, no seu interior, competentes interculturalmente, para que o consigam ser ainda mais no seu exterior durante as

suas missões especiais e que sejam culturalmente sensíveis e não discriminatórias, aos cidadãos de toda a Europa e, também, a todos aqueles que são provenientes de outros continentes, muitas das vezes fragilizados e que, por diversos motivos, buscam nesta Europa multicultural um espaço de segurança, liberdade e oportunidade.

Alguns dos domínios mais importantes da competência intercultural incluem: compreender e respeitar as diferenças culturais; ser capaz de comunicar eficazmente com pessoas de outras culturas; ser capaz de trabalhar em colaboração com pessoas de outras culturas; ter uma compreensão profunda da sua própria cultura. Cada um desses domínios é importante à sua maneira, e todos juntos podem criar uma base sólida para a competência intercultural. No entanto, é importante lembrar que cada pessoa tem sua própria cultura e formação únicas, por isso também é importante ser flexível e adaptável ao trabalhar com outras pessoas.

A competência intercultural permite que se interaja de maneira mais eficaz e aceitável com os outros quando se trabalha com grupos e equipas cujos membros têm diferentes origens culturais. A competência intercultural pode ainda revelar valores e crenças, costumes nacionais, regionais e locais e, em particular, atitudes e práticas que afetam a maneira como cada um trabalha. O diálogo, a cooperação, a comunicação e a resolução de problemas fazem parte do dia a dia destas organizações onde a diversidade cultural é um elo comum, daí a possibilidade de contribuir para uma maior acomodação de boas práticas, para a comunicação e cooperação intercultural dentro e entre organizações, aumentando a sensibilidade, a consciência intercultural e a promoção da competência intercultural nas Agências Europeias, contribuindo igualmente para a democratização no espaço europeu.

7- Bibliografia

ALCOFORADO, L., *et al.* (2018). *A multiculturalidade na Europa: tendências, reflexões e desafios, a propósito da população escolar de um município da área metropolitana de Lisboa*. Debater a Europa, (19), 69-93.

BOUSSEMARY, J. & GODET, M. (2018). *Europe 2050: Demographic Suicide and Low Growth on the Old Continent*. *European issues*. Fondation Robert Schuman, (462).

CHEN, G. & STAROSTA, W. (2000). *The development and validation of the intercultural communication sensitivity scale*. *Human Communication*, 3, 1-15.

CE - Conselho da Europa. (2007). *The intercultural competences developed in compulsory foreign language education in the European Union, languages and cultures in Europe (LACE)*. Strasbourg: Council of Europe.

DEARDORFF, D. (2006). *Identification and Assessment of Intercultural Competence as a Student Outcome of Internationalization*. *Journal of Studies in International Education*, 10, 241-266.

DEARDORFF, D. (2009). *The SAGE Handbook of Intercultural Competence*. Thousand Oaks, CA: Sage.

DEARDORFF, D. & JONES, E. (2012). *Intercultural competence: An emerging focus in post-secondary education*. Sage, Thousand Oaks, USA, 283-302.

HODGMAN, M. (2018). *Employers' perspectives on the performance of higher education institutions in preparing graduates for the workplace: a review of the literature*. Business and Economic Research , 8, 92-103. <https://doi.org/10.5296/ber.v8i3.13370>

JELONEK, M. & URBANIEC, M. (2019). *Development of sustainability competencies for the labour market: an exploratory qualitative study*. Sustainability, 11, 1-16. <https://doi.org/10.3390/su11205716>

JOUE - Jornal Oficial da União Europeia. (2019). *Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre «O custo da não imigração e da não integração»* (parecer de iniciativa - 2019/C 110/01).

PEM. (2015). *Plano Estratégico para as Migrações 2015 – 2020*. Alto Comissariado para as Migrações, https://www.acm.gov.pt/documents/10181/222357/PEM_net.pdf

PORTALLA, T. & CHEN, G. M. (2009). *The Development and Validation of the Intercultural Effectiveness Scale*. Annual Conference of International Association for Intercultural Communication Studies. Kumamoto, Japan. <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED509135.pdf>

POURAKBARI, A. & CHALAK, (2015). *Intercultural Sensitivity: An Empirical Study of Iranian EFL Learners*. International Journal of English Language Education, 3(2).

RAMOS, N. (2008). *Saúde, Migração e Interculturalidade. Perspectivas Teóricas e Práticas*. João Pessoa: EDUFPB, 348.

RAMOS, N. (2009). *Diversidade Cultural, Educação e Comunicação Intercultural. Políticas e Estratégias de Promoção do Diálogo Intercultural*. Revista Educação em Questão, 34(20), 9- 32. <http://www.incubadora.ufrn.br/index.php/req/article/viewFile/695/601>

RAMOS, N. (2011). *Educar para a interculturalidade e cidadania: princípios e desafios*. Educação e Formação de Adultos. Políticas, Práticas e Investigação. Ed. Universidade de Coimbra, 189-200.

RAMOS, N. (2012). *Comunicação em Saúde e Interculturalidade - Perspectivas Teóricas, Metodológicas e Práticas*. RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde, 6(4):1-11

RAMOS, N. (2013). *Interculturalidade(s) e Mobilidade(s) no espaço europeu: viver e comunicar entre culturas*. The Overarching Issues of the European Space, Faculdade Letras Universidade do Porto, 343-360. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12349.pdf>

RAMOS, N. (2014). *Conflitos interculturais no espaço europeu. Perspetivas de prevenção e intervenção*. The overarching issues of the European space: the territorial diversity of opportunities in a scenario of crisis. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 225-245.

RAMOS, N. (2020). *L'intégration des migrants et des réfugiés dans les villes: droits de l'homme, politiques publiques et santé*. Dynamiques migratoires Sud-Sud et intégration des immigrées subsahariens dans les sociétés d'accueil. Faculté des Sciences Juridiques, Economiques et Sociales, Université Chouaïb-Doukkali, 79-102. <http://hdl.handle.net/10400.2/10598>

RATHJE, S. (2007). *Intercultural Competence: The Status and Future of a Controversial Concept*. Language and Intercultural Communication, 7(4).

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 141/2019 D.R I Série, (20/8/2019), 45-54.

SCHMIDMEIER, J. & TAKAHASHI, A. (2018). *Competência intercultural grupal: uma proposição de conceito*. Cadernos EBAPE. 16(1), 135-151. <https://doi.org/10.1590/1679-395159430>

SPITZBERG, B. & CHANGNON, G. (2009). *Conceptualizing Intercultural Competence*. Sage Publications.

THE MOVEMENT OF NEW LABOUR IMMIGRANT POPULATIONS TO RURAL AREAS: THE CASE OF LITHUANIAN NATIONALS IN IRELAND

O MOVIMENTO DE NOVAS POPULAÇÕES DE TRABALHADORES IMIGRANTES PARA ÁREAS RURAIS: O CASO DOS LITUANOS NA IRLANDA

Mary CAWLEY

School of Geography, Archaeology and Irish Studies and Whitaker Institute, University of Galway
mary.cawley@nuigalway.ie

Resumo

A migração relacionada com o trabalho das economias em desenvolvimento está a aumentar a nível internacional, para satisfazer as necessidades de emprego das economias desenvolvidas. As novas populações imigrantes tendem a deslocar-se inicialmente para as grandes cidades, onde as oportunidades de emprego são maiores. O movimento posterior descendente na hierarquia urbana também está documentado. O recrutamento de mão-de-obra imigrante para atividades económicas primárias baseadas em zonas rurais também está a ser estabelecido a nível internacional, muitas vezes com autorizações de trabalho de duração variável. Recomenda-se que sejam realizadas mais pesquisas sobre a distribuição espacial do trabalho imigrante num conjunto mais amplo de países, a fim de contribuir para uma melhor compreensão do fenómeno, fornecer um melhor contexto para a investigação de estudos de caso e contribuir para a teoria. Este capítulo fornece uma análise quantitativa da distribuição dos imigrantes lituanos na Irlanda numa escala geográfica detalhada. Os lituanos têm livre acesso ao mercado de trabalho desde 1 de Maio de 2004, altura em que o seu país se tornou membro da União Europeia (UE). Os resultados ilustram associações com cidades e grandes vilas, mas também dispersão para locais de menor dimensão e áreas rurais.

Palavras-chave: migração laboral, lituanos, Irlanda rural.

Abstract

Labour-related migration from developing economies is increasing internationally, to meet the employment demands of developed economies. New immigrant populations tend to move initially to large cities where employment opportunities are greatest. Later movement down the urban hierarchy is also documented. Recruitment of immigrant labour to rural-based primary economic activities is also becoming established internationally, often on work-permits of varying duration. It is recommended that further research should be conducted on the spatial distribution of immigrant labour in a wider range of countries to contribute to better understanding of the phenomenon, provide a better context for case study research and contribute to theory. This chapter provides a quantitative analysis of the distribution of Lithuanian immigrants in Ireland at a detailed geographical scale. Lithuanians have had free access to the labour market since 1st May 2004 when their country became a member of the European Union (EU). The results illustrate associations with cities and large towns but also dispersal to smaller size places and rural areas.

Key words: labour migration, Lithuanians, rural Ireland.

1- Introduction

The attraction of international migrants to fill deficits in the local labour supply in developed economies has increased in recent decades (de Haas et al., 2020). Such migrants often move initially to large 'gateway' cities where the demand for labour is greatest (Sassen, 1996). Recruitment of immigrant labour to rural-based economic activities such as agriculture and agricultural processing, horticulture and mining is also well-established internationally in countries like Canada, Greece, Portugal, Spain, the United Kingdom and the United States of America, often on work-permits of varying

duration (Argent & Tonts, 2015; Barcus & Simmons, 2013; Findlay & McCollum, 2013; Fonseca, 2008; Hoggart & Mendoza, 1999; Jentsch & Simard, 2009; Kasimis, 2008; Massey, 2008; Preibisch, 2007). Immigrants who move to large cities initially may later move down the urban hierarchy to smaller towns and villages (see e.g., Fonseca, 2008; McAreavey, 2017). Rye & Slettebak (2020) recommend that further research should be conducted on the spatial distribution of immigrant labour and changes over time in those distributions, in a wider range of countries and political contexts, to contribute to better understanding of the phenomenon internationally, provide greater context for case studies and contribute to theory. This chapter is designed to present evidence relating to Lithuanian immigrants in Ireland as a contribution to the literature.

The reported research is based on published and unpublished census of population data for Electoral Divisions (ED), which are the smallest areas for which comprehensive data are available in the Irish census of population. Lithuanian nationals are one of the two recent EU immigrant groups in Ireland for whom count data are available at ED level in the census of population since 2006 (the other group being Polish nationals). Their changing distribution is traced here with particular reference to the census years 2006, 2011 and 2016 using choropleth mapping. The distributions are analysed through application of the Hoover index (H) of population concentration and deconcentration and the Dissimilarity index (D) which permits the immigrant distributions to be compared with those of Irish nationals. These indexes permit more detailed understanding to be gained of a population's distribution than available from mapping alone. The relationship with key sectors of employment is discussed. Information relating to the employment of Lithuanians by ED is not available publicly from the census. Summary reports by the Central Statistics Office (CSO) indicate the main types of employment in which they are involved. These sources are used together with information relating to the location of the relevant types of employment in order to help explain the distribution patterns identified.

The chapter proceeds by presenting: (i) a brief introduction to the urban and rural distribution of immigrant labour internationally; (ii) the context in which Lithuanians immigrated to Ireland; (iii) the sources and the methodology used; (iv) the results; and (v) a summary discussion.

2- The urban-rural distribution of immigrant labour

The attraction of large cities for labour immigrants is well-established because of the range of employment opportunities that are available to them, under both conditions of free movement and undocumented status. These opportunities include highly paid employment where skills and education are recognized but also lower paid and precarious employment (Sassen, 1996). Dispersion down the urban hierarchy takes place over time, often over several generations. Since the late 1990s direct movement and dispersal to small towns and rural areas has been documented widely (see Jentsch & Simard [2009] for an overview). The underlying influences are closely related with the restructuring of rural economies and improved levels of education and training among the indigenous young people. Primary agricultural production, forestry and mining activities and their processing have become increasingly industrialised. Employment has sometimes declined but in other cases, such as agriculture and the food sector, intensive manual activities have expanded (Findlay & McCollum, 2013; Rogaly,

2008). The types of employment that are available are no longer attractive to many of the increasingly educated young native population, who tend to move elsewhere, if opportunities arise (Kasimis, 2008; Rye & Scott, 2018). Sometimes, the immigrants play a role as secondary forms of labour, by compensating for local labour deficits, instead of capturing jobs from locals. The willingness of some immigrant labour to accept employment that may be below their skill levels and educational qualifications is attributed, inter alia, to the comparatively higher wage levels available in contrast with the area of origin and a desire to obtain experience of living in another country (de Haas et al., 2020). In Europe, immigrant labour from other European low wage economies has been identified as often moving to low paid and low skilled employment in building and construction, hospitality and tourism, agriculture, food processing, retail, health care, domestic work and manufacturing (Jentsch & Simard, 2009; McAreavey, 2017).

Large scale civic building and construction projects are frequently major sources of employment for migrant males and can involve health risks (Chan, Clarke & Dainty, 2010). Food processing activities may involve demanding unpleasant work in abattoirs, meat packing and fish processing facilities, for example (Rye & Scott, 2018). Seasonal labour demands in restaurants and hotels in tourist areas are frequently filled by both male and female migrant workers, and they may work unsocial hours that are not acceptable to local workers in retail establishments and cafés (Rye & Scott, 2018). Migrant female workers may find demanding employment in elderly care homes and as cleaners in private homes (Kasimis, 2008; Maher & Cawley, 2016; Walsh & O'Shea, 2010).

3- Labour immigration to Ireland

Ireland has been known as a country of emigration dating back to a period of severe famine in the mid-nineteenth century. From the late 1990s, however, the state experienced one of the highest rates of economic growth among the Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) countries, associated with national and European Community (EC)/European Union (EU) investment and the attraction of overseas companies (Sweeney, 1999). The demand for labour grew rapidly in a range of sectors from the late 1990s beyond the capacity of the local market to fill and labour was recruited internationally (Quinn, 2010). From the late 1990s also, the citizens of eight former Soviet Bloc countries of Eastern and Central Europe, that were negotiating access to membership of the EU, were prioritized for Irish work permits (MacÉinrí & White, 2008). After their accession to membership on 1st May 2004, their citizens had immediate access to employment in Ireland (and in Sweden and the UK), and their numbers increased (Quinn, 2010). Unemployment was high in their own countries at this time because of economic restructuring associated with the transition from a socialist economy (Favell, 2008).

Central Statistics Office (CSO) summary reports reveal that the main sectors in which Lithuanians found employment in Ireland were building and construction (prior to the recession of 2008), manufacturing (which includes meat processing), wholesale and retail activities, hospitality, and business services (CSO, 2008, 30 & 34; CSO, 2017a). The rapidly growing agricultural production and agricultural processing sectors, which have particular geographical distributions, were of importance for

them and recruitment took place through agents in Lithuania. These include beef processing for export which expanded markedly during the late 1990s in small and medium sized towns throughout the country (Crowley, Walsh & Meredith, 2008; Maher & Cawley, 2016); and pig and poultry processing which are concentrated in county Cavan and county Monaghan, respectively, in the north midlands (Figure 1) (Crowley et al., 2008). During the 1980s, Ireland became an important producer of mushrooms for the domestic and export markets, initially based in small towns in county Monaghan and later being introduced in parts of the west and the south (Crowley et al., 2008). Growing demand from population growth contributed to the expansion of horticultural production in the northeast of Ireland, a traditional vegetable growing area for the Dublin market, and in the environs of other large cities and in parts of the northwest and the southeast (Crowley et al., 2008) (Figure 1). The rapidly expanding tourism sector in scenic rural areas, the expansion of restaurants and cafés and retail establishments in small as well as large settlements also provided employment, particularly for female immigrants (Wickam et al., 2008).



Figure 1: Irish counties
Source: Tailte Éireann county outlines

The Irish construction sector collapsed in 2008, due to both national and international factors and was instrumental in causing the failure of the banking sector, leading to recession. The recession was identified as contributing to unemployment of 60% among migrant workers and some return migration took place to the countries of origin (Krings et al., 2011). Only a minor decline (-0.36%) took place in the Lithuanian population in Ireland, between 2011 and 2016, as the Irish economy recovered slowly from

recession (Table 1). Some return migration may have been replaced by new immigrants. Zaiceva and Zimmermann (2012) suggest that outmigration of Lithuanians from Ireland and a number of other countries, during recession and recovery, was due to a combination of return migration for economic, family and cultural reasons and movement to other countries where employment opportunities became available. Preliminary information from the 2022 census of population reveals continued and increased outmigration of Lithuanians from Ireland (their number declined by -14.7% between 2016 and 2022) (CSO, 2023). The Lithuanian economy recovered slowly following the recession of 2008 and more rapidly following the COVID-19 pandemic, which probably encouraged return during the census years 2016-2022, but has been affected very negatively by the war in Ukraine (OECD, 2022).

4- Data sources and methods of analysis

The analysis conducted involved study of the distribution of Lithuanian nationals in Ireland between cities, towns and rural areas, choropleth mapping at a detailed ED level which enabled urban and rural differences to be disaggregated further and application of the H index (see Barcus & Simmons [2013]) and the D index (see Lichter & Johnson [2006]; and Rogerson & Plane [2013]). Attention then focused on 'rural' areas, as defined for the purposes of the study.

There are 3409 EDs in Ireland which include urban and rural areas. EDs vary in size from less than one Km² to more than 100 Km² and the populations vary from less than one hundred in some peripheral rural locations to several thousands in urban areas. Choropleth mapping was used to illustrate the density of Lithuanian nationals per 10km² by ED, for each of the three census years. This mapping permits urban and rural distributions to be identified visually. For reasons of space only the density map for 2016 is included here but the main patterns and trends over time are discussed. The H and D indexes were calculated for EDs for each census year. Because parts of the environs of urban EDs overlap adjoining rural EDs, further disaggregation of EDs was undertaken to attain a better understanding of trends in the more rural areas in 2016. Towns of 10000 population and over and their ED environs (at least 50% of whose population were part of the town) were removed from the data base manually using unpublished census data files, giving a total of 2810 'rural' EDs. The H and D were calculated for these EDs for 2016.

The H index measures the extent of concentration and deconcentration of a population in a region that is disaggregated into a set of subregions; EDs in this instance. The index can range of 0 to 100 with the larger values representing a higher degree of concentration. "The value of the index can be interpreted as the proportion of the total population that would need to be redistributed across subregions to achieve equal population densities in all subregions" (Rogerson & Plane, 2013: 99). A decrease in the value of the index over time would indicate that the population in question is becoming more dispersed and an increase would indicate greater concentration. The index is calculated as follows:

$$H_t = \frac{1}{2} \sum_{i=1}^n |p_{it} - a_i|$$

Where p_{it} and a_i denote subregion i 's percentage share of the total population at time t and its area, respectively, and where there are n subregions.

The D index measures the relative distribution of one population in relation to another across geographical areas (Lichter & Johnson, 2006). It is used here to measure dissimilarity between the distribution of the Lithuanian versus the Irish population. Like the H index, the value of D can range from 0 to 100. The value indicates the percentage of a minority population that would need to be redistributed to be similar in distribution to the majority comparator population. The index is expressed as follows:

$$D_t = \frac{1}{2} \sum_{i=1}^n |m_{it} - c_{it}|$$

Where m_{it} and c_{it} are the respective percentages of a minority migrant group (Lithuanian nationals) and the comparator population (Irish nationals) residing in an ED i at time t . If the minority population percentage (m_{it}) and the comparator percentage are equal in all EDs then the index is equal to 0 meaning that they are distributed in the same percentages over all EDs and residential segregation is low (Lichter & Johnson, 2006). If the index equals 100 this means that segregation is high and 100 percent of the minority population would have to move to other EDs to be similarly distributed to the majority population. The D values serve to complement the information available from the H index.

5- Results

Lithuanian nationals were recorded for the first time in the Irish census of population in 2002. They numbered just over 2000 people, but an unknown amount of underreporting took place (Table 1). The major increase in numbers between 2002 and 2006 is therefore considered to be an overestimate, although large numbers of both groups moved to Ireland after 2004 (MacÉinrí & White, 2008).

Table 1: Ireland: Lithuanian nationals usually resident and present on census night

Population	2002	2006	2011	2016	% change		
					2002-06	2006-2011	2011-2016
State total	3744059	4172013	4525281	4689921	11.43	8.47	3.64
N of Lithuanians	2104	24628	36683	36552	1070.53	48.95	-0.36
Lithuanian as % of total population	0.05	0.60	0.81	0.78			

Sources: CSO (2003), Table B0439; CSO (2007), Table C0437; CSO (2017a), Table E2070.
 Note: the population resident and present on census night is slightly less than the total population.

The number of Lithuanian nationals in Ireland grew by almost 50% between 2006 and 2011 and fell slightly between 2011 and 2016 (Table 1) when the rate of growth in the total population also eased, indicative of a slow recovery from recession. According to CSO reports, based on unpublished data, the percentage of Lithuanians under 20 years of age remained stable between 2006 and 2011, pointing to continued immigration in the earlier years at least (CSO, 2012a). The CSO reports show also that family

formation and the birth of children increased over time, indicative that some migrants at least were more than transient workers. Unemployment in Lithuania and the higher average wages available in Ireland are recognized as primary reasons for immigration to Ireland (Thaut, 2009), but a desire for personal freedom, experience of other cultures, higher education acquisition and improving English language competency were involved for some immigrants (Gilmartin et al., 2008).

6- The distribution of Lithuanian nationals, 2006-2016

Following the international evidence, Dublin City, the capital, and its suburbs and the other major cities of Cork, Limerick and Galway, and Waterford to a lesser extent, were the principal destinations for the Lithuanian immigrant workers and accounted for 34.7% of the total immigrant group in 2006 (Table 2). The percentage present exceeded the respective proportion of the native population in the capital area until 2016. Lithuanian nationals also moved to towns with a population of 10000 and over which contain county capitals and other large settlements (in Irish terms). The relative percentage of Lithuanians in towns with 5000-9999 population was double that of the Irish nationals in 2006, 2011 and 2016, suggesting the adoption of employment that may have been less attractive to nationals. Some of these towns are locations of meat processing facilities.

Table 2: Irish and Lithuanian nationals: % distribution between different town size groupings and rural areas.

	2006 (%)		2011 (%)		2016 (%)	
	Irish	Lithuanian	Irish	Lithuanian	Irish	Lithuanian
Dublin City and suburbs	23.52	26.70	22.89	24.89	23.25	22.72
Other cities and suburbs	9.15	8.00	8.90	7.84	8.84	7.25
Towns 10000 +	14.02	24.7	15.18	29.14	15.70	31.07
Towns 5000-9999	6.30	14.8	6.21	13.43	5.92	13.76
Towns 3000-4999	2.49	5.90				
Towns 1500-2999	2.94	5.60				
Rural areas <1500 population	41.57	14.30				
Towns 2000-4999			4.70	10.38	4.70	10.13
Towns 1500-1999			1.43	2.10	1.55	2.05
Towns 1000-1499			2.07	2.59	2.06	2.36
Towns 500-999			2.79	2.15	2.87	2.14
Towns <500			2.67	1.36	2.60	1.45
Remainder of country			33.20	6.13	32.50	6.80
Total number	3610498	24628	3927143	36683	4082513	36552

Sources: CSO (2007a), Table 39; CSO (2008), Table A2; CSO (2017b), Table E7004.

In 2006, Lithuanian nationals were less represented than Irish nationals, at an aggregate level, in places with less than 1500 population. Data for small towns for 2011 and 2016, however, illustrate movement of the immigrants to towns of 2000-4999 population. Low percentages and small numbers were also present in smaller places and in areas of open countryside. A number of factors probably contributed to the latter phenomenon: employment in retail and other services, as recovery from recession took place; family formation and the birth of children; and the cheaper cost of housing in such places because of excess supply following the building boom.

The distribution of the Lithuanian immigrants was mapped as a density per 10km² by ED for the three census years. Because of limitations of space only the density map for 2016 is presented and it illustrates the maximum spread of the population to date (Figure 2). The maps not included, as might be expected from Table 2, illustrate an association with cities, towns and adjoining rural areas. The densities decreased with distance from towns with a population of 10000 and over (the highest densities on the map). Evidence of increased movement into more rural areas was apparent but there were 1896 EDs where no Lithuanians were resident in 2016 (55.6% of the total). These areas coincide with upland environments along the northwest, west and south coasts and in county Wicklow south of Dublin, and in agricultural areas outside the influence of towns (Figure 1 and Figure 2).

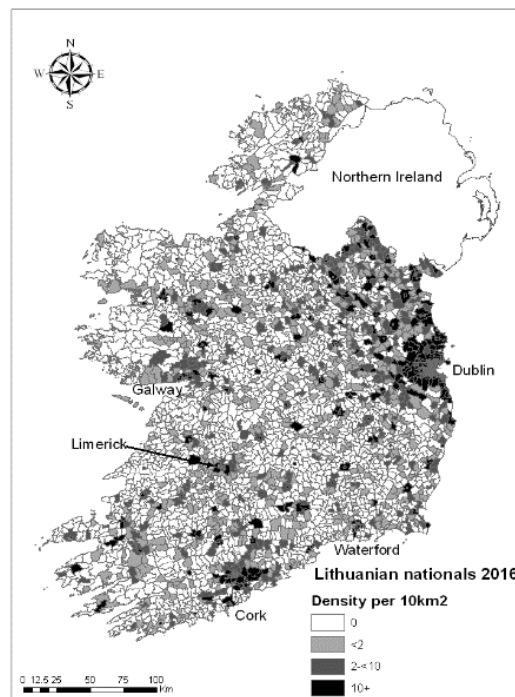


Figure 2: Density distribution of Lithuanian nationals in Ireland, 2016, by Electoral Divisions.
Source: CSO (2017b), Small Area Population Statistics.

The distribution of Lithuanian nationals by density shows a strong association with Dublin and the other main cities and with horticultural areas in north county Dublin and in county Louth, meat processing in counties Meath and Kildare and mushroom production and poultry processing in Monaghan and Cavan (Crowley et al., 2008) (Figure 1 and Figure 2). Higher densities elsewhere coincide with similar types of economic activities. The distribution of Lithuanians as a percentage of the total ED population further highlights their presence in counties Cavan and Monaghan and in EDs in county Mayo in western Ireland where meat processing and mushroom production take place (Figure 1 and Figure 3). More generally, Lithuanian nationals are present in medium size and small settlements in Ireland, as well as in larger towns and cities, reflecting their involvement in a wide range of retail services, manufacturing, health care, hospitality and catering, as documented in the CSO summary reports (Figure 3). However, they comprised less than 5% of the population in the majority of cases and exceeded 5% in only 19 EDs (Figure 3).

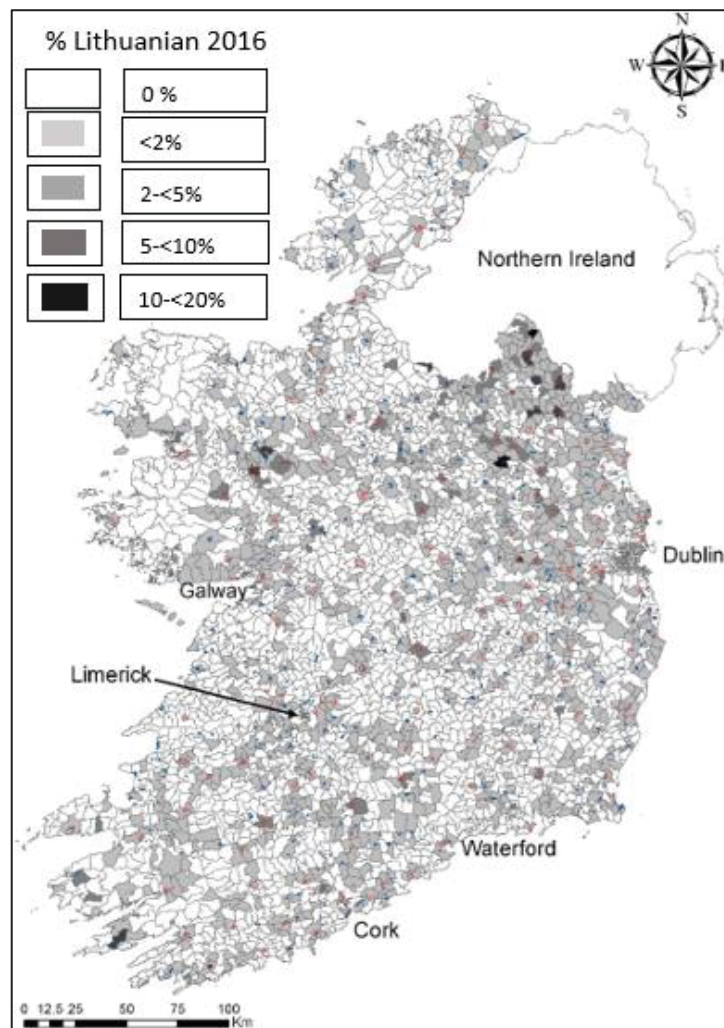


Figure 3: Distribution of Lithuanian nationals as % of total ED population in 2016
Source: As Figure 2.

7- Measuring changing Lithuanian distributions, 2006-2016

The Lithuanian nationals remained concentrated in large cities and towns but moved to smaller Irish population size places over time and by 2016 were present in 44.4% of EDs which is notable given that they numbered 36552 persons and represented less than 1% of the total population (Tables 1 and 2). The H index permits their density distribution across areas to be measured in greater detail. H can be interpreted as the extent of deconcentration that would be necessary for a population to be evenly distributed between all areal units. The values are presented for two sets of EDs, all EDs (3409) and 'rural ED' (2810) not containing towns and their environs with populations in excess of 10000 people, in Table 3. The relevant values for the Irish population are included for comparative purposes.

Table 3: Hoover Index values of population concentration of Irish and Lithuanians by EDs, 2006, 2011, 2016.

Nationality	Electoral Districts (n=3409)	'Rural' Electoral Districts (n=2810)
2006		
Irish	53.70	
Lithuanian	84.6	
2011		
Irish	54.99	
Lithuanian	83.96	
2016		
Irish	55.83	35.23
Lithuanian	83.27	77.78

Sources: CSO, 2007b, 2012b, 2017b and unpublished tabulations.

The EDs include cities, towns and rural areas. The Irish and the Lithuanian populations were unevenly distributed between EDs in all three years (Table 3). The Irish population was less concentrated, as one would expect because approximately one-third of the total population continues to live in the open countryside. Nevertheless, the substantial proportion of the larger native population living in cities and large towns is apparent from the fact that more than 50% of the total would have had to move to be equally distributed between areas. Irish nationals moved towards larger centres over time, as the values illustrate. The greater concentration of the Lithuanian population in a smaller number of EDs is highlighted by the fact that more than 80% of them would have had to move to be similarly distributed between areas. Nevertheless, deconcentration of Lithuanians between EDs is apparent from the decline in the values between the three census years. However, at the level of the 2810 'rural' EDs, when cities and large towns are excluded, the H values reveal greater dispersal of Irish nationals among such areas but concentration of Lithuanian nationals in particular areas (Table 3).

The D index of dissimilarity indicates the percentage of a minority population that would have to be redistributed to be similarly distributed to the majority population (Irish nationals). It may be viewed as an index of segregation. The index values provide further insight into the H values which measure the distribution of each group separately by density. Lithuanians were more concentrated in particular towns and rural areas than were Irish nationals in all years (Table 4). At the scale of 3409 EDs, almost 50% of the immigrant group would have to be redistributed to be similarly distributed to the Irish nationals in 2006. The index values declined between the three census years as the Lithuanians moved to smaller places. When cities and towns and their environs with populations in excess of 10000 were excluded (the 2810 EDs in 2016), the index was higher than in the case of the 3409 EDs indicating relative concentration in particular rural EDs as compared with the more widely distributed Irish nationals.

Table 4: Index of Dissimilarity values for Irish and Lithuanian nationals by EDs, 2006, 2011, 2016

Nationality	Electoral Districts (n=3409)	'Rural' Electoral Districts (n=2810)
2006 Lithuanian vs. Irish	49.90	
2011 Lithuanian vs. Irish	48.46	
2016 Lithuanian vs. Irish	47.61	57.97

Sources: CSO, 2007b, 2012b, 2017b and unpublished tabulations.

The H values add precision in understanding the distribution of Lithuanian nationals in Ireland as depicted in the census tabulations and in the choropleth maps (Table 1, Figures 2 and 3). They highlight the marked concentration of Lithuanian nationals in particular urban and rural areas and provide further evidence of deconcentration over time to smaller places. The D values reveal that considerable disparities exist between the distribution of the immigrant group and Irish nationals within both urban and rural areas. Also, although Lithuanian nationals were present in almost 44% of EDs, they remained minorities in relation to Irish nationals, as noted above (Figure 3).

8- Summary discussion

This study was designed to contribute to the literature relating to international labour migration by documenting the experience of Lithuanian nationals in Ireland between 2006 and 2016. Broadly following research by Barcus & Simmons (2013), the distribution of the immigrants was measured from census data, using choropleth mapping and measures of concentration and dissimilarity at a detailed geographical scale.

Choropleth mapping of the densities and distributions of the Lithuanian nationals for 3409 EDs illustrate a strong association with cities and towns but also wider dispersion to smaller towns and rural areas which increased over time. The immigrants were absent from peripheral upland and agricultural areas where employment opportunities were limited. Lithuanians were closely associated with areas of intensive horticulture, poultry processing and mushroom production in the north midlands and the northeast of the country. Close associations with meat processing in large and medium size towns was apparent more widely and the wide distribution of the immigrants in small numbers is indicative of engagement in an extensive range of occupations in towns of varying sizes. Apart from the availability of employment, personal connections with family and friends may have been influential in their wider movement. The H index values confirmed a concentration of the immigrant group in both particular urban and particular rural areas and their movement to smaller places. The D values of dissimilarity served to illustrate the ethnic diversity that is taking place in EDs by comparing the immigrants with Irish

nationals. Nevertheless, Lithuanians remain minorities in most rural EDs. However, new links are being established between communities in Ireland and Lithuania as part of the new internationalisation of the labour market (Woods, 2007).

The findings from Ireland provide further evidence of the movement of immigrant labour to small towns and rural areas, as well as large cities, to meet local labour demands. Because of their membership of the EU, since the 1st May 2004, Lithuanians have had free access to the Irish labour market and therefore greater freedom of movement within Ireland than experienced by immigrant labour that is recruited on work permits of varying duration. This evidence points to the value of studying immigrant labour in different geographical and political contexts in contributing to knowledge relating to the phenomenon.

A fuller explanation of Lithuanian immigration to Ireland requires further detailed analysis at a localized scale to explore the dynamics of the employment and other factors that influenced their movement into smaller settlements, to supplement existing studies (e.g., by Acqueros-Fernández [2009] for the mushroom sector and Coakley & MacÉinrí [2009] for the meat processing sector in the south of Ireland). The CSO provides summary information on the main sectors in which Lithuanians are employed and the settlements where they are most numerous in Ireland. Published data are not available, however, for the distribution of Lithuanians by industrial sector in all EDs where they are resident and a detailed analysis was therefore not conducted. The reported study is limited also in the absence of information at an ED level relating to Lithuanian immigrants in Ireland during the years since 2016, at the time of writing. Summary information reveals a decline of almost 15% in Lithuanian nationals resident. A future project therefore is to update the study and identify the spatial distribution of decline. The integration of Lithuanian immigrants into Irish society and their experience of living here has been addressed in other studies (e.g., an early study by Feldman et al., 2008) but was beyond the remit of this study.

9- References

ACQUEROS-FERNÁNDEZ, F. (2009). *Contrasts and contradictions in Union organising: The Irish mushroom industry*. In *The Future of Union Organising*, edited by G. GALL, 205-222.

ARGENT, N., & TONTS, M. (2015). *A multicultural and multifunctional countryside? international labour migration and Australia's productivist heartlands*. *Population, Space and Place*, 21, 140-156.

BARCUS, H., SIMMONS, L. (2013). *Ethnic restructuring in rural America: Migration and the changing faces of rural communities in the Great Plains*. *The Professional Geographer*, 65(1), 130-152.

CSO - Central Statistics Office. (2003). *Usual residence, migration, birthplaces and nationalities*. Census 2002, 4.

CSO - Central Statistics Office. (2007). *Usual residence, migration, birthplaces and nationalities*. Census 2006, 4.

CSO - Central Statistics Office. (2008). *Non-Irish nationals living in Ireland*. Census 2006.

CSO - Central Statistics Office. (2012a). *Migration and diversity in Ireland: A profile of diversity in Ireland*. Census 2011.

CSO - Central Statistics Office. (2012b). *Small area population statistics*. Census 2011.

CSO - Central Statistics Office. (2017a). *Non-Irish nationalities living in Ireland: Lithuanian nationals*.

CSO - Central Statistics Office. (2017b). *Small area population statistics, electoral divisions*. Census 2016.

CSO- Central Statistics Office. (2023) *Census 2022, summary results*. unpaginated.

CHAN, P.; CLARKE, L. & DAINTY, A. (2010). *The dynamics of migrant employment in construction: Can supply of skilled labour ever meet demand?* In *Who needs migrant workers?*

COAKLEY, L. & MACÉINRÍ, P. (2009). *Migration to rural Ireland: A north Cork case study*. In *International migration into rural areas: Cross-national comparative perspectives*.

CROWLEY, C.; WALSH, J. & MEREDITH, D. (2008). *Irish farming at the millennium: A census atlas*. Maynooth: National Institute for Regional and Spatial Analysis.

FAVELL, A. (2008). *The new face of east-west migration in Europe*. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 34(5), 701-716.

FELDMAN, A.; GILMARTIN, M., LOYAL, S., MIGGE, B. (2008) *Getting on: From migration to integration*. Dublin: Immigrant Council of Ireland.

FINDLAY, A. & MCCOLLUM, D. (2013). *Recruitment and employment regimes: Migrant labour channels in the UK's rural agribusiness sector, from accession to recession*. *Journal of Rural Studies*, 30, 10-19.

FONSECA, M. L. (2008). *New waves of immigration to small towns and rural areas in Portugal*. *Population, Space and Place*, 14(6), 525-535.

GILMARTIN, M.; O'CONNELL, J-A., MIGGE, J. (2008) *Lithuanians in Ireland*. *Oikos: Lithuanian Migration and Disapora Studies*, 5(1), 49-62.

HAAS, H.; CASTLES, S. & MILLER, M.J. (2020). *The age of migration*. New York and London: The Guildford Press, 6th ed.

HOGGART, K. & MENDOZA, C. (1999). *African immigrant workers in Spanish agriculture*. *Sociologia Ruralis*, 39(4), 538-562.

JENTSCH, B. & SIMARD, M. (2009). *International migration and rural areas: Cross-national comparative perspectives*. Farnham Surrey: Ashgate.

KASIMIS, C. (2008). *Survival and expansion: migrants in Greek rural regions*. *Population, Space and Place*, 14(6), 511-524.

KRINGS, T.; BOBEK, A.; MORIARTY, E.; Salamońska, J. & Wickham, J. (2011). *From boom to bust: Migrant labour and employers in the Irish construction sector*. *Economic and Industrial Democracy*, 32(3), 459-476.

LICHTER, D. & JOHNSON, K. (2006). *Emerging rural settlement patterns and the geographic distribution of America's new immigrants*. *Rural Sociology* 71(1), 109-131.

MAHER, G. & CAWLEY, M. (2016). *Short-term labour migration: Brazilian migrants in Ireland*. *Population, Space and Place*, 22(2), 23-35.

MACÉINRÍ, P. & WHITE, A. (2008). *Immigration into the Republic of Ireland: A bibliography of recent research*. *Irish Geography*, 41(2), 151-179.

MCAREAVEY, R. (2012). *Resistance or resilience? Tracking the pathway of recent arrivals to a 'new' rural destination*. *Sociologia Ruralis*, 52(4), 488-507.

MCAREAVEY, R. (2017). *New immigration destinations: Migrating to rural and peripheral areas*. Abingdon: Routledge.

MASSEY, D. (2012). *New faces in new places: The changing geography of American immigration*. New York: Russell Sage Foundation.

OECD- Organisation for Economic Co-operation and Development. (2022). *Economic surveys, Lithuania: Executive summary*. Paris: OECD.

PREIBISCH, K. (2007). *Local produce, foreign labor: Labor mobility programs and global trade competitiveness in Canada*. *Rural Sociology*, 72(3), 418-449.

QUINN, E. (2010). *Satisfying labour demand through migration*. Dublin: Economic and Social Research Institute and European Migration Network.

ROGALY, B. (2008). *Intensification of workplace regimes in British horticulture: The role of migrant workers*. *Population, Space and Place*, 14(6), 497-510.

ROGERSON, P. & PLANE, D. (2013). *The Hoover index of population concentration and the demographic components of change: An article in memory of Andy Isserman*. *International Regional Science Review*, 36(1), 97-114.

RYE, J. F. & SCOTT, S. (2018). *International labour migration to/in rural Europe: A review of the evidence*. *Sociologia Ruralis*, 58(4), 928-952.

RYE, J. & SLETTEBAK, M. (2020). *The new geography of labour migration: EU11 migrants in rural Norway*. *Journal of Rural Studies*, 75, 125-131.

SASSEN, S. (1996). *New employment regimes in cities: The impact of immigrant workers*. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 22(4), 579-594.

SWEENEY, P. (1999). *The Celtic Tiger*. Dublin: The Oak Tree Press.

THAUT, L. (2009). *EU integration and emigration consequences: The case of Lithuania*. *International Migration*, 47(1), 191-233.

WOODS, M. (2007). *Engaging the global countryside: Globalization, hybridity and the reconstitution of rural place*. *Progress in Human Geography*, 31(4), 485-507.

WALSH, K. & O'SHEA, E. (2010). *Marginalised care: Migrant workers caring for older people in Ireland*. *Journal of Population Ageing*, 3, 17-37.

WICKHAM, J.; MORIARTY, E.; BOBEK, A. & SALAMOŃSKA, J. (2008). *Migrant workers and the Irish hospitality sector*. Dublin: Employment Research Centre and Trinity Immigration Initiative, Trinity College Dublin.

ZAICEVA, A. & ZIMMERMANN, K.F. (2012). *Returning home at times of trouble? Return migration of EU enlargement migrants during the crisis, Discussion Paper no. 7111*. Bonn: Institute for the Study of Labour.

10- Acknowledgements

My thanks are due to the University of Galway Retired Staff Research Support Fund for funding the GIS mapping and to Mary Callaghan for mapping the prepared data. Dr Siubhán Comer is thanked for Figure 1. The statistics are copyright of the Government of Ireland and they and the accompanying boundaries, provided for general information by the CSO, are accessible free of charge and licensed under Creative Commons Attribution (version 4.0 cc-by). My sincere thanks are due also to Professor Helena Pina for inviting me to present this paper at the Colloquium on The Overarching Issues of the European Space at the Faculty of Letters, University of Porto, in 2022, and to Professor Felisbela Martins, co-editor of the published volume.

AS NOVAS FORMAS DE TRIBUTAÇÃO

THE NEW FORMS OF TAXATION

Glória TEIXEIRA

Faculdade de Direito, Universidade do Porto
gteixeira@direito.up.pt

Ana Sofia CARVALHO

Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto
anascarvalho@gmail.com

Resumo

As novas formas de tributação surgem em resultado de novas formas de pensamento e atuação, nomeadamente com um amadurecido respeito pelos direitos humanos, eliminação de elementos discriminatórios na legislação fiscal e uma maior eficiência no trabalho das administrações fiscais, fruto dos novos desenvolvimentos científicos e tecnológicos. As novas correntes filosóficas do século XXI já começam a fazer os seus efeitos, não só ao nível de leis fiscais mais adequadas, mas também na atuação e processos inspetivos das administrações fiscais. Prevaecem os princípios fiscais da neutralidade, não discriminação e simplicidade, destronando os princípios tradicionais da equidade (ou capacidade contributiva e concomitante aplicação de uma extrema progressividade, especialmente ao nível dos rendimentos do trabalho dependente e rendimentos de pensões) e residência (atual bússola na delimitação da competência jurisdicional fiscal dos estados). Os contribuintes pedem mais racionalidade das leis fiscais, tanto ao nível do IRC e IRS, como da tributação do consumo e património. É expectável, em resultado também das novas correntes filosóficas que começam a conformar o século XXI, virmos a ter menos impostos, mas sendo estes impostos mais simples e justos.

Com efeito, as finalidades do sistema fiscal são, desde logo, finalidades financeiras, mas também extrafiscais (uma repartição justa dos rendimentos e da riqueza). Tais finalidades extrafiscais passam, nomeadamente, pela implementação dos princípios da neutralidade e não discriminação. Exemplificativamente, verificando que as mulheres recebem menos do que o outro género, e o Estado ainda consegue beneficiar com a carga fiscal dos produtos mais caros que consomem, é necessário chamar à atenção dos líderes políticos para a necessidade de maior proteção da mulher no desemprego e na velhice. Por seu turno, a nível do IRC, deve ver-se o mesmo não como mera fonte de arrecadação de receita, mas como um instrumento de crescimento económico, crescimento que poderá ser potenciado com propostas como a eliminação da derrama estadual e a transformação do IRC num imposto regressivo, de modo a incentivar que as empresas sejam mais lucrativas e eficientes.

Palavras-chave: Novas formas de tributação/neutralidade/não-discriminação

Abstract

The new forms of taxation appear as a result of new ways of thinking and operation, namely through a mature respect of human rights, elimination of discriminatory features of tax laws and better performance of tax administrations, direct result of new scientific and technologic developments. The new philosophical thinking of the XXI century starts to produce its effects, not only by the introduction of more adequate tax laws but also in the type of work and inspective processes used by tax administrations. Principles of neutrality, non-discrimination and simplicity prevail over the traditional principles of equity (or income ability and related extreme progressivity application over employee and pension incomes) and residence (actual compass in the delimitation of the tax jurisdictional power of the states). Taxpayers demand tax laws more rational, both at personal and corporate income tax levels, but also at consumption and property tax levels. It is expected, as a result of the new philosophical tendencies that started to guide the XXI century, to end up with less taxes but with more fairer and simple taxes.

Indeed, the purposes of the tax system are financial purposes, but also extrafiscal purposes (a fair distribution of income and wealth). Such extra-tax purposes include, inter alia, the implementation of the principles of neutrality and non-discrimination. For example, by verifying that women receive less than the other gender, and the state still manages to benefit from the tax burden of the most expensive products they consume, it is necessary to draw the attention of political leaders to the need for greater protection of women in unemployment and old age. In turn, corporate income tax should be seen not as a mere source of revenue collection, but as an instrument of economic growth, growth that can be enhanced with proposals such as the elimination of "derrama estadual" and the

transformation of corporate income tax into a regressive tax, in order to encourage companies to be more profitable and efficient.

keywords: new ways of taxation/neutrality/non-discrimination.

1 - Introdução

Este artigo resulta do desafio lançado aos estudantes da FDUP¹ para expressarem as suas preocupações e desejos no contexto dos impostos e da nova ordem mundial.

São aqui tratados temas variados que percorrem desde as grandes problemáticas do Direito Fiscal internacional, tanto sob a perspetiva do contribuinte (dupla tributação internacional), como da perspetiva dos tesouros nacionais (planeamento fiscal abusivo e paraísos fiscais), à urgente e necessária abordagem fiscal do ambiente, bem como questões relacionadas com os direitos fundamentais e impostos, fazendo-se ainda propostas de aperfeiçoamento em sede da tributação das empresas (IRC). A sequência temática reflete uma abordagem do nível internacional ao nacional; do nível lato ao restrito.

2 - A problemática da tributação internacional: a dupla tributação jurídica e económica internacional

De acordo com Mesquita (1998, 15), existem três situações passíveis de desencadear situações de dupla tributação internacional:

1. Estados que se regem pelo princípio da tributação mundial dos seus cidadãos, como é o caso dos Estados Unidos da América;
2. Sistemas de tributação direta, que, geralmente, são estruturados tendo em vista não só o princípio da fonte, como também o princípio da residência;
3. Casos de dupla residência em dois ou mais Estados, sendo que estes tratam o mesmo facto tributário como seu, isto é, como tendo ocorrido no seu território.

Em termos de soluções que visam a eliminação total, ou, pelo menos, parcial, de modo a reduzir conflitos deste género, iremos aludir a duas medidas: o método da isenção e o método da imputação.

Relativamente ao método da isenção, este consiste no facto dos residentes serem tributados única e exclusivamente sobre os rendimentos de fonte doméstica, enquanto os rendimentos provenientes de

¹O presente texto acolhe contribuições dos estudantes Maria Valente, Diana Reis, David Savignon, Sara Costa, Sofia Rodrigues, Carlos Maravalhas, Rui Ramos, Juliana Abreu, Livia Andrade, Mariana Coelho, Duarte Costa, Alicia Marin e Maria das Dôres Soares.

fontes estrangeiras não ficam sujeitos a impostos. Assim, os Estados que adotam um sistema fiscal territorial não tributam os rendimentos de fonte estrangeira sob leis domésticas, aplicando o método da isenção no que diz respeito à maioria ou a todos os rendimentos de origem estrangeira obtidos pelos seus residentes.

Além disso, os Estados que tributam os seus residentes pelo seu rendimento global também podem aplicar este método em relação a certos tipos de rendimento.

Todavia, no que respeita à taxa de imposto aplicável, a isenção pode ser com ou sem progressividade. No método da isenção total, o rendimento de fonte estrangeira é inteiramente desconsiderado no cálculo da base tributável no Estado de Residência. Já no método da isenção com progressão, os rendimentos de fonte estrangeira não são tributados, mas são tidos em conta na determinação da taxa aplicável ao rendimento não isento.

Além do mais, existe uma diferença relevante quando o Estado de residência decide aplicar taxas progressivas, na medida em que ao aplicar o método da isenção, muitos deles decidem incluir a condição de que o rendimento estrangeiro deve estar sujeito a imposto no Estado de origem, isto é, no Estado da fonte.

Através do método do crédito/da imputação, é possível assegurar a neutralidade da exportação de capital, visto que o contribuinte é sujeito ao mesmo montante de imposto no seu Estado de residência, independentemente de os rendimentos serem auferidos no Estado de residência ou no Estado da fonte. Ainda assim, é importante realçar o facto deste método implicar que o Estado de residência tribute pelo *worldwide income*².

Neste caso, o contribuinte deve ter efetivamente pago o imposto (ou ter a obrigação de o pagar), quer diretamente, quer através de um substituto. Deste modo, o crédito é utilizado para compensar o imposto estrangeiro efetivamente pago contra o imposto a pagar no Estado de residência.

No caso do rendimento, se o imposto sobre os rendimentos de origem estrangeira cobrado pelo Estado de residência exceder o imposto estrangeiro, o contribuinte deve pagar a diferença como imposto adicional no Estado de residência. Pelo contrário, se o imposto estrangeiro exceder o imposto cobrado sobre o mesmo rendimento pelo Estado de residência, ocorre o fenómeno designado de excesso de crédito fiscal estrangeiro.

Sintetizando, a imputação integral ocorre quando o Estado de residência deduz o montante total do imposto pago. Já quando é imposto um limite máximo à dedução, falamos em imputação ordinária/normal.

Relativamente à dupla tributação económica, é importante enumerar alguns dos mecanismos existentes para resolver este tipo de problemas, sendo eles, maioritariamente, resolvidos por Diretivas, tais como a Diretiva Mãe/Filhas, a Diretiva Juros e Royalties ou a Diretiva de reorganizações.

² Contudo, concede um crédito para os impostos pagos no estado da fonte ou retidos na fonte.

Por último, devemos falar ainda de uma via de prevenção ou eliminação deste fenómeno de uma importantíssima relevância, as Convenções Internacionais, nomeadamente a Convenção Modelo da OCDE. Esta aplica-se a impostos sobre o rendimento, utilizando regras padrão/standard para eliminar a dupla tributação, de forma a uniformizar a implementação e, posterior, aplicação dos Tratados.

3 - Os EUA e os impostos: a problemática dos bilionários

É sabido que os EUA são um país marcado pelas desigualdades ao nível social. Note-se, aliás, que o 1% dos americanos mais ricos concentram em seu poder 35% da riqueza da nação, face aos meros 11% que pertencem aos 80% dos americanos mais pobres. E se assim o é, como é possível que a isenção (ou quase isenção) fiscal dos mais ricos seja um assunto tão premente num país tão desenvolvido?

Um dos principais problemas neste domínio prende-se com o facto de que as taxas relativas aos rendimentos obtidos através de investimentos são marcadamente mais baixas do que as aplicáveis aos rendimentos obtidos através do trabalho. Note-se que a taxa máxima aplicável a rendimentos de investimento é apenas de 23,8%, face à taxa máxima de 43,4% aplicável aos rendimentos de trabalho.

Isto leva a que bilionários como Warren Buffet³ paguem taxas mais baixas do que os seus empregados, isto porque a maior parte da sua riqueza provém de investimento - o chamado *unearned income*.

Um outro aspeto que permite aos bilionários um tratamento fiscal muito mais favorável prende-se com as deduções que estes podem fazer. Uma família rica que viva numa mansão consegue uma dedução muito maior quanto à sua hipoteca (por esta ser maior), em comparação que aquela que uma família de classe média conseguirá obter quanto à hipoteca da sua modesta casa.

A problemática das heranças é também decisiva neste contexto. Muitos “ultra-ricos” aproveitam-se de *loopholes* (os chamados buracos na legislação) para conseguirem pagar quase nada em impostos aplicáveis a heranças.

Este é mais um daqueles problemas marcadamente políticos - enquanto para os democratas o foco deverá ser assegurar a progressividade do sistema fiscal, os republicanos entendem que os ricos já são taxados em demasia. Mas, de acordo com o website “americans for tax fairness”⁴, o sistema não é verdadeiramente progressivo para os mais ricos, sendo que um em cinco milionários pagam menos impostos do que um contribuinte que obtém um rendimento de 50 a 100 mil USD.

E, sendo este um problema, no seu ímpeto, político, as políticas fiscais dos diversos presidentes demonstram a posição do seu partido no assunto.

³ Warren Edward Buffett é um dos principais bilionários dos Estados Unidos da América, tendo ocupado o topo da lista da Forbes das pessoas com maior capital do mundo em 2008. Buffet é o principal acionista, presidente do conselho e diretor executivo da Berkshire Hathaway, tendo um património líquido de 124,3 bilhões USD.

⁴ Disponível em: <https://americansfortaxfairness.org/tax-fairness-briefing-booklet/fact-sheet-taxing-wealthy-americans/> [Acedido em 30 de abril de 2022].

O antigo presidente norte-americano, Donald Trump, operou uma reforma com base a diminuir as taxas de imposto, nomeadamente aquelas aplicáveis às empresas, tendo como principal objetivo uma maior simplificação do sistema fiscal nacional. Esta reforma, operada pelo “Tax cuts and job act”, aprovado no senado a 2 de dezembro de 2017, acabou por beneficiar principalmente os mais ricos - nomeadamente as grandes corporações. Mas como? A verdade é que para os mais ricos, os bancos e as corporações, este pacote de reformas foi considerado como uma vitória, nomeadamente pelos cortes às taxas aplicáveis às empresas, ao rendimento derivado de investimentos e ao património imobiliário, entre outros.

Mas será que esta reforma cumpriu os objetivos a que se propôs? A verdade é que, de acordo com o centro de política fiscal - “Tax policy center” - 65% dos americanos receberam os tão prometidos cortes nos impostos, tendo pago menos do que na legislatura anterior. Mas é também verdade que o sistema fiscal dos Estados Unidos permanece longo e complexo - desde que foi elaborado, o código fiscal passou de 26,000 a 70,000 páginas, sendo que os americanos passaram em média 8,9 bilhões de horas a pagar impostos em 2016 (Hodge, 2016).

Em 2018 este assunto voltou a estar nas bocas do mundo- isto porque algumas das maiores empresas do país, de entre as quais nomes como Amazon, Delta Airlines, General Motors, etc., não pagaram um único cêntimo de impostos.

Jeff Bezos, o 2.º homem mais rico do mundo, de acordo com a lista da Forbes, com um património de 171 bilhões de USD, não pagou um cêntimo de impostos com a sua empresa – Amazon - em 2018, apesar de ter obtido receitas em vendas de quase 9 mil milhões de euros, só nos EUA. Isto porque, graças aos diversos incentivos fiscais e à taxa máxima de 21% implementada pela administração de Donald Trump, foi aplicada a esta empresa uma taxa efetiva de -1%. O que é que significa isto? “[F]icando, para efeito do cálculo dos rendimentos, com o equivalente à situação em que estaria uma empresa que, sem estas benesses, tivesse registado um prejuízo de cerca de 100 milhões de euros no ano fiscal anterior.” (Tavares, 2019).

A verdade é que o ITEP - “Institute on taxation and economic policy”⁵- lançou uma lista, em 2019, de 60 empresas que conseguiram evitar pagar qualquer imposto em 2018, estando todas elas representadas no top 500 da Forbes.

E, se o caso da Amazon parece gritante, atentemos ao caso da Activision Blizzard⁶ ou da AECOM technology⁷- estas obtiveram em 2019, nomeadamente, 447 e 238 milhões de USD, mas beneficiaram de uma taxa efetiva de -51%.

Mas o caso que abriu todo este escândalo foi o da Gannet Publishing⁸- esta empresa registou em 2018 lucros de 6,25 milhões USD, mas beneficiou de uma taxa efetiva de -164% - ou seja, teve um imposto federal de 9,8 milhões de euros negativos.

⁵ Fundação independente e apartidária que se dedica à análise do sistema fiscal norte-americano.

⁶ Corporação ligada à área dos videojogos/jogos interativos, tendo resultado da fusão de 2 distribuidoras de videojogos em 2008.

⁷ Empresa multinacional americana de engenharia.

O ITEP estima que estas empresas não tenham pago 14,65 mil milhões de euros, apenas em 2018, face aos imensos benefícios fiscais de que estas beneficiaram.

E a verdade é que se esta reforma, tal como prometeu, conseguiu dinamizar a indústria e reduzir o desemprego no país, a verdade é que aumentou o descontentamento entre os mais pobres, que continuando a pagar os seus impostos se sentem injustiçados.

Com a pandemia do COVID-19, que assolou o mundo desde 2020, o fosso social pareceu aumentar mais do que nunca. Enquanto as famílias trabalhadoras lutavam para manter o seu nível de vida, os maiores bilionários do mundo viram a sua riqueza crescer a níveis exponenciais.

Num relatório lançado pela OXFAM⁹ (2022), intitulado “Inequality kills: The unparalleled action needed to combat unprecedented inequality in the wake of COVID-19”, esta organização internacional diz que a desigualdade tem contribuído para a morte de pelo menos 21.000 pessoas por dia, nomeadamente através da falta de acesso a serviços de saúde, da violência de género, fome e crise climática, entre outros.

Em novembro de 2021, de acordo com a Forbes, as 10 pessoas mais ricas do mundo - Elon Musk, Jeff Bezos, Bernard Aurnault & family, Bill Gates, Larry Ellison, Larry Page, Sergey Brin, Mark Zuckerberg, Steve Ballmer e Warren Buffet - viram a sua riqueza aumentar em 812 bilhões de USD desde março de 2020.

Com a derrota de Donald Trump nas últimas eleições presidenciais norte-americanas, e com os democratas no poder, a tendência aponta para uma reversão desta situação.

A 28 de março de 2022, a Casa Branca lançava um comunicado sobre a nova proposta do presidente Biden, cujo principal objetivo é o de combater a fraude fiscal e o enriquecimento injustificado dos mais ricos do país.

Aquando da apresentação do novo orçamento, Joe Biden apresentava um orçamento com menos défice e com mais impostos para os mais ricos, bem como um maior financiamento para os serviços públicos nacionais. “O aumento de impostos sobre as grandes fortunas, revisto neste plano, permitirá aumentar as receitas fiscais em 361 mil milhões de dólares (cerca de 330 mil milhões de euros) ao longo de 10 anos, aplicando-se às 0,01% de famílias mais ricas” (Expresso/Lusa, 2022).

Mas será que o objetivo de Biden é o de aumentar os impostos para todos os contribuintes? Muito pelo contrário, o atual presidente norte-americano parece querer combater as desigualdades, tendo prometido não aumentar os impostos sobre os contribuintes que ganham menos de 400.000 USD por ano. Para garantir que cumpre a sua promessa, o executivo elenca ainda na sua proposta mais 1,4 bilhões de dólares de receita arrecadada através de outras taxas, na próxima década.

⁸ Grupo de comunicação.

⁹ Uma confederação de 19 organizações e mais de 3000 parceiros, que procura resolver problemas relacionados com a pobreza e a desigualdade.

O verdadeiro aspeto revolucionário (e que mais releva na exploração do nosso tema) prende-se com a taxa mínima de 20% sobre o rendimento das famílias no valor de 100 milhões de dólares - sendo estas aproximadamente 20.000 famílias.

Mas será este passo, ainda que importante, suficiente? Na opinião dos membros do “Americans for tax fairness”, apesar de esta ter sido uma lei histórica, deixa algo a desejar. Fazem nesse sentido uma comparação com a proposta do senador Wyden¹⁰, proposta essa que pretendia arrecadar cerca de 557 biliões de cerca de 700 bilionários.

As reivindicações do povo norte-americano são mais do que claras: um sistema fiscal mais justo, transparente e simples, em que cada um paga o que deve.

A constante discriminação a favor dos mais ricos não só deixa a população progressivamente mais descontente como prejudica todas as infraestruturas do país - o dinheiro perdido pelo Estado poderia ser utilizado para melhorar a eficiência dos serviços públicos do país, bem como para arranjar soluções para o problema da pobreza social.

4 - A fiscalidade verde

A proteção do meio ambiente é tema central ao nível dos Estados e do respetivo ordenamento jurídico, mas também ao nível de Organizações Internacionais e respetivas políticas, exemplo disso são os “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” que foram aprovados pelos Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) e representam metas que todos eles devem procurar atingir até 2030 e, de entre esses objetivos, o ambiente toma um dos lugares de destaque.

Este destaque justifica-se pelo facto de que, durante muito tempo, não existiu a preocupação com o meio ambiente que hoje se reconhece ao nível da consciência social. Assim sendo, há que encontrar formas de alertar e redirecionar o comportamento dos consumidores, das empresas, dos produtores e da sociedade geral no que toca a estas matérias. E, aqui, o Direito Fiscal e a chamada “fiscalidade verde” têm um papel fundamental.

É comum que quando se pense nestas questões a primeira solução que ocorre seja a da tributação das atividades mais poluentes, o que não foge da realidade, porém há setores de atividade em que o incentivo e a atribuição de benefícios fiscais podem ser não só uma mais valia para a preservação do meio ambiente, como também para o aumento da eficiência, da produção, das melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, do aumento da competitividade no mercado nacional, europeu e internacional dos produtos nacionais. Referimo-nos, à atividade agrícola biológica.

A agricultura biológica, é definida pela Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural como sendo: “[...] um modo de produção respeitador do equilíbrio natural do meio e que atua tão naturalmente quanto possível de acordo com certos princípios.”

¹⁰ Ronald Wyden é um político do partido democrata, senador dos EUA desde 1996.

Em 2019, de toda a superfície agrícola utilizada (SAU), apenas 5,3% desta estava reservada à agricultura em modo de produção biológico, valor este que fica muito aquém da meta estipulada pelo *Green Deal* (Pacto Ecológico Europeu), que consiste em, até 2030, 25% da SAU ser aproveitada para a agricultura biológica (Instituto Nacional de Estatística, 2021).

Desta forma, justificamos o porquê de o incentivo ao desenvolvimento sustentável do setor agrícola ser de extrema importância, não só por uma questão de **desenvolvimento do setor**, mas também relativamente ao nível da **descentralização**, por exemplo.

A aposta na agricultura biológica seria, não só uma aposta na preservação e sustentabilidade do meio ambiente como também no **desenvolvimento das zonas rurais como um todo**, de modo a promover e incentivar as atividades que nelas se praticam, isto é, as atividades do setor primário, nomeadamente e concretamente a agricultura, que é uma das principais em Portugal.

As zonas rurais na sua totalidade acusam, já há certo tempo, um certo 'esgotamento'. De acordo com o Recenseamento Agrícola do ano de 2019 (Instituto Nacional de Estatística, 2019), de 2009 para cá registou-se o agravamento do envelhecimento da mão-de-obra na agricultura: mais da metade (53%) dos produtores singulares tinham idade superior a 64 anos.

A esta equação teremos que acrescentar os baixíssimos níveis de formação dos produtores do setor primário. Muito embora seja verdade que se observou uma melhoria no nível de instrução dos produtores, cerca de 57% dos produtores singulares possuem níveis de ensino somente até ao 1º ciclo ou não frequentaram a escola. Na face reversa da moeda, apenas 2% dos produtores são detentores de formação superior nas áreas da agricultura e da pesca.

Através dos dados que acabamos de expor, perpetuamos a necessidade de haver intervenção e atenção do legislador nas zonas em que prevalece o setor primário da atividade económica, sendo importante fazer destes lugares alvos de políticas dinamizadoras.

Uma outra vantagem da aposta na agricultura biológica seria o **aumento da competitividade dos produtos no mercado**. Adjacente a este, teríamos também o aumento das oportunidades de emprego nestas áreas, na medida em que, por a agricultura biológica exigir um maior cuidado para com o ambiente e durante as produções, as atividades desenvolvidas exigem um maior número de mão-de-obra.

Apenas 2,7% de toda a população empregada trabalha no setor primário - em termos práticos, 130,6 milhares de pessoas de 4,8 milhões de portugueses. O fraco nível de adesão às atividades primárias dá-se pela falta de atratividade, o que poderia ser facilmente combatido com incentivos por parte do legislador. Neste sentido, rever as disposições normativas que estão hoje em vigor e que regulam a atividade agrícola não será despropositado. Muito pelo contrário: torna-se imprescindível para reverter a atual situação.

Numa análise rápida ao artigo 3º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS), percebemos que os rendimentos decorrentes de qualquer atividade agrícola, silvícola

ou pecuária são tributados na mesma categoria do que os rendimentos provenientes de atividades comerciais e industriais. Pelo exposto, essa associação será de se repudiar, desde já porque a atividade agrícola, sobretudo a agricultura biológica, é fraca e débil, precisando de apoios, incentivos e de ser alvo de políticas dinamizadoras de modo a torná-la mais atrativa.

Contudo, foi tendo isto em consideração que o legislador concede um benefício fiscal às atividades agrícolas, silvícolas e pecuárias: sempre que o valor dos proveitos ou das receitas resultante dos rendimentos que destas atividades resultam, isoladamente ou em cumulação com os rendimentos ilíquidos sujeitos, ainda que isentos, desta ou de outras categorias que devam ser ou tenham sido englobados, não exceda por agregado familiar quatro vezes e meio o valor anual do IAS (Indexante dos Apoios Sociais), este será excluído da tributação.

Mas será suficiente esta medida? Mais do que apontar os erros, vamos apontar soluções.

Uma medida a ser tomada, por exemplo, seria autonomizar os rendimentos provenientes do setor primário, criando para estes uma categoria própria, subordinados a um regime próprio. Não obstante, seria igualmente interessante conceder um estatuto diferenciado às práticas mais amigas do ambiente, de modo a reforçar e atrair a adesão de trabalhadores a este ramo. Em concreto, interessa-nos salientar a importância de se valorizar a agricultura biológica, pelas razões que já mencionamos, dispensando uma repetida exposição.

Esta medida viria no sentido de outras medidas que o legislador já previu com o intuito de apoiar os pequenos agricultores, promovendo e defendendo a agricultura como é o caso do Regime Forfetário¹¹ que veio completar o benefício fiscal previsto no art. 53.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA) permitindo aos pequenos agricultores (volume de negócio igual ou inferior a 12.500€) receber uma compensação (calculada nos termos do n.º 2 do art. 59.º-B do CIVA) pelo valor do IVA que têm que suportar nos bens e serviços que adquirem, uma vez que a dedução do valor global não é permitida.

Iniciativas como a criação da “Bolsa de Terras” facilitando o acesso aos terrenos através da disponibilização de terras, quando as mesmas não sejam utilizadas (n.º 1 do art. 3.º da Lei n.º 62/2012, de 10 de dezembro) e, no âmbito da Reforma da Fiscalidade Verde, atribuir benefícios fiscais à utilização das terras agrícolas, florestais e silvopastoris (Teixeira, 2021) são exemplos de políticas que mostram que o legislador português se tem vindo a preocupar, cada vez mais, com este setor. Ainda assim, não podemos deixar de ressaltar que, apesar de os avanços legislativos na agricultura como um todo serem relevantes, consideramos que é na agricultura biológica que Portugal deve investir pelas razões ambientais, económicas e sociais que acima já mencionámos.

¹¹ Introduzido pelo artigo 199.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

5 - A segurança social e a precarização do trabalho imigrante

Historicamente Portugal e os portugueses foram marcados pelas descobertas e por suas migrações, desbravando e conquistando o novo mundo. As gerações perpetuam essa cultura e tradição migratória que está no seio do povo lusitano, agora já não mais exclusivamente por via marítima, como outrora foi pioneiro, mas sempre marcando presença em outros territórios. Apesar disso, a outra face da moeda é revelada quando a migração é direcionada para o solo português, seja por aproximação cultural, retomando os vínculos seculares com as antigas colónias, ou por exercício de profissão com alta qualificação, proteção internacional ou pessoas de outras nacionalidades não afins que recorrem ao velho mundo na busca incessante por uma vida melhor, ou uma oportunidade.

Segundo dados do *European Social Survey*, Portugal alcança o mais elevado índice quanto ao racismo biológico¹²: 52,9%, cerca de 23,7 pontos percentuais a mais que a média europeia; além disso, o país atinge o expressivo quinto mais elevado índice de racismo cultural com 54,1% face à média europeia de 44% na mesma pesquisa. A xenofobia sofrida por esses migrantes é vivenciada e sofrida de várias formas, seja por meio do preconceito linguístico ou por meio de ataques físicos e virtuais. Apesar disso, são esses migrantes excluídos e minoritários que contribuem para o crescimento do país.

O país mais antigo da Europa apresenta uma baixa taxa de natalidade e um crescente e expressivo envelhecimento populacional, possuindo assim uma invertida pirâmide etária, sendo o quarto país da UE27 com maior proporção de idosos (pessoas com mais de 65 anos) (Oliveira, 2021, 62), o que acarreta importantes consequências ao nível da evolução da população, o que significa que há mais pessoas fora da idade laboral produtiva/reformados/idosos do que jovens que contribuem para o pagamento das devidas aposentadorias e pensões, acarretando num desequilíbrio total, que graficamente mostra o desnivelamento social e económico que o país vive. Tal gera altos gastos em proteção social e a vinda de imigrantes laborais, em idade ativa e como contribuintes ativos do sistema ao longo de anos, atenua e sustenta os níveis de despesa com a proteção social do país.

A inclusão social é uma medida extensiva que associa diversas esferas, entre as quais se envolvem e consideram os indicadores de risco de pobreza e de acesso à proteção social. E para os benefícios dessas contribuições, em diversos casos, como doenças, desemprego, falta de recursos, acidentes de trabalho, entre outras tantas condições, os Estados arcam com as proteções sociais, visando garantir condições que realizem de facto o direito fundamental da dignidade humana.

De acordo com o inquérito às condições de vida e rendimento (ICOR) no cenário europeu, os residentes estrangeiros de fora dos países da União Europeia apresentam maior risco de pobreza que os nacionais desses países europeus. Assim, os estrangeiros não pertencentes à comunidade europeia residentes em Portugal apresentam maiores riscos de pobreza, maior privação material, rendimentos

¹² Racismo biológico ou racismo científico é a crença pseudocientífica de que existem evidências empíricas que apoiam ou justificam o racismo (discriminação racial) ou a inferioridade ou superioridade racial. O racismo científico recorre a conceitos de antropologia, antropometria, craniometria e outras disciplinas ou pseudo-disciplinas para propor tipologias que apoiem a classificação das populações humanas em raças fisicamente distintas, que possam ser classificadas como superiores ou inferiores.

mais baixos e vivem em piores condições de vida face aos nacionais dos países membros da União Europeia, além de serem menos beneficiários do sistema de proteção nacional. De acordo com o relatório anual do observatório das imigrações do ano de 2020, os imigrantes contribuíram com mais de mil milhões de euros para a segurança social e foram beneficiados em apenas 273 milhões de euros, ou seja, apenas 27,5% do valor total. Segundo dados do mesmo relatório, cerca de 25% dos estrangeiros estão a residir em casas superlotadas e em más condições, além de possuírem mais dificuldades em adquirir casa própria em comparação com os residentes nacionais.

Em contrapartida, esses estrangeiros possuem uma maior aptidão contributiva, ou seja, a relação dos contribuintes por total de residentes é mais favorável para os residentes estrangeiros que para o total de residentes nacionais. Desta forma, a contribuição dos estrangeiros é importante para apoiar a sustentabilidade do sistema de segurança social português. De acordo com os dados do relatório anual do observatório de migrações referente ao ano de 2019, os estrangeiros apresentam cerca de 75,9% de atividade no mercado de trabalho, uma diferença de 17 pontos percentuais a mais que os nacionais.

Estes dados mostram que a imigração para Portugal, é essencialmente ativa e contributiva, ajudando de forma indubitável para contrabalançar as contas públicas da Segurança Social, contribuindo também para que o saldo do sistema de proteção social português tenha evoluído positivamente.

6 - Todos os homens são iguais, mas uns são mais iguais que os outros - notas sobre a discriminação de género no rendimento e nos impostos

A luta feminista tem as suas primeiras aparições no século XIX. Um dos primeiros discursos que menciona os direitos das mulheres é, de facto, sobre o direito à propriedade. A sufragista Susan B. Anthony apela, em 1852, que as mulheres da plateia se neguem a pagar impostos sobre a sua propriedade (aquelas que eram afortunadas para se encaixar no termo “proprietárias”) porque não eram representadas nos corpos legislativos estadunidenses (Keen, 2021, 134). Porque não podiam votar.

No Reino Unido, as sufragistas adotaram um novo slogan “*no vote, no tax*” que substituíra “*no taxation without representation*” que motivou o povo das colónias americanas a pegar em armas e declarar independência em relação ao rei britânico.

O caso português não é muito diferente. Ana de Castro Osório demonstra, sem muita dificuldade, a discriminação da mulher no Código de Seabra e embora a Primeira República (1910-1926) desapontasse em relação à evolução formal dos direitos da mulher, o Estado Novo (1926-1974) também não avançou a causa feminina, mas pelo contrário, reduziu a mulher à figura da esposa e mãe, subjacente à vontade do marido, e cuja maior vocação na vida era ser cuidadora do lar.

É com a Constituição de 1976, marcada pelo Estado Social pós Segunda Guerra Mundial, que finalmente temos uma proteção inequívoca do direito à igualdade e à não discriminação.

Mesmo sendo inconstitucional a discriminação com base no sexo, dados do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho evidenciam que “*As trabalhadoras portuguesas levaram para casa, em 2019, apenas cerca de 88 cêntimos por cada euro do salário ganho pelos colegas homens com iguais qualificações, habilitações, tempo de carreira, na mesma profissão e setor de atividade.*” (Caetano, 2021). E mais tarde, o Diário de Notícias (DN/Lusa, 2021) reporta em fevereiro de 2021: “*Mulheres ganham menos 14% que homens e quadros superiores ganham menos 26,1%*”.

Além da diferença salarial acima referida, o sexo feminino conta com dupla penalização: primeiro no salário, depois, nos impostos.

A maior parte dos impostos em Portugal segue o princípio da progressividade. No entanto, esse princípio não se aplica em relação ao IVA – o IVA consiste em aplicar aos bens e serviços um imposto geral sobre o consumo exatamente proporcional ao preço desses bens e serviços.

No entanto, os dois sexos são alvos de cargas fiscais diferentes mesmo sendo aplicada a mesma taxa de imposto.

Primeiro, e não exclusivamente, é de notar os produtos de higiene feminina. “*Muitas mulheres europeias têm de pagar 23% de IVA sobre produtos que são obrigadas a utilizar e veem, em muitos casos, o seu rendimento – tendencialmente mais baixo – ser taxado ao mesmo nível dos homens*” sendo que “[n]os últimos anos, alguns países da UE aliviaram a tributação destes produtos. Em Portugal, pensos e tampões são taxados a 6% e, desde 2011, os copos menstruais também, pagando a taxa reduzida de IVA. O resto da União Europeia apresenta uma enorme disparidade entre países, desde a isenção completa na Irlanda até um IVA de 27% na Hungria.” (Aguiar, 2019).

Mas o chamado *Imposto Rosa* não penaliza as mulheres apenas em produtos de higiene íntima, mas em outros produtos básicos que afetam os dois sexos.

Um estudo elaborado pelo Departamento do consumidor da cidade de Nova Iorque mostra as diferenças de preço de bens comuns, de conveniência, e após analisar 35 tipos de produtos, 91 marcas e ao todo, quase 800 produtos, nota que em 30 das categorias de produtos analisadas, os produtos com o marketing direcionado para consumidores femininos tinham preços mais altos do que aqueles para consumidores do sexo masculino.

Em toda a amostra, o departamento do consumidor descobriu que os produtos femininos têm um valor mais elevado 42% das vezes, enquanto os produtos masculinos mostravam-se mais caros apenas 18% das vezes (Bessendorf, 2015).

Por exemplo, o estudo analisa a venda de um capacete de criança azul e outro cor-de-rosa. No exemplo apresentado, o capacete azul custa 14\$99, enquanto o capacete pintado de cor-de-rosa custa 27\$99 (Bessendorf, 2015, 24).

Em janeiro de 2022, na sua revista semanal, o jornal Expresso nota que “cortar o cabelo custa em média cerca de 40% mais às mulheres do que aos homens em vários pontos do mundo” elaborando que, em Lisboa, uma das cidades europeias “mais baratas” para cortar o cabelo, há uma diferença grande

entre os valores médios do serviço: 23,84 euros para as mulheres, e 9,37 euros para os homens. O serviço pode ser diferente, mas essa diferença não é suficiente para justificar a diferença dos preços.

Além da alteração dos preços ser completamente arbitrária na maior parte dos serviços, o problema toma outra dimensão quando se fala sobre o IVA. Se o imposto é proporcional aos preços dos bens e serviços, pesará mais sobre os produtos destinados às mulheres do que os produtos para os homens.

Ou seja, as mulheres recebem menos do que o outro género, e o Estado ainda consegue beneficiar com a carga fiscal dos produtos mais caros que consomem.

Se os benefícios fiscais já existentes promovem as artes, ciências e saúde pública, tal como setores como a educação e desporto e a proteção do ambiente, é necessário chamar à atenção dos nossos líderes políticos para a necessidade de maior proteção da mulher no desemprego e na velhice – porque se foi penalizada durante a idade ativa, precisa de mais atenção e cuidado quando deixar de trabalhar.

7 - Reflexões sobre o IRC: propostas de aperfeiçoamento

A nossa primeira proposta prende-se com a eliminação da derrama estadual [artigo 87.º-A do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)], de modo a atingir três importantes princípios que devem presidir a qualquer sistema fiscal: segurança jurídica, simplicidade e eficiência.

Dizer que as taxas progressivas em sede de IRC são a única forma de cumprir o princípio da equidade (que nos remete para a ideia de que os cidadãos devem contribuir segundo os seus rendimentos e riqueza) é mais uma falácia. Vejamos que o próprio imposto proporcional contém em si alguma progressividade (10% de 1000 é menor do que 10% de 10000). No entanto, devemos atentar ao erro implícito na própria lógica das derramas estaduais: estas penalizam as empresas que geram mais riqueza e que mais contribuem para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Para além disso, as derramas constituem um potenciador da fraude e do planeamento fiscal abusivo das empresas, na medida em que se procura muitas vezes através de jogos contabilísticos, por vezes ilícitos, não alcançar o patamar de lucro a partir do qual incidem as derramas. Outro problema suscitado será a fuga de empresas do nosso país para outros, cujo sistema fiscal seja mais favorável. Tais efeitos são muito danosos para os cofres públicos. Segundo um relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI), publicado em maio de 2021, os lucros das multinacionais obtidos em Portugal e transferidos para países com tributação mais reduzida representaram 9% da receita de IRC em 2016.

É imperativo que Portugal volte a crescer. Nos últimos 22 anos, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), “O crescimento médio anual (desde 2000) foi de 0,9%, o que compara com valores perto de 5% nos anos 50 e 60”. Estes dados permitem-nos concluir que a nossa economia está praticamente estagnada e o instrumento mais eficaz para o combate dessa situação macroeconómica é a política fiscal. Logo, temos de aliviar urgentemente a carga asfixiante de impostos que incide sobre

qualquer empresa cujos lucros sejam tributados em Portugal. Portanto, sugerimos uma redução da taxa nominal de IRC para 15%. Com impostos mais baixos, a atividade empresarial torna-se mais apetecível do ponto de vista do lucro, contribuindo para a renovação do nosso tecido empresarial, aumento dos salários e crescimento das pequenas e médias empresas. E só desta forma podemos ambicionar um crescimento mais constante e sustentável do nosso PIB.

A proposta mais inovadora assenta em tornar o IRC um imposto regressivo, exatamente para que as empresas que mais contribuem para a riqueza do país não sejam penalizadas e de modo que outras lhes sigam o exemplo e procurem ser mais lucrativas e eficientes, levando a um ganho da economia como um todo. Um imposto regressivo consiste na diminuição da taxa quanto maior a matéria coletável. Esta medida permite também que possamos competir com alguns dos destinos para os quais as multinacionais que obtêm rendimentos em Portugal têm fugido e tornarmo-nos num local atrativo não só para essas como para todas as multinacionais em geral, o que poderá gerar um aumento da receita do IRC. Falando de números em concreto, propomos que a cada 100 milhões de lucro seja reduzido 1% da taxa nominal, até ao limite de 5%.

O reporte de prejuízos fiscais está limitado temporalmente e essa limitação temporal tende a prejudicar as empresas que iniciam a atividade e que demoram mais tempo a ter viabilidade económica (lucro) e, portanto, sugerimos que esse reporte para anos futuros seja ilimitado. Sugerimos ainda a isenção de IRC para micro e pequenas empresas nos primeiros três anos de atividade¹³.

Defendemos por último que o governo deve ver o IRC não como mera fonte de arrecadação de receita, mas como um instrumento de crescimento económico.

8 - Conclusão

Para prevenção ou eliminação de fenómenos de dupla tributação assumem relevância as Convenções Internacionais, nomeadamente a Convenção Modelo da OCDE. Esta aplica-se a impostos sobre o rendimento, utilizando regras padrão/standard para eliminar a dupla tributação, de forma a uniformizar a implementação e, posterior, aplicação dos Tratados.

Nos EUA, as reivindicações do povo são mais do que claras: um sistema fiscal mais justo, transparente e simples, em que cada um paga o que deve. A constante discriminação a favor dos mais ricos não só deixa a população progressivamente mais descontente como prejudica todas as infraestruturas do país - o dinheiro perdido pelo Estado poderia ser utilizado para melhorar a eficiência dos serviços públicos do país, bem como para arranjar soluções para o problema da pobreza social.

No artigo 103.º, n.º 1 da Constituição da República Portuguesa fixam-se as finalidades do sistema fiscal que são desde logo finalidades financeiras, mas também extrafiscais (uma repartição justa dos rendimentos e da riqueza). Tais finalidades extrafiscais passam, nomeadamente, pela implementação dos princípios da neutralidade e não discriminação.

¹³ Ver Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro.

A propósito, neste artigo, vimos que as mulheres recebem menos do que o outro género, e o Estado ainda consegue beneficiar com a carga fiscal dos produtos mais caros que consomem, pelo que é necessário chamar à atenção dos nossos líderes políticos para a necessidade de maior proteção da mulher no desemprego e na velhice – porque se foi penalizada durante a idade ativa, precisa de mais atenção e cuidado quando deixar de trabalhar.

Por outro lado, a imigração é essencialmente ativa e contributiva, ajudando de forma indubitável a contrabalançar as contas públicas da Segurança Social, contribuindo também para que o saldo do sistema de proteção social português tenha evoluído positivamente.

Verificamos ainda que o fraco nível de adesão às atividades primárias se dá pela falta de atratividade, o que poderia ser facilmente combatido com incentivos por parte do legislador. Neste sentido, rever as disposições normativas que estão hoje em vigor e que regulam a atividade agrícola não será despropositado. Muito pelo contrário: torna-se imprescindível para reverter a atual situação. Uma medida a ser tomada, por exemplo, seria autonomizar os rendimentos provenientes do setor primário, criando para estes uma categoria própria, subordinados a um regime próprio. Não obstante, seria igualmente interessante conceder um estatuto diferenciado às práticas mais amigas do ambiente, de modo a reforçar e atrair a adesão de trabalhadores a este ramo. Em concreto, salienta-se a importância de se valorizar a agricultura biológica.

A nível do IRC, defende-se que o governo deve ver o IRC não como mera fonte de arrecadação de receita, mas como um instrumento de crescimento económico, crescimento que poderá ser potenciado com propostas como a eliminação da derrama estadual e a transformação do IRC num imposto regressivo, de modo a incentivar que as empresas sejam mais lucrativas e eficientes.

9 - Bibliografia

AMERICANS FOR TAXFAIRNESS. (2014). Fact Sheet: Taxing Wealthy Americans. [on line]. Disponível em: <https://americansfortaxfairness.org/tax-fairness-briefing-booklet/fact-sheet-taxing-wealthy-americans/>. [Acedido em 30 de abril de 2022]

AGUIAR, N. (2019). Há estados membros onde as meninas não podem sair de casa durante o período. *Visão*. [on line]. Disponível em: «<https://visao.sapo.pt/atualidade/2019-02-05-ha-estados-membros-onde-as-meninas-nao-podem-sair-de-casa-durante-o-seu-periodo/>». [Acedido em 30 de abril de 2022]

BESSENDORF, A. (2015). From Cradle to Cane: The cost of being a Female Consumer, a study on Gender Pricing in NYC. [on line]. Disponível em: <https://www1.nyc.gov/assets/dca/downloads/pdf/partners/Study-of-Gender-Pricing-in-NYC.pdf> [Acedido em 30 de abril de 2022]

CAETANO, M. (2021). Por cada euro que homens levam para casa, mulheres só ganham 88 cêntimos. *Jornal Dinheiro Vivo*. [on line]. Disponível em: <https://www.dinheirovivo.pt/economia/por-cada-euro-que-homens-levam-para-casa-mulheres-so-ganham-88-centimos-13903037.html>. [Acedido em 30 de abril de 2022]

DIÁRIO DE NOTÍCIAS/LUSA. (2021). Mulheres ganham menos 14% que homens e quadros superiores

ganham menos 26,1%. Diário de Notícias. [on line]. Disponível em: <https://www.dn.pt/sociedade/mulheres-ganham-menos-14-que-homens-e-quadros-superiores-ganham-menos-261-13355924.html>. [Acedido em 30 de abril de 2022]

EXPRESSO/LUSA. (2022). Biden apresenta orçamento com menos défice e mais impostos para os mais ricos. *Expresso*. [on line]. Disponível em: <https://expresso.pt/internacional/2022-03-28-Biden-apresenta-orcamento-com-menos-defice-e-mais-impostos-para-os-mais-ricos-d9e163e9>. [Acedido em 30 de abril de 2022]

HODGE, S. (2016). The Compliance Costs of IRS Regulations. [on line]. Disponível em: <https://taxfoundation.org/compliance-costs-irs-regulations/>. [Acedido em 30 de abril de 2022]

INE - Instituto Nacional de Estatística. (2019). *Recenseamento Agrícola do ano de 2019*. [on line]. Disponível em: <https://www.ine.pt>. [Acedido em 30 de abril de 2022]

INE - Instituto Nacional de Estatística. (2021). *Boletim Mensal da Agricultura e Pescas*. Agosto de 2021. [on line]. Disponível em: <https://www.ine.pt>. [Acedido em 30 de abril de 2022]

KEEN, M. (2021). *Rebellion, Rascals, and Revenue: Tax Follies and Wisdom through the Ages*. Princeton: Princeton University Press.

MESQUITA, M. (1998). *As Convenções sobre Dupla Tributação*. Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal, 179. Lisboa: Centro de Estudos Fiscais, Ministério das Finanças.

OLIVEIRA, C. (2021). Indicadores de integração de imigrantes: relatório estatístico anual 2021. Observatório das Migrações. [on line]. Disponível em: <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/383402/Relat%C3%B3rio+Estat%C3%ADstico+Anual+2021.pdf/e4dd5643-f282-4cc8-8be1-92aa499bb92f>. [Acedido em 30 de abril de 2022]

OLIVEIRA, C. (2020). Indicadores de integração de imigrantes: relatório estatístico anual 2020. Observatório das Migrações. [on line]. Disponível em: <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/383402/Relat%C3%B3rio+Estat%C3%ADstico+Anual+2020+-+Indicadores+de+Integra%C3%A7%C3%A3o+de+Imigrantes/472e60e5-bfff-40ee-b104-5e364f4d6a63>. [Acedido em 30 de abril de 2022]

OLIVEIRA, C. e GOMES, N. (2019). Indicadores de integração de imigrantes: relatório estatístico anual 2019. Observatório das Migrações. [on line]. Disponível em: <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/383402/Indicadores+de+Integra%C3%A7%C3%A3o+de+Imigrantes.+Relat%C3%B3rio+Estat%C3%ADstico+Anual+2019/98bf34e6-f53f-41b9-add6-cdb4fc343b34>. [Acedido em 30 de abril de 2022]

OXFAM. (2022). Inequality kills: The unparalleled action needed to combat unprecedented inequality in the wake of COVID-19. [on line]. Disponível em: <https://policy-practice.oxfam.org/resources/inequality-kills-the-unparalleled-action-needed-to-combat-unprecedented-inequal-621341/>. [Acedido em 30 de abril de 2022]

TAVARES, P. (2019). As empresas gigantes que pagam zero de imposto nos EUA. Diário de Notícias. [on line]. Disponível em: <https://www.dn.pt/mundo/as-empresas-gigantes-que-pagam-zero-de-imposto-nos-eua-10846904.html>. [Acedido em 30 de abril de 2022]

TEIXEIRA, G. (2021). *Manual de Direito Fiscal*. 6.^a edição. Coimbra: Almedina.

PERDIDOS NOS LABIRINTOS DAS ESCOLHAS: (IN)DECISÕES NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

LOST IN THE MAZES OF CHOICE: (IN)DECISIONS IN CONTEMPORARY SOCIETIES

Paulo Jorge SANTOS

Faculdade de Letras, Universidade do Porto
pjsantos@sapo.pt

Resumo

As sociedades contemporâneas obrigam os indivíduos a efetuarem um número crescente de escolhas em múltiplos domínios da sua existência, nomeadamente ao nível dos padrões de consumo ou dos estilos de vida. Decisões que em tempos passados eram fortemente condicionadas por autoridades externas, como o Estado, a igreja ou a família, passaram agora para a esfera individual. Esta alteração ocorrida nas sociedades líquidas, para utilizar a conhecida expressão de Zygmunt Bauman, pode ser interpretada como uma ampliação da esfera da autodeterminação e da liberdade humanas. Todavia, como iremos sustentar, com base em estudos da área da psicologia, a multiplicação de escolhas e das concomitantes decisões conduz, em muitas circunstâncias, à ansiedade e à paralisia no processo decisional, à insatisfação com as opções escolhidas e à própria segurança ontológica dos indivíduos. Todavia, a forma como este impacto negativo se faz sentir depende, pelo menos em parte, de aspetos relacionados com o desenvolvimento psicológico dos indivíduos, nomeadamente com as experiências que são estabelecidas com as figuras parentais em idades precoces. E estas experiências, por sua vez, não ocorrem num vácuo social. Os contextos específicos onde as populações mais marginalizadas se movimentam, marcadas por níveis de incerteza mais elevados, nomeadamente em termos de emprego e dos rendimentos, desempenham um papel relevante na dificuldade acrescida em construir estruturas psicológicas que permitem lidar com sucesso com as tarefas desafiadoras inerentes à vida social contemporânea, em particular com as escolhas com que os indivíduos se confrontam.

Palavras-chave: Escolha, sociedade líquida, insegurança ontológica, desenvolvimento psicológico.

Abstract

Contemporary societies force individuals to make a growing number of choices in multiple areas of their existence, particularly in terms of consumption patterns or lifestyles. Decisions that in the past were strongly conditioned by external authorities, such as the State, the church, or the family, have now shifted to the individual sphere. This change in liquid societies, to use Zygmunt Bauman's well-known expression, can be interpreted as an expansion of the sphere of human self-determination and freedom. However, as we will argue, based on studies in the field of psychology, the multiplication of choices and their concomitant decisions have led, in many circumstances, to anxiety and paralysis in the decision-making process, dissatisfaction with the options chosen, and even affect the individuals' sense of ontological security. However, the way this negative impact is felt depends, at least in part, on aspects related to the psychological development of individuals, namely the experiences with parental figures at an early age. Furthermore, these experiences do not occur in a social vacuum. The specific contexts in which the most marginalized populations live are marked by higher levels of uncertainty, particularly in terms of employment and income. They play a relevant role in the increased difficulty in building psychological structures that help individuals deal successfully with the challenging tasks of contemporary social life, and especially with the choices they have to face.

Keywords: Choice, liquid society, ontological insecurity, psychological development.

1- Introdução

Nas últimas décadas as sociedades contemporâneas têm sofrido um vasto conjunto de transformações ao nível social, económico, político, cultural e tecnológico. Indivíduos, grupos, instituições e países são objeto de forças poderosas que impelem a uma mudança mais ou menos permanente sem que seja possível uma ancoragem estabilizadora que outrora parecia garantir alguma segurança e previsibilidade sociais. Para vários autores estas alterações são de tal modo profundas que configuram uma nova forma de constituição das sociedades, um movimento que questiona o próprio projeto de modernidade em que estas se filiam. A modernidade caracteriza-se por um conjunto muito amplo de alterações das normas, instituições e organizações sociais que as sociedades europeias vivenciaram após o final da Idade Média, que se aprofundaram no decurso do Renascimento e do Iluminismo e que ganharam um renovado ímpeto no decurso da Revolução Industrial. Assistimos neste período a uma emancipação do indivíduo face à tradição e aos costumes, religiosos e seculares, que se consubstancia na sua elevação a uma nova categoria social, com direitos e deveres associados. De igual forma, constata-se o aparecimento e consolidação de novas formas de regulação social, com o nascimento e fortalecimento dos Estados-Nação, que asseguram a gestão de um determinado território, nomeadamente ao nível da sua segurança, administração da justiça e do monopólio da violência, e com o nascimento de um sistema – o mercado – que regula os processos de troca e comercialização de bens e serviços. Todas estas mudanças fundamentam-se na razão, que subjaz ao nascimento e consolidação da ciência moderna e da tecnologia, mas de igual forma às diversas conceções de transformação e progresso social, nomeadamente as de natureza política (Silva, 2002).

Para Jean-François Lyotard (1989) as metanarrativas subjacentes à modernidade (emancipação, progresso, desenvolvimento, etc.) ter-se-iam esgotado. Nas suas próprias palavras “(...) o “pós-moderno” é a incredulidade face às metanarrativas” (p. 12). As sociedades contemporâneas, que no plano económico são sociedades pós-industriais, teriam entrado, desde os finais da década de 50, na pós-modernidade. Esta seria caracterizada pelo abandono de critérios abstratos de verdade e de justiça, subjacentes ao processo de investigação científica e de transformação social, sendo substituídos por critérios de performatividade relacionados com jogos de linguagem, no sentido wittgensteiniano, que fazem sentido em contextos locais e não universais.

Alguns autores não subscrevem a tese de Lyotard, embora reconheçam que a paisagem das sociedades contemporâneas tenha vindo a sofrer mudanças substanciais. Zygmunt Bauman (2000, 2001, 2017), por exemplo, recorreu à metáfora da *liquidez* para dar conta das transformações que a primeira fase da modernidade tem vivenciado. Atualmente as estruturas sociais, instituições, estilos e percursos de vida já não se caracterizam pela estabilidade e solidez de outrora, mas sim pela elevada fluidez e mutabilidade, o que faz com que seja muito mais difícil e desafiante ancorar o desenvolvimento de projetos de vida uma vez que a solidez dos elementos estruturantes das sociedades (Estado, família, religião, ideologia, etc.) sofreram uma acentuada erosão e já não servem de referência, como no

passado, para estruturar o devir humano. A vida social é hoje muito mais imprevisível e incerta do que no passado, sendo possível afirmar que a única certeza nas sociedades ocidentais atuais é uma condição de incerteza permanente.

Assistimos, igualmente, a um processo crescente de individualização dos percursos biográficos que cada pessoa é obrigada a trilhar. Nas palavras de Santos (2017) se a “criação do indivíduo pode ser considerada uma marca incontornável da modernidade, a individualização constitui uma dimensão extrema desta tendência, tendo emergido da crise das estruturas e dos processos sociais que enquadravam o comportamento individual e social no decurso da primeira modernidade. Os indivíduos ganharam maior liberdade de escolha em virtude da erosão dos valores tradicionais e do declínio das referências sociais da primeira fase da modernidade (p. 92). Presentemente eles têm que evidenciar um conjunto de características pessoais – resiliência, empreendedorismo, flexibilidade, tolerância face à incerteza – para poderem ter sucesso em sociedades caracterizadas pela imprevisibilidade, descontinuidade e fragmentação.

2- A omnipresença da escolha

Uma das características mais pregnantes do processo de individualização que atrás referimos é o crescimento exponencial de escolhas com que os indivíduos são confrontados e às quais não se podem furtar. Comparando com o que se passava há poucas décadas atrás, o número de decisões com que as pessoas lidam diariamente é verdadeiramente avassalador. Tal como afirma Rosenthal (2005) a “escolha está em todo o lado. Afeta profundamente as nossas vidas. Comparados com os nossos antepassados (...) nós temos mais coisas para escolher e gerir. Assim, não é surpresa afirmar que a presença da escolha e das complexidades resultantes da tomada de decisão constituem uma parte central das nossas vidas. (...) Em síntese, a escolha transformou não apenas *como vivemos*, mas também como pensamos e quem nós somos. É a influência da escolha que recentemente – desde 1970, se tivermos que escolher um ano – nos separa de quem costumávamos ser (p. 1, itálico no original)”.

Ao nível do consumo quotidiano, num supermercado, por exemplo, o número de produtos cresceu de uma forma substancial. Um simples artigo como a batata, que antigamente era vendido sem nenhuma variante, pode agora ser escolhido como batata para cozer, batata para assar, batata vermelha, batata branca ou batata biológica. E o número de exemplos poderia ser facilmente multiplicado *ad infinitum*. Ainda no campo do consumo, os *shoppings centers*, outrora catedrais do consumo de massas, que vieram substituir os estabelecimentos comerciais que se situavam em determinadas zonas urbanas, estão a desaparecer para dar lugar às compras online onde o número de alternativas é ainda maior (Rigby, 2011).

Ao nível cultural as alternativas multiplicaram-se a um nível inimaginável até há pouco anos atrás. Já não é necessário esperar pelo dia e hora em que um determinado canal de televisão irá exibir um filme que gostaríamos de ver (e este cenário pressupõe a existência de vários canais alternativos), ou

alugar um filme num clube de vídeo. Canais mais generalistas ou mais especializados disponibilizam milhares de filmes e de documentários para visualização imediata. E o mesmo sucede com a música. A sua venda em suporte físico serve um mercado residual, enquanto que as grandes empresas de *streaming* fornecem uma quantidade infindável de artistas e bandas que até há poucos anos seria de todo impensável.

Mas não é somente ao nível do consumo que a escolha permeou a vida social contemporânea de uma forma indelével. Os estilos de vida são agora múltiplos, fluídos e mutáveis. O processo de construção da identidade, outrora definido como a principal tarefa psicossocial da adolescência (Erikson, 1968), estende-se agora a um novo estágio de desenvolvimento, a adultícia emergente (Arnett, 2004). Os indivíduos perderam os referenciais que antigamente estruturavam o percurso de construção identitária, como a escolha de uma profissão, a opção por uma ideologia política ou religiosa e por papéis familiares (ver Marcia, 1966; Marcia & Archer, 1993).

Não só as alternativas de escolha se multiplicaram de uma forma impressionante, como a capacidade de decisão surge em idades cada vez mais precoces. Se é certo que algumas escolhas são agora decididas mais tarde do que no passado, como as relacionadas com a entrada no mundo do trabalho, outras, que dantes se encontravam na esfera de autoridades externas, como a igreja, a família ou o Estado, passaram para o controlo dos indivíduos e são realizadas cada vez mais cedo (Santos, 2017; Tedesco, 1999). É necessário ter em conta, contudo, que as opções de escolha não se encontram igualmente distribuídas pelos diferentes grupos sociais. De facto, elas dependem de variáveis diversas, das quais o rendimento disponível será, seguramente, uma das mais relevantes. A classe social de pertença desempenha um papel incontornável no acesso às escolhas de todo o tipo com que somos confrontados.

Numa primeira análise poderíamos concluir que esta evolução evidencia um progresso na autonomia e liberdade humanas. Se existem mais alternativas que as pessoas podem escolher em múltiplas áreas das suas vidas, então em princípio seria possível encontrar mais facilmente aquelas que melhor servem os seus interesses e objetivos. Todavia, a investigação tem vindo a evidenciar que o crescimento de opções não se faz sem custos associados. Quando se alarga o leque das escolhas é inevitável que o processo de decisão demore mais tempo porque se torna necessário processar mais informação. Nalguns casos, como veremos posteriormente, isto conduz alguns indivíduos à paralisia decisional. Simultaneamente, o grau de satisfação com a opção escolhida tende a decrescer porque esta é contrastada com todas aquelas que foram descartadas e que potencialmente poderiam ser uma melhor escolha (Markus & Schwartz, 2010; Schwartz, 2000, 2004).

Vejamos um exemplo concreto de uma investigação conduzida por Iyengar e Lepper (2000), considerada um clássico no seu domínio, constituída por três estudos em que se analisou a relação entre o número de alternativas, a motivação para escolher uma delas e a satisfação com a escolha. Num desses estudos os clientes de um supermercado eram confrontados com duas mesas que publicitavam

compotas que podiam ser saboreadas. Numa das mesas existiam 6 sabores de compotas e noutra 24. A todos os clientes que se aproximaram da mesa era-lhes oferecido um cupão de desconto na compra de uma compota. O que se verificou foi que um maior número de clientes parava na condição do maior número de compotas, mas não se verificou nenhuma diferença ao nível da percentagem das pessoas que as experimentavam. As diferenças entre as duas condições foram muito marcadas no que respeita à percentagem dos que efetivamente compraram uma compota aproveitando o desconto: perto de 30% dos que foram submetidos à condição de menor número de compotas efetivaram a compra, contra 3% dos que encontravam a mesa com mais compotas. Num outro estudo da mesma investigação os sujeitos eram confrontados com a tarefa de escolherem chocolates, num caso a partir de um conjunto de 6 e noutra a partir de uma amostra de 30. Depois de efetuarem a escolha a partir das suas designações e aparência, dois subgrupos da amostra (6 versus 30 chocolates) recebiam o chocolate que tinham escolhido. Posteriormente era-lhes comunicado que a sua participação tinha terminado e que como retribuição no estudo poderiam receber um pagamento em dinheiro ou uma caixa de chocolates nesse valor. Os resultados evidenciaram que quando os sujeitos eram confrontados com um maior número de chocolates para avaliar consideravam essa tarefa mais difícil e frustrante. Os indivíduos que avaliaram um menor número de chocolates foram os que se sentiram mais satisfeitos com as suas escolhas e os que aceitaram em maior número uma caixa de chocolates como pagamento da sua participação no estudo.

3- Processo de escolha e características individuais

Se, como vimos anteriormente, ainda que de forma breve, que o aumento do número de alternativas ao nível das escolhas conduz a uma dificuldade acrescida de decisão e de insatisfação com as opções escolhidas, torna-se necessário ter em conta que nem todos os indivíduos são igualmente afetados por esta situação. A investigação na área da psicologia identificou diferenças individuais que desempenham um papel relevante neste contexto. Norman Schwartz (2004) caracterizou dois grupos distintos de indivíduos que se diferenciam quando se confrontam com a necessidade de efetuarem escolhas e de lidarem com as alternativas disponíveis. Um grupo de sujeitos, designados de *satisficers*, analisa as opções que tem pela frente, escolhe uma delas a partir de um conjunto de critérios que definiu previamente e finaliza dessa forma o processo. Em contraste, os *maximizers* pensam constantemente em encontrar a melhor escolha, mesmo quando se deparam com uma alternativa que lhes agrada, o que prolonga consideravelmente o tempo de decisão, e tendem a ruminar sobre a decisão tomada e se esta foi de facto a melhor alternativa.¹ Os primeiros tendem a usar atalhos nos seus processos de decisão e contentam-se com a opção que atinge um limiar de aceitabilidade. Os segundos envolvem-se num processo de procura de mais informação para tentar encontrar a alternativa perfeita. O que a investigação demonstrou foi que os *maximizers* evidenciaram níveis mais baixos de satisfação com a

¹ Optámos por não traduzir os termos utilizados pelo autor por ser difícil encontrar equivalentes em português para os mesmos.

vida, de felicidade, de otimismo e níveis mais elevados de depressão. Embora estes resultados sejam de natureza correlacional, não sendo possível, por isso, estabelecer relações de causalidade, eles demonstram que para uma parte das pessoas o aumento das possibilidades de escolha traduziu-se em maiores níveis de desajustamento psicológico.

Um outro domínio que tem sido objeto da investigação psicológica nos últimos anos é da caracterização dos indivíduos que têm dificuldades em efetuar decisões, um tópico que conheceu um desenvolvimento significativo a partir de meados dos anos 90. O mapeamento das características dos indecisos crónicos teve origem em duas áreas da psicologia distintas que raramente se cruzaram: a psicologia da carreira e a psicologia clínica. No primeiro caso os investigadores centraram a sua atenção nas dificuldades de escolha vocacional que radicavam numa incapacidade mais geral em efetuar escolhas, designada de indecisão crónica, indecisão generalizada ou indecisividade (Santos, 2007). No segundo caso, o esforço de investigação centrou-se na associação entre a dificuldade em fazer escolhas e em determinados quadros psicopatológicos, com especial relevância para a perturbação obsessiva-compulsiva (Rassin, 2007).

À semelhança do que sucede na investigação a que atrás fizemos referência os indecisos crónicos evidenciam um conjunto de características psicológicas negativas, como níveis mais elevados de ansiedade e de *locus* de controlo externo e mais baixos de autoestima, de definição ao nível da identidade e de autonomia face às figuras parentais (Santos, 2001, 2007; Santos et al., 2014). De igual forma, a dificuldade em tomar decisões parece constituir-se como um traço estável que permeia os processos de escolha com que os indivíduos são crescentemente confrontados (Germeijs et al., 2006). O facto de algumas psicopatologias surgirem associadas à indecisão crónica não permite estabelecer umnexo causal entre doença mental e dificuldades em efetuar escolhas porque parece ser relativamente seguro que uma parte significativa dos indecisos crónicos não apresentam sinais de perturbação mental (Santos, 2007).

A questão que devemos agora colocar é a razão por que, desde há aproximadamente 25 anos, se assistiu a um desenvolvimento significativo da investigação sobre a indecisão crónica e sobre as consequências negativas associadas indivíduos *maximizers* a que já fizemos referência. Encontrámo-nos ainda no domínio das respostas provisórias que assumem, que fique claro, uma interpretação algo especulativa. Schwartz (2004) sustenta que a proliferação das escolhas no mundo contemporâneo poderá potenciar o aparecimento de indivíduos *maximizers*. De igual forma, é nossa convicção que o aumento de alternativas na nossa vida quotidiana aumenta as dificuldades associadas à escolha, mas que alguns indivíduos as experienciam de forma particularmente intensa. Salecl (2010) afirma que quando a escolha se tornou tão omnipresente e quando a responsabilidade de optar por uma má alternativa parece uma possibilidade real, refugiar-se na indecisão parece oferecer algum tipo de proteção relativamente a um possível arrependimento que a escolha possa provocar. Como atrás

afirmamos a expansão das decisões impacta significativamente a generalidade das pessoas nas sociedades contemporâneas, mas nem todas parecem ser afetadas de igual forma.

É nossa convicção que as experiências que a criança estabelece com os seus cuidadores poderá desempenhar um papel relevante neste âmbito. Não deixa de ser relevante que no campo da sociologia existem autores que têm vindo a chamar a atenção para a relação entre a qualidade destas relações e o funcionamento social dos indivíduos. Anthony Giddens (1996) salientou a importância que se estabelece entre uma relação de confiança e o da segurança ontológica das pessoas. Segundo este autor os indivíduos que conseguem ter um comportamento adaptado face aos inevitáveis desafios com que são confrontados “recebem uma inoculação emocional que os protege contra as ansiedades ontológicas a que todos os seres humanos estão potencialmente sujeitos. O agente desta inoculação é a primeira figura protetora da infância: a mãe, para a grande maioria das pessoas” (p. 65). Para Peter Marris (1996), a vinculação experimentada na infância e adolescência afeta de forma profunda a sensação da segurança/insegurança dos indivíduos. No entanto, ele salientou que a possibilidade de desenvolver uma vinculação segura aos adultos cuidadores não pode ser desligada de fatores sociais. Nos grupos mais vulneráveis, isto é, aqueles que não vivem num bairro seguro, que não usufruem de um rendimento estável, com menos liberdade de ação e autonomia, os pais/mães têm mais dificuldades em desenvolver vinculações seguras com seus filhos/as. Nas suas palavras: “Para os mais desfavorecidos, tudo é instável - emprego, família, abrigo, a intervenção dos serviços sociais - e isso (...) é uma consequência da forma como os outros, mais afortunados, têm sido capazes de manobrar, deslocando a carga cumulativa de incerteza sobre os mais os mais fracos” (p. 88).

Embora a investigação sobre a qualidade das relações entre adultos cuidadores e crianças e a facilidade em tomar decisões seja muito escassa, existe alguma evidência empírica que sustenta que uma vinculação segura relativamente às figuras parentais aumenta a confiança e a capacidade no processo decisional (ver Emmanuelle 2009; Santos, Gonçalves, & Canário, 2022).

4- Conclusão

Vivemos num tempo de uma inimaginável quantidade de escolhas com que somos confrontados quase diariamente. Julgamos ter demonstrado que, contrariamente a uma impressão inicial, esta expansão não surge sem um custo associado. Embora nem todos sejam afetados pelo crescimento exponencial das opções que têm que escolher da mesma forma, antes do mais porque a classe social de pertença condiciona fortemente as escolhas individuais, parece resultar claro da investigação que um subgrupo de indivíduos tem dificuldades em orientar-se perante este novo cenário social. Como tivemos a oportunidade de argumentar, é possível que determinadas experiências na infância possam desempenhar um papel relevante na maior ou menor facilidade em lidar com o processo decisional, mas torna-se necessário reforçar a investigação neste campo ainda pouco explorado.

5- Bibliografia

- ARNETT, J. (2004). *Emerging adulthood*. New York: Oxford University Press.
- BAUMAN, Z. (2000). *Liquid modernity*. Cambridge: Polity Press.
- BAUMAN, Z. (2001). *The individualized society*. Cambridge: Polity Press.
- BAUMAN, Z. (2017). *A arte da vida*. Lisboa: Relógio D'Água.
- EMMANUELLE, V. (2009). Inter-relationships among attachment to mother and father, self-esteem, and career indecision. *Journal of Vocational Behavior*, 75(2), 91-99.
- ERIKSON, E. (1968). *Identity: Youth and crisis*. New York: Norton.
- GERMEIJS, V., VERSCHUEREN, K., & SOENENS, B. (2006). Indecisiveness and high school students' career decision-making process: Longitudinal associations and the mediational role of anxiety. *Journal of Counseling Psychology*, 53(4), 397-410.
- GIDDENS, A. (1996). *As consequências da modernidade* (3ª ed.). Oeiras: Celta.
- IYENGAR, S. S., & LEPPER, M. R. (2000). When choice is demotivating: Can one desire too much of a good thing? *Journal of Personality and Social Psychology*, 79(6), 995–1006.
- LYOTARD, J. F. (1989). *A condição pós-moderna*. Lisboa: Gradiva.
- MARCIA, J. E. (1966). Development and validation of ego-identity status. *Journal of Personality and Social Psychology*, 3(5), 551-558.
- MARCIA, J. E., & ARCHER, S. L. (1993). Identity status in late adolescence: Scoring criteria. In J. E. MARCIA, A. S. WATERMAN, D. R. MATTESON, S. L. ARCHER, & J. L. ORLOFSKY (Eds.), *Identity: A handbook for psychosocial research* (pp. 205-240). New York: Springer-Verlag.
- MARKUS, H. R., & SCHWARTZ, B. (2010). Does choice mean freedom and well-being? *Journal of Consumer Research*, 37(2), 344-355.
- MARRIS, P. (1996). *The politics of uncertainty*. London: Routledge.
- RASSIN, E. (2007). A psychological theory of indecisiveness. *Netherlands Journal of Psychology*, 63(1).
- RIGBY, D. (2011). The future of shopping. *Harvard Business Review*, December. Disponível em <https://hbr.org/2011/12/the-future-of-shopping> [Acedido em 12 de janeiro de 2022]
- ROSENTHAL, E. C. (2005). *The era of choice*. Cambridge, MA: MIT Press.
- SALECL, R. (2010). *Choice*. London: Profile.
- SANTOS, P. J. (2001). Predictors of generalized indecision among Portuguese secondary school students. *Journal of Career Assessment*, 9(4), 381-396.
- SANTOS, P. J. (2007). *Dificuldades de escolha vocacional*. Coimbra: Almedina.
- SANTOS, P. J. (2017). Em busca da narrativa perdida. In Helena Pina & Felisbela Martins (Eds.), *Grandes problemáticas do espaço europeu – Sociedade, economia e património num cenário tendente a uma maior coesão territorial* (pp. 90-102). Porto: FLUP.

SANTOS, P. J., FERREIRA, J. A., GONÇALVES, C. M. (2014). Indecisiveness and career indecision: A test of a theoretical model. *Journal of Vocational Behavior*, 85(1), 106-114.

SANTOS, P. J., GONÇALVES, C. M., & CANÁRIO, A. C. (2022). Psychological determinants of indecisiveness in Portuguese secondary school students. [Manuscrito submetido para publicação].

SCHWARTZ, B. (2000). Self-determination: The tyranny of freedom. *American Psychologist*, 55(1), 79-88.

SCHWARTZ, B. (2004). *The paradox of choice*. New York: HarperCollins.

SILVA, A. S. (2002). *Dinâmicas sociais do nosso tempo*. Porto: Editora UP.

TEDESCO, J. C. (1999). *O novo pacto educativo*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.

MIGRAÇÃO, TRABALHO E CINEMA DOCUMENTÁRIO: ABORDAGEM NO CONTEXTO EUROPEU

MIGRATION, WORK AND DOCUMENTARY CINEMA: APPROACH IN THE EUROPEAN CONTEXT

José Francisco SERAFIM

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil, e CEMRI (UAb)
serafimjf@gmail.com

Maria Conceição RAMOS

Universidade do Porto (UP) – Faculdade de Economia (FEP), Portugal, e CEMRI (UAb)
cramos@fep.up.pt

Maria Natália RAMOS

Universidade Aberta Lisboa (UAb), Portugal, e CEMRI (UAb)
maria.ramos@uab.pt

Resumo

O objetivo deste texto é trazer uma reflexão sobre o binómio migração e trabalho e a sua representação através do cinema documentário. A crise social e política atual, bem como as catástrofes ambientais e os conflitos políticos e armados, como as guerras que o mundo enfrenta na atualidade, sobretudo no contexto europeu com a atual guerra da Ucrânia, reflete-se em estratégias de acolhimento de grandes parcelas da população que deixam o seu país, nomeadamente ucranianos que deixam a Ucrânia invadida pela Rússia, em situação de migração forçada e de refúgio. As imagens da guerra e de pessoas a abandonarem a sua terra natal, a Ucrânia, têm sido frequentes em todos os meios de comunicação social do mundo desde 24 de fevereiro de 2022. Um dos maiores documentaristas da atualidade, o ucraniano Sergei Loznitsas, nas suas obras documentais abordou a questão das lutas e guerras vividas pela população ucraniana, bem como as consequências desastrosas para a população após o fim do conflito, como em *Maidam* (2014) e *Donbass* (2018). Portugal, antes da atual guerra na Ucrânia, contava já com um expressivo número de migrantes ucranianos no seu território, desde a década de 1990 (Ramos, 2007), sendo atualmente esta comunidade de imigrantes a segunda maior no país e este conflito irá aumentar o número de refugiados e emigrantes que se instalarão em Portugal. Alguns filmes documentários realizados em Portugal nestes últimos anos procuram representar a situação vivenciada por migrantes nas suas variantes e/imigração. A título de exemplo, o filme *Lisboeta* (Sérgio Tréfaut, 2004) visa contribuir para a elaboração de uma reflexão sobre a complexa questão do deslocamento de pessoas que, por razões muito diversas, se veem obrigadas a deixar os seus países de origem em busca de melhores condições de vida em países de acolhimento.

Palavras-chave: Migração; Trabalho; Cinema Documentário; Portugal; Europa.

Abstract

The purpose of this text is to reflect on the binomial migration and work and its representation through documentary cinema. The current social and political crisis, as well as environmental catastrophes and political and armed conflicts, such as the wars that the world is currently facing, mainly in the European context, is reflected in reception strategies for large portions of the population that leave the country invaded by its neighbor, Russia, in a situation of forced migration and refuge. Images of war and people abandoning their homeland, Ukraine, have been frequent in all the world's media since February 24, 2022. One of the greatest documentarians of our time, the Ukrainian Sergey Loznitsas, in his documentary works addressed the issue of struggles and wars experienced by the Ukrainian population, as well as the disastrous consequences for the population after the end of the conflict, as in *Maidam* (2014) and *Donbass* (2018). Portugal, even before the current war in Ukraine, already had a significant number of Ukrainian migrants in its territory, since the late 1990s (Ramos, 2007), and this community is currently the second largest in the country, and the current conflict will increase the number of refugees and migrants who will settle in Portugal. Some documentary films made in Portugal in recent years seek to represent the situation experienced by migrants, in their e/immigration variants. For example, the film *Lisboetas* (Sérgio Tréfaut, 2004) aim to help

in the elaboration of a reflection on the thorny issue of the displacement of people that, for the most varied reasons, are forced to leave their countries of origin in search of better living conditions in host countries.

Keywords: Migration; Work; Documentary Cinema; Portugal; Europe.

1- Introdução

As questões relacionadas com os processos migratórios não são recentes, e movimentos de população através do mundo sempre ocorreram ao longo da História, sendo os motivos que fazem com que pessoas decidam viver noutra local que não aquela onde nasceram bastante variáveis, pelo que muito se tem escrito já e refletido sobre esta temática.

Com a invenção do cinema, no final do século XIX, encontramos algo novo nas formas de representação das diversas atividades humanas, isto é, a possibilidade do registo através de um processo tecnológico que permite a apreensão das mais variadas atividades num suporte permanente que pode ser reproduzido e que já não apresenta mais a imagem estática, como é o caso da fotografia, mas em movimento, dando aos espectadores uma ideia bastante próxima do real das atividades captadas por este novo aparelho, denominado “cinematógrafo”, isto é, escrita da imagem em movimento. A partir desse momento, praticamente todas as atividades humanas foram captadas pelas lentes das câmaras de cinema em múltiplos espaços e contextos e através da utilização de diferentes técnicas (Ramos, 2005; Ramos, Serafim, 2007). O mesmo ocorre com as atividades vinculadas aos movimentos populacionais, pois observamos estar já presente nas representações imagéticas, desde os primórdios do cinema, sobretudo no cinema ficcional, a questão da migração. A título de exemplo, observamos que um dos cineastas do início do cinema, o inglês Charles Chaplin (1889-1977), realizou uma curta-metragem em 1917, *O Imigrante*, na qual colocou em cena a difícil situação vivida por migrantes ao longo de uma travessia do Atlântico em direção aos Estados Unidos. Importa salientar que Chaplin, um dos atores do filme, dialoga de alguma forma com a sua própria experiência e situação de migrante inglês vivendo nos Estados Unidos.

Relativamente à questão do trabalho, este foi outro dos temas que também foram objeto de interesse por parte dos cineastas desde praticamente os primórdios do cinema, sendo que muitos filmes foram realizados sobre os mais diversos aspetos associados às atividades laborais, desde filmes descritivos sobre atividades do trabalho rural e urbano a filmes mais reflexivos, sociais ou políticos sobre o trabalho em diversos contextos. Muitos destes filmes vão interseccionar os temas da migração e da mobilidade de populações com o tópico do trabalho, apresentando de forma bastante contundente aspetos diversificados na relação do migrante com o país de acolhimento, desde a questão da documentação necessária para se garantir a presença no país até, posteriormente, à da procura de trabalho, perpassando igualmente questões como o acolhimento e a integração social, relações intergeracionais e interculturais, questões relativas à educação, sociabilidade, religiosidade, qualidade de vida, entre outras.

Com o objetivo de melhor compreender esta relação entre migração e trabalho na Europa, procuramos, através do documentário *Lisboetas* (2004), de Sérgio Tréfaut (1965-), trazer um olhar sobre o modo como o cinema nos pode ajudar a compreender e a refletir não só sobre a

diversidade de pessoas que migraram para Portugal no início dos anos 2000, mas também sobre as razões desse deslocamento e o que procuram. Apesar da grande diversidade cultural, linguística, socioeconómica, religiosa, etc., estes imigrantes tentam inserir-se no país de acolhimento, procurando compreender as características e o funcionamento da nova sociedade que escolheram para viver.

2- Filmar o trabalho

Filmes documentais sobre o trabalho estão presentes desde a invenção do cinematógrafo pelos Irmãos Lumière, em 1895. Estes realizaram uma série de filmes de aproximadamente 60 segundos colocando atividades quotidianas e laborais no centro da narrativa. Em 1895, o médico francês Félix Regnault (1863-1938) filmou uma mulher *wolof* a fabricar um objeto de cerâmica, filmagem essa feita ainda em contexto colonial, tendo sido realizada durante a Exposição Universal da África Ocidental, que teve lugar em Paris em 1895, podendo ser considerada uma obra de cunho etnográfico. Observa-se o interesse dos pioneiros do cinema em realizar filmes que colocam o trabalho como tema central dos documentários. Contudo, aquando da realização destes objetos fílmicos ainda não existia uma denominação para esse tipo de filmes, que hoje podemos catalogar como “documentário”.

Robert Flaherty (1884-1951), considerado por muitos teóricos o “pai” do documentário, realizou filmes em diversas partes do planeta (Canadá, Irlanda, Samoa, Estados Unidos, etc.), e em todos eles privilegiou filmar atividades laborais, além das relações familiares dos personagens filmados. Vemos, por exemplo, o trabalho dos Inuítes no Ártico, o de autóctones numa região paradisíaca, Samoa, bem como a dura luta pela sobrevivência de pescadores na ilha de Aran, na costa irlandesa (Ramos & Serafim, 2007).

Também o cineasta escocês John Grierson (1898-1972), sobretudo nos anos 1930, desenvolveu intensa atividade ligada à produção e desenvolvimento do filme documentário no Reino Unido, retratando a pobreza, o desemprego, a depressão e destruição vividos no país, bem como as atividades e gestos do trabalho, como no filme *Drifters* (1929), em que descreve a pesca do arenque no alto mar e, a partir de planos curtos, nos proporciona imagens sobre os gestos e as atividades dos pescadores e os movimentos das máquinas (Ramos, 2005).

Frederick Wiseman (1930-), cineasta norte-americano, tem realizado igualmente uma das obras mais instigantes, na qual se observam, sempre em estilo “cinema direto”, as engrenagens de diversas instituições, sobretudo norte-americanas e, em alguns casos, francesas. Wiseman interessa-se por temas bastante diversos, como a saúde (*Hospital, Near Death*), a arte (*Crazy Horse, La Danse, National Gallery*), a educação (*High School I e II, Ex-Libris*), e, em 2020, com 90 anos, realizou um filme de cunho mais político, *City Hall*. Todos os documentários por si realizados têm em comum apresentarem como tema principal atividades relacionadas com o trabalho.

É igualmente importante observar a obra monumental realizada em 2002 pelo cineasta chinês Wang Bing (1967-), *A Oeste dos Trilhos*, na qual o realizador apresenta, em 9 horas e 11 minutos, o declínio da área industrial da região de Tiexi, em Shenyang, que fora um dos

exemplos de sucesso económico e industrial da China. O filme apresenta, em três partes (“Ferrugem”, “Vestígios” e “Trilhos”), diversas atividades realizadas pelos operários no momento em que as fábricas da região começam a ser desativadas, bem como a sua dificuldade em continuar a viver naqueles locais e a necessidade de migrarem para outras regiões do país.

Em Portugal, o documentário de curta-metragem *Douro, Faina Fluvial*, realizado em 1931 por Manoel de Oliveira (1908-2015), é um marco no registo de atividades laborais filmadas ao longo do rio Douro, na zona ribeirinha da cidade do Porto, e apresenta diversas atividades de trabalho, sobretudo aquela que é uma das marcas da cidade, a atividade vinícola do vinho do Porto.

Sobre a questão migratória, observamos algumas obras que abordam este tema, a título de exemplo o filme do documentarista francês Robert Bozzi (1941-) *Les Gens des Baraques*, que apresenta, sobretudo, os emigrantes portugueses em França. Este filme, realizado em 1995, procura encontrar algumas das pessoas que o realizador havia já filmado num documentário de 1970 numa zona de barracas em Saint Denis, na periferia de Paris. Nesse ano, Bozzi realizou *Immigrés en France – Le Logement*, documentário que está na génese de *Les Gens des Baraques* e que aborda a questão do problema do alojamento para os imigrantes em França. Para a realização do filme de 1995, o realizador reencontrou vários dos protagonistas filmados 25 anos antes, sendo que muitos deles haviam entretanto regressado para Portugal, onde construíram as suas casas à espera da reforma. A grande maioria dos personagens filmados em 1970 tinha vindo de Portugal e de Espanha, procurando em França melhores condições de vida e de trabalho. O filme dá voz a esses imigrantes, que aí relembram com muita emoção o período em que foram obrigados a viver em condições desumanas, em barracas na periferia de Paris, sem saneamento e infraestruturas, e que, para sobreviverem, tiveram de se sujeitar a empregos bastante precários. Em *Les Gens des Baraques*, como referido, Bozzi observa que muitos dos migrantes portugueses que filmara anos antes haviam regressado para os seus locais de origem em Portugal, e será em aldeias portuguesas, sobretudo do norte do país, que o realizador os irá (re)encontrar.

Podemos observar igualmente a questão da migração relacionada com o trabalho no documentário de Sérgio Tréfaut realizado em 2004, *Lisboetas*, que apresenta um quadro bastante variado dos imigrantes que decidem instalar-se em Lisboa e da sua luta pela regularização e legalização da sua situação de residência, bem como pela procura de trabalho. Mais recentemente, a série documental televisiva portuguesa, em dois episódios, *Mulheres em Portugal*, realizada em 2021 por Carlos Daniel (1970-), pontua a difícil situação das mulheres portuguesas nos últimos 40 anos através do olhar de oito mulheres. A série aborda questões como a desigualdade salarial relativamente ao trabalho masculino, o trabalho não pago, a violência doméstica, entre outras.

Como observámos antes, apesar de este tema estar presente na história do cinema desde os seus primórdios, os filmes associados à representação do trabalho e à sua inter-relação com processos migratórios são ainda pouco estudados e analisados. Observa-se que raros são os investigadores que se debruçaram sobre a questão a fim de elaborar uma reflexão sobre a

relação entre o cinema documental e a representação do trabalho. Com o objetivo de preencher esta lacuna, em 2009 a “Associação Francesa Filmar o Trabalho” realizou a primeira edição de um festival de cinema *Filmer le Travail* focado nas representações do trabalho, o qual apresenta tanto obras documentais como ficcionais, além de mesas-redondas e conferências sobre a temática do trabalho e da imagem. Trata-se de um festival internacional que apresenta obras de todo o mundo. Em 2022, o festival apresentou a sua 13.^a edição, com o tema geral “O trabalho da Terra e do ser vivo”. Além do festival, a associação edita, desde 2015, uma revista semestral que tem por objeto o tema do cinema e do trabalho, intitulada *Images du Travail. Travail des Images*.

3- Processos migratórios na ótica do cinema documentário

O cinema tem tido um papel exemplar na representação do trabalho, da migração e das diversas diásporas e tem conseguido um grande sucesso e reconhecimento, tanto da crítica quanto do público, em produções recentes. Em 2015, o filme ficcional *Deehpan*, do cineasta francês Jacques Audiard (1952-), venceu o Festival de Cannes. O filme apresenta o drama vivido por uma falsa família, formada com o objetivo de deixar o seu país de origem, o Sri Lanka, a fim de se instalar na periferia da cidade de Paris. Neste filme, acompanhamos a difícil inserção da “família” no seu novo ambiente, o qual pode ser considerado no mínimo hostil e violento. Em 2016, foi a vez de a ficção francesa *Fatima*, de Philippe Faucon (1958-), arrecadar a mais alta distinção na cerimónia dos Césares.

Já no Festival Internacional de Cinema de Berlim de 2016, o filme vencedor do Urso de Ouro foi o documentário *Fuocoonmare*, de Gianfranco Rosi, onde vemos grupos de imigrantes e de refugiados a tentar chegar à ilha italiana de Lampedusa, localizada a 200 km da costa italiana e ponto de chegada quase obrigatório para os que se pretendem instalar na Europa, a maior parte vinda de África, muitos não conseguindo chegar à ilha e morrendo pelo caminho. Ao longo do filme, acompanhamos, sem comentário ou em voz *over*, a chegada dos refugiados e, em paralelo, o quotidiano dos habitantes da ilha, sobretudo através do olhar de Samuel, uma criança de 12 anos.

Tendo em vista que a questão da migração é tema de discussão há muitos anos, o cinema, sobretudo o documentário, tem apresentado obras exemplares para nos ajudar a ver, ouvir e compreender esta questão premente. O documentário que analisamos de seguida representa apenas um exemplo dessa produção efervescente que mostra diferentes facetas do deslocamento de pessoas, procurando dar uma ideia dos processos migratórios em Portugal. A procura por um lugar de asilo tem motivações bastante variadas, como observam os autores Serène Delmas e Laure Teulières:

Salvar-se da miséria, encontrar um trabalho, fazer com que a família sobreviva, economizar um pecúlio para outros projetos, fugir aos conflitos políticos e às guerras, escapar de ameaças ou da repressão, libertar-se da ordem tradicional, estudar ou formar-se, emancipar-se quando se é jovem, reencontrar o seu marido, ou simplesmente mudar de horizonte... As

migrações resultam de efeitos combinados de repulsão e de atração entre o que se deixa e o que se busca.¹ (Delmas & Teulières, 2012, 14). (Tradução dos autores).

Importante observar que o cinema, praticamente desde os seus primórdios, tem apresentado algumas destas questões migratórias em muitas obras, tanto ficcionais como documentais. Ao longo do tempo, estas questões representadas no ecrã foram-se diversificando, mostrando as complexas teias que levam as pessoas a deixar os seus países de origem em busca de uma vida melhor (Serafim, Ramos, 2016). Mesmo sendo grande a diversidade na representação, observa-se que algumas temáticas são pouco abordadas sob o prisma do cinema. A título de exemplo, constatamos que pouco se representa a migração rural ou de serviços, a exemplo dos empregos domésticos, da hotelaria e da restauração, da mesma forma que pouco se aborda a questão do trabalho sexual, etc. Relativamente ao género, observa-se igualmente uma maior predominância da representação masculina, sendo que na representação da mulher, quando acontece, esta surge frequentemente associada ao marido e confinada sobretudo ao espaço doméstico e aos cuidados dos filhos.

4- Imigração em Portugal: *Lisboetas* (2004), de Sérgio Tréfaut

O documentário *Lisboetas*, de Sérgio Tréfaut, mostra uma faceta da imigração em Portugal, país que, a partir do final do século XX e início do século XXI, deixou de ser um país de emigração para se tornar um país de imigração, sobretudo após sua entrada na Comunidade Europeia (Ramos, 2005, 2007).

Atualmente, tem-se assistido a um contínuo crescimento de indivíduos a chegar a Portugal, seja por razões laborais ou de reagrupamento familiar. Segundo o Observatório das Migrações, os estrangeiros representavam, em 2021, 6,8% do total de residentes em Portugal (698.887 pessoas). Porém, se nos referirmos aos nascidos no estrangeiro, esta percentagem sobe para 11,5% (Oliveira, 2022). Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), as 10 nacionalidades estrangeiras mais numerosas em Portugal em 2021 são as seguintes: brasileira (29,3% dos estrangeiros residentes em 2021), britânica (6%), cabo-verdiana (4,9%), italiana (4,4%), indiana (4,4%), romena (4,1%), ucraniana (3,9%), francesa (3,8%), angolana (3,7%) e chinesa (3,3%). A estrutura das nacionalidades estrangeiras mais representativas sofreu algumas alterações, nomeadamente associada ao aumento de nacionais de alguns países europeus e da Ásia e à diminuição de algumas nacionalidades dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e da Europa de Leste. A introdução, em 2006, de um novo enquadramento legal de regulação do acesso à nacionalidade portuguesa, com reforços na presente década, levou à diminuição de algumas nacionalidades dos estrangeiros residentes,

¹ "Se sauver de la misère, trouver du travail, faire vivre sa famille, épargner un pécule pour d'autres projets, fuir les conflits politiques et les guerres, échapper aux menaces ou à la répression, s'affranchir de l'ordre traditionnel, étudier ou se former, s'émanciper quando on est jeune, rejoindre son conjoint ou tout simplement changer d'horizon...Les migrations résultent d'effets combinés de répulsion et d'attraction entre ce que l'on quitte et ce que l'on cherche". (Tradução dos autores).

como dos PALOP. Na primeira década deste século, foi significativo o crescimento dos residentes de nacionalidades brasileira, ucraniana, romena e chinesa.

Nesse sentido, *Lisboetas* difere do já referido *Les Gens des Baraques*, uma vez que apresenta Portugal como um dos destinos principais no novo contexto de deslocamento de pessoas, como é perceptível pela grande quantidade de migrantes vindos das antigas colónias portuguesas, seja de países africanos, seja do Brasil, bem como de países do Leste europeu. Importante sublinhar a relação direta e pessoal do próprio realizador com a questão da migração, dado que Sérgio Tréfaut nasceu em São Paulo, no Brasil, sendo o seu pai um jornalista português e a sua mãe de origem francesa. Devido à ditadura de Salazar, a família viu-se obrigada, por questões políticas, a migrar para o Brasil, tendo mais tarde, na década de 1960, devido à Ditadura Militar no Brasil, migrado novamente, desta vez para França, ou seja, o próprio diretor conhece diretamente a experiência de ser migrante e de se ver obrigado a deslocar-se de um país para outro. Em 2002, Tréfaut realizou o documentário *Fleurette*, que conta de forma autobiográfica a história da sua família, sobretudo da sua mãe.

Em *Lisboetas*, Tréfaut mostra com muita emoção esses novos atores sociais que vieram do Brasil, da Ucrânia, Rússia, Moldávia, China e de países africanos em busca de uma vida melhor. O documentário dá voz a esses excluídos do sistema, muitos em situação migratória irregular, que se deparam com um novo país do qual pouco conhecem a língua, a cultura, as regras e as normas administrativas. Tréfaut estrutura o seu filme mostrando o que seria a chegada do migrante e a procura pela legalização da sua situação. As primeiras imagens do filme mostram um imigrante brasileiro telefonando para a mulher, que ficou no Brasil, e dizendo: “Eu liguei porque estou com saudade. Eu gosto de falar com você, ouvir sua voz, a saudade bate. Estou emocionado.” Esta será certamente uma das preocupações de muitos daqueles que deixaram entes queridos na terra natal: o sentimento da ausência, a saudade, neste caso, da mulher e dos filhos, associada a uma situação bastante precária, muitas vezes de ilegalidade, no país de acolhimento, devido à baixa remuneração e às fracas perspetivas de reverter essa situação.

Ao longo dos anos, chegaram a Portugal imigrantes de diferentes nacionalidades, criando diferentes padrões de integração social e laboral. Contudo, é nas comunidades africanas e, mais recentemente, asiáticas que se verifica uma maior precaridade, concentração em certos grupos profissionais mais desfavorecidos e segregação espacial e racial. Nesse sentido, Alexandre Coutinho observa que:

“Vale acrescentar que o documentário Lisboetas é parte de um conjunto de filmes que tematizam a questão da imigração em Lisboa e da progressiva marginalização a que estão sujeitos os indivíduos que decidem se arriscar numa cidade da periferia da Europa. A decepção com as reais condições económicas portuguesas e com a circunstância específica da imigração é uma marca recorrente nos discursos dos jovens focalizados no documentário. Aportados em Lisboa com a expectativa de rendimentos em euros, verificam que o país não oferece as oportunidades inicialmente imaginadas”. (Coutinho, 2014, 101)

O documentário, realizado no estilo “cinema direto”, ou seja, sem intervenção do cineasta no momento da filmagem, traz as vozes dos atores sociais conversando entre si, ao telefone, ou para a câmara, mas sem que o realizador interfira nas conversas e diálogos. Progressivamente, vamos compreendendo a situação destas pessoas que vivenciam a condição migratória de formas bastante variada, desde aqueles que vivem em situação de grande vulnerabilidade social até pessoas bem inseridas na nova sociedade, como é o caso da médica angolana que atende o jovem russo, este, pelo contrário, em situação de extrema vulnerabilidade.

Outro aspeto importante na narrativa do documentário diz respeito ao uso de diversos trechos de programas de rádio específicos para as comunidades migrantes, sobretudo russas e ucranianas. Será através destas diversas inserções radiofónicas que os espectadores poderão igualmente, tal qual o ouvinte da rádio, conhecer um pouco mais os meandros da migração em Portugal. Logo no início do filme ouvimos em russo uma voz feminina dizer:

“Bom dia, caros ouvintes. Bom dia, leitores do Jornal Slovo. Ao longo do século XX, Portugal foi uma terra de emigrantes. Quase metade da população ativa partiu para trabalhar no estrangeiro, à procura de melhores salários e de uma vida melhor. No início do terceiro milénio, a situação mudou muito. A integração de Portugal na Comunidade Europeia e 10 anos de uma política de construção intensiva trouxeram para Portugal imigrantes de todo o mundo: dos países da Europa de Leste, do Brasil, Índia, China, Africa. Todos eles vieram à procura de uma vida nova. Muitos destes imigrantes, sobretudo os que vieram da antiga União Soviética, são nossos ouvintes. Hoje, a nossa equipa de rádio deseja-lhes as maiores felicidades!

Estes extratos radiofónicos estão presentes noutros momentos do documentário e têm por objetivo dar informações ao espectador, não apenas sobre a realidade dos imigrantes, mas também sobre os problemas que eles enfrentam no novo país, como a imigração em situação irregular e a relação conflituosa com a polícia, ou a questão da educação formal nas escolas portuguesas.

No final do filme, vemos uma mulher russa dentro de um carro que se dirige ao hospital, logo depois a vemos em trabalho de parto. De seguida, ouvimos o choro de um bebé e vemos uma enfermeira a colocá-lo em cima da barriga da mãe e, logo depois, no colo do pai, que observa a esposa. Nesse momento, assistimos à chegada, ao nascimento de uma nova lisboeta, filha de pais migrantes. Fenómeno importante para o rejuvenescimento da população, uma vez que o número de nascimentos em Portugal, atualmente, é extremamente baixo e que as crianças que nasceram em 2021 e cujas mães tinham nacionalidade estrangeira representavam 13,6% no total de nascimentos, tendo este número vindo a aumentar (INE). O filme de Tréfaut é, nesse sentido, exemplar, ao dar voz a diversos personagens que estão certamente a reconfigurar a paisagem sonora, visual e cultural da capital portuguesa e que podem ser considerados os novos “lisboetas”.



Figura 1: Cartaz do documentário *Lisboetas* (2004), de Sérgio Tréfaut.





Figuras 2 e 3: Frames de *Lisboetas* (2004), de Sérgio Tréfaut.

5- Considerações finais

Na atualidade, a questão da migração e dos refugiados é das mais prementes e atinge diversas sociedades e países, sendo as razões para esta mobilidade populacional variadas, pelo que é necessário buscar soluções para uma melhor gestão desta questão, o que muitos governos, e instituições nacionais e internacionais, como a ONU, têm tentado incessantemente, através de diversos encontros, debates e políticas.

A 1 de agosto de 2019, Portugal aprovou um plano nacional para implementar o *Pacto Global para a Migração*, aprovado em dezembro de 2018 pela Assembleia Geral das Nações Unidas e estruturado em 23 objetivos, para melhorar a gestão de fluxos e os processos de acolhimento e integração de migrantes. Já em 2011, a União Europeia adotou a *Abordagem Global para a Migração e a Mobilidade*, com os direitos humanos dos migrantes como base e assentando em quatro pilares: a migração irregular e o tráfico de seres humanos; a proteção internacional e a política de asilo; a migração regular e a mobilidade; e a maximização do impacto da migração e da mobilidade sobre o desenvolvimento (Ramos, 2020).

Como pudemos observar, o cinema tanto o ficcional como o documental, está igualmente atento a esta complexa e desafiante questão e temática global de grande atualidade, ou seja, da mobilidade populacional contemporânea, tendo trazido em muitas obras fílmicas questionamentos e olhares diversos que ajudam a conhecer e a refletir sobre esta problemática (Ramos, 2020; Serafim, Ramos, 2016).

A fim de lançar um olhar reflexivo sobre a imigração, bem como sobre a questão do trabalho e da sua representação pelo cinema documentário, trouxemos, a título de exemplo, o filme documentário *Lisboetas*, que aborda a questão da migração e do trabalho em Portugal. Através deste filme, procurámos trazer um olhar diferenciado sobre as estratégias migratórias, apresentando o deslocamento de populações para Portugal, pontuando a dificuldade de inserção socioeconómica de grande parte desses (i)migrantes, bem como a situação de vulnerabilidade em que por vezes se encontram.

O cinema não modifica uma sociedade ou soluciona problemas, mas é certo que pode possibilitar um melhor conhecimento para que as pessoas se sensibilizem e elaborem uma reflexão sobre determinada temática e possam olhar de forma distinta, sobretudo para esta delicada questão da migração e do deslocamento humano em diferentes partes do mundo, bem como para a sua relação com a cultura e as sociedades que escolheram para viver e trabalhar.

6- Referências bibliográficas

- ACNUR. (2020). *Tendências Globais 2019*. <https://www.acnur.org/portugues/2020/06/18/deslocamento-forcado-quebra-recorde-em-2019/>.
- ACNUR. (2022). *Observador*. <https://observador.pt/2022/04/03/ucrania-numero-de-refugiados-atinge-os-47-milhoes/>.
- COUTINHO, A. (2014). *Lados de um mundo descoincidente*. *Ipotesi*, Juiz de Fora, 8(1), 97-106.
- DELMAS, S. & TEULIERES, L. (2012). *Étrangers d'ici*. Migrants et migrations au cinéma. Toulouse: Édition Privat.
- OLIVEIRA, C. R. (2022). *Indicadores de Integração de Imigrantes. Relatório Estatístico Anual 2022*. Lisboa: ACM.
- RAMOS, M. (2005). *Le Portugal, de l'Emigration à l'Immigration*. *Revue Santé, Société et Solidarité*, Québec, (1), 203-215.
- RAMOS, M. (2007). *Imigração, Desenvolvimento e Competitividade em Portugal*. *Revista Economia e Sociologia*, (84), 71-108.
- RAMOS, M. (2020). *Mobilidade humana internacional, políticas migratórias e direitos humanos: avanços e recuos*. *Revista de Políticas Públicas*, 24(1), 405-421.
- RAMOS, M. (2020). *Desafios globais contemporâneos da comunicação e da saúde das populações migrantes e refugiados*. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, ALAIC, São Paulo, 19(35) 38-49.
- RAMOS, N. (2005). *Contribuição do método fílmico para o estudo das representações sociais: perspectivas teóricas e de pesquisa*. João Pessoa: EDUFPB, pp. 365-400.
- RAMOS, N. (2008). *Saúde, Migração e Interculturalidade. Perspectivas teóricas e Práticas*. João Pessoa: EDUFPB.
- RAMOS, N. & SERAFIM, J. (2007). *Cinema documentário, pesquisa e método. Desafios para os estudos interdisciplinares*. *Revista Contracampo*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 163-178.
- SERAFIM, J. & RAMOS N. (2016). *Cinema Documentário e Representação da Migração*. In: *Avanca Cinema. International Conference 2016*. Avanca: Ed. 464-470.

7- Referências filmográficas

- A Oeste dos Trilhos*, Wang Bing, 9h11 mins., 2003
- City Hall*, Frederick Wiseman, 4h32 mins., 2020
- Dheepan*, Jacques Audiard, 1h55 mins., 2015.
- Donbass*, Sergei Loznitsa, 2h02 mins., 2018.

Douro, Faina Fluvial, Manoel de Oliveira, 18 mins., 1931

Drifters, John Grierson, 1h01 mins., 1929.

Fatima, Phillipe Faucon, 1h19 mins., 2015.

Fogo no Mar, Gianfranco Rosi, 1h54 mins., 2016.

Les Gens des Baraques, Robert Bozzi, 1h28 mins., 1996.

Hospital, Frederick Wiseman, 1h24 mins., 1970.

O Imigrante, Charles Chaplin, 30 mins., 1917.

Lisboetas, Sérgio Tréfaut, 1h30 mins., 2004.

Maïdam. Protestos na Ucrânia, Sergei Loznitsa, 2h14 mins., 2014.

Mulheres em Portugal (série), Carlos Daniel, 2021.

Near Death, Frederick Wiseman, 5h58 mins., 1989.

A ÉTICA NO RISCO: OS DESAFIOS DA SOCIEDADE DE RISCO

RISK ETHICS: THE CHALLENGES OF THE RISK SOCIETY

André SAMORA-ARVELA

Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território,
Faculdade de Letras da Universidade do Porto,
anesamora@gmail.com

Helena PINA

Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território,
Faculdade de Letras da Universidade do Porto,
mpina@letras.up.pt

Marta NESTOR

Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território,
Faculdade de Letras da Universidade do Porto,
mnestor@letras.up.pt

Diogo Miguel PINTO

Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território,
Faculdade de Letras da Universidade do Porto,
dspinto@letras.up.pt

João Pedro BARREIROS

Faculdade de Letras da Universidade do Porto,
jbarreiros@letras.up.pt

Resumo

Face ao presente e futuro contexto climático em mudança, apresenta-se uma análise interpretativa da obra *Sociedade de Risco Mundial: em busca da Segurança Perdida* de Ulrich Beck traduzida para inglês em 2009 e para português em 2015, a qual constitui um referencial na base heurística e na discursiva hermenêutica do Risco.

Na opinião de Beck, a industrialização ultrapassou a sua lógica e os seus limites, conduzindo-se, hoje, para um processo de autodissolução, pelo que urge fazer emergir uma nova fase da modernização, mormente uma corresponsabilizadora reflexividade que possibilite gerir esta trajetória.

Neste momento de rutura, a modernização reflexiva abala as instituições fundamentais da sociedade industrial dos Estados-nação, verificando-se a transição de uma sociedade industrial nacional para uma sociedade global indeterminada e ambígua.

Beck afirma, igualmente, que a globalização quebra a base do Estado-Providência e o Contrato Social. Portanto, a crítica cultural tem-se alienado do exercício conceptual e necessário para a compreensão do Novo. Ignora-se que existe de facto uma transformação da ordem mundial, assim como das regras e estruturas de poder que começam a ser renegociadas à luz da globalização.

A precaridade da certeza antropológica da Modernidade e o pavor social pela anti-Modernidade que esfuma as nossas dependências materiais e enviesa as nossas obrigações morais colocam o dilema do cosmopolitismo do risco na sociedade mundial em função dos riscos globais. Na obra, Beck relaciona os riscos globais com os conflitos na sociedade de risco mundial a três níveis, nomeadamente os conflitos em torno de riscos ecológicos, riscos financeiros globais e ameaça das redes terroristas. Os riscos ecológicos estão associados ao neoliberalismo, sendo, para Beck, responsabilidade da industrialização ocidental, os quais se repercutem a nível global, como é o caso dos

impactos das alterações climáticas. Noutro plano, situam-se os riscos financeiros globais, fruto de uma matriz de irresponsabilidade organizada que conduz à eclosão das crises económicas, desemprego, exclusão e instabilidade social. Por outro lado, as atividades terroristas situam-se na esfera das catástrofes intencionais em que o cálculo da probabilidade inerente ao conceito de acidente deixa de ser aplicável. Deste modo, num contexto global tão polifacetado, a cooperação cosmopolita dos povos é, por um lado, a única e verdadeira via de reflexão dos desafios presentes e vindouros, mas é, por outro, a mais árdua de ser alcançada.

Palavras-chave: Ética, Risco, Sociedade, Antropoceno, Cosmopolitanismo

Abstract

In view of the present and future changing climate context, it is here presented an interpretative analysis of the work *World Risk Society* by Ulrich Beck, published in 2007 in German, translated into English in 2009 and into Portuguese in 2015, which constitutes a reference in the heuristic base and in the discursive hermeneutic of Risk.

In Beck's opinion, industrialization has surpassed its logic and its limits, leading today to a process of self-dissolution. That's why it is urgent to emerge a co-responsible reflexivity that makes it possible to manage this trajectory.

At this moment of rupture, reflexive modernization shakes the fundamental institutions of the industrial society of nation-states. Thus, we are facing the transition from a national industrial society to an indeterminate and ambiguous global society.

Beck also argues that globalization breaks the basis of the welfare state and the Social Contract. Therefore, cultural criticism has become alienated from the conceptual and necessary exercise for understanding the New. Despite being ignored, there is in fact a transformation of the world order, as well as the rules and structures of power that are beginning to be renegotiated in light of globalization.

The precariousness of the anthropological certainty of Modernity and the social fear of anti-modernity that blurs our material dependencies and biases our moral obligations pose the dilemma of risk cosmopolitanism in world society due to global risks. In this book, Beck relates global risks to conflicts in the world risk society at three levels, namely conflicts around ecological risks, global financial risks, and the threat of terrorism. Ecological risks are associated with neoliberalism, being, for Beck, the responsibility of Western industrialization, which has repercussions at a global level, as is the case with the impacts of climate change. On another level, there are global financial risks, the result of a matrix of organized irresponsibility that leads to the outbreak of economic crises, unemployment, exclusion, and social instability. On the other hand, terrorist activities fall within the sphere of intentional catastrophes in which the calculation of probability inherent to the concept of accident is no longer applicable.

Therefore, in such a multifaceted global context, the cosmopolitan cooperation of people is, on the one hand, the only true way of reflecting on present and future challenges, but it is, on the other, the most difficult to achieve.

Keywords: Ethics, Risk, Society, Anthropocene, Cosmopolitanism

1- Introdução

Doravante, é apresentada uma análise interpretativa da obra intitulada de *Sociedade de Risco Mundial: em busca da Segurança Perdida*, de Ulrich Beck (2015), um dos grandes pensadores e sociólogos, cuja obra mais conhecida é a *A Sociedade de Risco*, publicada originalmente em 1986, e *World Risk Society* de 1999. Beck debruçou-se sobre várias temáticas como a crise ambiental, as alterações climáticas, a modernização, a reflexividade, a globalização, a individualização que, no fundo, se cruzam na abordagem à sociedade de risco mundial.

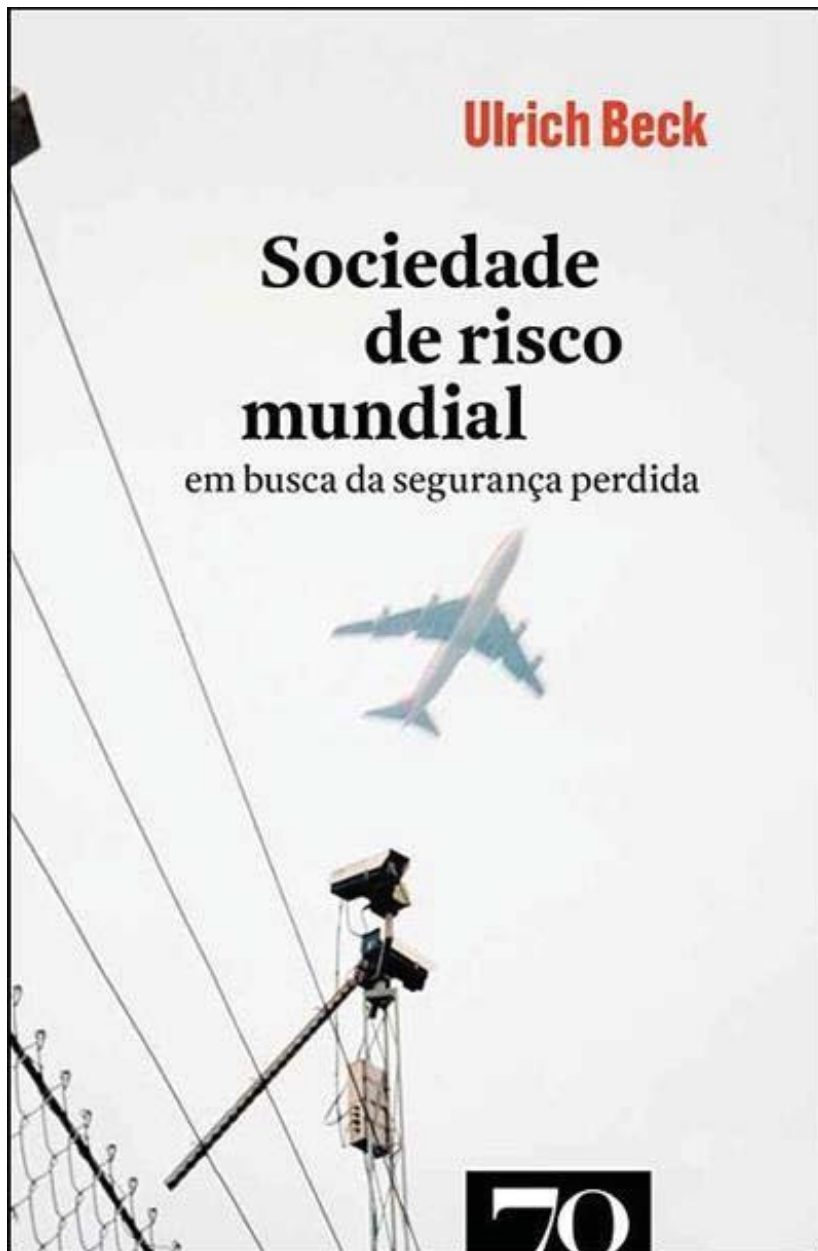


Figura 1: Capa da obra intitulada de *Sociedade de Risco Mundial: em busca da Segurança Perdida*, de Ulrich Beck (2015).

Neste âmbito, para Beck (2015) “a semântica do risco diz respeito a perigos futuros tematizados no presente, resultantes, frequentemente dos avanços da civilização (...) Ela permite igualmente novas mobilizações pós-utópicas das sociedades...iniciativas cosmopolitas contra as alterações climáticas, alianças variáveis entre movimentos da sociedade civil, Estados e grupos económicos” (p. 22).

Como tal, o conceito de risco, desde há muito, esteve sempre associado à moderna industrialização, onde se assume enquanto oportunidade e perigo, ressaltando a primazia das decisões humanas, da probabilidade e incerteza, relegando para segundo plano a preponderância divina.

Deixando de se reger pelos ditames da clarividência divina, o Homem encarou no progresso uma nova religião, cabendo-lhe tomar decisões que implicam desconhecimento e impressibilidade, dos quais Beck explana-nos exemplos que vão desde as quixotescas aventuras ao cálculo probabilístico que emanou da racionalidade científica atual, mediante os quais o Homem constrói o seu próprio futuro, libertando-se dos concílios das deidades, colocando o risco em seu lugar e repescando para si o seu próprio fatum.

A incerteza e ambiguidade da decisão entre perdas e ganhos passaram a reforçar a noção de risco que perdurou até hoje, facto que está bem patente nas novas tecnologias, cujas potencialidades podem revelar o contraste entre evolução e perversão.

Segundo Beck (2015, pp. 23-24), “quando Descartes concebeu o *Ego pensante* como base de tudo e de todos, o *Eu* que interage com o risco opõe-se novamente aos deuses e um futuro predeterminado, assumindo uma atitude que podemos designar, no sentido de Hegel, justamente como heróica... arrisco, portanto existo...”.

O “ego pensante” é um novo homem, entregue a si próprio e disposto de forma heróica a enfrentar as vicissitudes inerentes ao desconhecido de contornos positivos e negativos, dos quais não se poderá distanciar e olhar, resultando daí, de forma inevitável a constante presença do risco, corporizado na dúvida existencial que o dota de um conhecimento do mundo mais ambíguo e abrangente, em termos racionais e emotivos, uma vez que deixa de haver uma distinção “clara entre saber e não saber, verdadeiro e falso, bom e mau” (p. 24).

O carácter permanente e incontrolável do risco perpassa em todas as formas de expressão do conhecimento científico e probabilístico devido, essencialmente, às incertezas que não podem ser dirimidas pela produção de mais conhecimento, embora do mesmo se lhe derivem.

O risco deixou de ser considerado uma grande fatalidade atribuída a forças transcendentais ou até à própria natureza, pelo que as instituições representativas da sociedade encaram-no como reflexo de um conjunto de fatores controversos, nomeadamente incertezas e perigos subjacentes às decisões perpetradas pelo homem moderno, cujas consequências são imprevisíveis, tendo em conta, sobretudo, a transformação acelerada das relações sociais e económicas, nomeadamente pela abertura e conquista de novos mercados e respetiva evolução tecnológica. Quando as “consequências que começam por afetar os indivíduos se tornam riscos, descritíveis em termos estatísticos e, neste sentido, calculáveis, podendo assim ser submetidos a regras de compensação e de prevenção acima do nível individual” (p. 27).

Nestas circunstâncias, as consequências materializam-se em riscos de variada ordem, no cálculo dos quais se envolvem ciências naturais, técnicas e sociais, aplicando-se a diversas áreas do âmbito da

saúde como o “o risco de fumo, ao risco da energia nuclear, riscos económicos, riscos de desemprego, acidentes de viação, do envelhecimento, etc” (p. 27).

Nesse contexto, a eficácia do mesmo cálculo permite a institucionalização de uma promessa estatal de segurança face a um futuro em aberto, incerto. A referida promessa estatal da condição de segurança implica a “redução providencial e a distribuição justa dos efeitos secundários e de custos das decisões industriais”, aceção que se situa entre o socialismo e o liberalismo, mediante o qual o Estado-Providência regula os prós e contras de tal contrato, reconhecendo o surgimento de efeitos secundários perigosos e envolvendo, simultaneamente”, os indivíduos na compensação e compreensão dos mesmos. No entanto, os riscos ganham hoje uma amplitude de incontabilidade e incomensurabilidade das incertezas e perigos industriais, violando, flagrantemente, o contrato de risco da sociedade nacional, pelo que a sociedade de risco toma consciência de quem tem de viver no presente e no futuro num quadro de perigos inéditos e construir o seu futuro coabitando os perigos e condições de insegurança gerados por si própria. As alterações climáticas ilustram bem o paradoxo entre o sucesso da industrialização e desrespeito pela Natureza de que o próprio ser humano se sustenta. Os efeitos nefastos do rápido crescimento da economia global e o respetivo aumento da emissão de gases de efeito de estufa é reflexo da radicalização do mercado capitalista, desafio que os Estados-nação não conseguem dar resposta.

Segundo U. Beck (2015), a designação de Sociedade de Risco ilustra uma “época da sociedade moderna que não só se livra das formas de vida tradicionais, como também questiona os efeitos secundários de uma modernização bem-sucedida: biografias inseguras e perigos inimagináveis que atingem todos e contra os quais ninguém se pode proteger de forma adequada” (p. 29). O perigo possui a “força destruidora da guerra (...) o novo perigo, pelo contrário, é democrático. Também afeta ricos e pobres. O choque faz-se notar em todos os domínios. Os mercados entram em colapso, os sistemas jurídicos não cobrem os factos, os governos são acusados e adquirem, simultaneamente, novas oportunidades de ação” (p. 29).

Altera-se o papel da ciência e da técnica em virtude da falência de cálculo probabilístico destes novos riscos, que os países sozinhos já não conseguem gerir, uma vez que mais ciência pode não reduzir o risco, mas proporciona uma maior consciência, de forma a evidenciar e sinalizar uma maior visibilidade aos riscos.

Como tal, mediante este quadro dá-se a primazia do medo e de um “totalitarismo de defesa contra os perigos”, ou seja, a efetiva procura por uma segurança perdida, pela qual se abdica a liberdade e igualdade, criando uma economia do medo que enriquecerá à custa do colapso nervoso generalizado da sociedade, uma vez que, nas palavras de Mia Couto na Conferências do Estoril de 2011: “Há quem tenha medo que o medo acabe!”

2- Sociedade de Risco Mundial

No ponto seguinte vamos explorar as diferenças, por um lado, entre risco e catástrofe, e entre risco e percepção cultural do risco, e por outro, explicar a tipologia dos riscos globais e a crença na antecipação da catástrofe que altera o conceito de sociedade no século XXI.

2.1- Risco e Catástrofe

O risco traduz a probabilidade de vir a ocorrer uma catástrofe. Deste modo, se poderá inferir que no momento em que o risco se concretiza, estamos perante a realidade, ou seja, a catástrofe, daí ser possível afirmar que “risco mundial é a encenação da realidade do risco mundial” (p. 32), tendo o propósito de prevenção e influência de decisões que se esperam mais adequadas à sociedade de risco mundial no sentido de evitar ou atenuar potenciais catástrofes, pelo que esta distinção vai muito além da sociedade de risco.

No entanto, o papel de encenação do risco nem sempre obtém o efeito desejado na medida em que o carácter meticuloso da encenação pode constituir uma forma de alarmismo, sobretudo através da comunicação social, conferindo, muitas vezes, maior importância e poder ao terrorismo na demanda desenfreada da sua antecipação encenada enquanto perigo mundial.

2.2- Desaparecimento da distinção entre Risco e Percepção Cultural do Risco

Há que se estabelecer uma distinção entre risco e percepção do risco, sendo o primeiro um fenómeno objetivo e a segunda consiste nas reações individuais a riscos objetivos “de acordo com diversas heurísticas de avaliação e da compreensão individual” (p. 35). Cabe aos peritos a aplicação de métodos de cálculo científico no sentido de descrever, explicar e prognosticar os riscos objetivos, principalmente para fins de instruir políticas públicas. Já a “subjetividade do risco fica do lado dos leigos, considerados mal informados, em comparação com as perspetivas adequadas e científicas dos peritos” (p. 35).

Note-se que quanto mais imprevisível e menos calculável é o perigo, mais as variantes culturais se tornam preponderantes, esfumando-se a distinção entre risco e percepção cultural do mesmo. No entanto, o mesmo risco torna-se real e é avaliado de diferentes formas segundo países e culturas diversas (p. 36). Note-se que por mais que se intente e estude o cálculo racional e probabilístico científico da encenação do risco, será a percepção cultural do mesmo que o priorizará em urgência ou o descurará.

A avançada tecnologia da informação exerce um papel crucial ao unir mediaticamente povos tão diferentes, sendo também nessas circunstâncias que mais se evidenciam as diferenças culturais e religiosas que os distanciam entre si. Por conseguinte, nem todos reagem do mesmo modo perante os perigos globais (alterações climáticas, terrorismo, energia nuclear, armas nucleares, etc). Entretanto, a persuasiva divulgação mediática do risco global banaliza a morte e o sofrimento, não só individual, como

coletivo. Como tal, “os riscos que acreditamos identificar e que nos provocam medo são o reflexo de nós próprios, das nossas perceções culturais (...) Os riscos globais tornam-se reais neste confronto de certezas culturais ou no horizonte de uma solidariedade mundial emergente” (p. 38).

2.3- Tipologia dos Riscos Globais

Os riscos globais diferenciam-se em função do fator que lhes está subjacente, sejam o caráter colateral, nomeadamente os riscos de crises ecológicas e crises financeiras, ou a intencionalidade, à qual correspondem as ameaças terroristas. Se os primeiros são efeitos acidentais das decisões do processo de modernização, já no terrorismo o acaso é substituído pela intenção e a boa vontade pela malignidade.

Note-se que no caso das tecnologias do futuro, como bioengenharia, dever-se-á ter em conta não apenas o acaso, mas também a intenção, uma vez que podem acarretar efeitos secundários acidentais, podendo ser alvos de aproveitamento terrorista.

2.4- A crença na antecipação da catástrofe altera o conceito de sociedade no século XXI

Deste modo, explanaram-se anteriormente os pressupostos da sociedade de risco mundial. Mediante a inexistência de uma controlabilidade e imprevisibilidade dos efeitos secundários da modernização, urge tentar calcular riscos imprevisíveis, o que não deixa de produzir novas imprevisibilidades e obriga a uma reflexão acerca dos mesmos riscos. Torna-se necessária uma reflexividade da insegurança na crença de antecipação da catástrofe, sendo premente reconfigurar o nosso projeto de sociedade, assim como os conceitos das ciências sociais.

A sociedade de risco mundial gera também um momento cosmopolita, em virtude dos riscos de hoje não se circunscrevem as fronteiras estabelecidas, afetando todo o globo.

Estas duas aceções conduzem a uma meta-mudança na medida em que as encenações, experiências e conflitos alteram os pressupostos de ação tanto a nível nacional, como internacional e uma viragem cultural geral que se traduza numa outra conceção de Natureza, do Indivíduo, do “Nós” e dos “Outros”, da racionalidade social da liberdade, da democracia e da legitimação coletiva e individual. O risco mundial implica que se integre o futuro no presente, que haja uma readaptação das instituições a uma nova realidade em termos de segurança e uma nova responsabilidade ética global, ou seja, “o risco torna-se a causa e o meio de transformação social...” (p. 44).

Beck apresenta a passagem de sociedade de risco para a sociedade de risco mundial através de dois clássicos da sociologia ou da economia, nomeadamente Max Weber e John Keynes. No caso de Weber, a aplicação da racionalidade e controlo domina tratamento do risco, assumindo-se o progresso enquanto forma de enfrentar o inesperado. A “radicalização da racionalidade científica e económica levam à ameaça de um governo despótico: associado, por um lado, ao desenvolvimento da burocracia moderna e, por outro, resultante do avanço triunfal do capitalismo orientado para o lucro” (p. 45). Weber

não receava as incertezas e reitera que a “...síntese de ciência, burocracia e capitalismo transformava a modernidade numa espécie de prisão (...) A racionalidade instrumental despolitiza a política e mina a liberdade do indivíduo” (p. 45).

No ideário de Weber, a globalização do risco não está associado ao colonialismo ou ao imperialismo. A racionalização do risco encara-se como um potencial que permite aperfeiçoar o autocontrolo. Torna-se, porém e também, numa fonte inesgotável de perigos não racionalmente antecipáveis, questionando os pressupostos da racionalidade do controlo, uma vez que o risco nos faz encarar o inesperado e o incerto, ponto crucial onde Beck incide a sua teoria da sociedade de risco mundial.

Nesse sentido, John Keynes admite, segundo Beck (2015), que a incerteza calculável pode tornar-se “fonte de criatividade, a razão da possibilidade de admitir o inesperado”. Por outro lado, Keynes alerta para o facto dos modelos económicos não coincidirem com as decisões reais e com os seus efeitos secundários para a economia, sociedade e política, pelo que conclui que as ciências económicas são enganadoras, desembocando em catástrofes quando aplicadas ao mundo real.

O risco global caracteriza-se pela incerteza ineliminável, o que derruba a racional prisão do futuro calculável e “gaiola de obediência à racionalidade” de Weber. A impossibilidade de racionalizar a incerteza deu lugar à ambiguidade da sociedade de risco mundial, pelo que as consequências da decisão, as quais se desenvolviam no plano do desconhecimento, “do não poder saber, acerca do qual nos gostamos de iludir” (p. 46), assumem hoje a forma de cosmopolitas crises ecológicas.

Esta condição humana que criámos, sem querer, mas da qual não podemos escapar iniciou uma transformação da sociedade, da política e da história, pelo que se torna necessário retomar as seguintes questões fulcrais: “o que é a sociedade no horizonte de insegurança mundial? O que é a política, o que é a História, quando deixou de ser possível pensá-las dentro dos limites nacionais e territoriais?” (p. 50).

3 - Quem decide o que (não) é um Risco?

3.1- O Cálculo do Risco

Segundo Beck, a base em que deve incidir a comparação entre o passado e o presente ao nível das catástrofes humanas, não deverá ser tanto o grau de destruição, mas a origem do risco. Os riscos relacionados com as tecnologias da industrialização, para além de ser um reflexo negativo do progresso, são produto da mão e da mente humana, constituindo, assim, uma questão verdadeiramente social, muito mais que política.

Não obstante, a incerteza inerente a quem atribuir a culpa dessas catástrofes (ciência ou direito), muitos progressos foram obtidos no cálculo do risco, com nítidas vantagens, ao nível estatístico, permitindo identificar a probabilidade da ocorrência acidental e as consequências do mesmo e implicando

a respetiva regulamentação, sendo que “o cálculo do risco simboliza a ética matemática da era técnica” (p. 61).

Assim, as empresas são incentivadas à prevenção do acidente, tendo como contrapartidas a diminuição do prémio de seguro a pagar.

“A Modernidade que introduz a insegurança em todos os nichos da existência encontra o seu princípio oposto num contrato social contra as inseguranças e destruições causadas pela indústria, constituído por contratos de seguro públicos e privados, que ativa a renova a confiança nas empresas e no governo” (p. 62).

Se Thatcher afirmou que “isto da sociedade não existe”, a sociologia acredita no seu inverso, que “não existe nada senão sociedade”, tornando-nos cegos aos desafios ecológicos, tecnológicos e materializados da chamada Segunda Modernidade, pelo que a ontologia não privilegia qualquer forma de conhecimento, combinando diversas e, por vezes, incompatíveis pretensões de racionalidade.

3.2- A irresponsabilidade organizada e as relações de definição enquanto relações de poder: quem decide o que (não) é um risco?

Beck afirma que a sociedade industrial se vê confrontada com uma nova realidade no que diz respeito à dificuldade de controlar perigos emergentes das alterações climáticas, engenharia genética, terrorismo ou crises financeiras, uma vez que são não delimitáveis, globais e irreparáveis, pautando-se por serem ilimitados no tempo e espaço, um acontecimento com início e sem fim, onde o controlo antecipado das consequências é impossível. Revela-se, assim, que o cálculo racional do risco se rege em contornos anacrónicos, não compatíveis com os desafios do século XXI, intentando comparar o incomparável, prever o imprevisível, gerando uma irresponsabilidade organizada.

Logo, a “sociedade de risco tornou-se numa sociedade sem seguro, cuja cobertura pelo seguro diminui, paradoxalmente, com a dimensão do perigo, já que nenhuma instituição real e, provavelmente, também imaginável, pode estar preparada para o pior acidente imaginável” (p. 63).

Nessa medida, na Europa, apesar de se ter reforçado e aperfeiçoado as medidas de segurança, têm proliferado perigos que têm resistido ao controlo desse sistema organizado, atingido uma explosividade física, como, também, social. Beck exemplifica que quanto mais generalizada for a poluição, menor é a possibilidade de atribuir a responsabilidade jurídica individual, paladino dos nossos ordenamentos jurídicos dos Estados-nação, pelo que “...quanto mais se envenena, tanto menos se envenena...” (p. 67).

Existem, assim, “duas variantes da irresponsabilidade organizada: uma existe dentro dos Estados-nação, baseando-se na inimputabilidade, justificada pela lei, das consequências perigosas das decisões; e a outra surge da fragmentação dos espaços jurídicos entre os Estados-nação” (p. 70).

No âmbito das relações internacionais surgem perigos “exportados”, cuja definição e responsabilização colide com a ausência de regulamentação jurídica para o efeito.

3.3- O Conflito Ecológico na sociedade

O perigo passou a ser global, não estabelecendo hierarquias políticas ou sociais, dentro e entre Estados-nação...”, gerando uma luta entre fortes e fracos, os quais não têm a mesma capacidade de adaptação. “A migração de refugiados ecológicos e de requerentes de asilo climático penetrará o Norte rico; as crises do chamado Terceiro e Quarto Mundos poderão transformar-se em guerras” (p. 80). Surgem contradições de classe face aos novos desafios provocados pelos problemas ecológicos que passaram assumir cosmopolitamente.

4 - O Momento Cosmopolita da Sociedade de Risco Mundial

No século XXI, o risco está subjacente à globalidade social, política e económica, daí o cosmopolitismo da nova modernidade.

Beck descortina o postulado de Hannah Arendt que considera que o ser humano, mesmo confrontado com catástrofes mundiais, tem a capacidade de resiliência para recomeçar, tendo a noção de que o mundo não se restringe à sua própria existência.

O cosmopolitismo assume o “reconhecimento da alteridade do outro, tanto a nível interno como externo” (p. 113). Trata-se de uma sociedade composta por seres humanos diferentes a vários níveis, mas face à grandiosidade e universalidade dos perigos urge uma modernização reflexiva, isto é, “uma cultura civil de responsabilidade de modo a garantir a sua própria sobrevivência” (pp. 119-120).

As alterações climáticas requerem uma ação a nível transnacional, sendo que nesse sentido, a União Europeia é a entidade que reúne mais condições financeiras e políticas nessa matéria, ressaltando também a importância dos acordos com a China e outras potências económicas a nível mundial, de modo a encontrar alternativas que passem por mercados neutrais de carbono, sendo que isso implica um tempo que o sistema Terra não nos dispõe.

Assim, os contornos dos riscos globais levam à alteração dinâmica capital-Estado, o que coadjuvado por uma maior visibilidade dos movimentos da sociedade civil, cria uma aliança que Beck designa de “Estado Cosmopolita” (p. 130), em consonância com a salvaguarda dos direitos humanos e justiça global, princípios inerentes à democracia, em total oposição ao binómio capital-Estado, inerente à política neoliberal. Trata-se de uma nova visão da política global, ou melhor, a política cosmopolita, que segundo Beck é o sistema político mais adequado aos grandes desafios deste nosso Antropoceno. Não obstante, também poderá surgir a ameaça de deturpação do seu ideário em proveito de interesses imperialistas.

5 - Choque de Culturas ou Sobreposição entre Estado Normal e Estado de Exceção: como se transformam as catástrofes locais em catástrofes globais?

Partindo da noção de que a ciência não consegue calcular riscos globais, maior impacto terá a sua perceção, o que faz colidir não propriamente realidades culturais, políticas e religiosas seculares, mas fundamentalmente culturas de risco, isto é, crenças antagónicas de risco e da fé em Deus. O risco implica, então, a passagem do estado normal ao estado de exceção, suplantando a perceção cultural do risco e revelando-se a incapacidade da racionalidade científica em encenar o risco, no âmbito do qual se adotam medidas que reforçam o poder do Estado, mas sem conseguir diminuir o risco. Note-se que quando a catástrofe global acontece, confirma-se a possibilidade prevista na encenação do risco, o que pode desencadear uma cadeia de receios tão alarmantes, a raia a histeria, gerando análises pouco racionais dos mesmos, como consequências nefastas, da qual a invasão ao Iraque após o 11 de setembro é um exemplo crasso.

A avaliação do risco exige, por um lado, o “laissez-faire”, e, por outro, a precaução. Nessa matéria os EUA e Europa são claros oponentes, bastando para isso referir o caso dos organismos geneticamente modificados, no qual a primeira é defensora do “laissez-faire” e a Europa faz a apologia do princípio da precaução.

Segundo a teoria da sociedade de risco mundial é fundamental, cosmopolitamente encenar os efeitos nefastos das catástrofes, nomeadamente no que diz respeito às questões ambientais e tecnológicas, não intencionais, onde o estado de exceção deriva da imprudência tutelar estatal, económica e científica, bem como a antecipação de catástrofes intencionais relacionadas com o terrorismo suicida, onde o estado de exceção ganha, hoje, uma amplitude espacial e temporal sem limites. No caso do terrorismo, os estados de exceção são impostos e criam uma incompreensibilidade, onde o cosmopolitismo do terrorismo afirma-se pela “antecipação encenada pelos Estados e pelos meios de comunicação social” (p. 151), pelo que, nessa medida, os Estados-nação procuram a todo o custo reforçar o seu poder para o constatarem a sua impotência. Atente-se que “talvez esta seja a característica marcante da sociedade de risco terrorista, isto é, a delimitação clara do estado de exceção pela eliminação dos limites, nomeadamente em termos sociais, espaciais e temporais” (p. 150).

6 - Opinião Pública Mundial e Subpolítica Mundial

Para salientar a problemática inerente às alterações climáticas, é indispensável promover a discussão global, na medida em que a perceção dos perigos depende da tomada de consciência pública dos mesmos.

Segundo o Stern Report, citado por Beck, as alterações climáticas constituem uma catástrofe económica iminente que, pode ser evitada, embora com determinados custos. Face a tal, existem duas respostas da sociedade de risco mundial: uma realista e uma construtivista.

A perspectiva realista consolidada nas ciências naturais considera que são globais todos os perigos inerentes à industrialização, relacionando a força produtiva com a força destrutiva, da qual é exemplo a catástrofe de Chernobyl de 1986. O realismo “aumenta a importância da cooperação e das instituições internacionais. Portanto, aos perigos globais correspondem – realisticamente – modelos de percepção, fóruns de opinião pública e de ação globais e, ou seja, em que a suposta objetividade confere impulso suficiente à ação, agentes e instituições transnacionais” (p. 166).

A sociedade de risco global responde também mediante uma perspectiva construtivista, a qual não resulta da “globalidade de problemas diagnosticados pelas ciências naturais”, mas de uma construção social de coligações discursivas transnacionais (p. 168), cuja atenção para os problemas planetários se começou a evidenciar a partir da Cimeira do Rio de Janeiro em 1992, onde foram criadas ferramentas político-legais transnacionais, bem como reconhecidos movimentos ecologistas e ministérios do ambiente com o objetivo de diagnosticar a perigosidade dos problemas ambientais.

No âmbito da sociedade de risco mundial, há que problematizar a questão da destruição da natureza de que ela própria é responsável. Beck vem a propósito fazer referência ao cálculo do risco e, conseqüentemente, ao papel desempenhado pelas seguradoras que no que toca às indústrias e tecnologias com maior risco, como a energia nuclear, engenharia genética ou produção química, não cobrem, integralmente, os riscos inerentes, em virtude da sua elevada perigosidade.

A crise ecológica da sociedade de risco mundial desencadeia uma visão global, cosmopolita, como que sucessora dos Estados-nação. No âmbito da globalização, estabelecem-se acordos internacionais, de modo a restringir os interesses instalados, de que é exemplo a aliança global em matéria de clima, a que se juntam organizações não-governamentais (ONG's), unidas pelo espírito de “cidadania global” (p. 181).

A exacerbada confiança imposta pela modernidade industrial gerou o efeito contrário, pelo que hoje regressa a incerteza e insegurança inerente aos perigos globais, em relação aos quais a sociedade reagiu em função da subpolítica alicerçado por iniciativas diversas ao nível da economia, ciência, do individual e até da esfera política, para lá do Estado-nação, no sentido de questionar os efeitos deste desenvolvimento industrial. Estes são os pressupostos da modernidade reflexiva, onde o “cidadão é livre de se opor” (p. 182).

A crise ecológica em termos sociopolíticos enquadra-se nesse âmbito, pelo que põe em causa a existência a existência de quaisquer direitos, tendo em conta que os perigos provocados pela indústria, são como relativizados pela política e pelo Direito.

Na esfera da subpolítica global, inserem-se movimentos como o Greenpeace, cujo objetivo, dada a extrema visibilidade em termos mediáticos é evidenciar as incongruências do sistema político ao nível das questões fraturantes.

São estas as características da Segunda Modernidade que encara os desafios globais como uma oportunidade de salvar o mundo e o ambiente através da conjugação de forças representadas por cidadãos e governos de todo o mundo.

A grande inovação reside no facto de no seio da sociedade civil, os indivíduos não prescindirem de participar diretamente nas decisões políticas. Passa-se a discutir nos EUA uma “cidadania tecnológica”, uma vez que se procura recuperar o bem-estar e liberdade social que, segundo alguns autores, é minada por uma “autonomia tecnológica” (p. 187). Por seu turno, Beck afirma que uma sociedade mundial de risco se baseia numa “encenação mediática dos símbolos culturais” (p. 188), devido ao “caráter abstrato e omnipresente da destruição” (p. 189).

No âmbito da cenarização mediática, Beck, ao relacionar os símbolos culturais e ação propriamente dita, considera que o símbolo encenado deve ser de fácil perceção, de modo a evitar ações de protesto público e aliviar a consciência individual, sendo que “...o Greenpeace encena a resistência civil das massas a nível mundial recorrendo aos instrumentos da era industrial” (p. 191).

Como tal, Beck considera que a dimensão global da crise climática implica uma ação conjunta dos Estados cosmopolitas e dos respetivos aparelhos burocráticos nacionais e transnacionais.

Descortinou-se até aqui o papel da subpolítica ecológica, importando também escrutinar o conceito de subpolítica do terror.

Os atentados terroristas expõem, mediaticamente, os seus sórdidos pormenores, suscitando de imediato, o sentimento de insegurança e terror global.

No caso da destruição ecológica, por seu turno, não há responsabilidade atribuída, pelo contrário o terrorista assume, drasticamente, a sua autoria, chocando pela imprevisibilidade da catástrofe intencional, cuja antecipação se torna impossível.

Perante tal condicionalismo, a população abalada pela perigosidade da catástrofe, prefere escolher a segurança em detrimento da própria liberdade, dando azo ao fortalecimento de um Estado preventivo e securitário. A sociedade passa a estar condicionada pela dúvida do que poderia acontecer, instalando-se a desconfiança em relação não só a estranhos como também à própria organização política e forças de segurança, o que pode esboroar a instituição democrática. A iminência do risco terrorista inverte a própria estrutura legal, nomeadamente a presunção de inocência em que todos são suspeitos enquanto não existir prova em contrário.

Segundo Der Spiegel, na subpolítica do terrorismo não há hierárquica organizada, para a qual, movida pelo ódio e através da internet, qualquer um reúne potencial de terrorista: “é o glamour do horror encenado no Ocidente que transforma o terrorismo na droga do poder” (p. 204).

7- Estado Providência

A sociedade industrial, numa primeira fase, criou os seus próprios perigos, sem que os mesmos foram objeto de conflitos políticos. Seguiu-se uma segunda fase em que as consequências incontrolláveis

da industrialização suscitam agora uma visão autocrítica através de debates públicos, políticos e privados, próprios de uma sociedade de risco, que corresponde ao já explanado conceito de modernidade reflexiva ou de autoconfrontação.

Na transição da época industrial para a modernidade de risco, ocorre uma transformação involuntária da sociedade face ao risco. Na sequência do cálculo do risco surgem os sistemas de seguros que encaram a sociedade como uma comunidade de risco e o Estado-providência paternalista. O imprevisível torna-se previsível, “aquilo que ainda não sucedeu torna-se objeto da atual ação (providencial)” (p. 208).

No entanto, na sociedade de risco, há riscos incalculáveis não cobertos pelos seguros privados, uma vez que impera a racionalidade económica.

A avaliação do risco implica divergência entre as entidades envolvidas, pondo em evidência autênticos conflitos de poder. A distinção entre perigo e risco plasma este conflito, dado que o decisor assume o risco, mas em contrapartida impõe as consequências do mesmo (perigo) aos outros que não participaram na decisão.

8- Conclusões: Teoria Crítica da Sociedade de Risco Mundial

Sendo o risco a antecipação da catástrofe, torna-se necessária uma política de prevenção que se baseia no pressuposto: se pagares hoje, podes poupar amanhã.

O risco estabelece os parâmetros de uma relação social, nomeadamente entre o decisor que arrisca de algum modo e outros afetados que nem sempre se podem defender. Estão, assim, patentes dois conceitos de responsabilidade, a individual que é assumida pelo decisor e a social que engloba, não só as consequências dos seus atos para ele próprio, como, acima de tudo, para os outros.

Os riscos globais surgem, por isso, associados a um espaço moral e espaço político de responsabilidade global. Para além disso, os riscos globais geram novas comunidades de risco, numa dinâmica de “cosmopolitismo forçado” em conformidade com a diversidade e pluralidade de um novo mundo.

Para Beck, não existe uma ontologia do risco, uma vez que não existem em si como coisas. De acordo com a sua perspetiva, o risco resulta da dicotomia entre os decisores e os “consumidores forçados dos perigos” (p. 355), realidade bem retratada nas novas guerras de risco, cujas estratégias militares utilizadas transmitem a nível interno a sensação de paz, canalizando para outros o horror da guerra numa situação de latência para os que desfrutam da paz sentida.

A sociedade de risco, dado o seu carácter global, assume uma dinâmica de unidade e ao mesmo de desintegração. A sociedade de risco, unida pelo mesmo destino, debate-se, no entanto, em relação ao facto de saber quem deve partilhar as definições de risco e enfrentar as ameaças.

No âmbito da teoria da reflexividade e do cosmopolitismo real, Beck afirma “o desafio político da sociedade de risco consiste em permitir a integração de diversas lógicas sistémicas, sem as anular

completamente. Isto significa que é necessária uma estratégia que permita a comunicação entre diversos fluxos de comunicação, sem que os sistemas percam, por isso, as suas lógicas imanentes” (p. 262).

Na obra, Beck relaciona os riscos globais com os conflitos na sociedade de risco mundial a três níveis, os conflitos em torno de riscos ecológicos, riscos financeiros globais e ameaça das redes terroristas. Os riscos ecológicos estão associados à riqueza, da responsabilidade da industrialização ocidental, que se repercutem a nível global. Noutra plano, situam-se os riscos económicos globais como nova forma de irresponsabilidade organizada que atingem, sobretudo, a classe média, devido ao eclodir das bancarrotas e de desemprego. Por outro lado, as atividades terroristas situam-se na esfera das catástrofes intencionais em que o cálculo da probabilidade inerente ao conceito de acidente deixa de ser aplicável.

Os riscos globais alteraram o quadro das experiências humanas e da ação social, do qual as alterações climáticas são um exemplo, onde “a independência mundial dos efeitos secundários das vitórias industriais suscita como que uma consciência global, permitindo conceptualizar riscos globais” (p. 369).

As divergências subjacentes aos riscos globais inserem-se no realismo político de contornos transnacionais, cujos princípios básicos rompem a lógica histórica, uma vez que ao individualismo e ao idealismo sucede uma política baseada na premissa de que os problemas criam afinidades transnacionais.

9- Bibliografia

BECK, U. (2005). *Sociedade de Risco Mundial: Em busca de uma Segurança Perdida*. Lisboa: Edições 70.

PARTE II

TECNOLOGIAS, EDUCAÇÃO E ENSINO

TECHNOLOGIES, EDUCATION AND TEACHING

GEOGRAPHY AND GEOGRAPHICAL (GLOBAL) THINKING

GEOGRAFIA E PENSAMENTO GEOGRÁFICO (GLOBAL)

Stella DERMENDZHIEVA

Faculty of History, Department of Geography, „St. Cyril and St. Methodius” University of Veliko Tarnovo
s.malcheva@ts.uni-vt.bg

Tamara DRAGANOVA

Faculty of History, Department of Geography, „St. Cyril and St. Methodius” University of Veliko Tarnovo
t.draganova@ts.uni-vt.bg

Abstract:

Geography as a science and as a discipline has a huge cultural and creative potential. It can be expressed through the use of modern didactic methods and techniques to prepare for solving existing problems and contradictions in our dynamic age. The spatio-temporal dynamics of modernity imposes geographical culture as an important component of the general one.

Successes in the development of a science are closely related to the importance it has for the development of a certain country, ie. It has national significance. It is especially important to use geographical knowledge in difficult situations - recovery from major natural disasters, military, political or economic crises. The geographical research plays an important role in national decision-making, concerning: the best use of the national resources; forecasting the consequences of construction of various technical facilities; improving transport, economic and communication links between regions and many others.

Geography as a territorial-spatial science, studying the complex interactions in the system "nature - society - economy", has its own unique view of the problems caused by the increasingly aggressive anthropogenization. The geographical education presupposes the acquisition of knowledge, the formation of skills and the composition of patterns of behavior for the objective perception and assessment of the reality in global, regional and local aspects.

The goal is the formation of geographical culture, personal development, social adaptation and realization. The selection and structuring of the curricula must follow the logic and achievements of geography as a science, be consistent with the psycho-physiological age characteristics of the students, and be in a system (traceable logical interconnections within one course and between all courses).

Keywords: geography, geographical thinking, geographical culture, ecological education, interaction in the nature-society-economy system

Resumo

A Geografia como ciência e como disciplina escolar tem um enorme potencial cultural e criativo. Este, pode ser expresso através do uso de métodos e técnicas didáticas modernas para preparar os alunos para a solução de problemas e contradições existentes nos nossos dias. A dinâmica espaço-temporal da modernidade impõe a cultura geográfica como componente importante da cultura geral.

Os sucessos no desenvolvimento de uma ciência estão intimamente relacionados com a importância que ela tem para o desenvolvimento de um determinado país, ou seja, tem importância nacional. É especialmente importante usar o conhecimento geográfico em situações difíceis - recuperação de grandes desastres naturais, crises militares, políticas ou económicas. A pesquisa geográfica desempenha um papel importante na tomada de decisões nacionais, no que diz respeito, por exemplo, à melhor utilização dos recursos nacionais; prever as consequências da construção de várias instalações técnicas; melhorar os transportes, as ligações económicas e de comunicação entre as regiões e muitas outras.

A Geografia como ciência territorial-espacial, ao estudar as complexas interações no sistema "natureza - sociedade - economia", tem uma visão própria e singular dos problemas causados pela antropogenização cada vez mais agressiva. A educação geográfica pressupõe a aquisição de conhecimentos, a formação de habilidades e a composição de padrões de comportamento para a percepção objetiva e avaliação da realidade nos aspectos global, regional e local.

O ensino da Geografia tem como objetivo a promoção da cultura geográfica, o desenvolvimento pessoal, a adaptação e a realização social. A seleção e estruturação dos currículos devem seguir a lógica e as conquistas da geografia como ciência, ser consistente com as características psicofisiológicas da idade dos alunos e estar inserida num sistema (interconexões lógicas rastreáveis dentro de um curso e entre todos os cursos).

Palavras-chave: geografia, pensamento geográfico, cultura geográfica, educação ecológica, interação no sistema natureza-sociedade-economia

1- Introduction

“For the development of science, it is necessary in any given age, not so much that people should think in general, but that they should be able to concentrate their thoughts on those parts of the science, for which at the particular time developments will be necessary”.

James Maxwell

“To see something clearly, it is often enough just to change the direction in which you look”.

Antoine de Saint Exupery

Education is a national priority, which is implemented with specific principles and goals of the school education, based on fundamental and didactically conditioned processes for training, upbringing and socialization. (ZPUO, 2015, 1 - 2) The main priorities of the school geography education are socialization, humanitarianization, economization, regionalization, ecologization, integration, technology, digitalization, informatization, globalization, and interdisciplinary. Priority of the geographic education as a basic general educational subject (*geography and economics*) in school in conditions of educational reform, military-political actions and changes in Europe and global problems are geopolitics, geoeconomics and geoecology - examples of geographic praxeology. In modern realities, geosocial, geocultural, geotechnological, geoinformational, and other dimensions stand out. Prior to the practical rationality of the geographical knowledge, there is the priority of adapting the learning content to the age characteristics of the students, as well as the promotion of independence and thinking (ZPUO, 2015, 50). The logical projection of geographical science and modern geographical knowledge and achievements needs to be transferred to the educational environment objectively and on time, because „*geographical education is a matter of the geographical culture of every person*” (Suhorukov, Suslov, 2021, 58).

A compulsory general educational and profiled school subject in the Bulgarian school and under the new realities remains - **Geography and Economics**, as one of the 21 school subjects of the compulsory general educational preparation and one of the 15 school subjects of the profiled preparation - fig. 1 (Ordinance No. 5, 2015, 2; Draganova, 2021, 68; Ordinance No. 7, 2016, 2; Dermendzhieva, Draganova, 2022, 18). The two types of preparation, on the one hand, are independent units based on the new educational structure, stages and degrees (two educational stages of the secondary education degree, but with different procedural affiliations in relation to the type of preparation), but on the other hand, there

is a narrow-content and subject-organized, hierarchical and specific structure and ratio between general educational and profiled preparation in geography and economics. In this context of hierarchy by structure, content, stages of secondary educational degree, vertical synthesis is recognizable, compulsory and part of the classical subject system with traditions in the Bulgarian system (Dermendzhieva, Draganova, 2022, 18).

According to the framework learning plan for general education as an official state document and an expression of the educational policy, the place of the school subject *Geography and Economics* started as an independent one from the Vth grade. The last class of the compulsory general educational preparation in geography and economics is in class X with a total horary of study hours for the entire school cycle of 353 study hours.

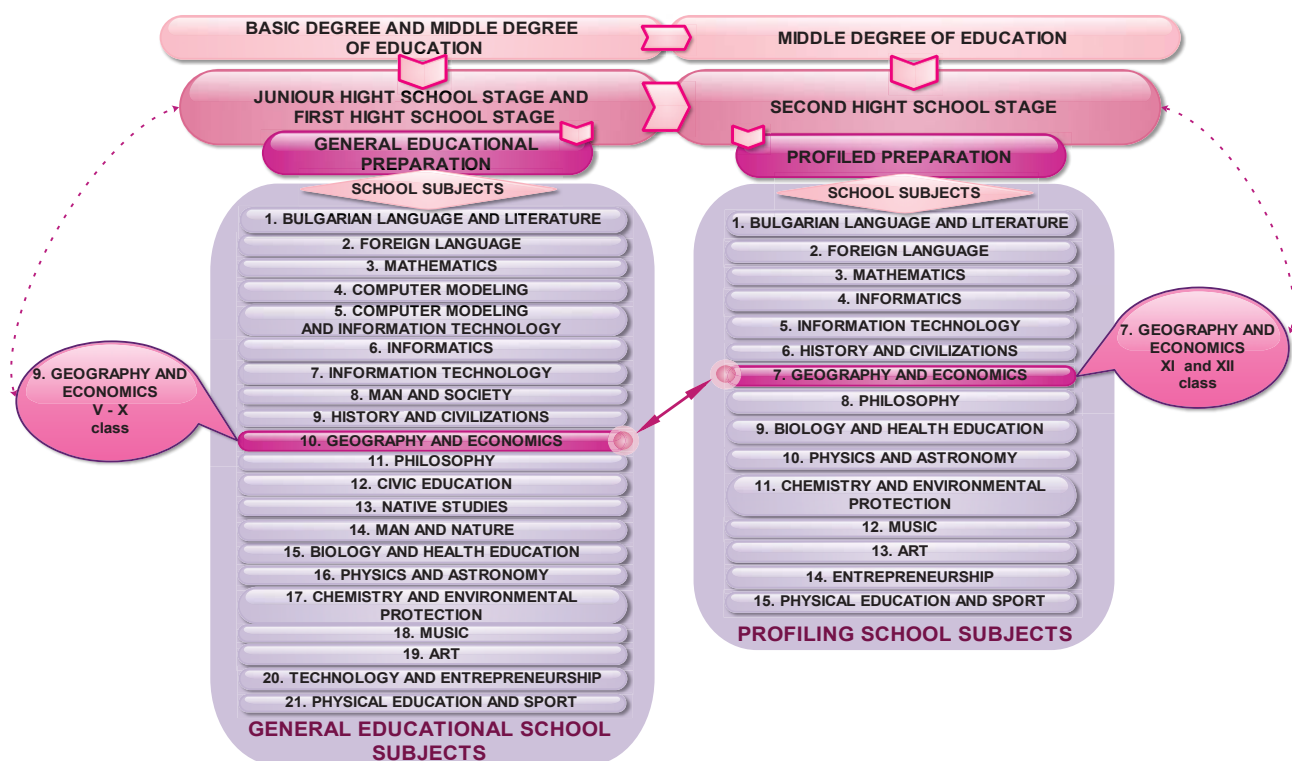


Figure 1: Macro framework of the place of the study subject *Geography and Economics* in the school system of general educational and profiled preparation. Source: (Dermendzhieva, Draganova, 2020, 908; Dermendzhieva, Draganova, 2022, 18).

In the structure of the learning plan, two cyclic horariums for the three academic years and classes at the two educational stages stand out: junior high school stage - 191 study hours and first high school stage - 162 study hours. The vertical continuation of the development of the school subject, based on the profiled preparation, forms a common horary for the two academic years and the class of 268 study

hours (Fig. 2). The macro-model of the life cycle of horary study hours in *geography and economics* in the Bulgarian school in a continuous cycle of compulsory training in the general educational preparation, with a basic framework plan and approved profiled preparation is **621 study hours** (Fig. 2).

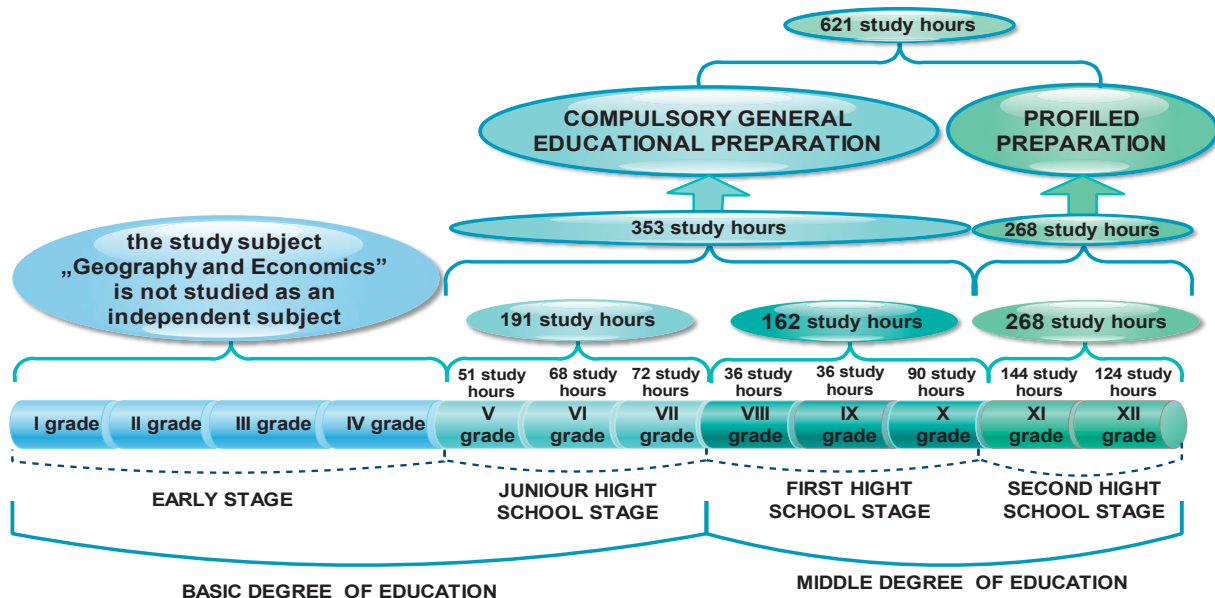


Figura 2: Macro-model of the life cycle of the continuous training in „Geography and Economics” by horary hours, classes, preparation, educational stages and degrees in the Bulgarian school.
Source: (Dermendzhieva, Draganova, 2020, 908; Dermendzhieva, Draganova, 2022).

Since the beginning of the educational reform in Bulgaria - 2016, against the background of global co-evolution, a complete change, modifications and transformations of existential and conceptual educational strategies and ideas, conditioned by the foundations of the school educational traditions in the Bulgarian school, is underway. The globalization processes and the global educational problems and trends are an invariable part of the educational policies in the country, without which the geographical education and the geographical picture of the world cannot be interpreted realistically and truthfully.

In the course of the whole school training in Bulgaria, general educational preparation in all school subjects, including *Geography and Economics*, is normatively and procedurally composed into 9 groups of key competences that validate interdependencies, and interrelationships, with a clearly determined scope of „knowledge, skills and attitudes, necessary for the personal development of the individual throughout his life, for the construction of an active civic position and participation in social life, as well as for his suitability for realization on the labor market” - fig. 3 (Dermendzhieva, Draganova, 2022, 63; Ordinance No. 5, 2015, 1 - 2). Or DOS for general educational preparation is a set of requirements for the results of the training in geography and economics and determines the competences for knowledge, skills and attitudes at the end of each educational stage of the relevant educational degree.

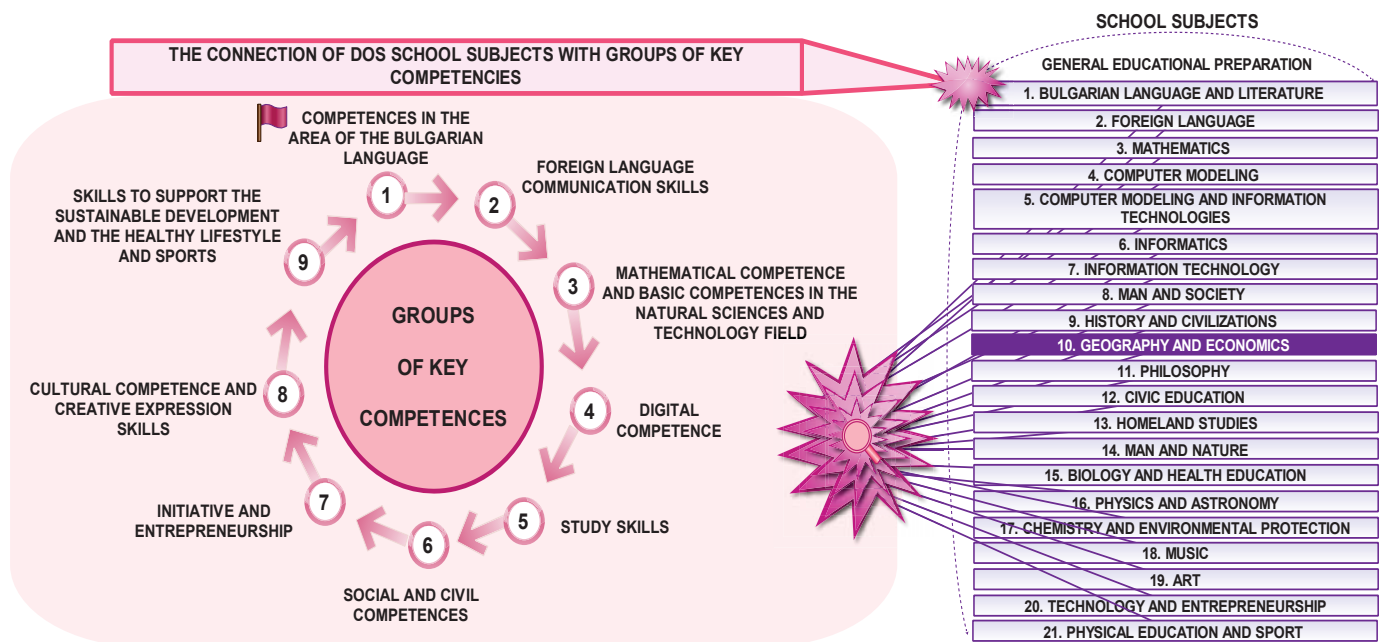


Figura 3: Groups of key competences and the study subjects of general educational preparation in the Bulgarian school - normative framework. Source: (Dermendzhieva, Draganova, 2020, 908; Dermendzhieva, Draganova, 2022).

2- The geographical culture and components in a normative cut

After the educational reform in Bulgaria, the preschool education includes a unity of critical thinking, logical and logical-mathematical thinking, visual-figurative thinking, as well as „*thinking, which especially in childhood is associated with fantasy and imagination*”, activating and developing „*not just any skills for the reproduction of facts, and the uninhibited thinking of children*” (Ordinance No. 5, 2015, 16, 20, 34). The geographical culture is formed already in preschool and in parallel in school education through integrative connections and interactions, interdependencies and subject primary and secondary synthesis. Such school subjects that lay the integrative foundations of geographic education, geographic culture and thinking, language and behavioral models, build the foundations of social and civic competences are *Native Studies, Man and Society, History and Civilizations, Philosophy, Civic Education* (Ordinance No. 5, 2015, 2).

The school subject „Geography and Economics” is studied in the general educational preparation from grades V to X and in the profiled preparation in grades XI and XII according to State Educational Standards for both types of preparation. The training of geography and economics in compulsory preparation from V to X grades is constructed through a mixed model of the educational content - fig. 4 (Dermendzhieva, Draganova, 2022, 14).

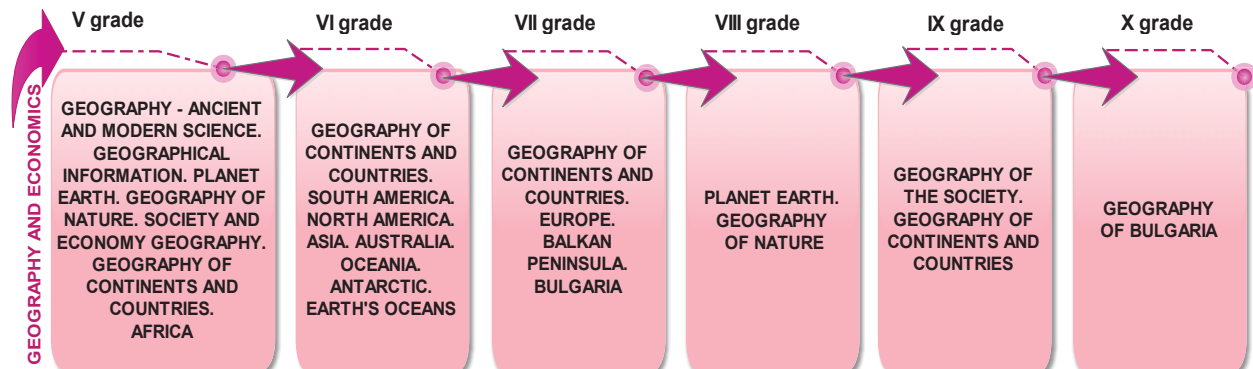


Figura 4: Structure-content model of the training in geography and economics in the compulsory preparation according to the school curricula (curricula 2016, 2017, 2018, 2020). Source: (Dermendzhieva, Draganova, 2020, 908; Dermendzhieva, Draganova, 2022).

The requirements for the training outcomes of the school subject *Geography and Economics* - general educational preparation or DOS introduce the specific goals for both educational stages and degrees with the formation of the „geographic culture of students as part of their general culture for orientation and for reasonable activity in the geographical space of global, regional and national level” (Ordinance No. 5, 2015, 72, 74).

The study subject *Geography and Economics*, as profiled for the classes of the second high school stage, consists of **compulsory** and **optional modules**, and each module is an independent part of the relevant profile school subject. The compulsory modules are determined by the state educational standard (DOS) and are introduced into the training process through approved curricula for the compulsory modules by the Minister of Education and Science. The optional modules ensure the acquisition of competencies defined in curricula that are developed and approved at the level of the school director (Ordinance No. 7, 2016, 5; Dermendzhieva, Draganova, 2020, 27 - 28; Dermendzhieva, Draganova, 2022, 203). The compulsory modules for the second high school stage in geography and economics are a total of 6, distributed to the two high school classes XI and XII (Fig. 5).

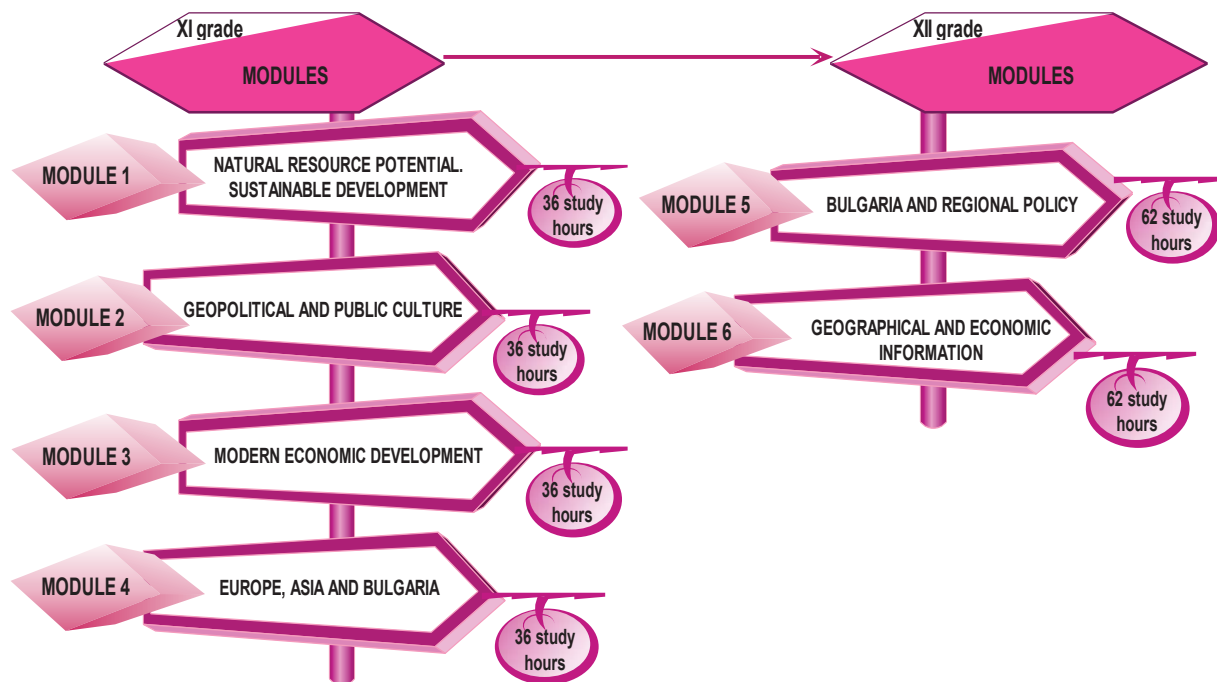


Figura 5: Model of the profiled preparation in geography and economics by compulsory modules at the second high school stage according to the school curriculum. Source: (Dermendzhieva, Draganova, 2020, 908; Dermendzhieva, Draganova, 2022, 18).

Each compulsory module of the geography and economics training contains the expected outcomes for knowledge, skills and attitudes – 42 in total, generally covering one competence area at a time, with the exception of module 2 which covers two competence areas – *Geography of Society* and *Geography of the regions and countries* which are independently the focus of Module 3 and Module 4 (Fig. 6). The expected results are determined by active verbs - a total of 48, but with different repetitions and a predominant main function of the required action - productivity (Dermendzhieva, Draganova, 2020, 908; Dermendzhieva, 2021, 620; Curricula profiled preparation, 2018). The areas of competence are transferred from the same ones under DOS, but for the compulsory training from V to X grades.

The requirements for the training outcomes of the study subject *Geography and Economics* - profiled preparation or DOS introduce the specific goals for all six compulsory modules with the development of „*geographical culture for understanding and reasonable activity in the geographical space*” (Ordinance No. 7, 2016, 67; Dermendzhieva, Draganova, 2022, 68). One of the compulsory modules is entitled „*Geopolitical and public culture*”, and the consecutive number is an expression of the importance and complexity of geographical knowledge, skills and competences in training for an objective geographical picture of the world.

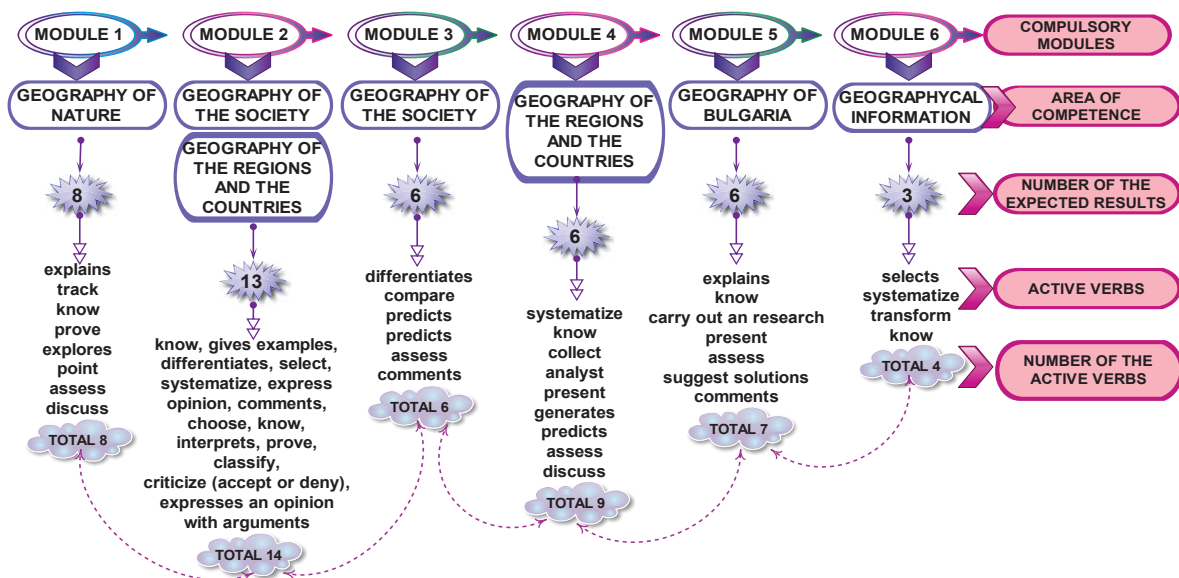


Figura 6: Graphical model of the compulsory modules, expected results and active verbs for the profiled training in geography and economics of DOS. Source: (Dermendzhieva, Draganova, 2020, 908; Dermendzhieva, Draganova, 2022).

Geographical culture in the school training environment expands and builds, deepens and complicates, develops to a degree of perfection reached when mastering geographical knowledge and experience, skills and competences. Geographical culture is defined, on the one hand, as a means of transforming the geographical environment, and on the other hand, transforming „people as forming geographical values. It is the basis of the structuring of the content of modern geographical education” (Dermendzhieva, 2021, 160; Dermendzhieva, 2022, 2114).

Geographical culture is a potential litmus of modern Bulgarian education. Its color saturation is the indicator of hope and the romantic-nostalgic belief that traditions imply prosperity. In the indicated space, the use of the activity is particularly favorable, in which the following are considered significant: *the development of creative abilities and activation; the optimal use of „group potential”; the stimulation of critical and creative thinking; creating an atmosphere of openness and cooperation; the centering towards learning through search, discovery, group orientation* (Dermendzhieva, 2021, 360).

In this way, key educational competences are decomposed at the level of educational areas and school subjects for each level of education. In addition to being the basis of general education training, they are a basis for acquiring social experience and personal qualities, they have a direct projection on the main activities of the student, allowing him to expand his social experience, to acquire skills for life and for practical work in the modern world society (Fig. 7).

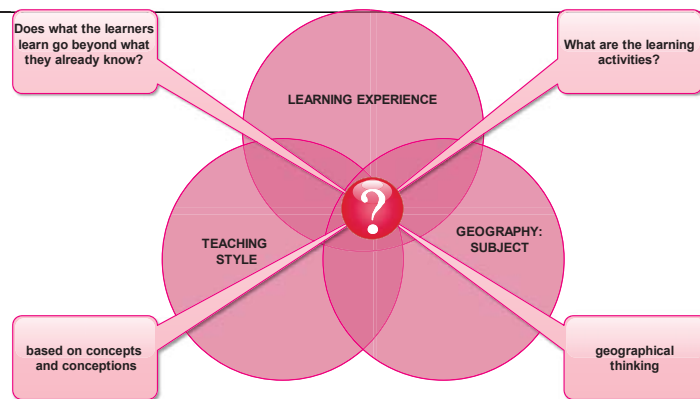


Figura 7: Structural constructs/aspects of the geographical educational environment at school. Source: (Dermendzhieva, Draganova, 2020, 908; Dermendzhieva, Draganova, 2022).

Geographical culture contains in a conceptual connection and as a component - ecological education, ecological culture, ecological awareness and ecological behavior in an indivisible integrative synthesis to preserve the ecological balance and with global consequences in the world. The study of the normative planes between geography and ecology, scientific research and fundamental foundations, define interdisciplinary and integrative training as a function of social activity and necessity and realities with clearly proven in science scientific-theoretical and practical-applied foundations and content frameworks (Draganova, 2020, 149). The unifying goal for geographic and environmental education is to know and observe the „*norms of ecological culture and behavior with a view to nature conservation and creating a sustainable environment*”, which are introduced through institutional policies (Ordinance No. 13, 2016, 2).

Institutional policies to support environmental education are aimed at knowledge of environmental laws and reasonable use of natural resources, environmental protection and building and maintaining a democratic school organizational culture to promote compliance with shared rules, procedures, traditions and collective values (Ordinance No. 13, 2016, 7). Geographical and ecological culture is part of the democratic school organizational culture or part of the strategic goal of school geography - a human and pedagogical norm. Institutional policy can implement polycentric or monocentric support and institutional strategy towards civic, health, environmental and/or intercultural education with established specific approaches and ways of organizing internal processes and activities for their implementation (Draganova, 2020, 152). Strategic priorities also include supporting students' initiative and participation through age-appropriate inclusive democratic practices that require geographic and ecological culture, thinking and behavioral patterns for sensible activity in space.

The geographical culture in the 21st century of an information society and a huge information flow, of a continuously and dynamically changing geographical environment and spatial areas determines the categorical necessity of the personal interaction of man with his surroundings on different levels and multivariate directions. Therefore, geographic culture is a part of the general culture for understanding and

reasonable activity in the geographic space, for individual perfection with geographic information or geographic informational (digital) culture „for receiving, decoding, preserving, processing, systematizing, creating new knowledge, transmitting it under the form of information and its practical use” (Dermendzhieva, 2021, 163; Dermendzhieva, Sabeva, Dimitrova, 2010, 21). The thesis of working with geographic information in relation to active activities can be supplemented with receiving, independent acquisition of geographic information and information from various sources, generation, identification, localization, interpretation, presentation. The generation of geographic information implies thought processes for modification, reconstruction, prediction and design to create new models and structures in forms of presentation, freed from boundaries - different forms (Dermendzhieva, Draganova, 2022, 70, 100, 185).

In the system of pre-school and school education, after the educational reform in the Bulgarian school, a general structural model of integrated and independent geographical education was formed, including ecological education OSM=4+4+3+3+2, and in its quantitative framework the general education and the profiled preparation in geography and economics has a reduced geographical structural model GSM=3+3+2 (Fig. 8).

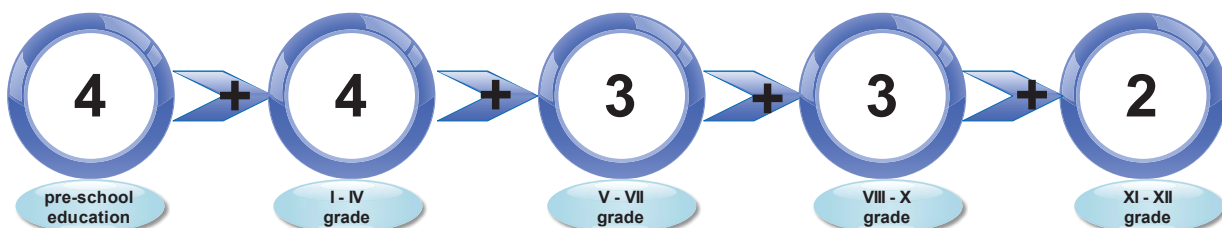


Figura 8: General structural model of integrated and independent geographical and environmental education in Bulgaria. Source: (Dermendzhieva, Draganova, 2020, 908; Dermendzhieva, Draganova, 2022).

2.1. Retrospective models of geographic culture in the training and in the context of geographic thinking - structural-content aspects and concepts

D. Kostov in the first *Training Methodology in Geography* explores and presents geographical observation as an independent educational value, in which students learn to look and think geographically, with each student „comprehending the uniqueness of each landscape, their characteristic features, their differences from others, the causes and connections between phenomena” (Kostov, 1934, 27). According to D. Kostov, the constant study of reasons exercises the mind and helps the student to navigate the world, as well as brings school closer to life. The thesis has been proven that by studying the native country and, subsequently, the more distant lands, the mental horizon of the students expands,

they learn to think logically, the mental horizon expands, and they learn observation and conscious attitude to the environment, developing curiosity (Kostov, 1934, 28 - 29).

The definition of geographical thinking by N. Baranski remains classic, and in the modern dynamic development of geographical science, it is cited as the primary source for the essence and importance of geographical education: *„geographical thinking is thinking that is bound to the territory, placing its judgments on the map, and second, complexly connected and not closed within one „element” or one „branch”* (Baranski, 1980, 163). Two of the fundamental characteristics of geographical thinking - territoriality and complexity - were introduced, which were subsequently proven and further developed by other learned geographers.

According to V. Maksakovski, the understanding of the majesty and beauty of nature as a source of spiritual strength and morality is accessible to people who possess geographical culture. He states that the school reform of the 90s of the XX century *„reveals the essence of the cultural approach and affirms that the idea of geographical culture was built into the basis of the new geography programs”* (Maksakovski, 1998, 257). The thesis is defended that geographical culture presupposes the mastery of specific geographical thinking.

According to M. Pechevski, an important educational task in training geography is the development of students' mental abilities and emphasizes the purposeful development of thinking. The thesis is defended that *„students should observe, think, search for and explain themselves the reasons, connections and mutual conditioning of the studied phenomena and processes, make characteristics for objects on maps”* (Pechevski, 1958, 34 - 35; Pechevski, 1965, 24 - 25). M. Pechevski commented that the diverse work provokes the mental activity of the students to compare, analyze, summarize, draw conclusions, check the generalizations and conclusions in practice. Supports N. Baranski's thesis that geographical thinking is characterized by two main features:

- ⇒ The geographical thinking is related to the map and bases its judgments on the map;
- ⇒ The geographical thinking is complex - thinking that is not limited to one natural element or one branch of the economy, but considers them in their connections and conditions (Pechevski, 1958, 35; Pechevski, 1965, 25).

R. Gaytandzhieva affirms and proves the thesis that the concept as a logical form of thinking reflects the internal signs and properties of things from the material world, gives knowledge about the general (Gaytandzhieva, 1983, 14, 16). The geographical thinking in the process of forming concepts in the educational process, because *„it presupposes a deep-thinking activity, at the basis of which are the logical operations of analysis, synthesis, comparison, classification and especially abstraction and generalization”* (Gaytandzhieva, 1983, 26). The development of geographical knowledge takes place in parallel with the general cultural development of humanity, and the goals of geographical education are related to the concept of *„geographical culture”* (Gaytandzhieva, 2000, 75, 119). R. Gaytandzhieva thoroughly researches the definitions, essential and substantive characteristics of geographical culture

with clearly distinguishable critical remarks in the analysis of the problem for the purposes of teaching geography in a private didactic plan and presents author's sub-models with the following specifics of geographical culture (Fig. 9):

- The geographic culture as a set of three main components: geographic literacy, geographic competence, patterns of behavior in geospace (Fig. 9);
- A key position is the formation of the students' geographical culture as a personal entity;
- Geographic culture is the creation and assimilation of values, a set of activities of a higher order, in which the spirit of the individual is embedded and manifests itself most vividly in his behavior;
- Unique lifestyle of a certain group of people - communicative knowledge, learned behavior shared by the participants in the social group;
- The geographical culture develops throughout a person's life, and at school its foundations are formed, a support for students in understanding and reasonable activity in the geographical space at all levels, including for its enrichment;
- Geographical culture is part of the student's general culture – it is not formed in isolation, but in unity with other subject areas (Gaytandzhieva, 2000, 123).

According to D. Kanchev, an irrevocable component of the students' general culture is their geographical culture as the goal of training, which changes in time and space, because the goal is a dynamic category. The definition of geographical culture is presented as a particular orientation of thinking and aims „to build a scientifically objective geographical picture of the homeland, the country and the world in which we live - infinitely interesting, beautiful and diverse” (Kanchev, 2000, 44 - 45). The conceptual model is oriented around two main features of geographical thinking - spatiality and complexity, but not only because the concept of „geographical culture” is broad (Fig. 10).

L. Tsankova describes the different opinions regarding the content of the concept of „geographical culture”, relating it to the main goal of geographical education and determines that its formation is „part of their common culture... and is formed throughout a person's life, and in school only its foundations are laid” (Tsankova, 2005, 29).

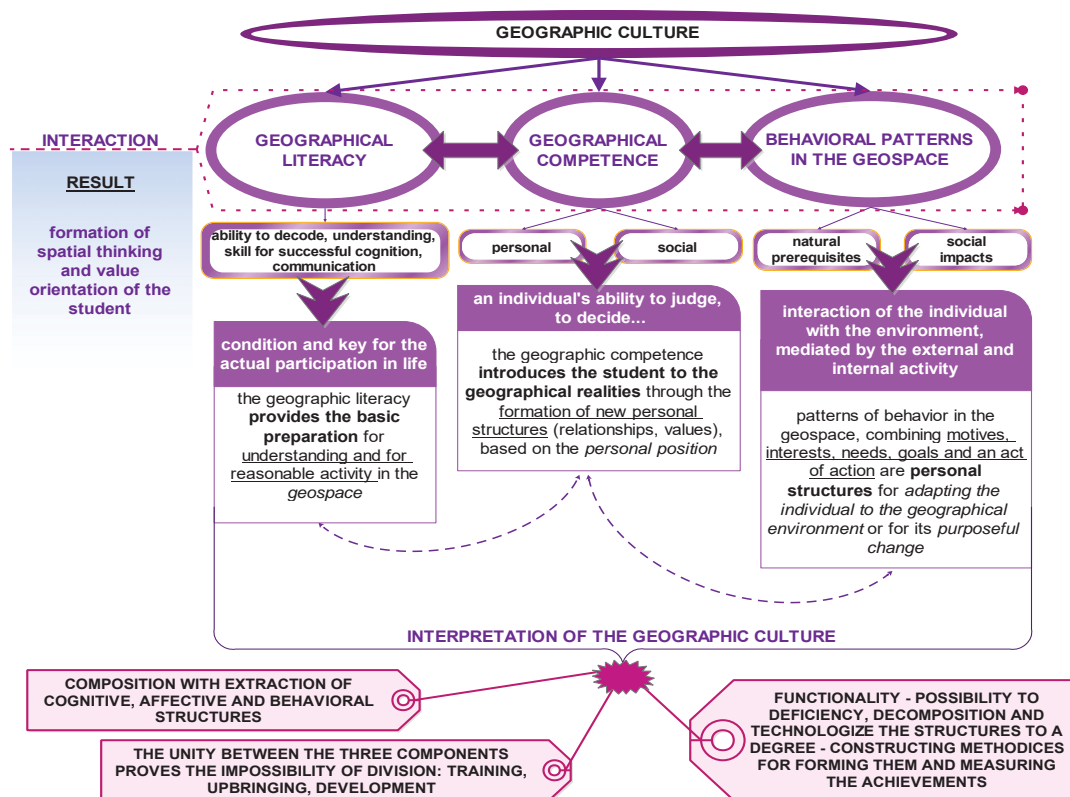


Figura 9: Conceptual model of the geographical culture according to R. Gaytandzhieva. Source: (Dermendzhieva, Draganova, 2020, 908; Dermendzhieva, Draganova, 2022).

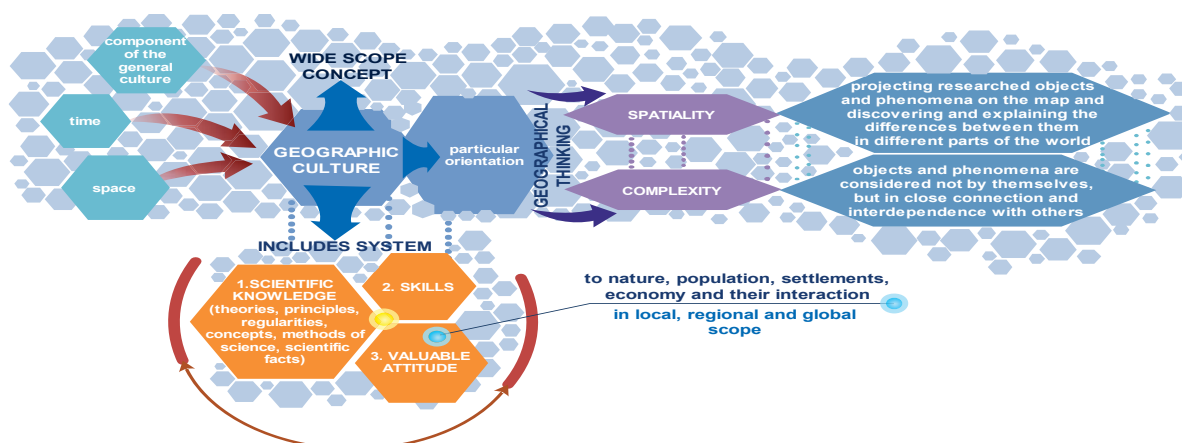


Figura 10: Conceptual mode of the geographical culture and thinking according to D. Kanchev. Source: (Dermendzhieva, Draganova, 2020, 908; Dermendzhieva, Draganova, 2022, 18).

2.2. Modern models of geographical culture in teaching and in the context of geographical thinking - structural-content aspects and concepts

According to P. Lazarov, the formation of the geographical culture among students is the main goal of geography teaching as part of their general culture „by mastering the scientific foundations of geography - general and regional, by revealing the interaction of man with nature and the social environment with a view to public needs” (Lazarov, 2009, 36). The thesis that geographical education is a carrier of contributions in relation to the cultural development of students, the formation of ecological upbringing and a caring attitude towards the environment, social activity in public, economic and cultural life, a sense of responsibility towards society and its future is presented and commented on. (Lazarov, 2009, 38). P. Lazarov identifies and describes the tasks of the teaching methodology in geography, specifying that through the implementation of the tasks, the main goal of the teaching in geography is realized - building an initial geographical culture, as part of the general culture of the students.

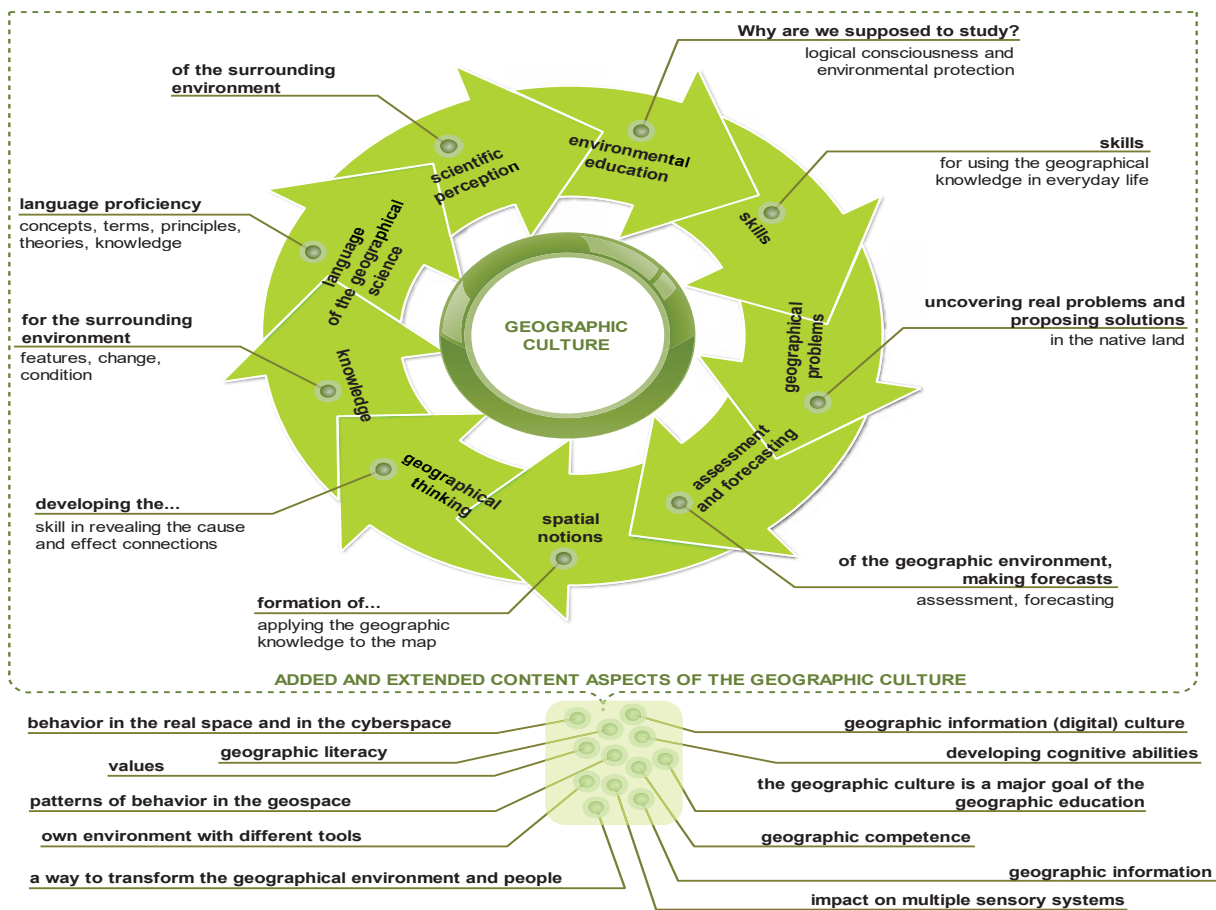


Figura 11: Generalized model of geographical culture according to S. Dermendzhieva, P. Sabeva, B. Dimitrova. Source: (Dermendzhieva, Draganova, 2020, 908; Dermendzhieva, Draganova, 2022, 18).

In the modern development of the training methodology in geography, the role of geography in the formation of the general culture of the person is increasing more and more (Dermendzhieva, Sabeva, Dimitrova, 2010, 20 - 21). The achievement of geographic education goes through the assimilation of geographic knowledge, geographic culture, skills, developing cognitive abilities and value attitudes. The overall process of expanding the conceptual interpretation of the term „geographical culture” includes many and various directions of content vision - values, geographic space, reasonable activity, geographic problems, geographic information, etc. – Fig. 11.

According to A. Dermendzhiev, the geographical picture of the world is the unique image of the complex and vast reality, which is imperceptibly „born” and „grows” in our consciousness, but also identical to each individual outlook, imprint of culture on individual consciousness or is a product of personal world perception (Dermendzhiev, 2018, 23 - 24, 222; Dermendzhiev, 2022, 2729). A model of the geographical picture of the world is represented as segments and zones, and as a result of the structural organization it represents a complex system of ideas that form the inner form of each cultural fact - Fig. 12.

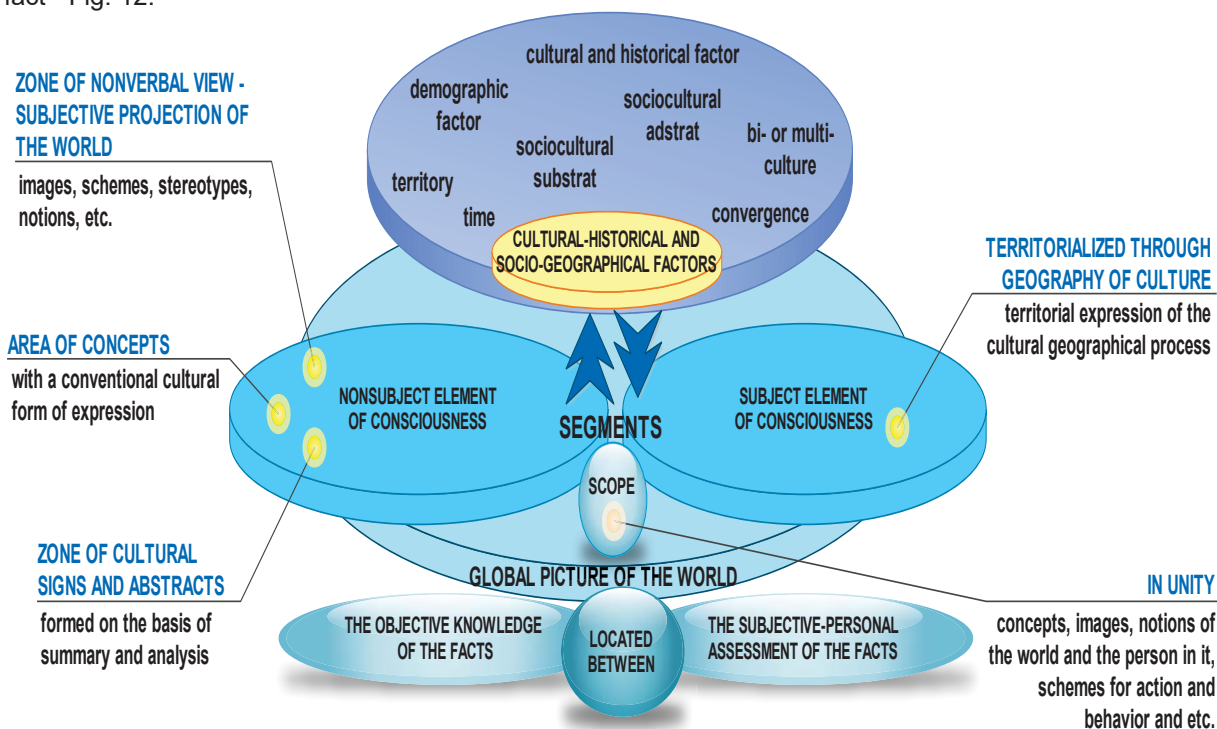


Figura 12: Modern model of geographical culture in the context of the global picture of the world according to A. Dermendzhiev. Source: (Dermendzhieva, Draganova, 2020, 908; Dermendzhieva, Draganova, 2022).

According to G. Samigullina, the highest manifestation of human education and professional competences is culture, and geographical culture is situated on four main components - 1) geographical picture of the world, 2) geographical thinking, 3) methods of geography and 4) language of geography (Samigullina, 2020, 9). The model of geographic culture is distinguished by branching, defending the thesis of the connection of geographic education with environmental education in conditions of global environmental crises, the importance of the concept of sustainable development, which essentially contain fundamental geographical knowledge (Fig. 13).

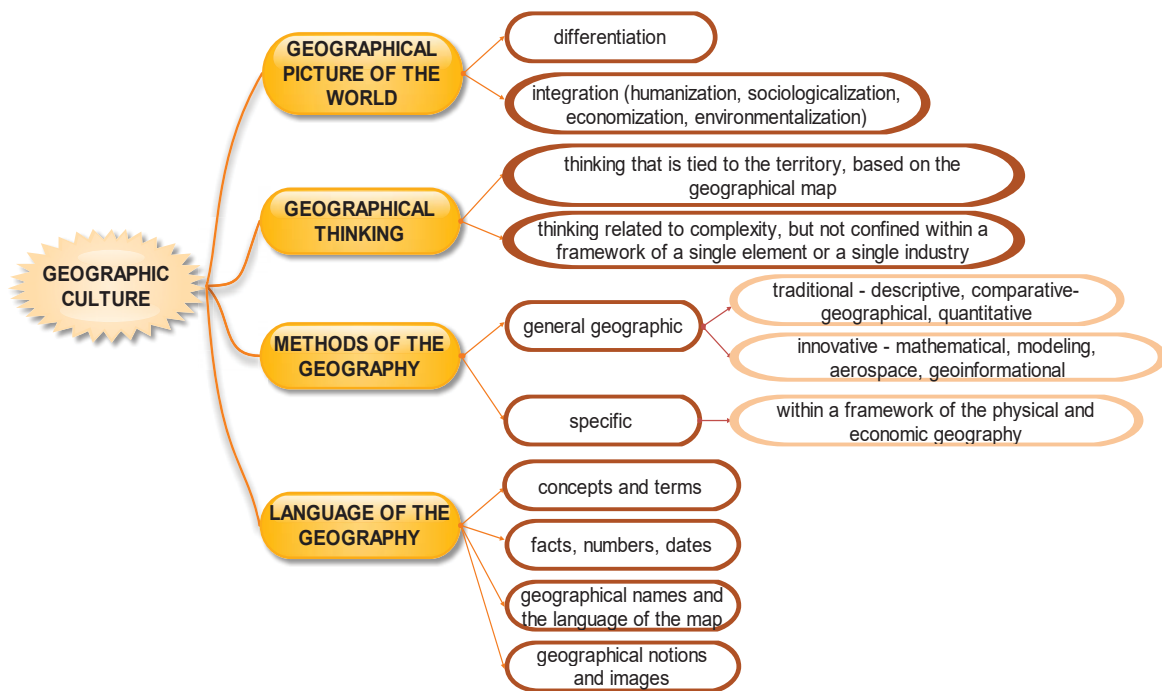


Figura 13: Modern model of geographical culture according to G. Samigullina. Source: (Dermendzhieva, Draganova, 2020, 908; Dermendzhieva, Draganova, 2022).

According to E. Tamozhnyaya, M. Smirnova and I. Dushina, the mastery of geographical culture is the result of both the personal interaction of a person with the world, and in the process of targeted learning, or geographical culture is „a result of pedagogical impact, a set of objective and subjective characteristics, the basis of which is the value attitude to the geographical environment” - fig. 14 (Tamozhnyaya, Smirnova, Dushina, 2021, 13). The thesis is defended that geographical culture serves as a basis for compiling the content of modern school geography, because it is a carrier of values, opportunities for getting to know oneself and for everyone to find their place in this complex world, to live in internal and external harmony - with oneself and nature, with people on the Earth, as well as to develop the personality as a whole: the person - inhabitant of the planet Earth, the person - citizen, the person - worker, the person - researcher, a person with high morality, culture, value attitude. Geographical culture

as a long and comprehensive process is closely related to geocological education, because its development has a great role for the existence and dynamic processes of development of the interaction in the system *nature - society - economy* (Tamozhnyaya, Smirnova, Dushina, 2021, 14 - 15).

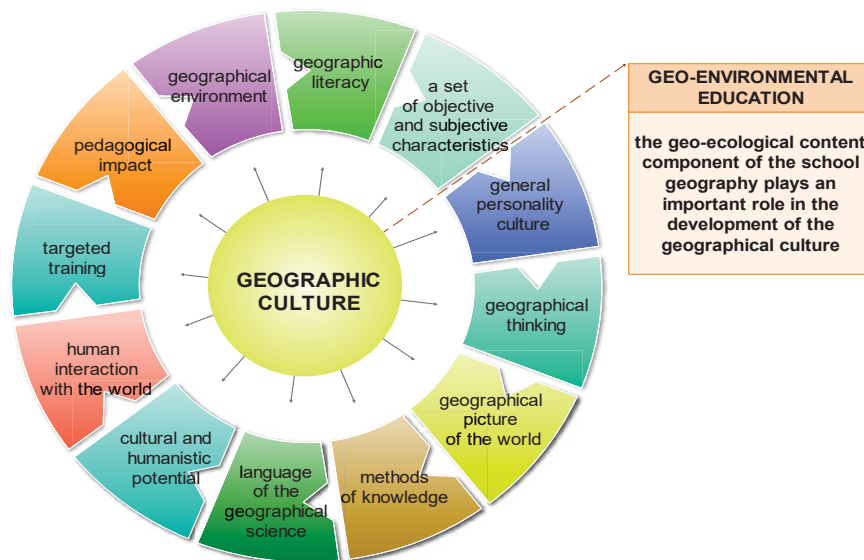


Figura 14: Modern model of geographical culture according to E. Tamozhnyaya, M. Smirnova and I. Dushina. Source: (Dermendzhieva, Draganova, 2020, 908; Dermendzhieva, Draganova, 2022).

Geographical culture is characterized by specific signs that underlie the formation of scientific knowledge about the surrounding geographical environment, in which interacting and interpenetrating objects, processes and phenomena occur in the geospheres of the planet, on which geographical and ecological education is based - Fig. 15.

1	scientific perception of the world	6	ecological education, ecological consciousness, striving to preserve and improve the geographical environment and its components as a basis for the existence of the society
2	language proficiency of the geographical science - concepts, terms, names, principles, theories	7	competences for using the geographical knowledge and skills in practice, in everyday life
3	knowledge of the surrounding geographical environment - features of its change and condition	8	ability to identify real geographic problems in the immediate environment and seek optimal solutions for emerging geographic situations
4	development of the geographical (analytical) thinking related to the ability to determine cause and effect connections	9	ability to assess and forecast the features in the development of the geographical environment, drawing up short-term forecasts
5	development of spatial notions, skills to transfer the geographical knowledge to a map		

Figura 15: Characteristics of geographical culture according to E. Tamozhnyaya, M. Smirnova and I. Dushina. Source: (Dermendzhieva, Draganova, 2020, 908; Dermendzhieva, Draganova, 2022).

According to V. Suhorukov and V. Suslov, geographical culture is a special type of reflection of geographical reality - geographical thinking, as they perceive and develop modern aspects through N. Baranski's definition of thinking, but give a modern interpretation and perusal of classical geographical thinking based on four main features: 1) territoriality; 2) complexity; 3) specificity; 4) globality. Formulate a definition of modern geographical thinking, which „represents peculiar intellectual lines of knowledge about the earthly space through associations demonstrating the polyphony of meanings for nature and human society”

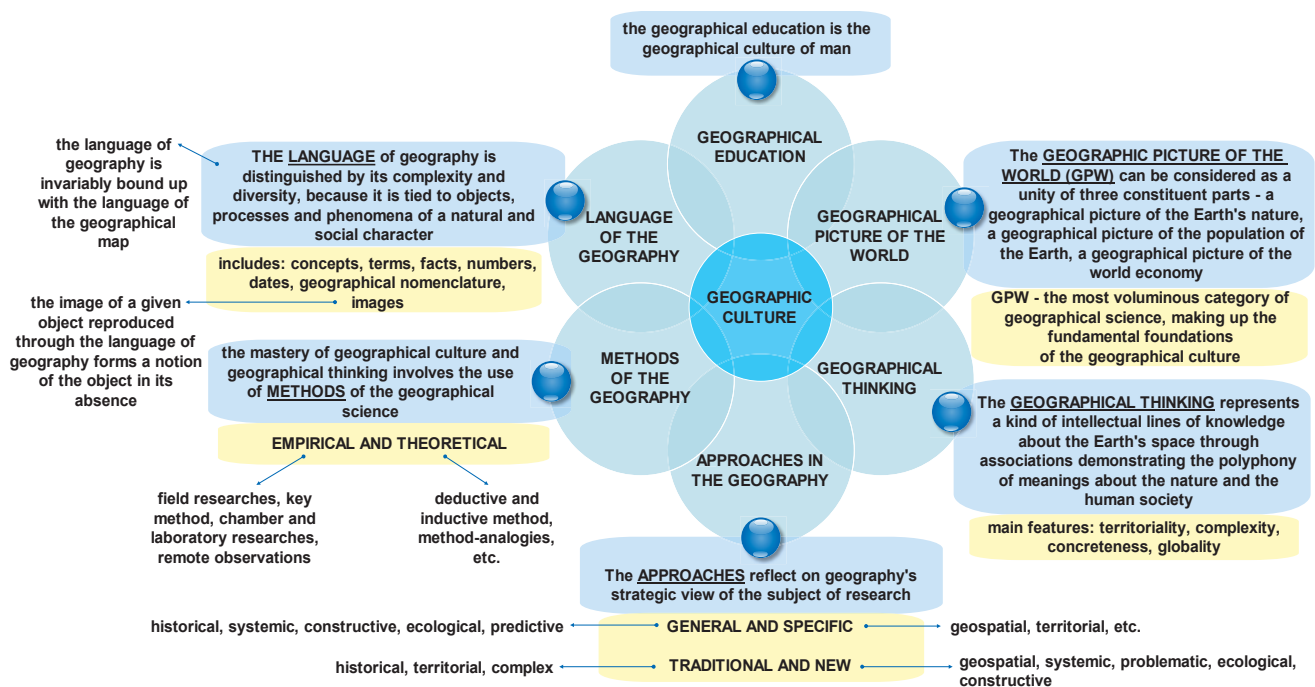


Figura 16: Model of geographic culture according to V. Suhorukov and V. Suslov.
Source: (Dermendzhieva, Draganova, 2020, 908; Dermendzhieva, Draganova, 2022).

(Suhorukov, Suslov, 2021, 59 - 60). The model of V. Suhorukov and V. Suslov is constructed around approaches in geography, methods of geography and language of geography preceded by the geographical picture of the world as the most voluminous category and fundamental basis of geographical culture (Fig. 16).

5- Conclusion

Geographical global thinking is sustainably established in the history of the development of geography training methodology and is in the basis of the formation of geographical culture with clearly recognizable territoriality, complexity, globality, integrality, systematicity, problematic and many more branching vectors of the geographical knowledge, skills and competences.

The geographic global thinking is not a new issue, but it remains relevant, leading and debatable in the training of geography and economics. The specificity of the geographical thinking is the high degree of abstraction in revealing essential aspects of thinking and the complexity of tracing relationships of the highest type. There is still no consensus on all the characteristics of the geographical thinking. The development of geographical thinking affects the general intellectual level of each person, this determines its national significance for each country. The geographic culture is the main goal of geographic education, and geographic thinking is an inseparable part of it. In the modern stage of development of the training methodology in geography as a complete and complex science and the global educational changes and digital transformations, it is necessary to improve and enrich theses about geographical culture in the context of geographical (global) thinking.

6- Bibliography

BARANSKIY, H. (1980). *Stanovlenie sovetskoy ikonomicheskoy geografii: Izbrannae truday*. Moskva: Misal.

DERMENDZHIEV, A. (2018). *Sotsialna i kulturna geografia – anali(zi), kontekst(i), (s)misli*. Veliko Tarnovo: IVIS.

DERMENDZHIEV, A. (2022). *“Kartinata na sveta” kato obshtesvena geografia*. Sbornik dokladi ot Godishna universitetska nauchna konferentsia. Elektronno izdanie. Veliko Tarnovo: IK na NVU “Vasil Levski”, 2729 – 2738.

DERMENDZHIEVA, S.; SABEVA, P.; DIMITROVA, B. (2010). *Geografia i obrazovanie. Metodika na obuchenieto po geografia – I chast*. Veliko Tarnovo: UI „Sv. sv. Kiril i Metodiy”.

DERMENDZHIEVA, S., & DRAGANOVA, T. (2020). *Geography of the surrounding countries of Bulgaria in the school content of the secondary stage*. 6-th International scientific conference GEOBALCANICA. Ohrid, North Macedonia, 889 – 895.

DERMENDZHIEVA, S., & DRAGANOVA, T. (2022). *The new programs for profiled preparation in Geography and economy in Module 2, 3 and 4 – opportunities and challenges*. International Scientific Refereed Online Journal - SocioBrains, March 2022, ISSUE 91, 64 - 70.

DERMENDZHIEVA, S., & DRAGANOVA, T. (2022). *Obuchenieto po geografia na stranite. Metodicheski analizi i interpretatsii*. Veliko Tarnovo: ITI.

DERMENDZHIEVA, C. (2021). *TEORIA I METODIKA NA GEOGRAFSKOTO OBRAZOVANIE*. Veliko Tarnovo: ITI.

DERMENDZHIEVA, C. (2022). *Teoretiko-metodologichni aspekti na problema za geografskoto mislene (prez prizmata na ekologiyata)*. Sbornik dokladi ot Godishna universitetska nauchna konferentsia. Elektronno izdanie. Veliko Tarnovo: IK na NVU “Vasil Levski”, 2113 – 2124.

DRAGANOVA, T. (2020). *Didactic aspects of geography and economy training in modul „Modern economic development”*. Acta Pedagogica Naturalis (APNat), Copyright Center. Shumen: Shumen University Publishing House, 3(1), 26 - 35.

DRAGANOVA, T. (2021). *The educational system in Bulgaria in conditions of reform - preserved traditions and innovations*. Journal of communication and behavioural sciences. Publishing House of Romania de Maine Foundation, 2(1), 65 – 74.

DRAGANOVA, T. (2020). *Ekologichnoto i geografskoto obrazovanie – normative konstrukt v usloviyata na obrazovatelna reforma*. Sbornik ot Nauchna konferentsia 35 godini Katedra “Geografia” vav Velikotarnovski universitet “Sv. sv. Kiril i Metodiy”, 149 – 156.

GAYTANDZHIEVA, R. (1983). *Formirane na ponyatiyata pri obuchenieto po geografia*. Sofia: DI “Narodna prosveta”.

GAYTANDZHIEVA, R. (2000). *Strategia na geografskoto obrazovanie v srednoto obshtoobrazovatelno uchilishte pri novite realnosti*. Sofia: Anubis.

KANCHEV, D. (2000). *Metodika na obuchenieto po geografia*. Sofia: UI „Sv. Kliment Ohridski”.

KOSTOV, D. (1965). *Metodika na obuchenieto po geografia*. Sofia: Kazanlashka dolina.

LAZAROV, P. (2009). *Kratka metodika na obuchenieto po geografia. Osnovni vaprosi*. Sofia: Narodna prosveta.

MAKSAKOVSKI, V. (1998). *Geograficheskaya kultura*. Moskva: Vlados.

NAREDBA. (2016). *Za profiliranata podgotovka*.

NAREDBA. (2016). *Za grazhdanskoto, zdravnoto, ekologichnoto i interkulturnoto obrazovanie*.

NAREDBA № 5 ot 03.06.2016 g. *za preduchilishnoto obrazovanie*.

NAREDBA № 5 ot 30 noemvri 2015 g. *za obshtoobrazovatelната podgotovka*.

PECHEVSKI, M. (1958). *Metodika na obuchenieto po geografia*. Sofia: Nauka i izkustvo.

PECHEVSKI, M. (1965). *Metodika na obuchenieto po geografia*. Sofia: Nauka i izkustvo.

SUHORUKOV, D, G. SUSLOV (2021). *Metodika obuchenia geografii*. Moskva, Yurayt, 2021.

TAMOZHNYAYA, E., M. SMIRNOVA, И. DUSHINA (2021). *Metodika obuchenia geografii*. Moskva: Yurayt.

UCHEBNA PROGRAMA 2016: *Uчебna programa po geografia i ikonomika za VIII klas (obshtoobrazovatelna podgotovka)*. 2016.

UCHEBNA PROGRAMA 2017: *Uчебna programa po geografia i ikonomika za VII klas (obshtoobrazovatelna podgotovka)*. 2017.

UCHEBNA PROGRAMA 2017: *Uчебna programa po geografia i ikonomika za IX klas (obshtoobrazovatelna podgotovka)*, 2017.

UCHEBNA PROGRAMA 2018: *Uчебna programa po geografia i ikonomika za X klas (obshtoobrazovatelna podgotovka)*, 2018.

UCHEBNA PROGRAMA 2018: *Uчебna programa po geografia i ikonomika za XI klas, Modul 1 „Prirodnoresursen potentsial. Ustoychivo razvitie” (profilirana podgotovka)*, 2018.

UCHEBNA PROGRAMA 2018: Učebna programa po geografija i iekonomika za XI klas, Modul 2 „Geopolitičeska i obshtestvena kultura” (profilirana podgotovka), 2018.

UCHEBNA PROGRAMA 2018: Učebna programa po geografija i iekonomika za XI klas, Modul 3 „Savremenno iekonomičesko razvitie” (profilirana podgotovka), 2018.

UCHEBNA PROGRAMA 2018: Učebna programa po geografija i iekonomika za XI klas, Modul 4 „Evropa, Azia i Balgaria” (profilirana podgotovka), 2018.

UCHEBNA PROGRAMA 2018: Učebna programa po geografija i iekonomika za XII klas, Modul 5 „Balgaria i regionalna politika” (profilirana podgotovka), 2018.

UCHEBNA PROGRAMA 2018: Učebna programa po geografija i iekonomika za XII klas, Modul 6 „Geografska I iekonomičeska informatsia” (profilirana podgotovka), 2018.

UCHEBNA PROGRAMA 2020: Učebna programa po geografija i iekonomika za V klas (obshtoobrazovatelna podgotovka), 2020 g., v sila ot uchebnata 2021/2022 g.

UCHEBNA PROGRAMA 2020: Učebna programa po geografija i iekonomika za VI klas (obshtoobrazovatelna podgotovka), 2020 g., v sila ot uchebnata 2022/2023 g.

ZAKON (2015). Zakon za preduchilishnoto I uchilishnoto obrazovanie, 2015, v sila ot 2016.

TECNOLOGIAS DIGITAIS NO DIA A DIA DA EDUCAÇÃO: DESAFIOS PARA A INCLUSÃO EDUCACIONAL E INTERCULTURAL

DIGITAL TECHNOLOGIES IN DAILY EDUCATIONAL: CHALLENGES ON EDUCATIONAL AND INTERCULTURAL INCLUSION

Maria Natália RAMOS

Universidade Aberta & CEMRI

maria.ramos@uab.pt

Ana Cristina LOPES

Universidade Aberta

anac.lobes@uab.pt

Resumo

O mundo mudou, a realidade cultural e educacional que existia em 2020, antes da declaração da pandemia Covid-19, foi alterada de forma definitiva. Por essa via, a preocupação com o futuro da educação, a necessidade de uma comunicação aberta e uma integração educacional e intercultural nunca foi tão emergente como agora. Ao longo do último ano e com vista à identificação dos Desafios Educacionais e Culturais na Educação, foram realizadas entrevistas individuais aprofundadas a docentes e foram entrevistados estudantes do ensino superior. Pretendeu-se identificar como é que as tecnologias digitais contribuíram para a manutenção de um ensino de qualidade num momento de crise, assim como os mecanismos que foram implementados com vista a ultrapassar esses desafios.

Os dados recolhidos dos depoimentos dos professores e das entrevistas aos alunos mostram que, apesar do sucesso do uso das tecnologias digitais e das práticas educacionais inovadoras, houve dificuldades. A falta de rede de suporte e de socialização no ensino presencial pode ter motivado o agravamento do isolamento e a desmotivação dos alunos mais vulneráveis. Outro aspeto que se percebe ser importante é o de continuar a apoiar e capacitar os professores através de uma formação contínua que abranja áreas desde a comunicação intercultural, à pedagógica, de conteúdo e digital. É importante identificar os pilares essenciais que contribuam para a criação de oportunidades, definição de metodologias abertas, flexíveis, e de políticas educativas que contribuam para garantir a construção de uma sociedade inclusiva e equitativa para todos os alunos, do ponto de vista educacional e multicultural, em especial para os mais vulneráveis. As tecnologias permitem a aproximação de culturas e facilitam a inclusão, desde que integradas em políticas adequadas à realidade estudantil e educacional, propiciando uma melhoria contínua no ensino, tornando-o cada vez mais inclusivo e de qualidade numa era mundial de desafios sem precedentes

Palavras-chave: Educação, Interculturalidade, Tecnologias Digitais, Aprendizagem, Mudança.

Abstract

The world has changed, the cultural and educational reality that existed in 2020, before the declaration of the Covid-19 pandemic, was definitively changed. In this way, concern for the future of education, the need for open communication and educational and intercultural integration has never been more emerging than it is now. Over the last year and with a view to identifying Educational and Cultural Challenges in Education, in-depth individual interviews were conducted with teachers and higher education students were interviewed. The aim was to identify how digital technologies contributed to the maintenance of quality education in a time of crisis, as well as the mechanisms that were implemented in order to overcome these challenges.

The data collected from teachers' statements and student interviews show that, despite the success of the use of digital technologies and innovative educational practices, there were difficulties. The lack of support network and socialization in face-to-face education may have motivated the worsening of isolation and demotivation of the most vulnerable students. Another aspect that is perceived to be important is to continue to support and empower teachers through continuous training that covers areas from intercultural, pedagogical, content, and digital communication. It is important to identify the essential pillars that contribute to the creation of opportunities, definition of open, flexible methodologies, and educational policies that contribute to ensuring the construction of an inclusive and equitable society for all students, from an educational and multicultural point of view, especially for the most vulnerable. Technologies allow the approximation of cultures and facilitate inclusion, if they are integrated into policies

appropriate to the student and educational reality, providing a continuous improvement in teaching, making it increasingly inclusive and of quality in a global era of unprecedented challenges.

keywords: Education, Interculturality, Digital Technologies, Knowledge, Changes.

1- Introdução

Evolução, transformação, globalização, são palavras que na última década passaram a fazer parte do dia a dia das sociedades decorrente dos avanços das tecnologias de informação e comunicação, e da crescente mobilidade da população mundial. A sociedade evoluiu tendo as tecnologias digitais como pilar de desenvolvimento, pelo que a sua inclusão se tem integrado, ao longo das décadas, de forma diferenciada nas várias áreas da sociedade, nomeadamente na educação, o que salientou a necessidade emergente de uma comunicação aberta e uma integração educacional e intercultural. A possibilidade de uma mudança na educação presencial para um modelo híbrido, apesar de se encontrar numa fase embrionária, já era uma realidade pré-pandemia (Caliari *et al.*, 2017; Ramos & Lopes, 2021b).

Com a declaração da pandemia houve uma suspensão obrigatória das atividades presenciais, a realidade que a comunidade académica conhecia mudou. A importância e a necessidade de introduzir as tecnologias digitais na educação tornou-se fundamental e imediata, dado que as instituições educativas, incluindo as de ensino superior, deixaram de poder lecionar de forma presencial, passando temporariamente a lecionar a distância (Ramos & Lopes, 2021b). O denominado ensino remoto de emergência, equivaleu maioritariamente a uma transposição das metodologias e práticas educacionais presenciais para uma realidade virtual (Vieira, M. F. & Seco, C, 2020). Esta possibilidade de ensino é distinta do ensino a distância que em Portugal, preconizado desde 1988 pela Universidade Aberta, e que tem ganho importância na sociedade dada a amplitude de dar resposta a necessidades de públicos-alvo culturalmente distintos, sejam estudantes nacionais ou internacionais, independentemente da sua residência e que representam a atual sociedade em que vivemos, uma sociedade mutável, plural e tecnológica (Bates, 1995; Ramos, 2009 a, b, 2016; Sobral & Ramos, 2012, 2013; Ramos & Lopes, 2021a, b).

Importa referir que a importância da inclusão das tecnologias digitais não deve ser vista como uma resposta de emergência e temporária a uma crise, mas sim como uma forma da sociedade, da educação, estar preparada para fazer face a qualquer circunstância e deve ser feita de forma sustentada flexibilizando o acesso à educação. Um dos aspetos mais relevantes e impactantes é naturalmente a facilitação da integração cultural, no entanto, se a introdução das tecnologias não for feita de forma sustentada pode acentuar as desigualdades aos mais variados níveis. Num período de crise em que a mudança para o paradigma do digital foi imposta e repentina, verificou-se este impacto negativo nos mais vulneráveis, cidadãos em risco de pobreza ou imigrantes, mas também nos cidadãos com menos literacia digital, realçando ao nível da comunidade educativa a importância da formação docente (Ramos & Lopes, 2021b). A aceleração inevitável do processo natural de evolução que decorreu da pandemia da COVID-

19, alterou o paradigma demonstrando a imprescindibilidade da implementação de políticas de inclusão com impacto no desenvolvimento sociocultural futuro.

Não obstante os desafios que surgiram, a resiliência da comunidade educativa permitiu encarar este desafio como uma oportunidade de evoluir, melhorar e inovar, criando oportunidades e novas formas de preparação para qualquer situação inesperada, através da manutenção na educação das aprendizagens adquiridas (Moreira *et al.*, 2020; Ramos & Lopes, 2021b).

Neste texto, destacam-se alguns desafios que foram identificados por professores e alunos, realçando o impacto positivo que as tecnologias de comunicação e informação tiveram na educação num momento de crise. Essencialmente apresenta-se uma reflexão sobre algumas soluções temporárias que se caracterizam como base para a definição de políticas, metodologias abertas, inclusivas e flexíveis. O texto está estruturado em quatro secções: na primeira apresenta-se o contexto do artigo. Na segunda secção a metodologia, as fases da pesquisa e inclui-se uma breve caracterização da amostra. Na terceira secção apresenta-se alguns dos resultados recolhidos, e por fim, na quarta secção apresentam-se algumas considerações finais.

2- Metodologia

Os resultados parciais apresentados neste texto inserem-se numa pesquisa mais abrangente que visa dar resposta à seguinte questão de investigação: *Como promover um ensino superior de qualidade baseado em tecnologias digitais, que favoreça o processo educativo em tempos de pandemia salvaguardando o desenvolvimento das potencialidades dos alunos do ponto de vista educacional e intercultural?*

Com vista a dar resposta a esta questão foi conduzida uma pesquisa de método misto, com uma primeira fase qualitativa, seguida de uma segunda fase quantitativa.

Na fase qualitativa, que decorreu entre julho de 2021 e dezembro de 2021, realizaram-se entrevistas individuais aprofundadas a docentes de instituições superiores. Dado o período em que a pesquisa foi realizada, as entrevistas foram conduzidas a distância através da plataforma Zoom. Os dados recolhidos nesta fase foram sujeitos a análise de conteúdo (Bardin, 2014), tendo sido definidas categorias com vista a dar resposta à questão de investigação.

A fase quantitativa decorreu entre novembro de 2021 e fevereiro de 2022. O universo de participantes da pesquisa quantitativa são todos os estudantes com 18 ou mais anos, inscritos numa instituição do ensino superior em Portugal Continental. A amostra é não aleatória e foi selecionada através do processo de amostragem não probabilística acidental, uma vez que correspondeu aos primeiros n estudantes que responderam ao questionário. Os dados foram recolhidos através de um questionário online, garantido a confidencialidade dos dados e permitindo entrevistar estudantes de qualquer região do país, ou residentes no estrangeiro que frequentem o ensino superior português. Os

dados recolhidos foram objeto de análise estatística descritiva, multivariada e de inferência, recorrendo-se ao suporte da ferramenta de cálculo *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS).

2.1. Caracterização dos participantes

Na fase qualitativa foram entrevistados 24 professores de Instituições de Ensino Superior. Foram contactadas várias instituições ou diretamente professores das várias regiões de Portugal Continental com vista a abranger o maior número de situações, ou abordagens diferenciadas entre instituições do ensino superior. Dado o período pandémico que se vivia no período de recolha dos dados, as instituições/professores foram contactadas por email, onde foi incluída uma breve explicação do objetivo do estudo e se solicitava o contributo para o mesmo. A distribuição geográfica dos participantes é a seguinte:

Tabela 1: Distribuição Geográfica dos professores entrevistados.

	Norte	Centro	Grande Lisboa	Sul	Universidade Aberta
Total	3	2	5	2	12

Na fase quantitativa foram entrevistados 547 alunos de Universidades e Politécnicos Portugueses distribuídos geograficamente da seguinte forma:

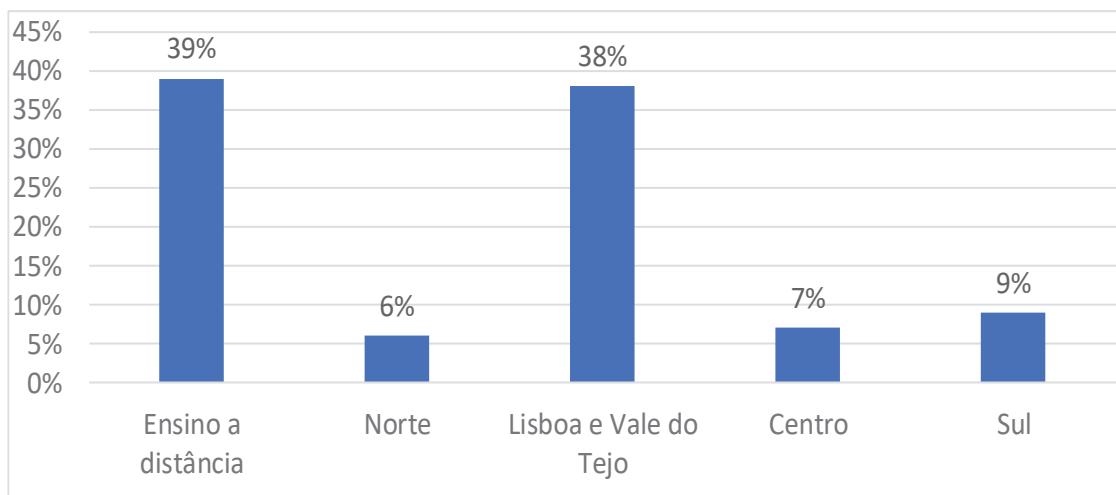


Figura 1: Distribuição Geográfica dos alunos entrevistados por região de localização da instituição do ensino superior frequentada.

3- Resultados e Discussão dos Resultados

Professores e alunos concordam que as tecnologias de informação contribuíram para ultrapassar a situação pandémica que se tem vivido. Quando questionados (professores e alunos) sobre o que mudou desde março de 2020, quando foi declarada a situação de pandemia em Portugal e suspensas as atividades presenciais salientaram, entre outros, os seguintes aspetos:

Tabela 2: Alterações impostas pela pandemia nas Instituições do Ensino Superior.

Universidade Aberta	<p>O modelo pedagógico manteve-se inalterado.</p> <p>As provas finais deixaram de ser feitas presencialmente e passaram a ser feitas online, nalguns casos recorrendo à ferramenta <i>moodle</i>.</p> <p>Os professores referiram que foi necessário repensar as provas adaptando-as ao novo modelo (virtual).</p>
Ensino Presencial	<p>Nas instituições de Ensino Superior em que ainda não existia ou estava pouco disseminado foram implementados “ambientes virtuais de aprendizagem” (ex: <i>moodle</i>).</p> <p>As aulas passaram a ser ministradas via videoconferência (ex: <i>colibri zoom</i>).</p> <p>O formato das aulas manteve-se (em grande parte) idêntico ao ministrado em ensino presencial, alterando a sala de aula, para a sala virtual.</p> <p>Alguns professores gravavam as aulas e/ou partilhavam aulas gravadas em vídeo.</p> <p>A avaliação ao longo do semestre (e temporariamente a final) foram realizadas de forma virtual, através de questionários online.</p> <p>As apresentações dos trabalhos foram feitas em formato virtual.</p> <p>Houve um aumento significativo da componente de avaliação contínua: testes e trabalhos realizados ao longo do semestre e que em parte substituiu avaliações finais.</p> <p>Foram realizadas sessões extra de esclarecimento de dúvidas via videoconferência.</p> <p>Dada a simplicidade e a redução de custos decorrente da realização de workshops virtuais ao invés de presenciais, foram realizadas mais sessões e de forma mais regular e gratuita permitindo aos alunos assistirem a conferências de palestrantes diversos.</p>

Fonte: Informação compilada das entrevistas individuais aprofundadas e dos resultados do questionário aos alunos

Os dados recolhidos pelos depoimentos de professores e de alunos vão ao encontro dos aspetos referidos por outros autores da literatura, que salientam igualmente outros aspetos como as salas de aula invertidas ou a criação de laboratórios virtuais em áreas mais tecnológicas da educação (Vieira, Seco, 2020).

Estas alterações foram essenciais à manutenção do ensino de qualidade, no entanto, as mesmas tiveram aceitação e impacto diferentes nos alunos do ensino superior, de acordo com a informação recolhida. Os alunos que frequentavam ciclos de ensino mais avançados (mestrado/doutoramento) acharam que este tipo de alterações lhes permitia conciliar melhor a sua vida académica, profissional e social. Ao nível da licenciatura, os alunos com estatuto de trabalhador-estudante consideraram que

passaram a ter mais tempo para se dedicar ao estudo e à realização de trabalhos, salientado igualmente a importância da disponibilização das aulas gravadas como método eficaz para rever as aprendizagens. A satisfação com estas alterações, com o modelo pedagógico adotado no ensino remoto de emergência não foram transversais a todos os alunos.

3.1. Impactos negativos da pandemia de COVID-19 na educação superior em Portugal

Quando questionados os alunos sobre se “conhecem algum colega que tenha desistido do curso por inadaptação ao novo modelo de ensino que a pandemia impôs”, 23% dos alunos entrevistados afirmam conhecer um colega que desistiu, conforme se observa na figura seguinte:

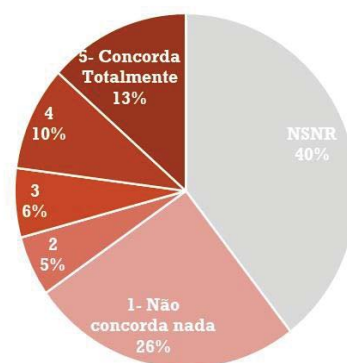


Figura 2: Conhecimento sobre colegas que desistiram do curso por inadaptação ao novo modelo.

Fonte: Questão sobre concordância numa escala de 1 a 5, em que 1 significa “Não concorda nada” e 5 significa “Concorda totalmente”. Informação recolhida no questionário realizado aos alunos.

A maioria dos estudantes que conhece um colega que não se adaptou ao modelo do ensino remoto de emergência, são alunos mais novos, dos 18-24 anos, estudantes a tempo inteiro numa instituição de ensino superior presencial.

O ensino superior em Portugal tem-se caracterizado nas últimas décadas por ser um ensino tradicionalmente presencial, com exceção da Universidade Aberta, onde o modelo adotado é a distância.

No ensino presencial, o professor é fundamental para o acompanhamento e motivação do estudante, funcionando como pilar desta relação e do (in)sucesso do modelo de ensino.

A abordagem pedagógica da Universidade Aberta (a distância) baseia-se numa proposta metodológica distinta promovendo uma aprendizagem colaborativa, a autonomia do aluno e o trabalho em equipa entre estudantes, incentivando o envolvimento do estudante através da realização de atividades. A aprendizagem assenta no princípio de “aprender fazendo”, de uma forma cooperante quando a necessidade do trabalho de grupo é definida pelo professor, e colaborante, quando a partilha de saberes ocorre espontaneamente entre os alunos fortalecendo as relações entre pessoas e grupos e preparando os estudantes de uma forma mais real e concreta para o mercado de trabalho pluri/intercultural em que se inserem. Este tipo de metodologia permite desenvolver de forma mais profunda as designadas *soft skills*, engloba uma aprendizagem mais dinâmica e em rede, um desenvolvimento individual mais autónomo, quer a nível educacional e profissional, o que possibilita a construção de um pensamento estruturado e uma distribuição do conhecimento por toda a rede estabelecida (Bates, 1995; Aires, 2007; Silva, 2011; Ramos & Lopes, 2021a). Apesar deste tipo de ensino (a distância) ser mais dinâmico e flexível, não é adequado para o perfil de todos os alunos, favorecendo alunos com maior literacia digital. O (in)sucesso deste tipo de ensino depende igualmente do empenho individual e da maturidade do estudante, bem como das suas capacidades de automotivação e organização (Ramos & Lopes, 2021a).

Se, por um lado, este tipo de ensino aumenta as potencialidades educativas, mesmo em situações complexas e imprevistas, nomeadamente no contexto (...) de pandemia, por outro, o tipo de modelo em que se consubstancia não é transversal a todos os estudantes, em particular aos mais novos, que precisam também do acompanhamento e da socialização que o ensino presencial lhes confere, e aos que não têm acesso à Internet e às novas tecnologias (Ramos & Lopes, 2021a, 132).

Com as alterações impostas pela pandemia o ensino na Universidade Aberta manteve-se praticamente inalterado, mas o ensino presencial alterou-se significativamente no momento da suspensão das aulas presenciais em que se recorreu ao ensino remoto de emergência. A maioria dos alunos que frequentava o ensino presencial referiu que os professores mantiveram a forma de ensinar, mas passaram a fazê-lo na sala de aula virtual ao invés de na sala de aula física. Uma aula virtual deve seguir regras e modelos próprios de funcionamento, e não ser uma transposição direta de práticas presenciais pois se uma aula expositiva já pode ser cansativa em formato presencial, torna-se ainda mais difícil em contexto virtual. Ao manter-se, ao transpor-se o que se fazia antes apenas para um espaço distinto é natural que a qualidade da aprendizagem diminuía, particularmente no caso dos alunos menos autónomos. Esta mudança devia ter implicado uma melhor adaptação do modelo pedagógico, uma inclusão de metodologias ativas de ensino e aprendizagem, e, por conseguinte, um suporte aos professores ao nível quer da formação digital, quer da forma de comunicar com distância e respetivos impactos nas práticas pedagógicas (Valente et al, 2020).

Todas estas alterações implicam um trabalho sustentado e uma preparação demorada que em tempo de pandemia na maioria dos casos não existiu. O empenho dos professores foi exímio, e o foco de manter o ensino a funcionar alcançado. Ainda assim, naturalmente que houve dificuldades, e nesse

processo não surpreende que os alunos mais impactados negativamente pelo ensino remoto de emergência tenham sido os mais jovens, os que mais dependiam da presença e do contacto físico com os professores para os motivar e enquanto rede de apoio.

Para além das dificuldades e da desmotivação dos alunos mais novos, este tipo de mudança repentina teve outros impactos negativos. Se por um lado, a manutenção do ensino, só foi possível dada a resiliência de professores e estudantes, a mesma causou um enorme desgaste físico e psíquico e uma exaustão para ambas as partes (Saraiva *et al*, 2020; Rodrigues *et al*, 2020). Muitos professores, nos seus depoimentos mencionaram que tentaram motivar os seus alunos, reduzir a distância, compensando-os com sessões extra de esclarecimento de dúvidas, ou de acompanhamento dos trabalhos. O *feedback* destas sessões foi positivo, quer por parte dos professores, quer por parte dos alunos. No entanto, houve professores que reportaram que durante a pandemia viveram “literalmente” em frente ao computador, o que seria insustentável de forma regular, não obstante acharem que o acompanhamento a alunos, especialmente os deslocados da sua residência, foi mais próximo e deve ser mantido em regime virtual.

Para finalizar os aspetos negativos referir ainda o *stress*, ansiedade e desgaste psicológico que o isolamento social criou quer nos docentes, quer nos próprios alunos que em muitos casos não tinham condições nas suas casas, nem tecnológicas, nem espaciais para a concentração necessária ao acompanhamento das aulas (Duan & Zhu, 2020; Han & Mosqueda, 2020; Ramos & Lopes, 2021a). Não obstante importa salientar a colaboração dentro e entre departamentos das Instituições de Ensino Superior, e, entre as várias Instituições, quer em Portugal, quer ao nível internacional (Sales, 2020).

3.1.1. A importância da formação docente

Em termos gerais pode-se referir que o (in)sucesso do ensino decorre da interação de três eixos: o aluno, o meio social e a instituição escolar, ou seja, a partir da relação que se estabelece entre o professor e o aluno, com base no modelo pedagógico previamente definido (Silva, 2010; Ramos & Lopes, 2021b). Para definir um modelo pedagógico adequado, o mesmo precisa de ter presente a realidade social atual, dado que pertencemos a uma sociedade de informação e de conhecimento aberto e global. Nesta fase é importante valorizar um modelo pedagógico que permita estabelecer relações (interculturais) entre o conhecimento, a sociedade e a cultura, que permita uma integração social, ou seja, que valorize uma educação ativa, aberta, flexível, inclusiva, digital e em rede (Aires, 2007; Ramos, 2007, 2008, 2016; Dias, 2013, Ramos & Lopes, 2021b; Valente *et al*, 2020).

A evolução de um modelo pedagógico mais adequado à realidade social, mais assente em tecnologias digitais, contribuiu para a qualidade e inclusão educacional. Esta evolução tem sido lenta ao longo das últimas décadas decorrente da resistência de responsáveis das Instituições e de professores. A pandemia decorrente do vírus da COVID-19, pareceu quebrar esta resistência, ao gerar a oportunidade de desenvolver competências digitais, ao demonstrar a necessidade da formação docente a este nível. No entanto, e nas entrevistas aos professores ficou claro que na maioria dos casos não houve uma formação formal, houve apoio interno e entretajuda de colegas, mas não foram desenvolvidas ações

organizadas e concretas para sensibilizar professores a manter as práticas adotadas num momento de crise. Nestes casos, e porque a formação docente falhou, a vontade intrínseca destes professores é a de retomar ao ensino presencial, tal como o conheciam antes da pandemia, falhando assim a oportunidade de desenvolvimento que a pandemia gerou.

No mundo global e multi e intercultural em que vivemos, é importante que a formação seja constante, direcionada para a evolução tecnológica, para o desenvolvimento de competências inter(culturais), pedagógicas, comunicacionais (Ramos, 2016; Ramos & Lopes, 2021a, b). Outro aspeto importante é que os professores devem ser formados para integrar alunos provenientes de outros países, alunos com uma língua de origem e cultura diferentes, num momento em que as migrações voluntárias e forçadas se mantêm em alta, evitando o aumento de alunos em situação de vulnerabilidade. Uma formação constante nestas várias áreas: ao nível do desenvolvimento de competências pedagógicas, inter(culturais) e tecnológicas é a base para se promover um ensino e uma aprendizagem pluri/intercultural, que valorize o estabelecimento de relações entre os alunos, respeitando a individualidade e a cultura do aluno (Hall, 1978; Brislin & Yoshida, 1994; Morin, 2000, 2006, 2014; Ramos, 2007, 2008, 2009a, b; Nunes & Ramos, 2018; Ramos & Lopes, 2021b).

3.2. O ensino pós-pandemia: Oportunidades

É indiscutível que a inclusão de tecnologias de informação no ensino foi essencial para ultrapassar a situação pandémica.

O objetivo desta reflexão não é o de que o ensino passe a ser a distância (EaD), mas sim realçar a importância de ser definido pelas Instituições de Ensino Superior um modelo educativo assente no modelo pedagógico tradicional, mas consubstanciado no recurso às tecnologias digitais que permita estarmos preparados para fazer face a qualquer eventualidade, sem a ansiedade, o stress e o desgaste psicológico e físico que a pandemia trouxe a toda a comunidade educativa (Ramos & Lopes, 2021a, b). Não existe um único modelo válido, pelo contrário, é importante que vários modelos coexistam criando uma educação aberta, flexível e inclusiva de forma a dar resposta a todos os públicos-alvo (Dias, 2013; Sales, 2020).

No ensino tradicional o professor é presença indispensável para os estudantes, no entanto, ficou claro e é notório que existem momentos em que as videoconferências são essenciais e serão para manter, como é o caso das sessões de esclarecimento, acompanhamento de projetos de mestrado e de doutoramento.

Outro aspeto muito valorizado foi o das conferências virtuais. Dado que o acesso a oradores internacionais se tornou menos custoso, permitiu promover um maior número de sessões com *experts* em várias áreas do saber, o que de futuro pode vir a ser uma mais-valia para os alunos, aproximando a realidade académica da realidade global.

A avaliação também sofreu alterações durante a pandemia, tendo sido mais valorizada a componente de avaliação contínua. Houve depoimentos de professores e alunos que referem que nalguns casos a carga de trabalho foi excessiva, para se garantir a fiabilidade da avaliação. No entanto, a realização de mais atividades ativas foi valorizada, desde que adaptada à realidade. Os alunos sentiram que um *feedback* mais contínuo das suas aprendizagens, lhes permitiu um melhor acompanhamento da matéria. Este aspeto foi particularmente realçado por alunos estrangeiros ou de dupla nacionalidade, sendo assim também um dos aspetos que se recomenda manter. O aluno deverá refletir sobre a sua própria aprendizagem, o que lhe permite identificar os aspetos de menor sucesso, podendo o aluno aprofundá-los, o que os torna mais autónomos e facilita não só o seu desenvolvimento e mudanças identitárias, mas o seu sucesso individual, quer imediatamente ao nível académico, quer no processo de preparação para a vida ativa (Nicol & MacFarlane-Dick, 2006; Boud & Molloy, 2013; Crisp, 2020; Ramos & Lopes, 2021b).

4 - Conclusão

Os últimos dois anos letivos foram anos repletos de desafios e aprendizagens. A resiliência da comunidade educativa, a colaboração e interajuda entre pares, foi essencial para partilhar conhecimentos e ultrapassar dificuldades. As relações que foram estabelecidas foram fundamentais, profícuas e acredita-se que sejam duradouras contribuindo para uma evolução positiva da educação, através da partilha de experiências aos mais variados níveis, desde a praxis pedagógica, à inclusão de alunos mais vulneráveis, com necessidades específicas ou culturalmente distintos, sejam migrantes ou alunos ERASMUS. Esta partilha irá naturalmente contribuir para uma aprendizagem mais equitativa, integrativa e plural, preparando os alunos para a realidade do mundo profissional em que atualmente vivemos. Para isso é fundamental que as boas práticas sejam acompanhadas de formação adequada que qualifique os profissionais com competências para as implementarem, transformando os ensinamentos que a pandemia nos trouxe em oportunidades e desafios de desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade do ensino superior.

O objetivo da mudança não é manter o ensino remoto de emergência, mas sim aproveitar os aspetos positivos e incluí-los na praxis pedagógica, melhorando a equidade do ensino, permitindo o acesso a todos os públicos-alvo, isto é, a alunos que noutras circunstâncias não poderiam almejar o seu desenvolvimento educacional e pessoal.

Um desenvolvimento sustentável e equitativo, acompanhado de formação docente sólida e adequada, irá contribuir para que gradualmente se ultrapassem as desigualdades e, complementarmente preparará toda a estrutura de ensino superior para possíveis futuras crises, sem os impactos negativos que esta crise causou, mas com boas práticas educativas adequadamente desenvolvidas e adaptadas. Concretizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas constitui, com base nos ensinamentos adquiridos durante a pandemia, um desafio superável através do incremento de

instituições e políticas efetivas, responsáveis, sustentáveis, justas e inclusivas a todos os níveis (Ramos, 2007, 2009b, 2016; Ramos & Lopes, 2021, a, b).

5. Bibliografia

- AIRES, L. (Coord.), (2007). *Comunidades virtuais de aprendizagem e identidades no ensino superior*. Lisboa: Universidade Aberta.
- BATES, A. (1995). *Technology, open learning and distance education*. London: Routledge.
- BOUD, D. & MOLLOY, E. (2013). *Rethinking models of feedback for learning: the challenge of design*.
- BRISLIN, R. & YOSHIDA, T. (1994). *Intercultural communication training: An introduction*. Thousand Oaks: CA, Sage.
- CALIARI, K.; ZILBER, M. & PEREZ, G. (2017). *Tecnologias da informação e comunicação como inovação no ensino superior presencial: uma análise das variáveis que influenciam na sua adoção*. REGE – Revista de Gestão, 24(3), 247-255.
- CHOI, H.; IRWIN M. & CHO, H. (2015). *Impact of social isolation on behavioral health in elderly: Systematic review*. *World J Psychiatry*, 5(4), 432-438.
- CNE. (2021). *Estado da Educação 2020*. Lisboa: Grafisol – Edições e Papelaria, Lda.
- CRISP, E. (2020). *Leveraging Feedback Experiences in Online Learning*. Educase.
- DIAS, P. (2013). *Inovação pedagógica para a sustentabilidade da educação aberta e em rede*. Educação, Formação & Tecnologias, 6(2), 4-14.
- EUROPEAN COMMISSION. (2011). *Key Data on Learning and Innovation through ICT at School in Europe 2011*. Brussels : EACEAP9 Eurydice.
- HALL, E. (1978). *Au-delà de la culture*. Paris: Seuil.
- HODGES, C.; MOORE, S.; LOCKEE, B.; TORREY, T. & BOND, A. (2020). *The difference between emergency remote teaching and online learning*.
- JIAO, W., et al. (2020). *Behavioural and emotional disorders in children during the COVID-19 epidemic*. *The Journal of Pediatrics*, 221, 264-266.
- MOREIRA, J.; HENRIQUES, S.; BARROS, D.; GOULÃO, M. & CAEIRO, D. (2020). *Educação Digital em Rede: Princípios para o design pedagógico em tempos de pandemia*. Lisboa: Universidade Aberta.
- MORIN, E. (2000). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez.
- MORIN, E. (2006). *Saberes Locais e Saberes Globais, o olhar transdisciplinar*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária.
- MORIN, E. (2014). *Ciência Com Consciência*. São Paulo: Bertrand Brasil.
- NICOL, D. & MACFARLANE-DICK, D. (2006). *Formative assessment e self-regulated learning: a model e seven principles of good feedback practice*. Semantic Scholar.

NUNES, I. & RAMOS, N. (2018). *Formação docente e multi/interculturalismo: algumas reflexões*. *Linguagens, Educação e Sociedade*, 23, 180-198.

RAMOS, N. (2007). *Sociedades multiculturais, interculturalidade e educação. Desafios pedagógicos, comunicacionais e políticos*. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 41(3), 223-244.

RAMOS, N. (2008). *Educação, Interculturalidade e Cidadania*. Bucareste: Milena Press.

RAMOS, N. (2009a) *Diversidade cultural, educação e comunicação intercultural: políticas e estratégias de promoção do diálogo intercultural*. *Revista Educação em Questão*, Natal, 34(20), 9-32.

RAMOS N. (2009b). *Educar e formar na sociedade multi/intercultural – Contributos para a comunicação intercultural e cidadania*. CONEXÕES – Educação, Comunicação, Inclusão e Interculturalidade. Porto Alegre: Redes Editora, 15- 37.

RAMOS, N. (2016). *Tecnologias digitais de informação e comunicação, interculturalidade e formação docente*. EDAPECI, *Revista de Educação a Distância, Práticas Educativas, Comunicacionais e Interculturais*. Aracaju, UFS, 16(1), 9-30.

RAMOS, N. & LOPES, A. (2021a). *Desafios da Educação a distância em tempos de pandemia*. *Vozes da Educação*. Cruz Alta: Editora Ilustração, 117-138.

RAMOS, N.; LOPES, A. (2021b). *Tecnologias digitais na comunicação e na integração educacional e intercultural*. *The Overarching Issues of the European Space*. Universidade do Porto: Faculdade de Letras & Bucarest: Milena Press (em publicação).

RODRIGUES, B.; CARDOSO, R.; PERES, C. & MARQUES, F. (2020). *Aprendendo com o Imprevisível: Saúde Mental dos Universitários e Educação Médica na Pandemia de Covid-19*. *Rev. bras. educ. med.* 44 (Suppl 01)

SALES, J. (2020). *Ensino a distância e Semi-presencial*. Ciclo de 3 Simpósios sobre o Ensino Superior Presencial vs. Semi-Presencial e a Distância, Angola, UAb.

SARAIVA, K.; TRAVERSINI, C. & LOCKMANN, C. (2020). *A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente*. *Ponta Grossa*, 15, 1-24.

SILVA, S. (2011). *Itinerários de Aprendizagem Colaborativa Cooperativa em Contexto Online*. Lisboa: Universidade Aberta.

SOBRAL, M. & RAMOS, N. (2012). *Processo de Bolonha e internacionalização do ensino superior*. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 8, 107-115.

SOBRAL, N. & RAMOS, N. (2013). *Integração das tecnologias da informação e comunicação na formação docente em Portugal (2005- 2010)*. *Revista Praxis Educacional*, 9(14), 103-122.

VALENTE, G. ; MORAES, E. ; SANCHEZ, M. ; SOUZA, D. & PACHECO, M. (2020). *Remote teaching in the face of the demands of the pandemic context: Reflections on teaching practice*. *RSD*, 9(9).

VIEIRA, M. & SECO, C. (2020). *Education in the context of the COVID-19 pandemic: a systematic literature review (A Educação no contexto da pandemia de COVID-19: uma revisão sistemática de literatura)*. *Brazilian Journal of Computers in Education (Revista Brasileira de Informática na Educação - RBIE)*, 28, 1013-1031.

ZHOU, F., et al. (2020). *Clinical course and risk factors for mortality of adult inpatients with COVID-19 in Wuhan, China: a retrospective cohort study*. *The Lancet*, 395(10229), 1054-1062.

PRESSUPOSTOS ONTOEPISTEMOLÓGICOS DA GROUNDED THEORY

ONTOEPISTEMOLOGICAL ASSUMPTIONS OF GROUNDED THEORY

José Luís BRAGA

CITUR, IEES, Instituto Europeu de Estudos Superiores,
jose.braga@iees.pt

Resumo

O presente texto procurará enquadrar as diferentes abordagens à metodologia da Grounded Theory (GT), no debate ontoepistemológico acerca da forma e natureza da realidade e da substância da relação entre o investigador e o que pode ser conhecido. Assim sendo, este debate funda-se na necessidade de conhecer a natureza das entidades sociais, se estas são objetivas e, desse modo, possuem uma realidade que é externa aos atores sociais ou se são construções sociais desenvolvidas a partir das percepções e ações dos atores sociais. A crença de que existe verdade objetiva e de que os métodos adequados de investigação são suscetíveis de concitar um conhecimento correto e preciso do que é a verdade tem vindo a constituir o sustentáculo epistemológico da ciência ocidental. Na época contemporânea, os termos “subjetividade” e “objetividade” relacionam-se, genericamente, com um sujeito percetor (habitualmente uma pessoa) e um objeto percecionado ou não percecionado. O objeto é algo que existe, supostamente, a despeito da percepção que o sujeito tem dele. Deste modo, a objetividade está correlacionada com as noções de realidade, verdade e credibilidade. Por outro lado, o construtivismo, enquanto tese sobre os fundamentos do conhecimento científico distingue-se do objetivismo que advoga que o investigador deve empregar os métodos mais bem-sucedidos das ciências naturais para investigar os fenómenos das ciências sociais. Não obstante, na atualidade o construtivismo parece ter substituído o objetivismo enquanto paradigma dominante na sociologia. A adoção de pressupostos ontoepistémicos contrastantes terá estado na origem das dissensões metodológicas que abalaram o círculo restrito de investigadores que se dedicam ao estudo e prática da GT. De facto, nas últimas quatro décadas – depois da publicação do texto fundacional da GT – sobrevieram transformações no âmbito das Ciências Sociais que os dois fundadores, a despeito das suas divergências, não poderiam ter advertido.

Palavras-chave: Grounded, Theory, Positivismo, Construtivismo, Ontologia, Epistemologia.

Abstract

The present text will seek to frame the different approaches to the Grounded Theory (GT) methodology, in the onto-epistemological debate about the form and nature of reality and the substance of the relationship between the researcher and what can be known. Thus, this debate is founded on the need to know the nature of social entities, whether they are objective and thus possess a reality that is external to social actors or whether they are social constructions developed from the perceptions and actions of social actors. The belief that objective truth exists and that appropriate research methods are capable of providing correct and precise knowledge of what truth is has been the epistemological underpinning of Western science. In contemporary times, the terms "subjectivity" and "objectivity" are generally related to a perceiving subject (usually a person) and a perceived or unperceived object. The object is something that supposedly exists despite the subject's perception of it. In this way, objectivity is correlated with the notions of reality, truth and credibility. On the other hand, constructivism, as a thesis on the foundations of scientific knowledge is distinguished from objectivism which advocates that the researcher should employ the most successful methods of the natural sciences to investigate social science phenomena. Nevertheless, nowadays constructivism seems to have replaced objectivism as the dominant paradigm in sociology. The adoption of contrasting ontoepistemic assumptions may have been at the origin of the methodological dissensions that have shaken the restricted circle of researchers dedicated to the study and practice of GT. In fact, in the last four decades - after the publication of GT's founding text - transformations have occurred in the social sciences that the two founders, despite their divergences, could not have warned about.

keywords: Grounded Theory, Positivism, Constructivism, Ontology, Epistemology.

1 - Introdução

De acordo com a definição-padrão corrente de conhecimento proposta por Platão, a nossa crença é considerada *conhecimento* quando (Abbagnano, 1998; Boghossian, 2007):

Um pensador S sabe que P se, e só, se S acredita P;

- S está justificado em acreditar P;
- P é verdadeiro.

Daqui decorre que, se uma crença for considerada conhecimento, não pode apenas ser justificada (Abbagnano, 1998), mas deve ser, igualmente, verdadeira.

Portanto, as mentes que se dedicam à investigação visam saber, não tão-só acreditar – nem, sequer, acreditar verdadeiramente. Estas pretendem alcançar o conhecimento dos “factos”, quanto mais não seja dos factos numa área pertinente. Deste modo, a epistemologia perscruta e esclarece a demanda das mentes indagadoras, logo, ela é assaz útil, independentemente das nossas esferas de ação. Efetivamente, poderíamos contentar-nos com uma crença verdadeira e conservar-nos indolentemente alheios ao conhecimento, mas tal seria inusitado.

Na realidade, as mentes inquisitivas procuram algo mais sólido do que uma crença verdadeira alicerçada, unicamente, numa suposição que se revelou correta, por exemplo. Estas pretendem uma crença verdadeira estribada em provas apropriadas, no mínimo para se furtar ao contratempo de uma crença infundada. A finalidade da epistemologia é evidenciar, entre outras coisas, a prova ajustada e o modo pelo qual tal indício escora crenças verdadeiras, classificando-as como conhecimento. Ao procurarem crenças verdadeiras convenientemente firmadas, as mentes indagadoras visam, pelo menos, crenças que representem as coisas tal qual elas são (Moser, 2012).

Neste contexto, as epistemologias de pendor positivista manifestam uma excecional aptidão integradora. O mesmo discurso aspira assumir (Abbagnano, 1998), de maneira plenamente coerente, três grupos de questões *a priori* independentes, cada uma atinente às três questões nucleares do quê, do como e do porquê do conhecimento, de tal modo que a escolha de uma resposta a uma de entre elas implica, automática e estavelmente, a escolha de respostas às outras duas.

A resposta ideológica ou doutrinal à questão gnosiológica do estatuto do conhecimento (“O que é o conhecimento? O que se sabe?”), na verdade, quase sempre envolve a resposta metodológica à questão do “como” do conhecimento (como é elaborado, por que métodos cognitivos invariantes?).

Além disso, a resposta a essas duas primeiras questões vai acarretar uma resposta pragmática à terceira, uma vez que, a partir do momento em que, adotados pelos cientistas, os métodos asseguram formalmente o valor em si do conhecimento que eles estabeleceram: o cientificamente Verdadeiro será, também, o moralmente Bom. Ademais, essa resposta relativa ao estatuto do conhecimento vai acarretar uma resposta final referente à configuração do “sistema de conhecimentos” ou “sistema das ciências”. De acordo com Le Moigne (2012), as epistemologias positivistas gozam de uma superioridade sociocultural notória que é muito reconfortante para as instituições científicas, que a postulam entre o seu modo de

organização dos conhecimentos. Em concomitância, uma disciplina científica (e, por conseguinte, um campo de conhecimentos) define-se exaustivamente pelo seu objeto positivo (o pedaço da realidade objetiva que ela vai descrever e explicar) e o seu método de investigação.

Logo, cada investigador pode estabelecer-se na “sua” área de competência, definida pelo objeto e o método particulares de cada disciplina, sem se inquietar com as potenciais dificuldades dos seus vizinhos, que se debruçam sobre outros objetos servindo-se de outros métodos. O mesmo autor (*idem*) sustenta que a classificação das disciplinas positivas é ainda mais bem-vinda, uma vez que ela se pretende universal. Esta garante que não existe mais nenhuma zona ignota – ainda que superficialmente – na esfera de conhecimentos que as ciências têm vocação de desvelar. Atualmente, contudo, parece haver um apelo à inter e à transdisciplinaridade (Le Moigne, 2012).

Por seu turno, as epistemologias construtivistas postulam o primado absoluto do sujeito cognoscente, suscetível de agregar algum “valor” ao conhecimento que ele constitui. Deste modo, o conhecimento envolve um sujeito cognoscente e é destituído de sentido ou de valor fora dele. O conhecimento da experiência do sujeito cognoscente, quer seja tangível ou fisicamente sensível, quer intangível ou cognitivamente apreendido, constitui conhecimento se lhe atribuirmos algum valor próprio. Valor que, por definição, não pode ser independente do sujeito cognoscente – como sucede, designadamente, com o valor de “verdade objetiva” para um realista ou de “verdade revelada” para um crente religioso. Em verdade, estes últimos não se sentem compelidos a deliberar sobre a escolha desse valor e, portanto, consideram que ele não lhes é intrínseco.

Dessa forma, o valor de um conhecimento para o sujeito cognoscente, na prática, depende da sua apreciação das consequências das ações que ele elabora, ao aludir conscientemente a esse conhecimento. Neste sentido, o critério, supostamente, simples de verdade objetiva (ou de verdade revelada) afigura-se inadaptado ao estatuto de conhecimento vertente. Em alternativa, são aventados critérios tais como o de “verdade intersubjetiva”, que preserva formalmente o princípio da externalidade do valor do conhecimento. Consequentemente, o sujeito cognoscente não representa coisas, mas operações (ou interações) e o conhecimento que ele construiu através de representações é, ele mesmo, operatório e ativo.

É esta indissociabilidade do conhecimento e da representação tomados na sua atividade discernível, a experiência intencional do sujeito cognoscente e a construção por palpação da representação do conhecimento pelo sujeito cognoscente, que constituem a hipótese que legitima as epistemologias construtivistas (Le Moigne, 2012).

Posto isto, o presente texto visa enquadrar as diferentes abordagens à metodologia da Grounded Theory (GT), no debate ontoepistemológico acerca da forma e natureza da realidade e da substância da relação entre o investigador e o que pode ser conhecido. No tocante à estrutura do artigo, à seção introdutória seguir-se-á uma revisão da literatura respeitante ao conceito de objetivismo, de construtivismo e, finalmente, o texto culminará com a seção das considerações finais.

2 - Objetivismo

A crença de que existe verdade objetiva e de que os métodos adequados de investigação são suscetíveis de concitar um conhecimento correto e preciso do que é a verdade tem vindo a constituir o sustentáculo epistemológico da ciência ocidental (Crotty, 2005).

Na época contemporânea, os termos “subjatividade” e “objetividade” relacionam-se, genericamente, com um sujeito percetor (habitualmente, uma pessoa) e um objeto percecionado ou não percecionado. O objeto é algo que existe, supostamente, a despeito da perceção que o sujeito tem dele. Como refere Mulder (s.d.), o objeto estaria lá, tal como é, mesmo que nenhum sujeito o percecionasse. Deste modo, a objetividade está correlacionada com noções tais como as de realidade, verdade e credibilidade (Mulder, s.d.).

No que lhe diz respeito, Soares (2004, 150) socorre-se do *Dicionário Webster* para definir provisoriamente “objeto” como a «totalidade dos fenómenos externos que constituem o não-eu (*not-self*), e a de “objetivo” como “algo que é externo à mente”. Portanto, universalidade e independência da mente são dois aspetos importantes da noção de “objetividade”. Nesta aceção, ser objetivo tem o sentido de ser algo diverso do eu, externo ao eu (ou à mente, ao sujeito, ao *self*, considerados *lato sensu*); o critério em que se funda, aqui, a distinção entre objetividade e subjatividade é o de ser algo *na mente* ou *fora da mente*. Como é natural, esta conceção de «objeto/sujeito da linguagem corrente implica o pressuposto realista e acrítico que percecionamos as coisas, os objetos que estão fora da mente e não *representações* dessas mesmas coisas». Contrariamente, «as sensações, sonhos, recordações, desejos e outros estados ou processos mentais são ontologicamente subjativos, intrinsecamente dependentes da mente, do sujeito psíquico» (Soares, 2004, 150). Assim, o sujeito percetor pode percecionar com exatidão ou aparentar percecionar aspetos do objeto que não estão no mesmo. Um caso sintomático é o do sujeito percetor que está acometido de icterícia, o qual poderia dar a entender que está a percecionar um objeto como sendo amarelo, quando, de facto, este não é, efetivamente, amarelo. Por consequência, o termo “subjativo” designa, especificamente, a possibilidade de erro.

2.1- Origens do conceito

O Objetivismo – ou a noção de que a verdade e o significado residem nos seus objetos, independentemente de qualquer consciência – teve origem na filosofia grega, foi acalentado pelo Realismo escolástico na Idade Média e atingiu o seu apogeu no Século das Luzes.

O filósofo pragmatista norte-americano Richard Rorty (1991) sustenta que existem dois modos principais através dos quais os seres humanos contemplativos procuram – enquadrando a sua vida num contexto mais amplo – dar sentido à sua existência. A primeira maneira é contando a estória da sua contribuição para a comunidade, que pode ser a coletividade histórica em que eles vivem ou uma outra remota no tempo e no espaço ou, mesmo, imaginária, constituída, por hipótese, por uma dúzia de heróis e heroínas eleitos a partir da história e ficção ou ambas. A segunda via compreende a sua própria

descrição como estando em relação imediata com uma realidade não-humana. Esta relação é imediata, uma vez que não procede de uma ligação entre uma tal realidade e a sua tribo, ou nação, ou o seu grupo imaginário de camaradas.

Rorty (1991) argumenta que as histórias relativas ao primeiro ponto de vista exemplificam um anseio de solidariedade e as histórias referentes à segunda perspectiva ilustram um afã de objetividade. Contudo que uma pessoa busque solidariedade, fá-lo-á a despeito da relação entre as práticas da comunidade elegida e algo alheio a essa coletividade. Posto que procure objetividade, o indivíduo afastar-se-á das pessoas que a circundam, não por se considerar membro de um outro grupo real ou imaginário, mas associando-se a algo que pode ser descrito sem referência a qualquer ser humano específico.

Segundo o mesmo autor, a tradição que impera na cultura ocidental, e que tem como fulcro a procura da Verdade – e perpassou pelo pensamento dos filósofos gregos, insuflando-se no Iluminismo – ilustra perfeitamente a tentativa de dar sentido à nossa existência, apartando-nos da solidariedade para abraçarmos a objetividade.

Portanto, a ideia de Verdade como algo a ser empreendido como fim em si, não por ser benigno para nós ou para a nossa comunidade real ou imaginária, constitui o âmago desta tradição. Neste âmbito, a predisposição revelada por Heródoto para encarar os bárbaros com suficiente seriedade para descrever os seus costumes em detalhe pode ter sido um prenúncio para a alegação de Platão de que o modo de transcender o ceticismo humano é conceber um desiderato comum à humanidade – um objetivo definido pela natureza humana e não pela cultura grega.

Rorty (1991) acrescenta que a associação da alienação socrática e da esperança platónica deu lugar à noção do intelectual como alguém que está em contacto com a natureza das coisas, não por via das opiniões da sua comunidade, mas de um modo mais imediato. Platão estabeleceu a conceção de um tal intelectual através de diferenciação entre conhecimento e opinião, e entre aparência e realidade. Tais distinções concorrem para gerar a noção de que a investigação racional deve revelar um domínio vedado aos não intelectuais e de cuja existência podem duvidar.

Na época das Luzes, esta conceção consubstanciou-se na adoção do cientista físico newtoniano como modelo de intelectual. Para o grosso dos pensadores do século XVIII, tornou-se evidente que o acesso à Natureza que a ciência física tinha proporcionado deveria ser, agora, acompanhado pelo estabelecimento de instituições económicas, políticas e sociais que estavam em consonância com a Natureza.

Desde então, o pensamento social liberal girou em torno da reforma social viabilizada pelo conhecimento objetivo de como são os seres humanos – ao invés de conhecimento de como são os gregos, franceses ou chineses, mas da humanidade enquanto tal.

Atualmente, somos legatários desta tradição objetivista, que gravita em redor do pressuposto de que temos de nos afastar da comunidade tempo suficiente para a analisar à luz de algo que a

transcende, designadamente, o que comunga com todas as comunidades humanas possíveis. Esta tendência almeja estabelecer uma comunidade derradeira que tenha superado a distinção entre o natural e o social, que manifeste uma solidariedade que não seja paroquial, uma vez que é a expressão de uma natureza humana a-histórica (Rorty, 1991).

Deste modo, os “realistas”, ou aqueles que pretendem fundamentar a solidariedade na objetividade, têm de perspetivar a verdade como correspondência com a realidade. Assim, têm de conceber uma metafísica que contemple uma relação especial entre crenças e objetos que diferencie crenças verdadeiras de falsas (Rorty, 1991).

Inwagen (2009) parece secundar esta ideia, ao referir que um importante componente da metafísica ocidental é a tese de que existe uma verdade objetiva. Este postulado obedece a dois princípios:

1. As nossas crenças e as nossas asserções são verdadeiras ou falsas. Cada uma das nossas crenças e asserções representa o Mundo de determinado modo e a crença ou asserção é verdadeira se o Mundo é dessa maneira e falsa se o mundo não é desse modo. Cumpre às nossas crenças e asserções compreenderem o Mundo. Se não o fazem, não estão a desempenhar convenientemente a sua missão; tal falta deve ser-lhes assacada e não ao Mundo. Daqui se conclui que as nossas crenças e asserções estão relacionadas com o mundo tal qual um mapa está relacionado com o território.
2. O mundo existe e tem determinadas características, em boa parte independentemente das nossas crenças e asserções. A verdade ou falsidade das nossas crenças é, assim, “objetiva”, no sentido em que a verdade ou a falsidade são atribuídas a essas crenças e asserções pelos seus *objetos*, pelas coisas sobre as quais *versam*.

Ao demandarmos crenças representativas de “como as coisas realmente são”, ambicionamos um tipo de objetividade e, logo, palmilhamos um terreno filosófico alcantilado. Em especial, suscitamos polémica relativa ao realismo do que as nossas crenças representam. Destarte, e de acordo com Moser (2012, 119), «de modo direto, o discurso da objetividade de algo é simplesmente o discurso de como aquela coisa é, independentemente do que qualquer concebedor acredite que ela seja.» Deste modo, a objetividade exige que freemos diante das nossas perceções, crenças e opiniões, que reflitamos sobre elas e que as submetamos a um exame e um juízo especiais. Acima de tudo, requer um grau de indiferença no juízo que pode contender com as nossas necessidades e desejos (Gaukroger, 2012).

Todavia, a objetividade foi alcançada a um estatuto incontestável. Na realidade, valores que têm vindo a ser conotados com objetividade, tais como imparcialidade e ausência de preconceito, não só regem a pesquisa científica, mas, também, permeiam os domínios da moral e da política. Na época contemporânea, a objetividade tornou-se um valor em si mesma, algo que rivaliza, por exemplo, com as crenças religiosas. Para Gaukroger (2012), estas modificações remontam aos inícios do século XIX,

quando a conceção ocidental da sua superioridade se transferiu da sua religião (Cristandade) para a ciência. O que estava em causa, neste caso, não eram tanto as consecuições tecnológicas, uma vez que o grosso delas ainda estava para chegar, mas um conjunto emergente de valores que privilegiavam ideais, tais como meritocracia e a ausência de preconceito. A objetividade avultava neste conjunto de valores e considerava-se que a ciência a incorporava no seu estado mais puro.

De acordo com Rorty (1991), na nossa cultura, as noções de “ciência”, “racionalidade”, “objetividade” e “verdade” estão entretecidas. Espera-se que a ciência proporcione verdade “rígida” e “objetiva”: verdade enquanto correspondência com a realidade, o único tipo de verdade digno desse nome. Do mesmo modo, os humanistas – nomeadamente filósofos, teólogos, historiadores e críticos literários – têm de advertir se estão a ser “científicos” e se estão autorizados a considerar as suas conclusões, independentemente do zelo posto na sua argumentação, como dignas do termo “verdade”. Com efeito, no entender do pensador norte-americano, tendemos a identificar a busca da “verdade objetiva” com a “utilização da razão” e, portanto, pensamos nas ciências naturais como paradigmas de racionalidade. Além disso, também compreendemos a racionalidade como uma questão de observar procedimentos estabelecidos *a priori*, de sermos “metodológicos”. Por tudo isto, tendemos a utilizar “metodológico”, “racional”, “científico” e “objetivo” como sinónimos.

Rorty (1991) refere, ainda, que inquietações respeitantes ao “estatuto cognitivo” e “objetividade” são típicas de uma cultura secularizada em que o cientista substitui o padre. O cientista é tomado como alguém que põe a humanidade em contacto com algo que a transcende. Como o universo fosse despersonalizado – prossegue o filósofo – a beleza (e, com o tempo, até a bondade moral) veio a ser considerada “subjéctiva”.

Em suma, a verdade é, agora, entendida como a única instância em que os seres humanos são responsáveis por algo não humano. Um compromisso com a “racionalidade” e com o “método” é tido como sendo um reconhecimento desta responsabilidade. O cientista converte-se num arquétipo moral, aquele que, com desinteresse, se expressa reiteradamente perante a dureza do facto.

Segundo Soares (2004), no dealbar do século XX, houve um ímpeto filosófico que foi qualificado de “movimento para a objetividade”. Esta tendência sucedeu à propensão do pensamento oitocentista em perspetivar os factos e as coisas reais como estando subordinados, na sua existência e natureza, às operações da mente.

Foi o filósofo alemão Franz Brentano quem impôs o primeiro revés à tradição filosófica que remontava a Descartes e Locke, ao refutar a presunção corrente que estabelecia que o ser mental é uma “ideia”, concebendo todos os fenómenos psíquicos pela relação intencional – direcção a um objeto, relação a um conteúdo. Porém, o que importa realçar é a mutação no que concerne à forma de entender o “mental” ou o “ser conhecido”: já não se funda numa mera “ideia” ou representação subjéctiva, mas diz respeito a algo “objetivo”. “Objeto” será algo para o qual se encaminha o ato psíquico, e esse “algo”

poderá ser uma coisa efetivamente existente ou, pelo contrário, uma conceção abstrata, designadamente os números.

2.2. Noção de objetividade

A noção de objetividade mais vulgar pretende que um juízo objetivo se caracteriza por estar livre de preconceito e viés. Este âmbito, todavia, não contempla a conceção de ciência com os seus rigorosos testes empíricos materializando padrões de objetividade. Não obstante, esta noção geral de objetividade parece continuar a ser a mais convincente, de acordo com Gaukroger (2012).

Sem embargo, existe uma segunda conceção que determina que um juízo objetivo é aquele que está livre de presunções e valores. Donde se segue que esta noção parece ser um prolongamento da ideia de suprimir o preconceito e o viés. Contudo, o preceito relativo aos preconceitos e vieses comporta conotações de distorção, ao passo que o referente às presunções e valores não a comporta necessariamente.

Ou seja, se, no primeiro caso, tudo aquilo que introduzimos num juízo que não é compartilhado deve ser retirado, se pretendemos que o juízo seja objetivo, na segunda situação, o argumento aduzido é que aquelas coisas que incluímos num juízo, mesmo que sejam compartilhadas, devem ser abolidas para que o juízo seja objetivo. A distinção é fundamental, visto que muitas das alegações dos cétricos e relativistas contra a possibilidade de objetividade associam o primeiro ao segundo princípio, pelo que a tarefa (exequível) de suprimir todos os preconceitos dos nossos argumentos é considerada como sendo a tarefa (inexequível) de elidir todas as presunções.

O mesmo filósofo e historiador das ideias (Gaukroger, 2012) sustenta que a ideia de que devemos procurar suprimir os preconceitos das nossas decisões pode ser de difícil execução em alguns casos – ainda que não tanto quanto, por vezes, se faz crer – mas a noção de um juízo isento de preconceitos é perfeitamente razoável. De outro modo, visar eliminar todas as nossas crenças anteriores, não só é impraticável, como não resiste a um exame minucioso.

No que toca à terceira noção de objetividade, esta incide na maneira como chegamos às nossas perspetivas ou teorias. Ou, antes, um procedimento objetivo é aquele que nos permite decidir entre perspetivas ou teorias conflituantes (Gaukroger, 2012). Por outras palavras, impõe as condutas de um tipo específico que devem ser postas em prática e observadas se pretendemos alcançar objetividade, particularmente as que nos permitem decidir entre teorias antagónicas com o fito de descobrirmos e, por conseguinte, adotarmos aquela que faz previsões factualmente corretas. Esta é a conceção acolhida pela ciência. Apesar disso, este critério – ao contrário dos dois primeiros – não estabelece o que é objetividade. Em alternativa, propõe que façamos algo para garantirmos a objetividade.

Deste modo, verdade e justificação são coisas distintas. Das três perspetivas de objetividade aventadas por Gaukroger (2012), a primeira (ausência de preconceito) e a terceira (alguns procedimentos para decidir entre hipóteses concorrentes) conduziram a objetividade ao âmbito da justificação, não da

verdade. Logo, objetividade é algo que devemos almejar se pretendemos que os nossos pontos de vista sejam justificados.

Não obstante, a segunda ideia é mais dúbia, uma vez que a tese favorável à ausência de presunções pode manter que, se abdicarmos de todas as interpretações e presunções, só então vemos as coisas como elas deveras são, malgrado quaisquer preconceitos subjetivos que portemos para juízo. Tal associaria verdade e objetividade (Gaukroger, 2012).

Esta perspetiva tem merecido algumas reservas por parte da comunidade de filósofos desde o apogeu do positivismo lógico. Contudo, estes não prescindiram de trazer a verdade à colação no debate relativo à objetividade, mas a um nível básico, relacionando verdade e objetividade. Esta deriva constitui, segundo o mesmo autor, a quarta via da objetividade. Ela permeia as disputas científicas e filosóficas desde o século XVIII. Nelas se vislumbra um afastamento do entendimento negativo da objetividade como ausência de preconceito e viés, para uma ideia positiva de que a objetividade reside na representação precisa. Ao invés do que sucede com o ponto de vista anteriormente exposto, este pode ser designado de teoria positiva da objetividade.

Com efeito, a abordagem da objetividade enquanto representação precisa pode ser entendida como sendo induzida por dois tipos de argumentos (Idem):

Não compreendemos a objetividade sem invocarmos a verdade, uma vez que, quando, à partida, nos questionamos porque queremos objetividade, qual a sua função, então tomamos consciência de que a razão principal é revelar a verdade.

Se nos restringirmos à objetividade na ciência, percebemos que o seu papel é o de possibilitar uma representação precisa do mundo.

Subsiste, ainda, uma outra interpretação de objetividade que é aventada por Gaukroger (2012). Trata-se da noção de que algo é objetivo se conduz a conclusões que são universalmente acolhidas. Esta ideia deve-se, em parte, ao facto de que, quando tomamos em conta, por exemplo, os resultados das ciências naturais, compreendemos que existe um grau de acordo expressivo que é transversal às culturas, religiões e a qualquer outra empreitada cognitiva.

O mesmo filósofo refere que tal não significa que as questões atinentes à autoridade estejam ausentes do debate relativo à objetividade. Em verdade, as perspetivas coetâneas de objetividade assomaram de sobremaneira como réplica à crise denotada nas noções de autoridade e credibilidade. As concepções modernas de objetividade não se limitaram a redefinir e clarificar o que por ela se entende, mas guindaram-na ao posto de valor nuclear da cultura moderna.

Por sua vez, Boghossian (2007) sintetiza o panorama clássico do conhecimento em três teses:

1. *Objetivismo relativo aos factos*: o mundo que procuramos compreender e conhecer é o que é, em grande parte, independentemente de nós e das nossas crenças acerca dele. Mesmo que os

seres racionais jamais tivessem existido, ainda assim o mundo teria tido muitas das propriedades que atualmente tem.

2. *Objetivismo relativo à justificação*: Factos da forma – a informação E justifica a crença B – são factos independentes da sociedade. Mormente, se algum elemento de informação justifica uma determinada crença, não depende das necessidades e interesses contingentes de nenhuma comunidade.

3. *Objetivismo relativo à explicação racional*: Sob adequadas circunstâncias, a nossa exposição às provas, por si só, é suscetível de explicar porque acreditamos no que acreditamos.

3 - Construtivismo

O construtivismo, enquanto tese sobre os fundamentos do conhecimento científico (na qualidade de teoria geral do conhecimento) surge há um século, inicialmente impulsionado por matemáticos de renome como L. Kronecker e L.J. Brouwer, que procuraram conhecer de onde provinham os números (concedidos pela natureza ou construídos pelo Homem, logo artefactos?). Normalmente associado ao *intuicionismo* (lógico-matemático), o construtivismo converter-se-á na *controvérsia dos fundamentos*, a doutrina dos seguidores das teses de L.J. Brouwer com as quais rivalizou a doutrina *positiva do formalismo*, que encontrou em D. Hilbert o mais distinguido defensor. O “trunfo” dos formalistas foi de tal magnitude que o construtivismo sucumbiu durante mais de meio século.

De facto, o construtivismo distingue-se do objetivismo caro aos positivistas. Na atualidade, no entanto, esta corrente parece ter substituído o objetivismo como o paradigma predominante na sociologia, ainda que se depare com a descrença tendencial dos filósofos da ciência.

De acordo com Crotty (1998), construtivismo é a perspetiva de que todo o conhecimento e toda a realidade significativa enquanto tal estão subordinados às práticas humanas, sendo construídos dentro e fora da interação entre seres humanos e o seu mundo e desenvolvidos, bem como transmitidos, no interior como contexto essencialmente social (Idem). Acresce que, atendendo à mesma corrente, os “factos” são determinados pelas escolhas e não pela “realidade objetiva”.

A reivindicação epistemológica conexas ao construtivismo é a tese do *relativismo epistémico*. Este é o ponto de vista de que não existe garantia absoluta para nenhuma crença – de que a garantia racional só se justifica relativamente a uma cultura, um indivíduo ou paradigma. Deste modo, as duas doutrinas do “construtivismo” que lhe conferem substrato filosófico são o seu antirrealismo e relativismo.

Portanto, o construtivismo filosófico é relativista em dois sentidos:

1. Existe um relativismo ontológico respeitante às entidades e processos. Não devemos encarar os fenómenos analisados pelos cientistas como as manifestações inevitáveis de entidades e

processos objetivamente existentes. Pelo contrário, as entidades e processos teóricos são constituídos ou construídos pelos cientistas *a posteriori*.

2. Outra faceta do construtivismo diz respeito à racionalidade científica. De acordo com os racionalistas não relativistas, as decisões científicas sustentáveis, se não as corretas, devem ser tomadas em harmonia com padrões universais que regem o uso de provas científicas adequadas. Os construtivistas, ao preconizarem uma espécie de relativismo acerca da racionalidade, refutam a universalidade de tais padrões (Kukla, 2000).

No que lhe diz respeito, Boghossian (2007) distingue três teses do construtivismo relativas ao conhecimento:

1. *Construtivismo relativo aos factos*: o mundo que procuramos compreender e conhecer não é o que é independentemente de nós e do nosso contexto social; ao invés, todos os factos são construídos de um modo que reflete as nossas necessidades e interesses contingentes.
2. *Construtivismo relativo à justificação*: factos da forma – informação E justifica crença B – não são o que são independentemente de nós e do nosso contexto social; pelo contrário, todos esses factos são construídos de um modo que reflete as nossas necessidades e interesses contingentes.
3. *Construtivismo relativo à explicação racional*: nunca é possível explicar porque é que acreditamos no que acreditamos apenas com base na nossa exposição às provas relevantes; as nossas necessidades e interesses contingentes têm de ser invocados.

4 - Pressupostos ontoepistemológicos da Grounded Theory

Os construtivistas sustentam que, uma vez que as práticas investigativas estão dependentes de fatores externos, nenhuma prática científica é superior a outra. Os construtivistas negam que exista tão-só um modo racional de fazer ciência. A razão para tal é que os padrões de racionalidade estão sempre contidos dentro da prática investigativa. Não existe uma teoria científica global – completamente universal e neutral – que possa ser utilizada para demonstrar que uma prática investigativa é superior a outra. Contudo, tal não significa que o trabalho científico seja completamente irracional; somente significa que os padrões de racionalidade estão relacionados com a prática de pesquisa (Gibson & Hartman, 2014).

Parte substantiva do discurso veiculado pela intelectualidade contemporânea toma por adquirido que o propósito da investigação científica ao homem é compreender “estruturas subjacentes” ou “fatores culturalmente invariáveis” ou “padrões biologicamente determinados” (Rorty, 1991, 22). Esta crítica de

Rorty parece ser extensível à GT. Não obstante Glaser ter um entendimento diverso: «*GT is a perspective based methodology and people's perspectives vary. And as we showed in "Awareness of Dying" participants have multiple perspectives that are varyingly fateful to their action. Multiple perspectives among participants is often the case and then the GT researcher comes along and raises these perspectives to the abstract level of conceptualization hoping to see the underlying or latent pattern, another perspective.*» Por seu turno, Odis Simmons corrobora a opinião do cofundador da GT: «*Latent or underlying patterns and related multiple perspectives do not an underlying obdurate, objective reality make! The terms "latent pattern" or "underlying pattern" are not synonymous with "objective reality"*» (Simmons 2011, 25).

No que diz respeito à pretensão de incompatibilidade entre objetividade, preconceito e viés, Glaser (1998) é da opinião que o investigador deve evitar, saber lidar com, estar ciente de e viver com os preconceitos, bem como ser humilde quando está submetido a estas pressões para forçar os dados. O objetivo que o investigador deve perseguir é forçar os dados o mínimo possível (Braga, 2016).

Para Charmaz (2009), o modo como os investigadores utilizam as diretrizes da GT (e.g. codificação, redação de memorandos, amostragem para a elaboração da teoria) não é neutra, nem, tampouco, o são os pressupostos que estes levam para a investigação. Tanto esta socióloga como Adele Clark e Antony Bryant partilham do entendimento de que podem empregar-se as diretrizes básicas da metodologia expurgando-a da “canga positivista”, mas recuperando e revigorando os elementos inovadores que são duradouros. No entender da socióloga americana, a GT congrega tanto tendências positivistas como interpretativistas. Charmaz designa a metodologia na sua versão glaseriana de GT objetivista e realça o seu afã em generalizar o que, segundo a mesma autora, encerra, normalmente, uma descontextualização. A socióloga pronuncia-se, igualmente, sobre o modo diferente como as duas abordagens encaram os conceitos teóricos (Braga, 2016).

Barney Glaser (1998), cofundador da metodologia, desvalorizou reiteradamente a argumentação relativa à perspetiva filosófica subjacente à GT. De facto, o sociólogo norte-americano considera que adotar uma perspetiva deste tipo reduz o amplo potencial da GT. Acresce que o teor da linguagem que emprega quando fala de emergência no processo simultâneo de recolha e análise de dados – tal como sucede em fases ulteriores de análise, quando refere que emerge uma categoria central – leva a que determinados autores refiram que adota um paradigma pós-positivista (Braga, 2016).

5 -Bibliografia

ABBAGNAMO, N. (1996). *História da Filosofia*. 4ª ed. Lisboa: Editorial Presença.

BOGHOSSIAN, P. (2007). *Fear of Knowledge: Against Relativism and Constructivism*. New York: Oxford University Press Inc.

BRAGA, J. L. (2016). *Refuncionalizando a Casa Solarenga: uma Grounded Theory* (Tese de

Doutoramento). Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

CHARMAZ, K. (2009). *A construção da teoria fundamentada: Guia prático para a análise qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.

CROTTY, M. (2005). *The Foundations of Social Research: Meaning and Perspective in the Research Process*. London: Sage Publications Ltd.

GAUKROGER, S. (2012). *Objectivity: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press.

GIBSON, B., & HARTMAN, J. (2014). *Rediscovering Grounded Theory*. London: Sage Publications Ltd.

GLASER, B. G. (1998). *Doing Grounded Theory: Issues and discussions*. Mill Valley: Sociology Press.

KUKLA, A. (2000). *Social Constructivism and the Philosophy of Science*. London: Routledge.

LE MOIGNE, J.-L. (1999). *O construtivismo. Volume I : Dos Fundamentos*. Lisboa: Instituto Piaget.

MOSER, P. K. (2012). Realismo, Objetividade e Ceticismo. In GRECO, J & SOSA, E. (Eds.), *Compêndio de Epistemologia*. 2ª edição. São Paulo: Edições Loyola, p. 117-153.

MULDER, D. H. (s. d.). Objectivity. In: FIESER, J. & DOWDEN, B., (Eds.). *Internet Encyclopedia of Philosophy*. Disponível na Internet: <http://www.iep.utm.edu/objectiv/>.

RORTY, R. (1991). *Objectivity, Relativism, and Truth*. Cambridge: Cambridge University Press.

SIMMONS, O. E. (2011). Why Classic Grounded Theory. In: MARTIN, Vivian B., & GYNNILD, Astrid (Eds.), *Grounded Theory: The philosophy, method and work of Barney Glaser*. Boca Raton: Brown Walker Press, pp. 15-30.

SOARES, M. L. (2004). *O que é o conhecimento? Introdução à epistemologia*. Porto: Campo das Letras.

VAN INWAGEN, P. (2009). *Metaphysics*. 3ª ed. Boulder: Westview Press.

A INFLUÊNCIA DO GÉNERO NAS PERCEÇÕES DOS RESIDENTES: UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE O TURISMO CRIATIVO

GENDER AND RESIDENTS' PERCEPTIONS: AN EMPIRICAL STUDY ON CREATIVE TOURISM

Elaine Cristina Borges SCALABRINI

UNIAG, Instituto Politécnico de Bragança e Lab2PT, Universidade do Minho
elaine@ipb.pt

Paula Cristina REMOALDO

Lab2PT e Departamento de Geografia, Universidade do Minho
premoaldo@geografia.uminho.pt

Resumo

As percepções dos residentes são um tema amplamente estudado à escala internacional no âmbito do turismo, mas ainda é muito débil a análise da sua percepção relativamente ao Turismo Criativo. Este segmento tem-se apresentado como uma alternativa aos territórios de pouca densidade demográfica e ligados a características menos urbanas. O mesmo tem acontecido relativamente às diferentes percepções segundo o género considerado e relativamente às percepções sobre eventos criativos. Neste contexto, o presente estudo teve como objetivo identificar as diferenças de género no que se refere às percepções dos residentes do município de Amares a respeito do Festival Encontrarte. Para atender a este objetivo foi realizada uma pesquisa quantitativa, com a aplicação de inquéritos por questionário a 202 residentes. Os resultados evidenciaram que existem diferenças nas percepções entre homens e mulheres no que se refere aos impactes positivos e especificamente aos impactes ambientais negativos. As mulheres tendem a perceber mais positivamente os impactes económicos e os ambientais, enquanto os homens percebem mais positivamente os socioculturais. Em relação aos impactes ambientais negativos, são as mulheres as mais sensibilizadas para este tipo de impactes. As diferenças de género identificadas poderão servir de base para futuras investigações sobre esta temática e também são importantes ilações para serem usadas pelos responsáveis pelo planeamento dos destinos criativos.

Palavras-chave: Percepções de residentes. Turismo Criativo. Género. Eventos Culturais.

Abstract

Residents' perceptions are a widely studied issue. However, there is still a gap regarding creative tourism, which has been presented as an alternative to more remote territories and/or with low territorial density. Gaps are still identified regarding gender differences and perceptions in creative events. In this context, this study aimed to identify the differences between genders regarding the residents' perceptions of the Encontrarte Festival in the municipality of Amares. To achieve this purpose, quantitative research was performed, using questionnaire surveys of 202 residents. The results highlighted that there are differences in the perceptions between men and women regarding the positive and negative environmental impacts. Women tend to perceive economic and environmental impacts more positively, while men perceive socio-cultural impacts more positively. Regarding negative environmental impacts, women are the most concerned. Based on the results it is possible to affirm the existence of differences in perceptions between genders. The data presented in this paper may serve as a basis for future research on this topic and is also an important reference for planners of creative destinations.

Keywords: Residents' perceptions. Creative Tourism. Gender. Cultural events.

1- Introdução

Nos últimos dois anos o turismo sofreu com os impactes da crise pandémica ocasionada pela COVID-19. Felizmente, os dados referentes a 2022 são otimistas e já relevam números identificativos de um período pré-pandémico. Segundo dados do Turismo de Portugal (2022), o mês de julho de 2022 apresentou um aumento de 6,3% no número de dormidas em relação ao mesmo período de 2019, demonstrando alguma capacidade de recuperação da atividade turística. A partir da experiência da pandemia, ficou evidente a importância do turismo para inúmeros destinos. A falta de receita advinda desta atividade impactou economicamente e socialmente diversos lugares que têm o turismo como atividade principal.

Sendo assim, considerando os impactes gerados pela atividade e a sua natureza, e partindo do pressuposto de que o envolvimento de diferentes *stakeholders* e a compreensão do papel destes diferentes atores é fundamental, o entendimento da perceção dos residentes tem sido importante no processo de planeamento e divulgação dos destinos (e.g., Eusébio & Carneiro, 2010; Kim *et al.*, 2013a; Nunkoo & So, 2015; Strzelecka *et al.*, 2017; Tournois & Djeric, 2019; Vargas-Sánchez *et al.*, 2015; Wang *et al.*, 2021; Wong *et al.*, 2022; Woo *et al.*, 2018). A perceção dos residentes relativamente aos impactes económicos, socioculturais e ambientais, sejam estes positivos ou negativos, é crucial quando está em causa uma abordagem holística do turismo (e.g., Huete & Mantecón, 2018; Lopes *et al.*, 2019; Scalabrini & Remoaldo, 2020). Recentemente, a perceção dos residentes também tem sido associada às questões de género (e.g., Vareiro *et al.*, 2013). Neste sentido e especificamente sobre as atividades de Turismo Criativo, Remoaldo *et al.* (2020) demonstraram que as mulheres tendem a avaliar mais positivamente as atividades, tendo uma diferença estatística significativa nas opiniões entre os dois géneros.

No que diz respeito ao Turismo Criativo, este surge para atender às expectativas de turistas que procuram novas experiências e aos residentes que esperam um turismo mais sustentável. O termo foi utilizado pela primeira vez por Richards & Raymond (2000), a partir da necessidade de os destinos se reinventarem e buscarem alternativas à massificação do turismo, proporcionando experiências únicas aos turistas. Pequenos destinos e áreas rurais têm aderido a este tipo de turismo. O crescimento da proximidade entre criatividade e turismo tem sido encorajada pela busca de modelos de turismo mais sustentáveis, principalmente em cidades de menor dimensão e em áreas rurais (Richards, 2020).

Assim, o Turismo Criativo é um modelo de turismo que permite o crescimento e o desenvolvimento sustentável de territórios, uma vez que está assente em experiências que devem ser autênticas e em atividades que envolvem a cultura local e o contacto com os residentes e as suas vivências (Remoaldo & Cadima-Ribeiro, 2019; Richards, 2011). Além disso, pode ser uma resposta aos diversos problemas causados pelo turismo massificado (Remoaldo & Cadima-Ribeiro, 2019).

Especificamente no Norte de Portugal, que apresenta no seu território diversas cidades com as características citadas, torna-se necessária a atração de visitantes e o fomento da economia local. No âmbito do Projeto CREATOUR (Desenvolver Destinos de Turismo Criativo em Cidades de Pequena

Dimensão e Áreas Rurais), que foi desenvolvido no período de 2016-2020, foi inserido o projeto piloto Amares Residências Artísticas: Festival Encontrarte. De periodicidade bienal, o Festival Encontrarte propõe, desde 2009, uma programação pluridisciplinar, envolvendo exposições de artes plásticas, cinematografia animada, artes do espetáculo, rádio, ciclos de debate e reflexão teórica, residências artísticas, concursos e atividades educativas (Encontrarte, 2019).

Neste contexto, considerando que os residentes desempenham um papel essencial no desenvolvimento de projetos de Turismo Criativo e que, nos estudos sobre percepção de residentes existe um défice de percepção relativamente a este tipo de turismo, a nossa investigação teve como objetivo identificar as diferenças entre os géneros no que se refere às percepções dos residentes do município de Amares a respeito do Festival Encontrarte.

Para atender a este objetivo, este capítulo está estruturado em cinco *itens*. Após a introdução, serão apresentados conceitos norteadores sobre o Turismo Criativo e a Percepção dos Residentes. O segundo *item* dedica-se à apresentação do nosso estudo de caso, *i.e.*, o evento Encontrarte em Amares. A seguir, são identificados os aspetos metodológicos da investigação, destacando as técnicas de recolha e de análise dos dados. A análise e a discussão dos resultados são apresentadas no quarto *item*. Por fim, são apresentadas as considerações finais, as limitações do estudo e sugestões de futuras investigações sobre esta temática.

2 - O Turismo Criativo e a Percepção dos Residentes

2.1- Eventos no âmbito do Turismo Criativo

Assim como a definição de turismo e de cultura, a criatividade também é um termo de difícil concetualização. Tendo presentes os vários segmentos de turismo, Richards & Wilson (2006) e Ohrdska-Olson & Ivanov (2010) afirmaram, em décadas anteriores, que o Turismo Criativo é uma forma de Turismo Cultural. Entretanto, enquanto no Turismo Cultural os turistas visitam os atrativos tangíveis, no Turismo Criativo as visitas acontecem mais ligadas ao património intangível e depende do desenvolvimento do capital criativo e do capital social dos habitantes, podendo proporcionar o aumento do orgulho da população local (Santos *et al.*, 2012). Um dos conceitos fortemente associado ao Turismo Criativo é a cocriação (Richards & Marques, 2012).

Também é possível afirmar que o Turismo Criativo corresponde ao desenvolvimento e evolução do Turismo Cultural. Neste sentido, o primeiro é mais adequado às estruturas sociais e económicas da atualidade do que às formas tradicionais de Turismo Cultural (Ohrdska-Olson & Ivanov, 2010).

Assim, a principal diferença entre o Turismo Cultural e o Criativo está na base de recursos e na motivação dos turistas para participar em atividades. O Turismo Cultural concentra-se principalmente na exploração do património cultural e histórico, do tangível e do intangível, dos artefactos históricos e biográficos, das descrições, das lendas e de diferentes formas de arte. No entanto, o consumo de produtos culturais ocorre de forma passiva. Em contraste, o principal objetivo do Turismo Criativo é a

experiência, é viver novas emoções, adquirir novos conhecimentos e competências através do envolvimento em atividades criativas compartilhadas com outros turistas e interagindo com os residentes (Gordin, 2013). Assim, as características do Turismo Criativo estão diretamente relacionadas com as características do lugar onde se desenvolvem, como os recursos intangíveis, a participação ativa dos turistas e a aproximação ao modo de vida da comunidade, sendo pontos de destaque do Turismo Criativo a cocriação e a cooperação.

O Turismo Criativo proporciona sinergia entre turistas, prestadores de serviços e comunidade local, por meio de troca de ideias e competências, e pode apresentar-se como um meio para envolver turistas na vida criativa do destino, e um meio para usar de forma sustentável os recursos já existentes ou para fortalecer a identidade do local. Também pode assumir-se como uma forma de autoexpressão e de descoberta, de educação e de entretenimento, e uma forma de recriar e reviver lugares (Richards & Marques, 2012).

Richards (2011) apresentou as expressões de Turismo Criativo, onde evidenciou a criatividade como atividade, associada à experiência e à aprendizagem, destacando os *workshops*, os cursos, as atividades de degustação e as artes. À medida que a criatividade é ofertada como uma atividade, há um envolvimento crescente por parte do participante, havendo um envolvimento dos *stakeholders* nas atividades e no processo de desenvolvimento dos produtos.

O crescimento da oferta de atividades de Turismo Criativo pode estar relacionado com as características da sociedade contemporânea. À medida que as estruturas sociais tradicionais são substituídas por relações mais flexíveis, a construção de redes e os fluxos de informação, conhecimento e competências dentro dessas redes tornam-se mais importantes.

Enfim, o Turismo Criativo está a assumir-se como mais importante e como uma alternativa, principalmente para pequenos destinos e áreas rurais, não apenas porque os turistas estão saturados dos modelos tradicionais de turismo, mas também porque os responsáveis pelo planeamento turístico e cultural dos destinos estão procurando novas maneiras de interagir com os turistas. Torna-se cada vez mais importante não apenas vender a cultura de um lugar, mas também usar o turismo para apoiar a identidade do destino e estimular o consumo da cultura e da criatividade local (Richards, 2011). O Turismo Criativo pode ser apresentado como uma alternativa ao turismo massificado (Remoaldo & Cadima-Ribeiro, 2019), tão criticado nos últimos anos.

O Turismo Criativo é, portanto, impulsionado por fatores que emanam da esfera do consumo e do lado da produção. Estes incluem a natureza cada vez mais qualificada do consumo, a crescente importância das experiências e o maior papel da cultura intangível e cotidiana no turismo (Richards & Marques, 2012).

2.2 - Percepção dos residentes a respeito do turismo

São diversificados os *stakeholders* envolvidos no desenvolvimento da atividade turística, estando entre eles os turistas, os responsáveis pelo planeamento turístico e os residentes. Inicialmente, os estudos sobre o turismo estiveram bastante focados nos turistas e também nos aspetos territoriais vinculados à atividade turística (Krippendorf, 1989). Entretanto, desde a década de 1970, nota-se a evolução nos estudos relativos aos residentes, tendo como foco a percepção destes em relação ao desenvolvimento do turismo em diferentes destinos à escala mundial.

A compreensão da percepção dos residentes para o desenvolvimento do turismo tem sido evidenciada em diferentes estudos (*e.g.*, Besculides *et al.*, 2002; Brida *et al.*, 2010; Brunt & Courtney, 1999; Garduño & Cisneros, 2018; Getz, 1994; Harrill, 2004; Lopes *et al.*, 2019; Sharma & Dyer, 2009; Vareiro *et al.*, 2013; Vargas-Sánchez *et al.*, 2015; Wong *et al.*, 2022) sendo que o envolvimento dos residentes é um fator primordial para que um destino turístico tenha sucesso (Gursoy *et al.*, 2002, 2004; Gursoy & Kendall, 2006; Scalabrini *et al.*, 2014).

A percepção dos residentes está diretamente relacionada com os impactes do turismo, sejam estes de cariz económico, sociocultural ou ambiental. Em geral, os residentes acolhem os benefícios decorrentes da atividade turística, mas são bastante sensíveis aos impactes negativos da indústria turística. Os que conseguem avaliar os benefícios da atividade tendem a apoiar o seu desenvolvimento, enquanto aqueles que identificam poucos ou nenhum benefício tendem a se opor ao turismo (Jackson, 2008). Os casos de percepção negativa podem evoluir para a turismofobia, que corresponde a atitudes de negação relativamente ao turismo num destino, que pode ocorrer por diferentes razões, desde o número elevado de visitantes até ao vandalismo por parte dos turistas (Huete & Mantecón, 2018).

Essa rejeição acontece também em destinos em que o Turismo Cultural está massificado. Os museus e restantes atrativos culturais passam a receber um número excessivo de turistas, ou seja, sofrem com a massificação. Essa tendência tem algumas consequências, tais como, a percepção negativa por parte dos residentes e a rejeição do destino por parte dos turistas.

Diferentes estudos sobre a percepção dos impactes do turismo relacionam as variáveis sociodemográficas, tais como, idade e género, bem como com o nível de escolaridade e tempo de residência no local pesquisado como fator determinante das percepções (*e.g.*, Getz, 1994, Besculides *et al.*, 2002, Sharma & Dyer, 2009, Brida *et al.*, 2010, Vareiro *et al.*, 2013).

Relativamente aos estudos que associam as percepções relacionadas com o género (Remoaldo *et al.*, 2020), poucos são os estudos que associam as diferentes percepções das mulheres e dos homens. Alguns a serem citados são os de Vareiro *et al.* (2013) e de Scalabrini & Remoaldo (2020).

3 - O estudo de caso: O evento Encontrarte

O Encontrarte, realizado a cada dois anos no município de Amares (no noroeste de Portugal Continental) é um evento artístico e cultural que oferece ao público (residentes e visitantes) um conjunto de atividades, incluindo a sensibilização artística dos participantes. Um ponto de destaque do Encontrarte é o desenvolvimento de apresentações artísticas e exposições fora do contexto habitual das grandes cidades, como Lisboa e Porto. Tira partido de espaços improváveis e devolutos, públicos e privados, apropriando-se da paisagem e dos cursos de água existentes para a divulgação e mostra artística, em sintonia com a rede de equipamentos do município. O evento promove o trabalho em rede e o desenvolvimento sustentável do município e da região onde se insere, atribuindo um novo valor ao parque edificado e natural existente (Encontrarte, 2019).

Este evento é orientado para o saber-fazer popular e académico, tendo como base a cocriação artística e a decisão coletiva (Encontrarte, 2019). A programação acontece em diferentes freguesias do município, dinamizando a economia de diferentes lugares e garantindo a sustentabilidade cultural, uma vez que a valorização da cultura local e do património material e imaterial são premissas do Encontrarte. Por ter como foco a criatividade e a cocriação, na edição de 2017 o Encontrarte Amares passou a integrar o Projeto CREATOUR, como um dos projetos piloto, intitulado Projeto Piloto ARA – Amares Residências Artísticas. A sexta edição, realizada de 26 a 28 de julho de 2019, deu continuidade ao Projeto Piloto e teve como tema “Diálogo e Construção – poética coletiva dos territórios” desafiando artistas de diversas áreas e a população a agir e refletir sobre as idiossincrasias da região (Encontrarte, 2019).

4. Metodologia

Para atender aos objetivos propostos, a nossa investigação seguiu as etapas descritas neste capítulo. Inicialmente, foram aplicados inquéritos por questionário aos residentes de Amares no período de março a julho de 2020 tendo sido distribuídos fisicamente no Agrupamento de Escolas de Amares e na Biblioteca Municipal. No início da aplicação dos inquéritos foi decretado o confinamento em decorrência da COVID-19. Por esta razão, uma alternativa para atingir a amostra necessária foi complementar a aplicação dos inquéritos também via internet. Para tal, optou-se pela divulgação de um *link* de um Formulário no *Google Docs* em grupos do Facebook, constituídos por membros de Amares, nomeadamente: Amares – A Nossa Terra; Amar Amares e Negócios em Amares. Estes grupos foram escolhidos pelo número de membros e, por apresentarem em comum, a dinâmica de divulgação de ações, eventos e informações sobre o município.

Tendo por base o uso de uma amostra probabilística aleatória, foram distribuídos 450 questionários impressos e divulgado, no Facebook, o *link* nos grupos sobre Amares. Obtivemos resposta por parte de 144 pessoas em suporte de papel e por 81 pessoas usando a via eletrónica. Após análise dos *outliers*, 202 questionários foram validados para a análise estatística. Considerando que a população

de Amares era de 18.595 habitantes em 2021 (INE, 2021), esta amostra apresenta um nível de confiança de 90% e um erro amostral de 5,8%.

O questionário aplicado foi composto por 26 questões e seguiu o modelo usado por Scalabrini & Remoaldo (2020), com as devidas adaptações ao evento Encontrarte. A primeira parte do questionário, composta por questões abertas e fechadas, tinha como objetivo avaliar a imagem global do evento. A segunda parte foi apresentada para avaliar os impactes positivos e negativos do evento em Amares. Assim, os inquiridos deviam responder a um conjunto de afirmações sobre os impactes de cariz económico (6 afirmações), sociocultural (18 afirmações) e ambiental (6 afirmações). As afirmações foram apresentadas usando uma Escala de Likert de 5 pontos. Por fim, o questionário apresentou um conjunto de perguntas que possibilitaram identificar o perfil sociodemográfico do inquirido.

Foi realizado um pré-teste a 10 residentes durante os dias do evento (26 a 28 de julho de 2019), sendo possível determinar a compreensão das questões, a duração média de resposta ao questionário e a validação das escalas. Foram contempladas diferentes idades e participantes no evento. Após a aplicação, verificou-se que a média de resposta ao inquérito foi de 11 minutos e todos perceberam a ordem das questões e as escalas foram validadas.

Os dados recolhidos foram analisados com o emprego do *software* SPSS. Numa primeira análise foi utilizada a estatística descritiva que possibilitou determinar as frequências absolutas e relativas, bem como as médias e os desvios-padrão do perfil dos inquiridos e dos impactes, que foram agrupados em positivos e negativos. Para mensurar a consistência interna das escalas relativas aos impactes foi aplicado o Alfa de Cronbach. Importa recordar que a escala apresenta um bom nível de consistência interna quando o $\alpha > 0,7$ (Hair *et al.*, 2019).

Uma vez que o objetivo da investigação foi determinar as diferenças de género em relação às percepções do Turismo Criativo em Amares, foram formuladas as seguintes hipóteses de trabalho:

- H₁: O género determina as diferentes percepções dos impactes económicos do evento Encontrarte;
- H₂: O género determina as diferentes percepções dos impactes socioculturais do evento Encontrarte;
- H₃: O género determina as diferentes percepções dos impactes ambientais do evento Encontrarte.

Para determinar a diferença do perfil sociodemográfico e o género foi aplicado o teste *Chi-Square* e para validação das hipóteses, foi aplicado o *t-student* para as amostras independentes, considerando um $p < 0,05$, conforme indicado por Hair *et al.* (2019).

5 - Análise e discussão dos resultados

Em relação ao perfil sociodemográfico da amostra, a maioria dos respondentes era do sexo feminino (53,96%), na faixa etária dos 18 aos 55 anos (42,80%), solteiros (68,81%), estudantes (67,82%),

tendo como nível de escolaridade o ensino secundário (52,97%). No que se refere ao rendimento total líquido mensal familiar, as opções mais assinaladas foram de 501€ até 1000€ (19,31%), de 1001€ até 1500€ (17,33%) e de 1501€ até 2000€ (9,41%). Relativamente à freguesia de residência, identificámos que 33,66% residia na Vila de Amares, onde se concentram as principais atividades do Festival Encontrarte, seguindo-se a freguesia de Ferreiros (11,39%). As freguesias de Figueiredo, de Goães e de Lago representaram, cada uma, 6,44% de inquiridos. Conhecer a distribuição geográfica da amostra é importante, pois possibilita o cruzamento de informação, uma vez que alguns estudos (e.g., Andereck *et al.*, 2005; Brunt & Courtney, 1999; Cheng *et al.*, 2019), concluíram que quanto mais próximos os residentes estão de atividades turísticas, mais tendem a perceber negativamente a atividade.

Os resultados, de caráter mais descritivo dos impactes, são apresentados na Tabela I. É importante ressaltar que as médias dos impactes foram mais baixas do que noutros estudos sobre esta temática, destacando que nenhuma das médias foi superior a 3,50. Em relação aos impactes, é possível identificar que a mais elevada média de 3,14 ($\pm 0,627$) foi atribuída aos impactes socioculturais positivos, sendo a afirmação com a média mais elevada (Tabela II) também associada a um impacte sociocultural positivo (Permitiu o contacto com culturas diferentes - média $3,58 \pm 0,931$). É interessante observar que estudos similares realizados noutros países também identificaram os impactes socioculturais positivos como os mais representativos (e.g., Scalabrini & Remoaldo, 2020). Ao considerar a menor média, evidenciamos semelhanças entre os impactes socioculturais negativos ($2,52 \pm 0,646$) e os ambientais negativos ($2,53 \pm 0,859$).

Ainda relativamente aos impactes, alguns aspetos devem ser destacados, como é o caso da afirmação relativa ao impacte económico positivo “Deu mais visibilidade à cidade, podendo atrair mais turistas” ($3,44 \pm 0,972$), que é uma afirmação revelada noutros estudos, como o de Scalabrini & Remoaldo (2020) e mostra que eventos de diferente natureza podem contribuir para a melhoria da imagem de destinos e para a atração de turistas. Eventos culturais e de cunho criativo, que tenham como foco os costumes locais e possibilitem a cocriação, podem ser, numa realidade pós pandemia, uma alternativa para o turismo em diferentes destinos mundiais.

Tabela 1: Consistência interna e estatística descritiva

Variável (Impacte)	Afirmações	n	Média	SD
Económicos positivos (Média = 3,01; SD = 0,716) Alfa de Cronbach = 0,792	Criou postos de trabalho para os residentes	179	2,86	0,898
	Deu mais visibilidade à cidade, podendo atrair mais turistas	182	3,45	0,972
	Aumentou a possibilidade de empreender (criar empresas e empregos em Amares)	178	2,88	0,845
	Aumentou o rendimento dos residentes	179	2,80	0,881
Económicos negativos (Média = 2,66; SD = 0,757) Alfa de Cronbach = 0,557	Aumentou os preços de bens e serviços	179	2,48	0,950
	Os postos de trabalho que foram criados foram para pessoas que não residem em Amares	175	2,83	0,840
Socioculturais positivos (Média = 3,14; SD = 0,627) Alfa de Cronbach = 0,871	Incentivou os residentes a serem mais ativos culturalmente	181	3,40	0,887
	Permitiu o contacto com culturas diferentes	181	3,59	0,931

	Estimulou a cultura local e o artesanato	181	3,48	0,934
	A qualidade dos serviços (por exemplo, restaurantes, cafés, bares, lojas) foi melhor durante o evento	177	3,10	0,788
	Houve um maior investimento público no sector da cultura	179	3,02	0,834
	Aumentou as ofertas culturais após a realização do evento	180	2,84	0,858
	Melhorou as infraestruturas e os equipamentos locais (edifícios, museus)	181	2,78	0,968
	Aumentou a segurança pública	180	2,71	0,830
	Aumentou o sentimento de orgulho que os residentes têm por Amares	180	3,29	0,926
Socioculturais negativos (Média = 2,52; SD = 0,646) Alfa de Cronbach = 0,860	Aumentou a delinquência e a criminalidade	181	2,00	0,966
	Dificultou o acesso dos residentes a locais de lazer	180	2,38	0,922
	Os residentes alteraram o seu comportamento na tentativa de imitar o comportamento dos turistas	178	2,67	0,893
	Aumentou o stress devido à quantidade de pessoas circulando na Vila de Amares	180	2,45	0,970
	Aumentou o trânsito (tráfego)	179	2,78	0,909
	Houve dificuldade de estacionamento	179	2,69	0,948
	Aumentou o número de pessoas a circular por lojas, restaurantes, hotéis e serviços	178	3,07	0,827
	Dificultou a preservação dos valores, costumes e tradições locais	180	2,49	0,948
	Criou conflitos entre residentes e turistas	179	2,27	0,988
Ambientais positivos (Média = 3,05; SD = 0,787) Alfa de Cronbach = 0,675	Proporcionou a consciência para a preservação das áreas naturais	173	3,15	0,843
	Possibilitou melhoria de infraestruturas e visita às áreas naturais na Vila de Amares	174	2,94	0,948
Ambientais negativos (Média = 2,53; SD = 0,859) Alfa de Cronbach = 0,934	Gerou ruído excessivo na Vila de Amares e no resto do município	176	2,51	0,950
	Aumentou os índices de poluição do ar e das águas	174	2,44	0,940
	Aumentou a quantidade de resíduos/lixo nas ruas	176	2,72	0,954
	Diminuiu o abastecimento de água no período do evento	176	2,42	0,941

Fonte: Elaboração própria tendo por base o inquérito por questionário aplicado em 2020.

É também interessante observar que o impacte sociocultural positivo com a menor média foi “aumentou ofertas culturais após o evento” (média $2,28 \pm 0,858$). Isto pode evidenciar que a programação cultural do Encontro é muito pouco diversificada. Este pode ser um indicador para que os organizadores e para que a Câmara Municipal invista em atividades culturais nos mesmos moldes do evento noutros momentos do ano e não só durante os dias em que o evento acontece.

Aos analisarmos as médias relativas aos impactes ambientais, verificamos, assim como em estudos anteriores (e.g., McDowall & Choi, 2010), que estes tendem a ser os que têm a média mais baixa quando comparados com os restantes impactes. Os residentes parecem mais sensíveis às questões relacionadas com o meio ambiente e demonstram esta preocupação numa atividade como o turismo. Embora os residentes tenham considerado positivamente que o evento “proporcionou a consciência para a preservação de áreas naturais” (média $3,15 \pm 0,843$), também consideraram como facto negativo o “aumento da quantidade de resíduos/lixo na rua” (média $2,72 \pm 0,954$).

Nesta etapa de análise foi possível identificar que os impactes positivos são os mais percebidos pelos residentes de Amares, com destaque para os impactes socioculturais, tais como os estudos de Remoaldo *et al.* (2015) para o município de Guimarães. Em relação ao Alfa de Cronbach é possível observar que as variáveis ligadas aos impactes económicos negativos e ambientais positivos apresentaram $\alpha < 0,7$. Optámos por acrescentar estes impactes na análise para que fosse possível estabelecer as diferenças entre os impactes positivos e negativos.

Em relação às diferenças entre os géneros, foram comparadas, inicialmente, as diferenças entre o sexo masculino e o feminino. Para tal, foi utilizado o teste *Chi-Square*. Os resultados demonstraram não haver diferenças significativas ($p > 0,05$) entre os sexos, nomeadamente nas variáveis faixa etária, estado civil, nível de escolaridade, situação profissional e profissão. A questão “Assistiu/Participou em atividades do evento” apresentou diferenças ($p < 0,05$). Um maior número de homens participou no evento ($n=32$) e um maior número de mulheres não participaram ($n=87$). O facto de participar nas atividades pode influenciar nas perceções relativamente ao evento.

Para avaliar as diferenças entre as perceções dos diferentes impactes em relação ao género, foi utilizado o *t-test* (Tabela II). Neste teste não foram identificadas diferenças significativas ($p > 0,05$) no que se refere aos impactes económicos negativos e socioculturais negativos. No que diz respeito aos impactes positivos, ocorreram diferenças entre os géneros ($p < 0,05$), sendo que as mulheres percebem mais positivamente os impactes económicos e ambientais, enquanto os homens os socioculturais. Ainda foi possível identificar que as mulheres também tendem a perceber mais negativamente os impactes ambientais.

Tabela 2: Média dos impactes económicos, socioculturais e ambientais por género e referentes ao evento Encontrarte

Tipo de Impacte	Género	n	Média	SD	Sig.
Económicos positivos	Masculino	83	2,95	0,859	<0,01
	Feminino	98	3,06	0,573	
Económicos negativos	Masculino	82	2,58	0,833	0,10
	Feminino	96	2,72	0,688	
Socioculturais positivos	Masculino	83	3,15	0,753	<0,01
	Feminino	97	3,13	0,501	
Socioculturais negativos	Masculino	83	2,41	0,671	0,08
	Feminino	97	2,62	0,613	
Ambientais positivos	Masculino	80	3,02	0,919	0,04
	Feminino	94	3,09	0,663	
Ambientais negativos	Masculino	81	2,36	0,945	<0,01
	Feminino	94	2,66	0,757	

Fonte: Elaboração própria tendo por base o inquérito por questionário aplicado em 2020.

Com base nos resultados, é possível afirmar que o género pode influenciar as perceções em relação aos impactes positivos. Em contrapartida, em relação aos impactes negativos, a influencia centra-se somente nos ambientais. Assim a H_1 e a H_2 foram parcialmente suportadas, uma vez que o

género não determina as diferenças entre os impactes negativos, somente os positivos. Já a H₃ foi suportada, ou seja, o género determina as diferentes percepções em relação aos impactes ambientais do evento Encontrarte.

Estes resultados diferenciam-se dos estudos evidenciados por Scalabrini & Remoaldo (2020), onde ficou evidente um maior número de mulheres que percecionavam os impactes negativos. A diferença das percepções entre os géneros tem sido apresentada nos estudos sobre esta temática. Costa *et al.* (2020) e Tichaawa & Moyo (2019) ressaltaram que as características sociodemográficas, nomeadamente o género, pode influenciar nas percepções, corroborando os resultados obtidos neste estudo sobre o Turismo Criativo em Amares.

6 - Conclusões

Conhecer a percepção dos residentes é fundamental, no processo de planeamento turístico, uma vez que o envolvimento deste importante *stakeholder* pode garantir o sucesso da atividade turística em determinado destino. Para o sucesso do Turismo Criativo é ainda mais essencial, uma vez que o residente desempenha um papel primordial no desenvolvimento deste tipo de turismo e, como apresentado anteriormente, ainda há défices no que se refere aos estudos relativos às relações de género e o Turismo Criativo, especificamente os direcionados para os eventos.

Assim, esta investigação evidenciou que, embora os residentes que compuseram a amostra tenham participado pouco no evento, a percepção em relação ao Encontrarte é, de maneira geral, positiva. Em relação às diferenças de género, das hipóteses consideradas na investigação, duas foram parcialmente validadas (H₁ e H₂) e uma foi validada (H₃), ou seja, o género influencia as percepções em relação aos impactes ambientais positivos e negativos e aos impactes económicos e socioculturais positivos. Por outro lado, não há uma relação no que se refere aos impactes económicos e socioculturais negativos. Sendo assim, foi demonstrada a existência de diferenças de género em relação às percepções dos impactes de um evento criativo como o Encontrarte, sendo este fator importante no planeamento e divulgação das atividades.

É importante, entretanto, que estudos futuros investiguem estas relações, especificamente em destinos de Turismo Criativo e com uma amostra mais alargada. É evidente que a limitação principal deste estudo foi a aplicação dos inquéritos e a vontade de alcançar uma amostra mais volumosa, uma vez que a investigação aconteceu no período pandémico da COVID-19.

Como conclusões de carácter prático, Amares já apresenta, mesmo que ainda de maneira moderada, uma imagem de destino artístico e cultural. Entretanto, com base nas percepções dos residentes e nas características do evento, é possível intensificar a oferta de atividades criativas e culturais que incentive a participação dos residentes de Amares. Mais atividades ligadas à produção e consumo da laranja, pode ser uma das possibilidades. É também importante que a comunidade perceba a

importância do turismo, especificamente do Turismo Criativo, como uma importante ferramenta de desenvolvimento sendo necessária uma maior clarificação deste tipo de segmento.

7 - Bibliografia

- ANDERECK, K. L., VALENTINE, K. M., KNOPF, R. C., & VOGT, C. A. (2005). Residents' perceptions of community tourism impacts. *Annals of Tourism Research*, 32 (4), 1056–1076. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2005.03.001>
- BESCUIDES, A., LEE, M. E., & MCCORMICK, P. J. (2002). Resident's perceptions of the cultural benefits of tourism. *Annals of Tourism Research*, 29 (2), 303–319. [https://doi.org/10.1016/S0160-7383\(01\)00066-4](https://doi.org/10.1016/S0160-7383(01)00066-4)
- BRIDA, J. G., OSTI, L., & BARQUET, A. (2010). Segmenting Resident Perceptions towards Tourism — a Cluster Analysis with a Multinomial Logit Model of a Mountain Community. *International Journal of Tourism Research*, 12, 591–602.
- BRUNT, P., & COURTNEY, P. (1999). Host perceptions of sociocultural impacts. *Annals of Tourism Research*, 26 (3), 493–515. [https://doi.org/10.1016/S0160-7383\(99\)00003-1](https://doi.org/10.1016/S0160-7383(99)00003-1)
- CHENG, T. M., WU, H. C., WANG, J. T. M., & WU, M. R. (2019). Community Participation as a mediating factor on residents' attitudes towards sustainable tourism development and their personal environmentally responsible behaviour. *Current Issues in Tourism*, 22 (14), 1764–1782. <https://doi.org/10.1080/13683500.2017.1405383>
- COSTA, T., UMBELINO, J., DE LURDES CALISTO, M., NUNES, S., & AFONSO, V. A. (2020). Impacts of Tourism and Residents' Perceptions: A Study in the Regional Tourism Area of Lisbon. *European Journal of Tourism, Hospitality and Recreation*, 10 (1), 28–40. <https://doi.org/10.2478/ejthr-2020-0003>
- ENCONTRARTE (2019). *Encontrarte 2019*. <https://www.encontrarte.pt/pt/encontrarte/>
- EUSÉBIO, C., & CARNEIRO, M. J. (2010). A importância da percepção dos residentes dos impactes do turismo e da interação residente-visitante no desenvolvimento dos destinos turísticos. *7ª Workshop APDR*, 1–25.
- GARDUÑO, M. G. G., & CISNEROS, H. F. (2018). Una aproximación a la experiencia turística desde la Antropología del Turismo: una mirada mutua al encuentro entre turistas y locales. *Pasos Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 16 (1), 197–211.
- GETZ, D. (1994). Residents' attitudes towards tourism. *Tourism Management*, 15 (4), 247–258. [https://doi.org/10.1016/0261-5177\(94\)90041-8](https://doi.org/10.1016/0261-5177(94)90041-8)
- GORDIN, V. (2013). Creative tourism in Saint Petersburg: the state of the art. *Journal of Tourism Consumption and Practice*, 4 (2), 55–77.
- GURSOY, D., JUROWSKI, C., & UYSAL, M. (2002). Resident attitudes: A structural modeling approach. *Annals of Tourism Research*, 29 (1), 79–105. [https://doi.org/10.1016/S0160-7383\(01\)00028-7](https://doi.org/10.1016/S0160-7383(01)00028-7)
- GURSOY, D., & KENDALL, K. W. (2006). Hosting mega events. Modeling Locals' Support. *Annals of Tourism Research*, 33 (3), 603–623. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2006.01.005>
- GURSOY, D., KIM, K., & UYSAL, M. (2004). Perceived impacts of festivals and special events by organizers: An extension and validation. *Tourism Management*, 25 (2), 171–181. [https://doi.org/10.1016/S0261-5177\(03\)00092-X](https://doi.org/10.1016/S0261-5177(03)00092-X)

HAIR, J. F., RISHER, J. J., SARSTEDT, M., & RINGLE, C. M. (2019). When to use and how to report the results of PLS-SEM. *European Business Review*, 31 (1), 2–24. <https://doi.org/10.1108/EBR-11-2018-0203>

HARRILL, R. (2004). Residents' attitudes toward tourism development: A literature review with implications for tourism planning. *Journal of Planning Literature*, 18 (3), 251–266. <https://doi.org/10.1177/0885412203260306>

HUETE, R., & MANTECÓN, A. (2018). El auge de la turismofobia. *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural Pasos*, 16, 9–19. <https://core.ac.uk/download/pdf/148384733.pdf>

JACKSON, L. A. (2008). Residents' perceptions of the impacts of special event tourism. *Journal of Place Management and Development*, 1 (3), 240–255. <https://doi.org/10.1108/17538330810911244>

KIM, K., UYSAL, M., & SIRGY, M. J. (2013). How does tourism in a community impact the quality of life of community residents? *Tourism Management*, 36, 527–540. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2012.09.005>
KRIPPENDORF, J. (1989). *Sociologia do Turismo* (1st ed.). Civilização Brasileira.

LOPES, H. DA S., REMOALDO, P., & RIBEIRO, V. (2019). Residents' perceptions of tourism activity in a rural North-Eastern Portuguese community: A cluster analysis. *Bulletin of Geography. Socio-Economic Series*, 46 (46), 119–135. <https://doi.org/10.2478/bog-2019-0038>

MCDOWALL, S., & CHOI, Y. (2010). A comparative analysis of thailand residents' perception of tourism's impacts. *Journal of Quality Assurance in Hospitality and Tourism*, 11 (1), 36–55. <https://doi.org/10.1080/15280080903520576>

NUNKOO, R., & SO, K. K. F. (2015). Residents' Support for Tourism: Testing Alternative Structural Models. *Journal of Travel Research*, 55 (7), 847–861. <https://doi.org/10.1177/0047287515592972>

OHRIDSKA-OLSON, R., & IVANOV, S. (2010). Creative Tourism Business Model and its application In Bulgaria. *Proceedings of the Black Sea Tourism Forum "Cultural Tourism – The Future of Bulgaria," 2010*, 23–39.

REMOALDO, P. C., & CADIMA-RIBEIRO, J. (2019). Creative Tourism as a New Challenge to the development of destinations: the Portuguese case study. In M. Peris-Ortiz, M. R. Cabrera-Flores, & A. S. Santoyo (Eds.), *Cultural and Creative Industries: a path to entrepreneurship and innovation* (pp. 81–99). Springer. <https://doi.org/10.4135/9781848608443.n26>

REMOALDO, P., DUQUE, E., & RIBEIRO, J. C. (2015). The Environmental Impacts of Hosting the "2012 Guimarães European Capital of Culture" as Perceived by the Local Community. *Ambiente Y Desarrollo*, 19 (36), 25–38. <https://doi.org/10.11144/Javeriana.ayd19-36.eihg>

REMOALDO, P., GHANIAN, M., & ALVES, J. (2020). Exploring the experience of creative tourism in the northern region of Portugal—a gender perspective. *Sustainability*, 12 (24), 1–17. <https://doi.org/10.3390/su122410408>

RICHARDS, G. (2011). Creativity and tourism. The state of the art. *Annals of Tourism Research*, 38 (4), 1225–1253. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2011.07.008>

RICHARDS, G. (2020). Designing creative places: The role of creative tourism. *Annals of Tourism Research*, 85 (March), 102922. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2020.102922>

RICHARDS, G., & MARQUES, L. (2012). Exploring Creative Tourism: Editors Introduction. *Journal of Tourism Consumption and Practice*, 4 (2).

RICHARDS, G., & RAYMOND, C. (2000). Creative Tourism. *Atlas News*, 23 (8), 16–20.

RICHARDS, G., & WILSON, J. (2006). Developing creativity in tourist experiences : A solution to the serial reproduction of culture ? *Tourism Management*, 27, 1209–1223. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2005.06.002>

SANTOS, J. F., CARVALHO, R., & FIGUEIRA, L. M. (2012). A importância do turismo cultural e criativo na imagem de um destino turístico. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 17/18, 1559–1572.

SCALABRINI, E. C. B., & REMOALDO, P. C. (2020). Residents' perception towards tourism in an industrial Brazilian city: A cluster analysis. *Revista Brasileira de Gestao e Desenvolvimento Regional*, 16 (1), 235–247.

SCALABRINI, E. C. B., REMOALDO, P. C. A. C., & LOURENÇO, J. M. (2014). Perceções de residentes a respeito dos impactos da atividade turística : Uma análise das publicações brasileiras sobre o tema. *Tourism and Hospitality International Journal*, 2 (2), 12–31. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/29221>

SHARMA, B., & DYER, P. (2009). An Investigation of Differences in Residents ' Perceptions on the Sunshine Coast : Tourism Impacts and Demographic Variables. *Tourism Geographies*, 11 (2), 187–213. <https://doi.org/10.1080/14616680902827159>

STRZELECKA, M., BOLEY, B. B., & WOOSNAM, K. M. (2017). Place attachment and empowerment: Do residents need to be attached to be empowered? *Annals of Tourism Research*, 66, 61–73. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2017.06.002>

TICHAAWA, T. M., & MOYO, S. (2019). Urban resident perceptions of the impacts of tourism development in Zimbabwe. *Bulletin of Geography. Socio-Economic Series*, 43 (1), 25–44. <https://doi.org/10.2478/bog-2019-0002>

TOURNOIS, L., & DJERIC, G. (2019). Evaluating urban residents' attitudes towards tourism development in Belgrade (Serbia). *Current Issues in Tourism*, 22 (14), 1670–1678. <https://doi.org/10.1080/13683500.2018.1465030>

VAREIRO, L. M. DA C., CRISTINA REMOALDO, P., & CADIMA RIBEIRO, J. A. (2013). Residents' perceptions of tourism impacts in Guimarães (Portugal): A cluster analysis. *Current Issues in Tourism*, 16 (6), 535–551. <https://doi.org/10.1080/13683500.2012.707175>

VARGAS-SÁNCHEZ, A., OOM DO VALLE, P., DA COSTA MENDES, J., & SILVA, J. A. (2015). Residents' attitude and level of destination development: An international comparison. *Tourism Management*, 48, 199–210. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2014.11.005>

WANG, M., JIANG, J., XU, S., & GUO, Y. (2021). Community participation and residents' support for tourism development in ancient villages: The mediating role of perceptions of conflicts in the tourism community. *Sustainability (Switzerland)*, 13 (5), 1–16. <https://doi.org/10.3390/su13052455>

WONG, A. K. F., WU, H., & KIM, S. (2022). Residents' perceptions of tourism influence and intention to support tourism development: Application of the theory of planned behavior. *Journal of China Tourism Research*, 18 (4), 710–734. <https://doi.org/10.1080/19388160.2021.1964668>

WOO, E., UYSAL, M., & SIRGY, M. J. (2018). Tourism Impact and Stakeholders' Quality of Life. *Journal of Hospitality and Tourism Research*, 42 (2), 260–286. <https://doi.org/10.1177/1096348016654971>

ÁGUAS MINERAIS DE RAPOSO, ITAPERUNA, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, BRASIL

RAPOSO MINERAL WATERS, ITAPERUNA, RIO DE JANEIRO STATE, BRAZIL

Lucio Carramillo CAETANO

Universidade Federal do Rio de Janeiro
carramillo@gmail.com

Igor Cristiano SILVA

Geólogo, Consultor
igorcristiano@hotmail.com

Carla da Silva Medeiros CAPOBIANGO

Química, Consultora

Sueli Yoshinaga PEREIRA

Universidade Estadual de Campinas
sueliyoshinaga@gmail.com

Resumo

O distrito de Raposo que pertence ao município de Itaperuna no estado do Rio de Janeiro, Brasil, possui fontes de águas minerais diferenciadas em relação ao restante Estado e, de alguma forma, em relação ao Brasil. O estudo envolveu a pesquisa sobre a história de desenvolvimento local, atrelada às ocorrências das fontes e de suas águas minerais, sua composição físico-química e qualidade, e à tradição religiosa de origem portuguesa de festas e procissões. Fontes de águas minerais centenárias, descobertas a partir de 1911, mantêm-se em atividade até os dias de hoje, já que, apesar de possuírem um historial que ultrapassa uma centena de anos, os seus proprietários continuam investindo em novas captações e conseguem dar dois usos específicos às suas águas minerais, são eles: envasamento de água mineral e uso terapêutico em balneários. As fontes Soledade Thermal, Força Total e Raposo apresentam elevadas concentrações de carbonatos, ferro, flúor, lítio e enxofre. As águas com menor resíduo sólido são utilizadas para o envase em embalagens que vão desde os 500/510ml com e sem gás, até galões de 5L, 10L e 20L. Essas águas são distribuídas por inúmeras cidades dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

Além desse uso, as empresas aproveitam as águas com concentração de resíduos sólidos mais elevados, utilizando-as em balneários para ingestão na fonte, lava pés, inalação dos gases e banhos. Por serem diferenciadas, tanto em relação à concentração de alguns elementos, e pela concentração do gás carbônico, o pequeno distrito de Raposo, transformou-se num centro de atividades turísticas, tendo por base não só a qualidade das suas águas, mas também por reunir, atrair, pequenos empresários vocacionados para outras áreas complementares, como confecção e artesanato.

Palavras chave: Água Mineral no Brasil; Indústria Engarrafadora e Balneários; Uso Terapêutico; Composição Química; Termalismo.

Abstract

The district of Raposo, which belongs to the municipality of Itaperuna in the state of Rio de Janeiro, Brazil, has different mineral water sources in relation to the rest of the State and, in some way, in relation to Brazil. The study evolved a social economic development history research, linked to the springs occurrences and their mineral waters, their physical and chemical composition and quality, and to Portuguese religious tradition of festivals and processions. Centenary mineral water springs that were discovered from 1911, remain active to this day (October 2022). Even with more than a hundred years, its owners continue to invest in new collections and manage to give their mineral waters two specific uses, they are: mineral water bottling and in bathing areas. The springs Soledade Thermal, Força Total and Raposo present high concentrations of carbon dioxide, iron, fluorine, lithium and sulfur. The waters with less solid residue are used for filling in packages ranging from 500/510mL in gas and non-carbonated packages, up to 5L, 10L and 20L gallons. These waters are distributed to numerous cities in the states of Rio de Janeiro, Minas Gerais and Espírito Santo.

In addition to this use, companies take advantage of water with higher concentrations of solid waste in spas for use in drinking at the source, washing feet, inhaling gases and bathing. Because they are different, both in terms of the concentration of some elements, and by the concentration of carbon dioxide, the small district of Raposo becomes a center of tourist activities not only for the quality of its waters but for, also, for bringing together small entrepreneurs in the area of clothing and handcrafts.

Keywords: Mineral Water in Brazil; Bottling Industry and Spas; Therapeutic Use; Chemical composition; Thermalism.

1- Introdução

A água, desde os primórdios da existência humana, é utilizada não só para dessedentação mas também para cura de ferimentos e banhos reparadores. Com a evolução do conhecimento humano, através das mais variadas pesquisas, a água cujo uso terapêutico era feito, apenas, por intuição, passou a ter as suas qualidades e benefícios mais bem caracterizados e certificados. Desta forma, adquiriu um valor económico e o que era um bem comum, distribuído por todo o Planeta, tornou-se algo especial, raro e determinado e recebendo o nome de “água mineral”.

Assim se diversificou o uso da água mineral, até então apenas utilizada na fonte, para banhos e dessedentação, surgindo um novo processo: o uso económico da água mineral através, também, do envase e distribuição dessa água especial para os pontos mais longínquos do mundo.

O presente trabalho procura retratar exatamente isso: a caminhada da pequena e pacata cidade de Raposo desde a descoberta da sua primeira fonte de água mineral até aos dias atuais, com a pujança da vida industrial e de lazer, repouso, recorrendo aos balneários que utilizam as suas águas para beneficiar todos os que têm o privilégio de usufruir dos banhos e da ingestão das suas águas nas fontes.

Das características químicas das águas captadas, ao uso terapêutico indicado pela bibliografia especializada existente, até à produção industrializada dos diversos tipos de embalagens, Raposo é, de facto, um centro turístico e empresarial que agrega visitantes e turistas, empresários dos mais diversos setores a pesquisadores que, ainda hoje, estudam e analisam a qualidade de cada uma das águas captadas e qual o melhor destino que se deve dar aos diferenciados tipos de água mineral aqui descobertos.

O presente trabalho é documental, baseada em textos sobre a história do distrito de Raposo (Primo Sylvio, 1984) e reportagens sobre Raposo na imprensa. As visitas de campo foram realizadas esporadicamente para avaliação das fontes de águas minerais e desenvolvimento da temática em disciplinas do curso de graduação de Geologia, Geografia, Química e Biologia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Os pareceres técnicos que informam a concentração de cada um dos sais e elementos químicos das águas minerais, bem como a classificação das águas minerais apresentadas nesse trabalho, estão contidos nos resultados das análises físico-químicas do Laboratório de Análise de Minerais (LAMIN) realizados por solicitação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) que, mais recentemente, foi transformado na Agência Nacional de Mineral que é, atualmente, o órgão responsável pela concessão de lavra, ou seja, pela autorização às empresas para atuarem no aproveitamento da água mineral.

O artigo apresenta, na primeira parte, a motivação da criação do Distrito e sua evolução, com visitas da população do entorno às águas minerais, decorrente da vocação medicinal e turística da área. Em seguida, uma síntese da história do Termalismo no Brasil é exposta no sentido de contextualizar a região de estudada no presente artigo. Por fim, as características físico-químicas das águas, com composições químicas diferenciadas e a qualidade destas são apresentadas para diversos fins.

Assim, será possível, neste trabalho, ter uma compreensão maior sobre a importância da água mineral para a saúde, bem como a sua relevância para o desenvolvimento de um pequeno lugarejo situado no interior do Estado do Rio de Janeiro.

2- Localização de Raposo

O distrito de Raposo pertence ao município de Itaperuna que se situa no noroeste do estado do Rio de Janeiro tendo como ponto fulcral uma pequena cidade que se desenvolveu a partir de um lugarejo com águas com propriedades medicinais, Raposo.

Raposo dista, aproximadamente, 320 km do Aeroporto Internacional Tom Jobim no Rio de Janeiro. As estradas são todas pavimentadas e apresentam-se em bom estado de conservação, existindo autocarros diretos da Rodoviária Novo Rio, no Rio de Janeiro, para Raposo com duração média de 6h. De Vitória, capital do estado do Espírito Santo, separam-na 299km, enquanto de São Paulo, a distância fixa-se em 664km e de Brasília, capital Federal, dista cerca de 1070km.

O aeroporto mais próximo é o de Campos dos Goytacazes que fica a 150km de distância de Raposo, com um percurso que leva, em média, 2h e 39m. Este aeroporto tem voos regulares do aeroporto Santos Dumont (Rio de Janeiro, RJ) em aviões de pequeno porte.

A localização geográfica de Raposo surge na figura 1.

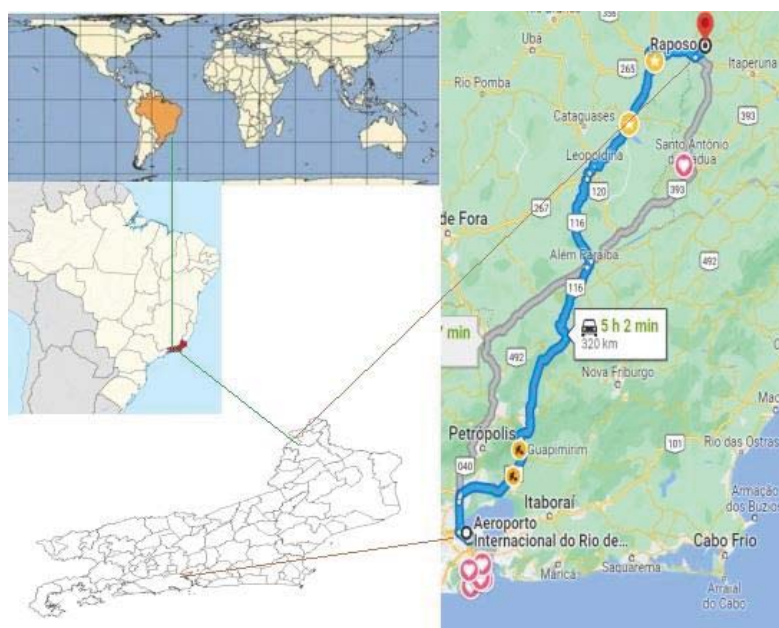


Figura 1: Localização de Raposo. (Fonte: <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/mapa-mundi.htm>; <https://images.app.goo.gl/4aFgdhpE6BTcaj9RA>; <https://geografiaedivertido.blogspot.com/p/mapas-mudo-do-estado-do-rio-de-janeiro.html>; <https://www.google.com.br/maps/dir/Aeroporto+Internacional+do+Rio+de+Janeiro+-+Gale%C3%A3o+-+Avenida+Vinte+de+Janeiro+-+Ilha+do+Governador,+Rio+de+Janeiro+-+RJ/Raposo,+Itaperuna+->

[+RJ,+28300-000/@-21.9631373,-](https://www.researchgate.net/publication/361111111s0x99798f3b16364f0xcfa9dfbf2f584512!2m2!1d-43.2566293!2d-22.805265!1m5!1m1!1s0x9bc93b344bc10af0xa487eb4891990858!2m2!1d-42.1173492!2d-21.1031643!3e0?entry=ttu)

[44.0337931,8z/data=!3m1!4b1!4m14!4m13!1m5!1m1!1s0x99798f3b16364f0xcfa9dfbf2f584512!2m2!1d-43.2566293!2d-22.805265!1m5!1m1!1s0x9bc93b344bc10af0xa487eb4891990858!2m2!1d-42.1173492!2d-21.1031643!3e0?entry=ttu](https://www.researchgate.net/publication/361111111s0x99798f3b16364f0xcfa9dfbf2f584512!2m2!1d-43.2566293!2d-22.805265!1m5!1m1!1s0x9bc93b344bc10af0xa487eb4891990858!2m2!1d-42.1173492!2d-21.1031643!3e0?entry=ttu),
acedido em 11/11/2022)

3- Águas minerais de Raposo: história, qualidade e evolução

A região de Raposo é rica em águas minerais que apresentam características diferenciadas das demais águas encontradas no estado do Rio de Janeiro. São águas que, pela sua composição química e características físico-químicas, podem ser utilizadas tanto na indústria de envase, quanto em balneários e até para fins terapêuticos. Atualmente, em Raposo, existem duas empresas que possuem o direito minerário para o aproveitamento destas águas minerais. São elas: “Empresa Hidromineral Fluminense” (figura 2), responsável pelo uso e envase da água mineral Raposo proveniente das fontes Raposo e Santo António e, “ Estância Hidromineral Soledade” (figura 3), responsável pelo uso e envase da água mineral Soledade, proveniente das fontes Volta Fria, Força Total e Soledade Thermal.



Figura 2: Parque das Águas Raposo
Fonte: <https://aguaraposo.com.br/>, acedido em: 26/05/2022



Figura 3: Parque das Águas Soledade
Fonte: [http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/aguas-curativas-de-raposo#prettyPhoto\[pp_gal\]/0/](http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/aguas-curativas-de-raposo#prettyPhoto[pp_gal]/0/), acedido em 05/09/2018

Mas Raposo não restringe as suas virtualidades e distinções apenas às águas minerais, pois também possui um vasto património arquitectónico e cultural. A título de exemplo, Raposo também é conhecida pelo seu tradicional “Desfile de Carros de Boi” (figura 4) que ocorre, normalmente, no último fim de semana do mês de maio. O desfile iniciou em 1962 atrás e foi motivado pela sensibilização de dois turistas pelo mau estado de conservação da igreja de Santo Antônio, e incentivaram a coleta de recursos para sua reforma. Os agricultores, então, entregavam os donativos por meio de procissão de carros de boi, e assim o desfile destes carros se transformou em tradição, com forte influência religiosa e portuguesa ¹



Figura 4: Desfile de Carros de Boi

Fonte: <http://jornalcomunicarepadua.blogspot.com/2014/05/52-festa-dos-carros-de-boi-de-raposo.html>, acessido em 05/09/2018.

São, porém, as atividades associadas às águas que comandam o dinamismo económico local. Assim se incrementa o investimento na diversificação de produtos para uso nos parques e na indústria de envase que, somado ao tradicional desfile de carros de boi, fez com que crescesse a movimentação de pessoas na pequena cidade, inclusive com a ampliação significativa de turistas. Esse crescimento acabou provocando um aumento no número de micro e pequenos empreendedores nas áreas de confecção e artesanato (figura 5). Essas confecções e os produtos artesanais, ajudaram a atrair mais turistas e visitantes à cidade e, com isso, o número de hotéis cresceu, bem como novas atividades de interesse turístico foram incluídas, tais como: turismo de natureza que inclui o contacto com os riquíssimos ecossistemas, caminhadas por trilhos com guias, exposição de carros antigos (figura 6), festas típicas (São João, Natal, Ano Novo e Carnaval) e atividades características do período do

¹ (<https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2013/05/desfile-dos-carros-de-boi-movimenta-distrito-de-raposo-em-itaperuna-rj.html#:~:text=Os%20carros%20de%20boi%20se,campanha%20para%20melhorias%20na%20capela.>, acessido em 11/11/2022).

inverno. Hoje, a cidade é multifacetada, sustentando a sua economia não só em função da qualidade das suas águas, mas também nas atrações artesanais, nas confecções e nas festas típicas.



Figura 5: Centro de Artesanato de Raposo

Fonte: [http://mapadecultura.rj.gov.br/headline/raposo-artisans-association#prettyPhoto\[pp_gal\]/1/](http://mapadecultura.rj.gov.br/headline/raposo-artisans-association#prettyPhoto[pp_gal]/1/), acessido em 10/09/20



Figura 6: Exposição de Carros Antigos

Fonte: <https://www.maxicar.com.br/2018/06/viii-passeio-de-veiculos-antigos-em-raposo-itaperuna-rj/>, acessido em 10/09/2018

Apesar das suas múltiplas potencialidades, pretende-se, neste capítulo, descrever, sucintamente, a história e evolução desta pequena cidade, focando-nos, apenas, na qualidade das suas águas que, sem dúvida, são o pilar central para o desenvolvimento da cidade ao longo dos mais de cem anos após a descoberta da primeira fonte de água mineral da região.

3.1- Um resumo da história do Termalismo no Brasil

Num dos estudos de Alvisi, publicado pela Sociedade Brasileira de Termalismo, na secção sobre Minas Gerais (s/d), comunicou-se que, desde 1540, há informações de água mineral no Brasil, todavia, só após a vinda da família Real portuguesa, em 1808, se deu início a pesquisas científicas sobre a qualidade terapêutica das águas minerais brasileiras. Ainda, segundo Alvisi (op. Cit.), foi na sequência

da visita da Princesa Isabel, filha do Imperador brasileiro Dom Pedro II, às estâncias hidrominerais do sul do estado de Minas Gerais, a partir de 1860, que se cimentou de facto o desenvolvimento do Termalismo no Brasil (Alvisi, op. Cit, s/d.).

Foi, no entanto, apenas a partir do Congresso de Química de 1922, que o termo “Termalismo” sofreu uma ampliação da sua abrangência, alastrando esta definição a qualquer estação de tratamento com água mineral, independentemente da temperatura dessa água. Neste Congresso, também foi aprovada a definição de água mineral que, entre outras vertentes, incluía toda a água que, pelas suas propriedades físicas ou pela sua composição química, se diferenciava das águas comuns, podendo ser utilizada para fins terapêuticos, ou como água natural gasosa (Lopes, 1931).

3.2- O que há de especial nas águas de Raposo?

Conforme indicado no capítulo 2, Raposo é uma pequena cidade distante das grandes urbes brasileiras, mas que chama a atenção pela qualidade diferenciada de suas águas minerais.

Desde 1911, apesar de todas as dificuldades de acesso que, àquela época, era feito através de estradas não pavimentadas, o interesse da população pela água venciu todos os obstáculos para chegar até lá. Até à década de 1930, quando foi construída a primeira hospedaria na cidade, as pessoas dirigiam-se ao local em camiões e faziam piquenique no local, apenas com a finalidade de usufruir dos benefícios daquela água (Primo Sylvio, 1984)

Desta forma, a cidade foi crescendo, embora inicialmente em torno da qualidade de apenas uma fonte de água mineral denominada, comercialmente, de “Água Mineral Raposo”, cuja característica principal era a existência de gás carbónico (figura 7) dissolvido (1222,610mg/L). Além da presença do gás carbónico dissolvido na água desta fonte (pertencente à Empresa Hidromineral Fluminense), outros elementos e substâncias chamaram a atenção, tais como: o fluoreto (0,070mg/L), o bário (0,058mg/L), o zinco (0,060mg/L), o potássio (2,161mg/L), o magnésio (2,527mg/L), o cloreto (2,810mg/L), o sulfato (3,140mg/L), o sódio (4,454mg/L), o cálcio (14,871mg/L) e 63,39mg/L de bicarbonato (figura 8). Estes valores constam do resultado da análise oficial registada pelos serviços do governo brasileiro, encontrando-se no Parecer ANM nº 659/2021. Essa água foi classificada pela Agência Nacional de Mineração (ANM) como: “Água Mineral Fluoretada, Hipotermal e Carbogasosa na Fonte” (Parecer ANM nº659/2021).

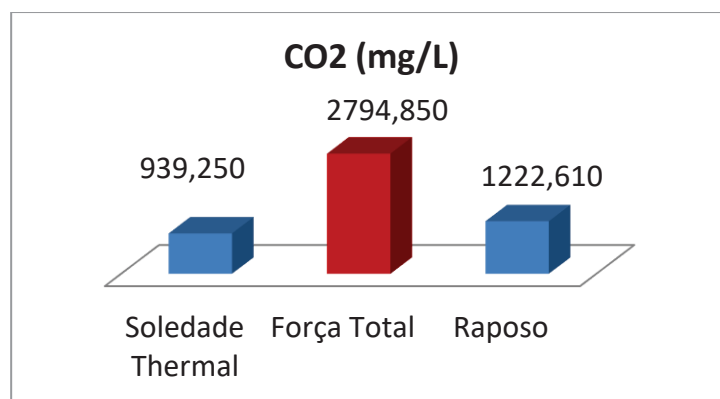


Figura 7: Concentração de gás carbónico nas águas minerais. (Fonte: Parecer DNPM nº 130/2018; Parecer DNPM nº 009/2012 e Parecer ANM nº 659/2021)

Com o passar dos anos, outras fontes de água foram sendo descobertas e captadas em Raposo, apresentando excelentes resultados em relação à concentração de sais e gases dissolvidos.

Por seu turno, a Estância Hidromineral Soledade possui 3 fontes, três captações de água mineral, merecendo duas delas destaque pela elevada concentração de sais dissolvidos. É exemplo a Fonte Força Total (figura 7) que, não só possui uma quantidade elevada de gás carbônico dissolvido (2794,850mg/L) como também, o lítio (0,014mg/L), o bário (0,101mg/L), o cloreto (1,370mg/L), o sulfato (2,340mg/L), o ferro (4,317mg/L), o potássio (4,416mg/L), o magnésio (9,226mg/L), o cálcio (15,350mg/L), o sódio (14,650mg/L) e 147,190mg/L de bicarbonato (figura 8). Estes valores constam do resultado da análise oficial registadas pelos serviços do governo brasileiro e estão disponíveis no Parecer DNPM nº 009/2012. Esta água foi classificada pela Agência Nacional de Mineração (ANM) como: “Água Mineral Ferruginosa, Carbogásosa, Fluoretada e Litinada” (Parecer DNPM nº 009/2012).

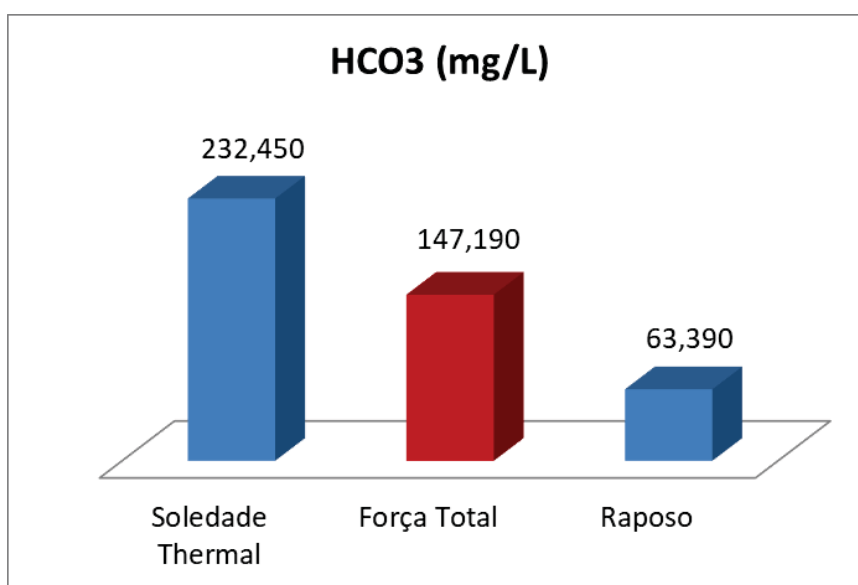


Figura 8: Concentração de Bicarbonato nas águas minerais. (Fonte: Parecer DNPM nº 130/2018; Parecer DNPM nº 009/2012 e Parecer ANM nº 659/2021)

Por seu lado, a Fonte Soledade Thermal possui os seguintes sais e gases dissolvidos (figura 7): gás carbônico (939,25mg/L), lítio (0,011mg/L), bário (0,057mg/L), fluoreto (0,32mg/L), cloreto (2,02mg/L), manganês (0,245mg/L), sulfato (3,33mg/L), potássio (4,655mg/L), ferro (14,302mg/L), sódio (14,664mg/L), magnésio (15,639mg/L), cálcio (22,580mg/L) e 192,98mg/L de bicarbonato (figura 8). Estes valores constam do resultado da análise registada pelos serviços do governo brasileiro e estão acessíveis no Parecer DNPM nº 130/2018. Esta água foi classificada pela Agência Nacional de Mineração (ANM) como: “Água Mineral Alcalino-Terrosa, Ferruginosa, Fluoretada e Litinada, Sulfurosa e Carbogásosa na Fonte” (Parecer DNPM nº 130/2018).

Já em relação às águas com concentrações mais baixas de sais dissolvidos, existem mais 2 em Raposo. Na Empresa Hidromineral Fluminense, destaca-se a água mineral “Raposo”, da fonte Santo Antônio, aquela que possui as concentrações de sais mais reduzidas. Da água da fonte de Santo Antônio, podem-se destacar as seguintes concentrações de sais dissolvidos: bário (0,030mg/L), fluoreto (0,070mg/L), potássio (1,399mg/L), cloreto (2,06mg/L), magnésio (2,535mg/L), sódio

(3,649mg/L), cálcio (4,343mg/L), sulfato (5,01mg/L) e bicarbonato (26,99mg/L), valores que resultam da análise registada oficialmente pelo governo brasileiro, disponíveis no Parecer ANM nº 660/2021. Esta água foi classificada pela Agência Nacional de Mineração (ANM) como: “Água Mineral Fluoretada, Hipotermal na Fonte” (Parecer ANM nº 660/2021).

Por último, a Estância Hidromineral Soledade também possui uma fonte com água com baixo teor de sais dissolvidos, denominada “Fonte Volta Fria”. A água mineral Soledade da fonte Volta Fria possui a seguinte concentração de elementos e sais: bário (0,039mg/L), fluoreto (0,070mg/L), sulfato (1,10mg/L), potássio (1,420mg/L), magnésio (1,487mg/L), cloreto (1,57mg/L), cálcio (2,824mg/L), sódio (4,889mg/L) e bicarbonato (26,02mg/L). Estes valores, como todos os outros, resultam da análise registada pelos serviços oficiais do governo brasileiro e estão acessíveis no Parecer ANM nº 758/2021. Essa água é classificada como: “Água Mineral Fluoretada” (Parecer ANM nº 758/2021).

As características de cada uma dessas águas, acima descritas, com nascente em Raposo, ostentam qualidades diferenciadas que permitem tipos de utilização distintos e que justificam a criação de empreendimentos diversos, de elevado interesse turístico. A figura 9 apresenta um comparativo em relação às concentrações dos principais sais dissolvidos em cada uma das águas antes descritas.

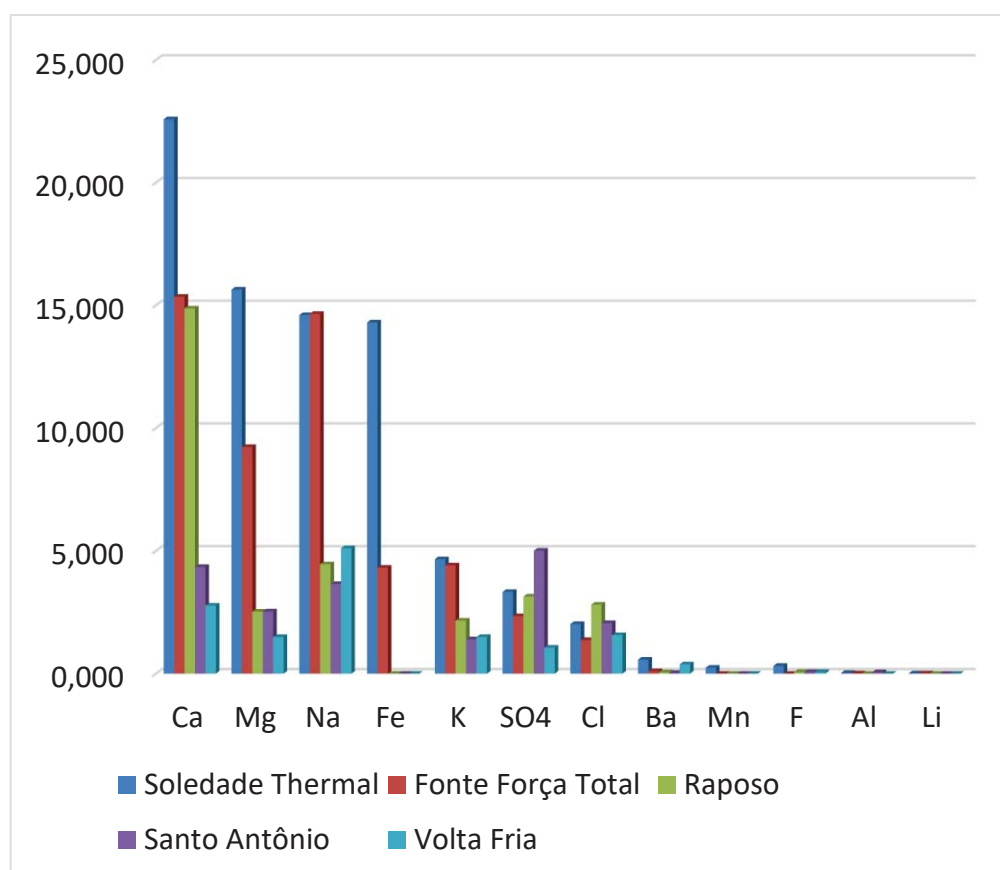


Figura 9: Comparativo entre a concentração de sais de cada água mineral. (Fonte: Parecer DNPM nº 130/2018; Parecer DNPM nº 009/2012; Parecer ANM nº 659/2021; Parecer ANM nº 660/2021 e Parecer ANM nº 758/2021)

3.3- A qualidade das águas minerais de Raposo e os seus potenciais usos terapêuticos

O artigo 1º do Código de Águas Minerais brasileiro, Decreto-lei nº 7.841, de 08 de agosto de 1945, define as águas minerais como: “*aquelas provenientes de fontes naturais ou de fontes artificialmente captadas que possuam composição química ou propriedades físicas ou físico-químicas distintas das águas comuns, com características que lhes confirmam uma ação medicamentosa.*”.

Assim, tendo por base na própria definição do Código de Águas Minerais, a água mineral possui características que lhe conferem uma ação medicamentosa, terapêutica. É isso que se pretende mostrar neste item do trabalho, uma vez que, seja pelas concentrações de alguns gases, elementos e substâncias, seja pela classificação oficial de cada uma das águas, é possível identificar as prováveis características terapêuticas das águas captadas em Raposo.

Benedictus Mário Mourão às páginas 240 e 241 do seu livro “A Água Mineral e as Termas”, editado em 1997, informa que “*a medicina hidrológica já era praticada pelas arcaicas civilizações, como os caldeus, babilônios, assírios e egípcios. Estes ensinaram aos gregos técnicas balneológicas, inclusive duchas e massagens subaquáticas. Os romanos, discípulos dos gregos, aperfeiçoaram o uso dos banhos termais e suas termas atingiram suntuosidade e o máximo de conforto. Ao lado dos processos hidroterápicos, as termas proporcionavam agradável convívio, como se fora um grande e luxuoso clube, onde se discutiam assuntos políticos, sociais, culturais e artísticos. Elas possuíam galerias de arte, biblioteca e as êxedras, pequenos compartimentos para estudo, meditação e análise introspectiva. Quando se fazia necessário, havia assistência médica.*” Desta forma, as civilizações futuras iam, cada uma da sua forma, tirando o melhor proveito dos banhos dos variados tipos de águas minerais.

Ainda segundo Mourão (1997), hoje em dia, o conceito de saúde abrange o bem-estar físico, mental e social. Todavia, a utilização da crenoterapia² para que promova resultados satisfatórios depende de múltiplas componentes: das várias técnicas utilizadas, dos processos fisioterápicos, da terapia farmacológica, da adaptação ao ambiente físico, da sedação emocional, das medidas higienodietéticas e da psicoterapia individual ou em grupo.

Os seus efeitos expectáveis são múltiplos mas diferenciados. Neste contexto, de seguida serão descritos alguns dos prováveis benefícios decorrentes de tratamentos com os gases, íons e substâncias encontrados nas águas minerais provenientes das fontes Raposo, Soledade Thermal, Força Total, Santo António e Volta Fria.

- 1) Alcalinos-terrosos (Cálcio e Magnésio) – O cálcio e o magnésio são utilizados para o tratamento de catarros crónicos das vias aéreas, na asma húmida, mas também no reumatismo, nevralgias, afeções hepáticas e articulares (Gonsalves, 1935), e mesmo paralisias funcionais (Fabrino, 1949). O cálcio natural, contido na água ou nos alimentos, pode ajudar no fortalecimento dos ossos, evitando a osteoporose, enquanto o magnésio é importante no tratamento e prevenção de doenças cardiovasculares (Dr. Juliano Teles³);

² Terapia utilizando-se a água mineral (quente ou fria).

³ Médico Gastro-cirurgião e da medicina ortomolecular

- 2) Ferro – Estimula as reações químicas que ocorrem no interior do organismo humano (metabolismo). É utilizado para o tratamento das anemias e das menstruações, para além de possuir ação diurética (Lopes, 1956);
- 3) Flúor – Atua na boca, nos processos de desmineralização e remineralização. Quando ingerido, é absorvido pelo estômago e retorna à cavidade bucal pela saliva e pelo fluido gengival. Possui efeito antienzimático e antimicrobiano, eliminando bactérias, enquanto protege e fortalece os dentes (FUNASA⁴, 2012);
- 4) Lítio – Utilizado para tratamento do bipolar pois exerce uma intervenção no sistema nervoso central, proporcionando uma ação estabilizadora do humor (www.adeb.pt⁵). É, também, um solvente do ácido úrico (Lopes, 1956);
- 5) Bicarbonatada – Utilizada para tratamento de moléstias do fígado (hepatite, entre outras), para além das gastrointestinais (Gonsalves, 1935) e dos rins (Fabrino, 1949);
- 6) Sulfurosa – Possui ação modificadora da superfície das mucosas e da pele e, se inalada, possui ação de desinfeção das vias respiratórias através do ácido sulfídrico. Em banhos, auxilia no sistema respiratório, nos processos inflamatórios, nas doenças reumáticas, para além de ser benéfico no tratamento da asma, alergias, intoxicações e tensões musculares; melhora ainda a circulação sanguínea (Lopes, 1956);
- 7) Carbogasosa – Tem efeito diurético, pois dissolve o ácido úrico, os oxalatos e os fosfatos da urina, para além dos sais de cálcio na bÍlis. É indicada para o tratamento do artritismo, da gota, da litíase renal e hepática, bem como das colites ou no tratamento do catarro das vias urinárias. Favorece o apetite e a digestão, bem como a evacuação do estômago dilatado (Lopes, 1956). Segundo Mourão (op. Cit.), os banhos com a água carbogasosa são também indicados para o tratamento das afeções cardiovasculares, especificamente em pessoas com hipertensão.

Assim se compreende o aproveitamento terapêutico destas águas e a criação de infraestruturas de apoio como as piscinas e os fontanários, designadamente a piscina da água da Fonte Soledade Thermal (figura 10) classificada como: “Água mineral Alcalino -Terrosa, Ferruginosa, Fluoretada e Litinada, Sulfurosa e Carbogasosa na Fonte”, enquanto a figura 11 mostra o fontanário da água mineral Soledade da fonte Força Total. A figura 12, por seu turno, representa o fontanário da água mineral Raposo, da fonte Raposo.

⁴ Fundação Nacional da Saúde, Ministério da Saúde, Brasil

⁵ Associação de Apoio aos Doentes Depressivos e Bipolares



Figura 10: Piscina com a água mineral Soledade da Fonte Soledade Thermal
Classificada como: Água Mineral Alcalino-Terrosa, Ferruginosa, Fluoretada e Litinada, Sulfurosa e Carbogásosa na Fonte



Figura 11: Fontanário centenário da Água Mineral Raposo
Classificada como: Água Mineral Fluoretada, Hipotermal, Carbogásosa na Fonte



Figura 12: Fontanário da Água Mineral Soledade da Fonte Força Total
Classificada como; Água Mineral Ferruginosa, Carbogásosa, Fluoretada e Litinada

4. Conclusões

Raposo, desde a descoberta da sua primeira fonte de água mineral, em 1911 e, principalmente, após a construção da sua primeira hospedaria, por volta da década de 1930, tem-se transformado num polo turístico regional em franco crescimento. O aproveitamento das suas águas minerais associado à festa do “Desfile de Carros de Boi”, atraiu para o Distrito pequenos empresários que se sentiram motivados a investir no setor da confecção e artesanato, além de se dilatar o número de hotéis.

O que antes era apenas uma pequena fonte de água mineral, que servia a população local e alguns heróis que enfrentavam estradas esburacadas e estreitas para um simples e rápido piquenique, transformou-se numa cidade, ainda pequena, mas muito movimentada aos fins de semana, feriados e férias.

À medida que recentes captações, novas fontes foram descobertas e legalizadas, sobretudo a partir da década de 1930, ampliou-se o leque e diversidade de atendimento às mais variadas necessidades humanas desde o simples fato de beber água mineral para dessedentação, como também, utilizá-las para satisfazer as necessidades do organismo humano.

Com águas minerais tão ricas em sais minerais com indubitáveis efeitos terapêuticos, múltiplos, pois o seu potencial curativo é muito elevado e aplicável a diversas doenças, as águas captadas em Raposo têm tudo para produzir saúde, bem estar e riqueza àqueles que por ela procuram e delas vivem.

Assim, ao concluir o trabalho, os autores gostariam de convidá-lo a visitar Raposo para que, num breve período de tempo, deixe as águas de Raposo e Soledade cuidarem de sua saúde, enquanto os parques e os trilhos cuidam de sua mente. Aproveite os sais e os gases contidos nas águas minerais através de banhos relaxantes ou a sua ingestão na fonte. Aproveite a paz, a beleza e harmonia da cidade e ainda, como brinde, leve uma bela confecção ou um lindo artesanato de Raposo.

5. Bibliografia

ADEB – Associação de Apoio aos Doentes Depressivos e Bipolares. (2022). [on line]. Disponível em <http://www.adeb.pt/publications/doenca-bipolar-tratamento-com-litio>. [Acedido em 15 de setembro de 2022].

ALVISI, T. (s/d). Fisioterapia e termalismo – uma história prática. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE TERMALISMO – SEÇÃO MINAS GERAIS. *Termalismo no Brasil. Poços de Caldas/MG*: Biblioteca das Thermas Antônio Carlos, 100-112.

CAETANO, L. (2005). A Política da Água Mineral: Uma Proposta de Integração para o Estado do Rio de Janeiro. Doutorado em Recursos Minerais, Instituto de Geociências.

DECRETO-LEI nº 7.841, de 8 de agosto de 1945. (1965). Código de Águas Minerais. In: BASTONE, P. e DUMONT. H. P. *Legislação Mineral do Brasil*, 107-122.

FABRINO, A. O. (1949). Aspectos da crenoterapia na Europa e no Brasil. Rio de Janeiro: Departamento Nacional da Produção Mineral. Ministério da Agricultura, 16, 20, 256. Publicação nº1 da Comissão Permanente de Crenologia.

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, 1ª Ed., (2012).

GONSALVES, A. (1935). *Águas Minerais do Brasil. Secção de Estatística da Produção Extractiva da Direcção de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura.

LOPES, R. (1931). *Águas mineraes do Brasil – composição, valor e indicações therapeuticas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.

LOPES, R. (1956). *Águas mineraes do Brasil – composição, valor e indicações therapeuticas*. Rev. aum., 2, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.

MOURÃO, B. (1997). *A Água Mineral e as Termas*. Ed. ABINAM.

PARECER ANM N° 659/2021/DFMNM-MG/GER-MG, Processo N° 27209.004779/1935-10, Empresa Hidromineral Fluminense Ltda-ME.3p.

PARECER ANM N° 660/2021/DFMNM-MG/GER-MG, Processo N° 27209.891556/1994-29, Empresa Hidromineral Fluminense Ltda-ME.3p.

PARECER ANM N° 758/2021/DFMNM-MG/GER-MG, Processo N° 27209.890116/1997-05, Estância Hidromineral Soledade Ltda-ME.3p.

PARECER DNPM N° 009/2012/N.ª Fte. 03 DIFIS/NSAM, Processo nº 000.081/1948, Gomes Leão & Cia. Ltda. 6p.

PARECER DNPM N° 130/2018 – FISC/DNPM/MG – JFW, Processo nº 000.081/48, Estância Hidromineral Soledade Ltda-ME. 3p.

PRIMO, S. (1984). *Águas de Raposo - antes e depois de Martinez*. Rio de Janeiro: Damadá Artes Gráficas e Editora Ltda.

6- Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer ao Sr. Armando Gomes, à Dona Ana Leão, à Mariana, Cristiane e ao Filipe da empresa Estância Hidromineral Soledade e aos Srs. Hélio Martins, Hélio Martins Filho e Hélio Martins Neto da empresa Hidromineral Fluminense que nos permitiram ter acesso às fontes das águas minerais, aos Parques, aos complexos industriais e aos boletins de análises químicas e físico-químicas das águas. Agradecemos também à Héliida Martins que nos possibilitou hospedagem e alimentação no Hotel Fazenda Raposo durante o período em que coletávamos os dados.

A todos, os nossos mais sinceros agradecimentos!

A FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR NA UFRRJ (FAF - SEROPEDICA) E A SUA IMPORTÂNCIA NA DIFUSAO DE ALIMENTOS DE QUALIDADE DIFERENCIADA

THE FAMILY FARMING FAIR AT UFRRJ (FAF - SEROPEDICA) AND ITS IMPORTANCE IN THE DISSEMINATION OF DIFFERENT QUALITY FOOD

Regina Cohen BARROS
Colégio Técnico (CTUR/UFRRJ) – Brasil
reginacohen@ufrj.br

Resumo

A Feira da Agricultura Familiar (FAF) na UFRRJ Seropédica teve origem em 2016, a partir do Programa de Extensão Universitária “Fortalecimento da Agricultura Familiar na Baixada Fluminense e Centro Sul do estado do Rio de Janeiro”, idealizado por uma equipe de professores e discentes da UFRRJ, com o objetivo de promover a integração entre a comunidade acadêmica e a agricultura local. Além disso, contribui para a difusão e comercialização de produtos, e também na promoção do ensino, da pesquisa e da extensão universitária, através da implementação de cursos de capacitação, oficinas, vivências, aquisição de alimentos de qualidade para o restaurante universitário, integração de produtores locais e difusão da agricultura familiar. A feira conta com trabalho e apoio de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), gestão participativa da FAF pela Rural, EMATER, CTUR e agricultores que tem permitido a sua consolidação amparada na organização por regimento, assembleia e fundo de feira. A FAF UFRRJ Seropédica conseguiu atravessar os anos de pandemia de COVID-19 e retornou às atividades normais, atualmente contando com 14 barracas, 22 produtores, sempre às quartas-feiras, além de ainda atender aos consumidores através de pedidos pelo site da feira. Nos seus quatro anos de funcionamento (2016/2019), antes da pandemia, a feira contava com 20 barracas, com cerca de 25 feirantes, agora reduzidos aos tais 22 feirantes em 14 barracas. Durante o período de 2016 até 2022 foram comercializados na FAF Seropédica, aproximadamente 300 produtos diferentes, reunidos em grupos, tais como: hortaliças, frutas da época, ovos, doces e geleias, pães e bolos, sucos e vinhos, mel e derivados, cereais, cogumelos, cosméticos e medicinais, mudas de plantas ornamentais, orquídeas e bromélias. Os valores totais das vendas ao longo desses anos foram em torno de R\$ 902.309,64.

Palavras-chave: feira de agricultura familiar; agricultura familiar; qualidade de alimentos; sustentabilidade rural.

Abstract

The Family Agriculture Fair (FAF) at UFRRJ Seropédica originated in 2016, from the University Extension Program “Strengthening Family Agriculture in the Baixada Fluminense and South Center of the state of Rio de Janeiro”, idealized by a team of professors and students from UFRRJ, with the aim of promoting integration between the academic community and local agriculture. In addition, it contributes to the dissemination and commercialization of products, and also to the promotion of teaching, research and university extension, through the implementation of training courses, workshops, experiences, acquisition of quality food for the university restaurant, integration of local producers and dissemination of family farming. The fair has work and support from Technical Assistance and Rural Extension (ATER), participatory management of the FAF by Rural, EMATER, CTUR and farmers that has allowed its consolidation supported by the organization by regiment, assembly, and fair fund. FAF UFRRJ Seropédica managed to get through the years of the COVID-19 pandemic and returned to normal activities, currently having 14 stalls and 22 producers, always on Wednesdays, in addition to still serving consumers through orders through the fair website. In its four years of operation (2016/2019) before the pandemic, the fair had 20 stalls, with about 25 stalls, now reduced to 22 stalls in 14 stalls. During the period from 2016 to 2022, approximately 300 different products were sold at FAF Seropédica, grouped together, such as: vegetables, seasonal fruits, eggs, jams and jellies, breads and cakes, juices and wines, honey and derivatives, cereals, mushrooms, cosmetics and medicines, seedlings of ornamental plants, orchids and bromeliads. The total value of sales over these years was R\$ 902,309.64.

Keywords: Family farming fair; Family farming; Food quality; Rural sustainability.

1- Introdução

A Feira da Agricultura Familiar (FAF) da UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), em Seropédica (Figura 1) vem sendo realizada desde o ano de 2016, a partir do Programa de Extensão Universitária “Fortalecimento da Agricultura Familiar na Baixada Fluminense e Centro Sul do estado do Rio de Janeiro”. O Programa foi idealizado por uma equipa de professores e discentes da UFRRJ com o objetivo de promover a integração entre a comunidade acadêmica e a agricultores locais, a partir das diretrizes dadas pela “Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional” de 2006 (Lei 11.326 de 24/07/2006) (BRASIL, 2006).

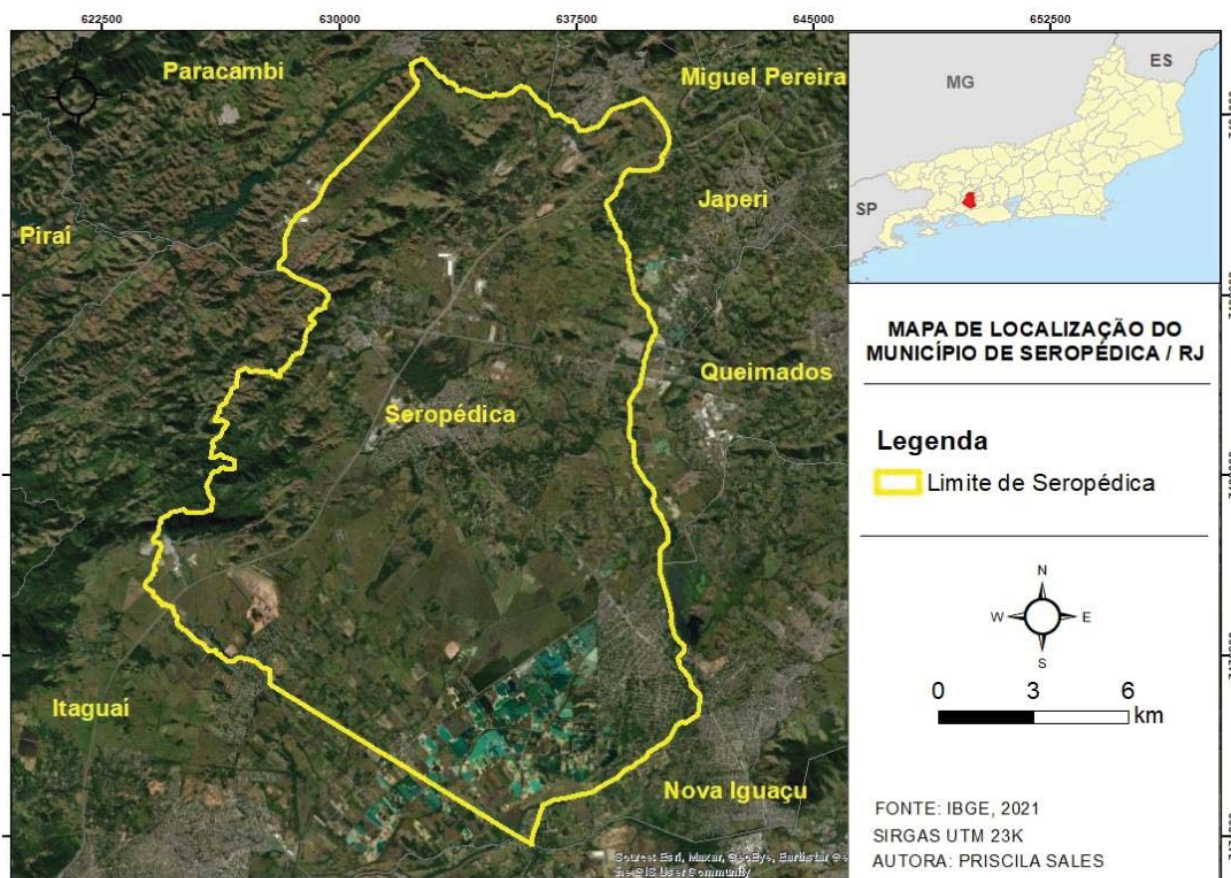


Figura 1: Mapa de localização do município de Seropédica no Estado do Rio de Janeiro.

2- A Agricultura Familiar no Brasil e a Segurança Alimentar

A Agricultura Familiar (AF) caracteriza-se como a principal responsável pela comida que chega às mesas das famílias brasileiras (alimentos como verduras, legumes e frutas *in natura*, tubérculos e alguns grãos) e corresponde à aproximadamente 70% dos alimentos consumidos em todo o País, segundo dados fornecidos pelo censo agropecuário de IBGE em 2017. De acordo com o censo, se comparado ao censo

de 2006, constata-se que a agricultura familiar continua representando o maior contingente (77%) dos estabelecimentos agrícolas do país, mas, por apresentarem extensões menores de áreas agricultáveis, ocupam uma área menor, 80 a 89 milhões de hectares, o equivalente a 23% da área agrícola total, comparando-se aos estabelecimentos com grandes extensões de área, responsáveis pela produção (IBGE, 2017).

Segundo Bilheiro (2020) em sua dissertação, *“A agricultura familiar (AF) apresenta expressiva relevância socioeconômica no Brasil. Representa um importante setor quando se fala na produção de alimentos para consumo interno, perfazendo 77% dos estabelecimentos agrícolas, empregando 67% do pessoal ocupado e produzindo 23% do valor bruto da produção agropecuária (R\$ 131,7bilhões). Os resultados do Censo Agropecuário 2017, mostraram que os estabelecimentos de AF ocupam 80,9 milhões de hectares, o que significa 23 % da área total dos estabelecimentos agrícolas, em contraste com 77% da agricultura não familiar, evidenciando a concentração de terras e poder político e econômico no País”*.

A “Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional” de 2006 (Lei 11.326 de 24/07/2006) (BRASIL, 2006) é o instrumento que institui as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais no Brasil.

Derivadas dessa Lei, as feiras da agricultura familiar promovem uma interatividade entre os agricultores e consumidores, garantindo alimentos de qualidade e asseguram a confiabilidade do produto. Um outro ponto importante para resgatar é que as feiras têm sido cada vez mais procuradas por conta dos movimentos de difusão por uma alimentação mais saudável, através de alimentos com valor agregado, produzidos em agrossistemas biológicos, levando-se em conta a cultura popular, memórias e a tradição do saber fazer, que não são encontrados em alimentos produzidos pela agroindústria.

A Lei impulsionou e legitimou as políticas públicas voltadas para a os estudos e práticas para a SAN (Segurança Alimentar e Nutricional) que, de uma forma geral, permite unir iniciativas que envolvam vários setores sociais, econômicos e acadêmicos, podendo garantir o acesso regular de alimentos de qualidade, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. As feiras de agricultura familiar representam essa difusão de alimentos de qualidade diferenciada, porque elas criam vínculos e perspectivas para manutenção das famílias no meio rural, e sobretudo: geram renda.

3- A Importância das FAF

Neste contexto, as FAF têm importância social e econômica em todo o País, caracterizando-se por um dinamismo, interação e trocas entre os agricultores e os consumidores, transformando o espaço da feira em um momento único, trazendo alimentos de qualidade diferenciada e sistemas produtivos alternativos sustentáveis, coesos e conectados com a sustentabilidade rural, gerando renda e qualidade de vida. Os sistemas sustentáveis de alimentos são concebidos pela integração e relações de equilíbrio entre recursos humanos (econômicos e sociais) e recursos naturais, a fim de garantir qualidade ambiental,

sustentabilidade agrônômica, viabilidade socioeconômica, alimentos de qualidade nutritiva e livres de agroquímicos, segurança alimentar e do trabalho e da renda.

4- A FAF da UFRRJ em Seropédica

Idealizada a partir do Programa de Fortalecimento da Agricultura na Baixada Fluminense e Municípios Vizinhos; a FAF UFRRJ Seropédica vem se destacando como um momento de grande interação social, onde além dos produtos da agricultura familiar, reúne artesãos e artesãs locais, dentro do espaço universitário, porém aberto ao público em geral, em momentos únicos e valiosos de muita troca de saberes e viveres.

Indo além, a FAF contribui para a difusão e comercialização de produtos de qualidade diferenciada, com confiabilidade da venda direta do produtor, gerando renda e promovendo o ensino, a pesquisa e a extensão, através da implementação de cursos de capacitação, oficinas, vivências, aquisição de alimentos para o restaurante universitário e incentivo à integração dos produtores.

A Feira conta com o suporte e o apoio da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), e se organiza por gestão participativa que também envolve a UFRRJ, a EMATER, o CTUR (Colégio Técnico da UFRRJ) e agricultores locais, o que permite sua consolidação amparada na organização por um regimento, assembleias e um fundo da feira.

A FAF da UFRRJ em Seropédica vem sendo realizada desde 2016, sempre às quartas, de 08h00 até 13h00, no prédio da Reitoria (Figura 2) com amplo funcionamento até início 2020, antes da pandemia de COVID-19, quando contava com 20 barracas e 25 feirantes (residentes nos municípios de Seropédica, Itaguaí, Japeri e Paracambi, todos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro). Durante os anos de 2020 e 2021 a pandemia forçou um fechamento parcial da atividade, porém com a criatividade dos produtores e o apoio da Universidade, criou-se um serviço de entrega de cestas, com pedidos feitos através de um site e entregues provisoriamente no CTUR.



Figura 2: Local de realização da FAF UFRRJ Seropédica. Modificado de Google Earth.

Em 2022, com a reabertura da Universidade para o ensino presencial, ela voltou a ser realizada no prédio P1, porém continuando com o atendimento para venda de cestas *on line* para retirada em dias agendados, normalmente no Colégio Técnico (CTUR/UFRRJ)

No período de 2016 até março de 2020, foram ali comercializados aproximadamente 300 produtos diferentes, reunidos em grupos, tais como: hortaliças, frutas da época, ovos, doces e geleias, pães e bolos, sucos e vinhos, mel e derivados, cereais, cogumelos, cosméticos e medicinais, mudas de plantas ornamentais, orquídeas e bromélias, como observadas nas figuras seguintes.

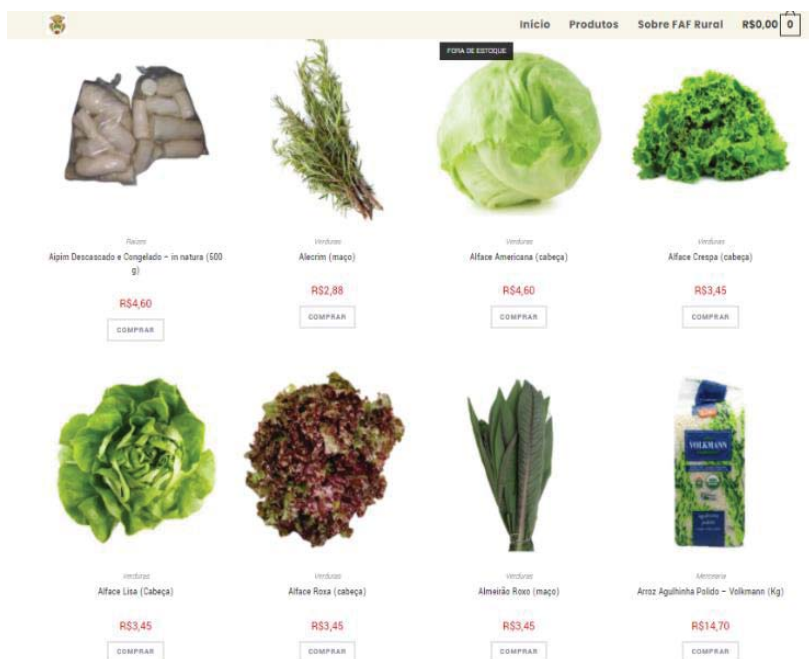


Figura 3: Exemplo de produtos vendidos na FAF Seropedica.
Fonte: www.faf rural.com.br



Figura 4: Exemplo de cesta de produtos da FAF Seropedica
Fonte: www.faf rural.com.br

No ano de 2022 com o retorno à normalidade da universidade, a feira volta a se organizar no prédio da reitoria da UFRRJ, sempre às quartas de 8h00 até 13h00, agora com 14 barracas e 22 feirantes, continuando com serviço de cestas e em aplicativo para compras *online* (aplicativo WhatsApp) e retirada dos produtos no Colégio Técnico (CTUR).



Figura 5: Produtos vendidos na FAF Seropedica.
Fonte: www.faf rural.com.br



Figura 6: Produtos vendidos na FAF Seropedica.
Fonte: www.faf rural.com.br

5- Valores Gerados da Comercialização

O valor total aproximado da comercialização contabilizado a partir de 2017 até o início da pandemia foi de R\$543.162,60, distribuídos mensalmente conforme discriminados na Tabela 1.

Tabela 1: Valores aproximados das vendas da FAF UFRRJ entre 2017 e 2020

ANO	VALOR TORAL ESTIMADO 2017/2020
2017	R\$ 183.394,20
2018	R\$ 160.106,35
2019	R\$ 163.776,55
2020	R\$ 119.236,00
TOTAL	R\$ 626.513,10

Fonte: www.faf rural.com.br

A partir de abril de 2020, com a pandemia, a feira funcionou baseada no CTUR, a partir de pedidos realizados pelo site e entrega feitas em "cestas" dentro de ecobolsas próprias e retornáveis. Naquele ano foram comercializadas um total de 1.285 cestas, com valor total de comercialização de R\$ 119.236,00. Os alimentos da cesta mais vendidos foram os ovos (aproximadamente 645 dúzias), as hortaliças (3.561 folhosas), e raízes e tubérculos (média de 2.774kg).

No ano de 2021, o valor estimado do total das vendas na FAF UFRRJ foi de R\$ 102.021,04. As cestas comercializadas neste mesmo ano somaram um valor de R\$ 69.181,85, totalizando RS 171.202,89.

Segundo a Equipe do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar na Baixada Fluminense da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no ano de 2022, a feira voltou a ser organizada no prédio

da Reitoria da UFRRJ, reunindo 22 produtores distribuindo seus produtos em 14 barracas e ainda comercializando “cestas *on line*” para entrega domiciliar. O faturamento aproximado da feira naquele ano foi de R\$ 187.944,35.

Neste mesmo ano (2022) a média de faturamento da cesta semanal entre os meses de março a novembro foi de R\$ 630,00, e o faturamento total do ano com as vendas *online* foi R\$ 23.626,325, com a comercialização de um total de 337 produtos para um total de 91 clientes em média.

6- A Cesta da Agricultura Familiar

A Feira *online* ou “Cesta da Agricultura Familiar” pode ser feita a partir da página www.faf rural.com.br, que semanalmente coloca uma lista de produtos da semana (Tabelas 1 e 2), que estarão disponíveis para retirada no CTUR. A comunicação de sugestões ou dúvidas é feita através do Email: fafrural@gmail.com ou aplicativo de WhatsApp.

Os produtos principais e que geralmente disponíveis semanalmente estão listados nas tabelas 2 e 3.

Tabela 2: Principais tipos de produtos hortifruti vendidos pela FAF.

	PRINCIPAIS PRODUTOS	HORTIFRUTI VENDIDOS	NA FAF
Abacaxi	Batata doce	Limão	jiló
Abóbora	Batata doce roxa	Manjeriço	Repolho
Abobrinha	Beringela	Maxixe	Rúcula
Agrião	Berin jiló	Milho	Tomate
Aipim	Cenoura	Pimentão	Tomate cereja
Alface	Couve	Pimentas diversas	Alecrim
Banana	Couve-flor	Quiabo	Salsa e cebolinha

Fonte: www.faf rural.com.br

Tabela 3: Outros produtos vendidos pela FAF.

OUTROS PRODUTOS
Feijão
Mel e derivados da apicultura (própolis, cera de abelha e hidromel)
Ovos
Frutas desidratadas
Cogumelos diversos
Sorvete artesanal
Pães
Bolos

Geleias
Compotas
Cosméticos veganos
Produtos de mercearia: farinhas, féculas, cereais e grãos
Mudas e plantas ornamentais
Mudas de plantas para horta e medicinais
Plantas Alimentícias não convencionais (PANCS)

Fonte: www.faf rural.com.br

7. Considerações

A FAF da UFRRJ Seropédica, embora tenha passado por momentos de incertezas durante a pandemia, continuou com a feira em outro formato, através da inovação de “cestas” para entrega em domicílio, garantindo renda para os produtores num período conturbado da vida social e econômica do País. A retomada do Programa no espaço universitário vem se dando de forma gradativa, e o faturamento vem em um ritmo de crescimento, apesar da inflação que vem atingindo, sobretudo, os alimentos.

Tomando-se como média um total de 24 produtores, têm-se que a FAF UFRRJ Seropédica nos últimos seis anos garantiu uma renda média de R\$ 6.266,00 anuais, ou 522,17 mensais por produtor por comercialização de seus produtos em 4 dias de feiras realizadas ao mês, um valor relativo considerando-se que eles tenham outros meios de comercialização em outros dias da semana, embora haja muitas disparidades entre cada um como: permanência na feira, tipo de produto vendido, outras modalidades de comercialização.

Tabela 4: valores totais estimados e média de renda estimada por produtor.

ANO	VALOR TOTAL ESTIMADO 2017/2022
2017	R\$ 183.394,20
2018	R\$ 160.106,35
2019	R\$ 163.776,55
2020	R\$ 35.885,50
2021	RS 171.202,89
2022	R\$ 187.944,35
TOTAL	R\$ 902.309,64
MÉDIA ANUAL	R\$ 150.384,94
MÉDIA ANUAL ESTIMADA POR PRODUTOR	R\$ 6.266,00
MÉDIA MENSAL POR 4 DIAS DE FEIRA	R\$ 522,17

Com a volta à normalidade espera-se que a FAF continue cumprindo o seu papel mais do que social, tais como o de inserção de agricultores locais, no comércio de produtos de qualidade diferenciada, trazendo sustentabilidade rural, dando visibilidade aos produtos e aos produtores, gerando renda e acima de tudo, promovendo segurança alimentar



Figura 7: Logo da FAF
Fonte: www.fafurural.com.br

8- Referências bibliográficas

BILHEIRO, L. C. (2020). Experiências da venda direta da agricultura familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, campus Seropédica (RJ) e suas contribuições para a segurança alimentar e nutricional. Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, *Mestrado em Agricultura Orgânica*, Curso de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica.

BRASIL (2016). *Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006*. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Consulta em abril 2023.

BRASIL (2020). *Lei Nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020*. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

BRASIL (2023). *Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa de orçamentos familiares 2008/2009*. Disponível em: [em:https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/protecao-social/9050-pesquisa-de-orcamentos-familiares.html?=&t=destaques](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/protecao-social/9050-pesquisa-de-orcamentos-familiares.html?=&t=destaques). Consulta em abril 2023.

CENSO AGROPECUÁRIO. (2006). Brasil, Grande Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, 1-777, ISSN 0103-6157

CENSO AGROPECUÁRIO. (2017). *Resultados Definitivos*. Brasil, https://cens_oagro2017.ibge.gov.br/ ID: 3096 ISSN: 01036157. Consulta em abril de 2023.

MIRANDA, S. P. (2021). *Comercialização Agrícola em Canais de Venda Direta: um Estudo dos Fatores de Competitividade da Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*. Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, *Mestrado em Agricultura Orgânica*, Curso de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica.

OLIVEIRA, N. F.; Barros, R.; Dias, A., & Majerowicz, N. (s/d). *Impacto da pandemia de covid-19 no faturamento da feira da agricultura familiar na UFRRJ nos anos de 2020 e 2021*. ANAIS do 60º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER. Natal/RN.

SANTOS, L.R. (2018). *Residência agrônoma com enfoque agroecológico: o caso dos canais de venda direta na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*. Instituto de Agronomia, Universidade Federal

BARROS, R. (2022). *A Feira De Agricultura Familiar Na Ufrj (Faf- Seropedica) e a sua Importância na Difusão de Alimentos de Qualidade Diferenciada*. The Overarching Issues of the European Area: Sustainable Development and Territorial Preservation in a Globalized World; Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 179-188 DOI:[10.21747/978-989-9082-57-1/overa12](https://doi.org/10.21747/978-989-9082-57-1/overa12)

Rural do Rio de Janeiro, *Mestrado em Agricultura Orgânica*, Curso de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica.

9- Agradecimentos

À Profa. Anelise Dias e às Residentes Agrônomicas Roberta Barros e Nataly Freire de Oliveira pelos dados da FAF UFRRJ Seropédica e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

SANITATION POLICIES AND PERIPHERAL URBANIZATION: THE GUANDU BASIN AND THE METROPOLITAN MUNICIPALITIES OF THE STATE OF RIO DE JANEIRO (RJ) (BRAZIL)

POLÍTICAS DE SANEAMENTO E A URBANIZAÇÃO PERIFÉRICA: A BACIA DO GUANDU E OS MUNICÍPIOS METROPOLITANOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (BRASIL)

André Santos da ROCHA

Federal Rural University of Rio de Janeiro (UFRRJ)

asrgeo@ufrj.br

Abstract

Reflection on human rights in cities goes directly to basic housing conditions. Such conditions are related to the broad debate on sanitation policies, as they promote access to drinking water and wastewater collection, which are essential elements for promoting healthy and sustainable cities. In Brazil, there are still problems regarding access to basic sanitation for a large part of the population, especially those who live in consolidated periphery areas and in peri-urban areas of large cities, which, despite being close to important basins and water sources, remain with problems of access to water and sewerage. This is the example of the municipalities of the Baixada Fluminense (Rio de Janeiro Lowlands) that are part of the Guandu Hydrographic Basin (RH-II), namely: Paracambi, Seropédica, Itaguaí, Japerí and Queimados. Such cities have unique characteristics in the metropolitan context of Rio de Janeiro, marked by the growth of occupations in urban areas in recent years and the need to expand access to sanitation for its population. This problem involves the universal issue of access to sanitation and the sustainability of the watershed in the region, which guarantees the supply of more than 9 million inhabitants of the metropolitan region of Rio de Janeiro. In order to think of this scenario, this work has as its methodological scope the analysis of public policies for the sanitation sector, having as a context the urban and territorial dimension of the urban periphery of Rio de Janeiro. It is also based on a qualitative and quantitative analysis of the evolution of access to water and sanitary sewerage in the region, with emphasis on urban-metropolitan municipalities fully inserted in the Guandu Basin.

Keywords: Access to water and sewerage, Urban periphery, Regional urban planning. Public policy.

Resumo

A reflexão sobre direitos nas cidades passa diretamente sobre as condições básicas de moradia. Tais condições são relacionadas com o amplo debate sobre as políticas de saneamento, pois elas promovem o acesso à água potável e a coleta de esgoto, que são elementos essenciais para promoção de cidades saudáveis e sustentáveis. No Brasil, ainda persistem problemas quanto a acessibilidade ao saneamento básico por grande parte da população, em especial daqueles que vivem em áreas de periferia consolidada e em áreas periurbanas das grandes metrópoles, que mesmo estando próximo a importante bacias e fontes hídricas, permanecem com problemas de acesso à água e ao esgoto. Esse é o exemplo dos municípios da Baixada Fluminense que estão inseridos na Bacia Hidrográfica do Guandu (RH-II), a saber: Paracambi, Seropédica, Itaguaí, Japeri e Queimados. Tais cidades apresentam características singulares no contexto metropolitano do Rio de Janeiro, marcados pelo crescimento de ocupações áreas urbanas nos últimos anos e pela necessidade de ampliar o acesso ao saneamento a sua população. Tal problemática passa pela universalização do acesso ao saneamento e pela sustentabilidade da bacia hidrográfica da referida região, que garante o abastecimento de mais de 9 milhões de habitantes da região metropolitana do Rio de Janeiro. Para pensar esse quadro, este trabalho tem como escopo metodológico a análise das políticas públicas para o setor do saneamento, tendo ancorado como contexto a dimensão urbana e territorial da periferia urbana do Rio de Janeiro. Também se baseia na análise quali-quantitativa sobre os acessos à água e ao esgotamento sanitário na região com ênfase nos municípios urbanos-metropolitanos integralmente inseridos na Bacia do Guandu.

Palavras-Chaves: Acesso a água e ao esgoto, Periferia urbana, Planejamento urbano regional. Políticas Públicas

1- Introduction

The first decade of the 21st century, more precisely the year 2007 was when, for the first time, the rural population was surpassed by the urban population on a world scale. In Brazil, this milestone was reached in the 1970s, when the urban population was equivalent to 56% of the population. One of the major problems associated with the growth of the urban population relates to the living and habitable conditions of the cities. These conditions are inevitably associated with network installations that allow access to water and sanitary sewerage (Kuwaijima, *et al.*, 2020) The accelerated form of urbanization in countries on the so-called global periphery has produced unstructured cities marked by great social contradictions.

Mike Davis (2004) indicates that most of the world's urban population will live in countries in Latin America, Africa, and Asia, and especially in impoverished areas (slums or peripheries), marked by a context in which the profile of urban equipment is quite precarious and with almost non-existent sanitation conditions. Even though the United Nations (UN) has recognized water and sanitation as a human right since 2010, there are many challenges to its universal access (OMS/UNICEF, 2019). The expansion of accessibility to these rights is still fragile in most countries of the Global South. Inadequate access to these rights has significant economic and social impacts, such as increases in diseases linked to poor water quality such as diarrhea, cholera, and others. In addition, there are problems inherent in the operational costs of treating these diseases (Heller, 1998).

Furthermore, the current context makes the possibility of universal access to piped drinking water even more challenging, since we are experiencing an intense process of privatization and commodification of water (Swyngedouw, 2009). This process has an impact on the cost of water and sewerage services, which directly impacts the most impoverished populations in their ability to afford the costs of such services. That is why public policies, interpreted as the State in action, are essential for expanding and building infrastructure for these locations.

Therefore, the present work is dedicated to presenting the sanitation policies that aimed to promote access to water and sanitary sewerage in the urban periphery of the metropolitan region of Rio de Janeiro, focusing on the municipalities that are inserted in the Guandu Basin (Seropédica, Itaguaí, Japeri, Queimados and Paracambi) (Figure 1). The analysis is justified because there is a need to understand the asymmetries in access to water and sewerage networks in areas on the urban periphery that have seen greater proportions of increase in their urban fabric in the last decade. Also, because this set of municipalities is inserted in one of the most important urban watersheds in Brazil: The Guandu Basin.

The Guandu Basin is responsible for the metropolitan supply of Rio de Janeiro, which currently serves approximately 9 million people, corresponding to more than half of the population of the Metropolitan Region of Rio de Janeiro. The interpretation of accessibility to the components of sanitation policies that instill connections to water and sewerage networks help us to understand the contemporary challenges to thinking about the so-called “water (in)security”.

We take here into theoretical and methodological consideration the understandings of political ecology critique, as Alex Loftus (2021) considers that the problem of water insecurity should not be seen only from the perspective of water scarcity caused by natural issues (absence of rain, water stress), but due to socioeconomic conditions that increase social inequalities in the city. In these terms, we also agree with Erik Swyngedouw (2004) when he points out that in order to interpret the water flows in the city is to understand the flows of power, since the accessibility of water reveals, in its intrametropolitan scale, the different levels of income and influence that settle in the city. Therefore, according to the analyzes there is an uneven dynamic in this hydrosocial cycle, especially in the urban periphery of Rio de Janeiro (Brito; Formiga-Jhonson; Carneiro, 2016). Thus, the interpretation of sanitation policies in this urban periphery of Rio de Janeiro leads us to understand the characteristics of peripheral urbanization. In this sense, we use the geographer Milton Santos (1993) who presents elements to weigh structural aspects of this urbanization, which in essence constitute precarious conditions for the survival of the poorest populations, which involves the problem of access to water and basic sanitation.

The methodology of this research is based on qualitative-quantitative and exploratory research on sanitation policies, based on a survey in research agencies and data collection (Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE; the National Sanitation Information System – SNIS). Also used are sources linked to the government agency of the State of Rio de Janeiro and the State Water and Sewerage Company – CEDAE (Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro), as well as the review of academic works on the subject and the collection of data on access to water and sanitation in this region. This material aims to analyze and identify different levels of inequalities in access to these sanitation services and the spatial selectivity of public policies, which reinforce and partly explain the structural problems in the metropolitan municipalities that are fully inserted in the Guandu Basin.

2- Peripheral Urbanization and Sanitation in the Metropolitan Periphery of Rio de Janeiro

One of the great characteristics of Brazilian urbanization, which in a certain way reproduces general features of Latin American urbanization, is the unequal growth and expansion of cities, materializing social injustices with strong income differentiation and, in most cases, precariousness of basic structures for life in these areas, such as the absence of sanitation policies (Rocha, 2022).

Milton Santos (1993) points out that there is a past urbanization arising from the economic and social formation of Brazil, where urban centers were formed with a mirror of relations with the countryside, becoming hubs of goods and centers of commerce. However, it is in the 20th century that there is a massive expansion of Brazilian urbanization whose “sprawling, in turn, configured a type of city that is characterized by peripherization, fragmentation and dispersion” (Maia, 2010).

The horizontal growth and sprawl of Brazilian cities happens in different ways, whether due to the accelerated growth of the urban population and the growing demand for popular housing, or due to the impetus for new productive structures that demanded the opening of circulation routes with highways and railways. That is, marked by a quick and sharp transition from orchards and agricultural areas to urban use through regular and irregular subdivisions.

The great specificity of this expansion is the inherent constitution of forms-content known as urban peripheries. These gain social attributes marked by the absence of satisfactory urban policies, the occupation by a working and impoverished population (Seabra, 2003) and poor access to numerous human rights (Santos, 2007). This is a unique feature of the urban peripheries of contemporary Brazil, which despite having very heterogeneous social elements in terms of wealth generation processes, are still marked by strong economic and social segregation (Corrêa, 2005). In Rio de Janeiro this periphery is known as “Baixada Fluminense” (Rio de Janeiro Lowlands). This segregation is reflected in the living conditions, where the basic characteristics are not universal. We understand that sanitation constitutes an essential part of the dimension of urban life, and that it is referenced in the “Law of National Guidelines for Basic Sanitation” as a set of services, infrastructures and operational facilities that provide the Municipality with the supply of drinking water, the sewerage, urban stormwater drainage and management, and urban cleaning and solid waste management¹.

The periphery of the metropolitan region of Rio de Janeiro, especially the western portion known as Baixada Fluminense (Rio de Janeiro Lowlands), presents major problems in its urban structure related to sanitation (Britto; Formiga-Jhonsonn; Carneiro, 2016). In addition to the problems of access to piped water, there are serious problems related to the collection and treatment of wastewater. It is important to highlight that cities whose urbanization is more consolidated have different accessibility conditions than those located in transition zones from an immediate periphery to a peri-urban zone.

The immediate periphery is the one that underwent incorporation into the urban cell of Rio de Janeiro from the 1950s onwards. As this periphery we can focus on the cities of Nova Iguaçu, Mesquita, São João de Meriti, Belford Roxo, Nilópolis and Duque de Caxias – and more recently we can also include the municipality of Queimados. From the perspective of a peri-urban landscape, the municipalities of the Far West of the metropolitan area are listed, such as Japeri, Seropédica, Itaguaí and Paracambi. In Figure 1, we illustrate the expansion of the urban areas of the Metropolitan Region of Rio de Janeiro, and it is notable that the most recent expansion is in a darker shade of the orange color and is exactly located in the Far West portion of this region. This region stands out with significant urban densities identified by the IBGE in 2015, therefore indicating more recent occupation.

¹ It is a set of elements that we present in a synthetic way present in article 3 of Law 11,445 of January 5, 2007. See < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/11445.htm >. Which was updated in the new wording by Law nº 14.026, de 2020

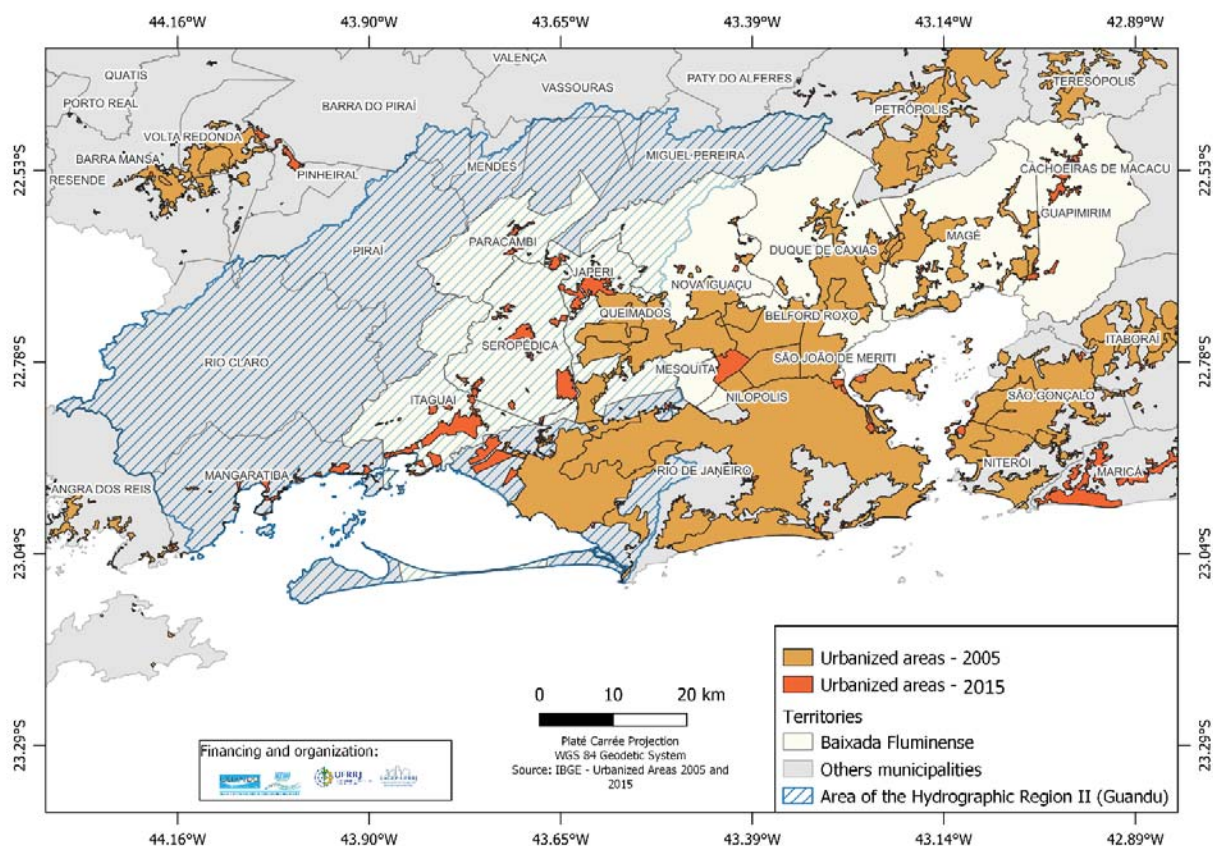


Figure 1: Urbanized areas growth map 2005 and 2015
 Author's elaboration. Source: IBGE

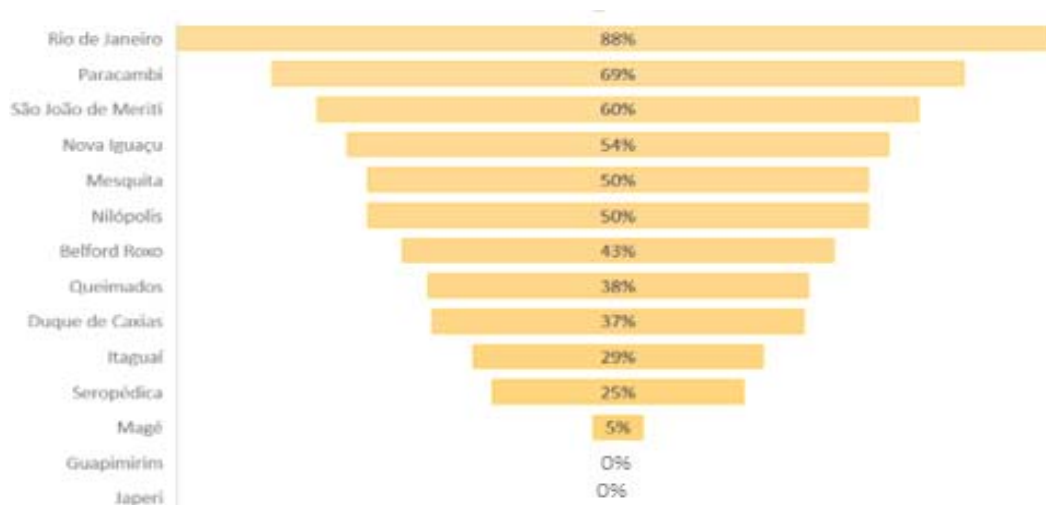
The thinking about aspects of this recent expansion of the urban metropolitan periphery to the western portion of Rio de Janeiro is carried out by the pressing need to install and maintain technical networks related to water supply and wastewater collection in the region. This area comprises metropolitan municipalities that are fully inserted in the Hydrographic Region II (Gandu). From this region, the water necessary to supply more than 9 million inhabitants of the metropolitan region is captured. It is important to highlight that in this area there are two very important supply systems, the Lages Systems, and the Guandu System.² (Ribeiro, 2021)

Due to the gradual growth of urban areas, there is a great potential for impact on water quality in the region, especially since there are large deficits in terms of wastewater collection and treatment. The current indicators on wastewater collection in the municipalities of the far west region are below those of the

² As we mentioned in other texts, the Guandu System is the most recent and dates to 1950, marked by the creation of the Guandu treatment plant. For more details < See more information available at: <http://www.inea.rj.gov.br/ar-agua-e-solo/seguranca-hidrica/sistemas-de-abastecimento/guandu-lajes-acari/> Accessed on Sep. 20, 2022>

other areas of the Baixada Fluminense and this promotes vulnerability and a risk to the sustainability of water bodies in the region [see graph 1].

Graph 1 exposes the fragility of the periphery (Baixada Fluminense) (Rio de Janeiro Lowlands) in relation to the capital (Rio de Janeiro). We produced the above-mentioned percentage of access based on the quantitative data of the population with access to sanitary sewerage from the National Sanitation Information System (SNIS) regarding the year 2020 in proportion to the estimate of the population of the listed municipalities prepared by the Brazilian Institute of Geography and Statistics of 2021.



Graph 1: Percentage of access to sanitary sewerage in the Baixada Fluminense (western outskirts of Rio de Janeiro) and in the Capital.
Author's elaboration. Source: SNIS (2020)

The graph expresses the difference in access to sanitary sewerage in the city of Rio de Janeiro of more than 40 percentage points in relation to the average of the municipalities in the Baixada Fluminense (Rio de Janeiro Lowlands). It is also possible to observe that in cities located in zones of recent urban expansion, the population with access to sanitary sewerage is less than 40%, such as, Itaguaí (29%), Seropédica (25%), Queimados (38%), and Japeri (0%)³. The exception is in the municipality of Paracambi, which has 69% of its population with access to sanitary sewerage. It is necessary to emphasize that the municipalities with more consolidated urbanization present percentages of sanitary sewerage service greater than 50% (Nova Iguaçu, Belford Roxo, Mesquita and Nilópolis), however there are municipalities with acute deficits, such as Duque de Caxias and Belford Roxo, which have, respectively, only 37% and 43% of their population having such access.

³ The value referring to zero for access to sanitary sewage in Japeri is related to the delay in filling in the data in the SNIS base. We emphasize that it is the difficulty on the part of city halls and competent bodies that reveal, to a greater or lesser extent, deficiencies and problems regarding data collection and public policies in the sanitation sector.

The situation of precarious access also affects access to water. For example, according to data from SNIS in 2020, the city of Paracambi recorded about 36% of its population living without access to water. Itaguaí was 29% and Seropédica 34%. Values are high compared to the city of Rio de Janeiro where only 3% of the population did not have access to water.

Despite a precarious situation in terms of water accessibility and wastewater collection in this periphery, it is possible to perceive that there is an internal territorial differentiation. We understand that this differentiation is directly related to public sanitation policies that have been developed over the last few decades. There is a spatial selectivity of public policies (Rocha, 2012), due to the fact that their occurrence elects some territories based on political/technical criteria, leaving others out. Implicitly, this spatial selectivity of public policies in the field of sanitation ends up promoting inequality in access to water and sewage on the outskirts of the metropolis.

3- Spatial selectivity of public sanitation policies - A look at metropolitan municipalities fully inserted in the Guandu Basin

From the reading of published texts, we identified how much the municipalities of the Baixada Fluminense that are closer to Guanabara Bay are more privileged with policies in the field of sanitation than those municipalities that are located in the Far West portion of the metropolis, in particular those inserted in the Guandu Basin (Britto; Quintslr,2020; Rocha,2014, Souza, 2006, do Rio, 2022, Fadel, 2006). This fact shows that individuals, even sharing a peripheral condition, experience distinctly different hardships in terms of access to sanitation. Therefore, it is relevant to remember the work of Alex Loftus (2021), which indicates the need to reconstruct the spatial and temporal dimension of the actions that promote an unequal condition in the sanitation field.

Based on a bibliographical and documentary review, we prepared Table 1. In its reading, we can understand that the sanitation macro policies developed in the 1990s and that unfold in the first decades of the 21st century are mostly privileging municipalities with more consolidated urbanization, such as seen both in projects such as Baixada Viva (Lowlands Alive program) and PDBG (Guanabara Bay clean-up program) which were in effect until the mid-2000s.

Table 1: *With sanitation policies in the western periphery of Rio de Janeiro in the last three decades*

Sanitation Public Policy	Formulation/application period	Municipalities of the Baixada Fluminense (Rio de Janeiro Lowlands) of Consolidated urbanization that are benefited	Municipalities of the “Baixada” inserted in the Guandu Basin that are benefited
<i>Baixada Viva (Lowlands Alive)</i>	1998-2002	Nova Iguaçu, Mesquita, Belford Roxo, São João de Meriti, Duque de Caxias	No cities covered.

<i>PDBG – Programa de despoluição da Baía de Guanabara (Guanabara Bay clean-up program)</i>	<i>Conceived in the 1990s, in effect until 2006</i>	Duque de Caxias, São João de Meriti. Nova Iguaçu, Belford Roxo, Mesquita	No cities covered.
<i>PAC-Baixada (Lowlands Growth Acceleration Program)</i>	<i>2007-2014</i>	Belford Roxo, Duque De Caxias, Guapimirim, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu e São João De Meriti.	Queimados, Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Queimados e Japeri
<i>Programa Mais Água para Baixada (Nova Guandu) More Water for Lowland Program (New Guandu)</i>	<i>2014 - Current period</i>	Nova Iguaçu, mesquita, Duque de Caxias, Belford Roxo, Nilópolis, São João de Meriti	Diretamente: Queimados e Japeri Indiretamente: Paracambi, Seropédica e Itaguaí
<i>Sanear Guandu (Sanitize Guandu)</i>	<i>2021 - Current period</i>	<i>Nova Iguaçu</i>	Itaguaí, Seropédica, Paracambi Japeri e Queimados

Organized by the Author. Source: CEADE (2020); Britto; Quinstslr (2020), Ministry of Planning, Development and Management (2018), INEA (2021)

It is important to point out that the PDBG works also included municipalities in the eastern metropolitan area (such as São Gonçalo) and the city of Rio de Janeiro. These policies were aimed at providing technical infrastructure for wastewater collection and treatment. For example, the Baixada Viva program (Lowlands Alive program), which according to Britto and Quinstslr (2020) was designed in line with the works of the PDBG and were also centered on urbanization projects, such as the provision of storm sewers and wastewater galleries.

With further reference to Table 1, it is possible to visualize that the federal/state macro policies in the scope of sanitation focused on municipalities in the Far West of the metropolitan area only in the 2010s. The federal program PAC (Growth Acceleration Program) which stands out, destined a portion of the infrastructure investments for the peripheral region (Baixada Fluminense) (Rio de Janeiro Lowlands). This policy involved federal government resources to provide public housing construction (creation of units of the Minha Casa Minha Vida Program ((My Home My Life)), including urban drainage and river canalization actions. Funding for the preparation of municipal sanitation plans is also included. As for the PAC works for the municipalities of the Baixada Fluminense (Rio de Janeiro Lowlands), fully inserted in the Guandu Basin, we can highlight the “*project elaboration for a new production system and water main for the Baixada Fluminense*” (Rio de Janeiro Lowlands) which involved numerous peripheral municipalities including all municipalities in the western portion, being budgeted at R\$ 3,783.16⁴ million. Also included are the financing of the “Itaguaí Municipal Sanitation Plan”, budgeted at R\$ 1,200.77⁵ million, and the “expansion of the Water

⁴ 1 USD = 5,166 BRL 25/12/2022 - US\$ 732.361

⁵ US\$ 232.450

Supply System of Seropédica and Itaguaí budgeted at R\$ 66,576.72⁶ million”. It also involved works in the neighborhoods of Paracambi and Seropédica, as well as the implementation of the Santa Rosa Solid Waste Treatment Center in Seropédica.⁷

The “Programa mais água para a Baixada” (More water for the Lowland Program) is also part of this scenario. This project Coordinated by CEDAE together with the State government, provided for a series of installations linked to the WTS (Water Treatment Station) “Novo Guandu”⁸ (New Guandu) (expected to be completed in 2025) and will operate together with WTS Guandu and its mission is to expand the water supply in the metropolitan periphery [see figure 2]. With reference to Figure 2 that illustrates the map of the periphery that will benefit from the new WTS, we realize that the primary actions of this program still privilege more the municipalities of Baixada Fluminense (Rio de Janeiro Lowlands) with consolidated urbanization to the detriment of those in the Far West. The cities of Seropédica, Itaguaí and Japeri would have an indirect improvement with this new treatment plant.

However, the project provides for some works in these regions to expand the water supply system in the municipalities of Japeri, Queimados and Seropédica, including recovery and renovation of the Queimados water reservoir.



Figure 2: Municipalities that will benefit from the new Guandu WTP
Source: CEDAE (2022, p.11)

Finally, in the field of public policies, the big news for this region is the “Programa Sanear Guandu” (Sanitize Guandu Program). Launched in 2021, the program has the participation of the State Government, through the State Secretariat for the Environment, INEA, and also has the active participation of the Guandu

⁶ US\$ 12.888.228

⁷Data are present in the PAC (*Growth Acceleration Program*) report in the State of Rio de Janeiro 5th Balance 2015-2018 - Secretariat for Infrastructure Development.

⁸ This is the construction of a new water treatment plant that aims to increase the water treatment capacity in the region and increase water security. This new station will have an investment of 2 billion Reais. This new WTP will produce “12 liters per second (l/s) of water ”and operating in conjunction with the old structure will benefit more than 12 million inhabitants. For more details see < <https://cedae.com.br/novoguandu#> >. Accessed September 30, 2022

Basin Committee. The project estimates an approximate investment of R\$56 million reais (\$10.87 million dollars)⁹.

It is important to highlight that this public policy has as one of its hallmarks the promotion of interventions in peri-urban areas, in addition, the project foresees the construction of 13,000 individual solutions, which correspond to solutions for sanitary sewerage in rural areas. Works are included in all metropolitan municipalities inserted in the Guandu Hydrographic Basin (Queimados, Japeri, Paracambi, Seropédica and Itaguaí), in addition to works in the city of Nova Iguaçu. In total, the project aims to build 46 wastewater treatment stations in 11 cities (including the cities mentioned above and others that make up the Guandu Basin).

4- Conclusion

The resulting problems in access to water and sanitation are increasingly associated with unequal structures that do not promote broad access, producing an unequal political ecology. In this context Alex Loftus (2021) has pointed out the need to expand studies that, in addition to proving asymmetries, allow thinking about methodologies and elements that promote equitable actions in the field of sanitation. When we observe the pictures of peripheral urbanization in the metropolis of Rio de Janeiro, we identify that there are asymmetries not only in the downtown-periphery relationship, but also between the peripheral municipalities themselves.

The peripheral metropolitan municipalities of the western portion that are fully inserted in the Guandu Basin have worse indicators than those of more consolidated urbanization, which reflects the conditions of unequal production of spaces (Harvey, 2006), and the spatial selectivity of public policies of sanitation (Rocha, 2012), which historically privilege the more consolidated periphery.

We understand that just providing basic infrastructure in newly urbanized areas is not enough, there is a need for a structural review of the accessibility of services in these peripheral municipalities that have a smaller average population served in relation to the population of the capital city of Rio de Janeiro. Another issue is based on “water (in)security”, which is not posed by the absence of water, but by the conditions of accessibility of these populations to the treatment of wastewater. This has been reflected in the possibility of contamination of the water that is distributed to the metropolitan population and that can trigger problems already experienced, such as the disqualification of the use of this water for human consumption, as occurred between the months of January and March 2020.

In this sense, the recent policies created for the region, with the Sanear Guandu project (Sanitize Guandu), are very relevant, as they are formulated based on studies and local territorial demands, highlighting the role of investigations and research in directing these public policies. Thus, we understand

⁹ Value referring to the average conversion of the Real (Brazilian currency) to the US Dollar, conversion made on September 1, 2022, where 1 US dollar equals approximately 5.15 reais.

the need to debate the approaches to sanitation policies in the context of peripheral urbanization to face the injustices materialized by the unequal production of space and to build equitable policies in the sector.

5- Bibliography

BRITTO, A L. (2015). *Tarifas sociais e justiça social no acesso aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Brasil. O direito à água como política pública na América Latina: uma exploração teórica e empírica*. Brasília: IPEA, 209-226.

BRITTO, A. L.; JOHNSON, R. M. F.; & CARNEIRO, P. R. F.(2016). *Abastecimento Público e Escassez Hidrossocial na Metrópole do Rio de Janeiro. Ambiente e Sociedade*. São Paulo 19(1), 185-208.

BRITTO, A L; & QUINTSLR, S. (2020). *Políticas e programas para esgotamento sanitário na metrópole do Rio de Janeiro: um olhar na perspectiva das desigualdades ambientais*. *Cad. Metrop.*, São Paulo, 22 (48), 435-456. [online] Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/TCtRjyJF6QbDWQXSWnWJYH/?lang=pt> [Acedido em 20 de setembro de 2022]

CEDAE – Companhia Estadual de Água e Esgoto. (2022). *Saneamento na Baixada da Guanabara*. [online]. Disponível em https://cedae.com.br/Portals/0/SitePDBG_julho.pdf . [Acedido em 20 de setembro de 2022]

CÔRREA, R.L. (2005). *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

DAVIS, M. (2004). Planet of slums. *New Left Review*, 26, 5-34.

DO RIO, G. (2022). *Região Metropolitana do Rio de Janeiro e seus Sistemas de Abastecimento de Água no Século XXI*. *Espaço Aberto*, 12(1), 61-80. doi:<https://doi.org/10.36403/espacoaberto.2022.52268>

FADEL, S. (2006). *Meio ambiente, saneamento e Engenharia no período do Império à Primeira República: Fábio Hostílio de Moraes Rego e a Comissão federal de Saneamento da Baixada*. Universidade de São Paulo, Programa de Pós - Graduação em História Social.

HARVEY, D. (2006). *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Anablume,

HELLER, L. (1998) Relação entre saúde e saneamento na perspectiva do desenvolvimento. *Ciência & Saúde Coletiva*, 3(2):73-84. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-81231998000200007>

INEA. *Instituto Estadual do Ambiente*. (2022). [online]. Disponível em <http://www.inea.rj.gov.br/>. Acedido em 15 de setembro de 2022].

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (2022). [online]. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/> [Acedido em 15 de setembro de 2022]

KUWAJIMA, et al. (2020). *Saneamento no Brasil: proposta de priorização do investimento Público*. Texto para discussão. Brasília/ Rio de Janeiro: Ipea.

LOFTUS, A. (2021). *(In)Segurança hídrica: Garantindo O Direito à água*. *GEOUSP Espaço E Tempo* [Online] 25 (2):e-182666. Disponível em <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2021.182666>. : Acedido em 30 de abril 2022]

MAIA, D. (2010). *Periferização e a fragmentação da cidade: loteamentos fechados, conjuntos habitacionais populares e loteamentos irregulares na cidade de campina grande-PB, Brasil*. *Scripta Nova*, XIV(331).[online]. Disponível em <https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-80.htm>

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. (2018). *PAC 5º Balanço 2015-2018 – Rio de Janeiro*. (relatório técnico)

OMS/ UNICEF. PROGRESS ON HOUSEHOLD DRINKING WATER, SANITATION AND HYGIENE 2000-2017. (2019). Special focus on inequalities. New York: United Nations Children's Fund (UNICEF) and World Health Organization, 2019.

RIBEIRO, C. R. (2021). *Metropolização e abastecimento de água no Rio de Janeiro: a mediação dos sistemas técnicos de infraestrutura hídrica*. *Revista Brasileira Geografia*, Rio de Janeiro, 66(2), 4-34, jul./dez.

ROCHA, A. (2012). *Seletividade espacial das políticas públicas e o território urbano – algumas reflexões*. *Geo UERJ - Ano 14, 1(23)*, 99-113.

ROCHA, A (2014). *Projetos e Intervenções de Saneamento na Baixada Fluminense do Século XIX e Início do XX*. *Continentes*, (5), 76-92.

ROCHA, A. (2022). *Desigualdades territoriais no acesso à água e esgoto nas periferias da Metrópole: O caso da Baixada Fluminense na Bacia do Guandu - RJ*. *Geografares, [S. l.]*, 1(34), 70–93. DOI: 10.47456/geo.v1i34.38741.

SANTOS, M. A. (1993). *Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec.

SANTOS, M. A. (2007) *O espaço do cidadão*. 7ªed. São Paulo: Edusp.

SEABRA, O. C. L. (2003) *Urbanização e fragmentação: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão*. Tese de Livre-Docência. Depto. Geografia, FFLCH/USP.

SOUZA, M S. (2006) Impacto das Políticas Agrárias e de Saneamento na Baixada Fluminense. *Revista Pilares da História*. Ano 4, nº 6, p. 17-35.

SNIS. Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento. (2021). [Online]. Disponível em: <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorical/>. [Acedido em 27 de março de 2021]

SWYNGEDOUW, E. (2004). *Social power and the urbanization of water - Flows of power*. Oxford: Oxford University Press.

SWYNGEDOUW, E. (2009). The political economy and political ecology of the hydro- social cycle. *Journal of contemporary water research & education*, 142 (1), 56-60. Doi: <https://doi.org/10.1111/j.1936-704X.2009.00054.x>

6- Acknowledgments

We thank AGEVAP for funding the Research through public notice 16/2019, which enabled the progress of activities, translation and publication of the results and reflections presented above. We also

thank the Dean of Research and Graduate Studies at UFRRJ and CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa) “National Research Council” and FAPERJ(Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro) “Research Support Foundation of the State of Rio de Janeiro” for the funding of Scholarships IC (Iniciação Científica) “SI Scientific Initiation” granted under this project. We are also grateful for the support to CAPES, in the form of the Programa de Pós- Graduação em Política Públicas (PPFH) “Postgraduate Program in Public Policy” at the University of the State of Rio de Janeiro, for the reception and support in the progress of the postdoctoral research.



CONSERVATION AND DISPOSSESSION IN THE PANTANAL WETLANDS OF WESTERN BRAZIL

CONSERVAÇÃO E DESPOSSEÇÃO NO PANTANAL BRASILEIRO

Ana Maria de Souza Mello BICALHO

PPGG, IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro
anabicalho@igeo.ufrj.br

Scott William HOEFLE

PPGG, IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro
scotthoefle@acd.ufrj.br

Resumo

A política de conservação que discrimina a população histórica do Pantanal Brasileiro é questionada com base na história ambiental radical, na ecologia política crítica global e na ontologia relacional. Baseado em trabalho de campo realizado em 2015 e em fontes secundários, este estudo analisa o conflito socioambiental envolvendo camponeses ribeirinhos ameaçados por reservas naturais públicas e privadas no alto rio Paraguai na área de fronteira entre o Brasil, a Bolívia e o Paraguai. As reservas naturais são articuladas numa poderosa rede de conservação biocêntrica que abrange o Parque Nacional do Pantanal Matogrossense e reservas particulares localizadas no sul do Estado do Mato Grosso e no norte do Estado do Mato Grosso do Sul. Os funcionários das reservas geralmente são biólogos e engenheiros ambientais que possuem ideias errôneas sobre a Natureza pristina sem a presença de população rural e sobre a produção de subsistência. Restrições sobre a posse da terra e o uso de recursos impostos pelas unidades de conservação, por sua vez, inviabilizam o modo de vida de uma população tradicional legalmente constituída. Enfrentando a injustiça ambiental, os ribeirinhos se mobilizaram num movimento de resistência e construíram alianças extra locais, com o objetivo de permanecer no lugar. Em consequência, surgiu, por um lado, uma ação judicial entre a rede de ambientalistas e, por outro lado, uma rede de ribeirinhos, indígenas, ONGs socio-ecológicas, cientistas sociais e a Defensoria Pública. Em várias decisões a Justiça decidiu a favor dos ribeirinhos. A rede composta por investidores externos visa conservação da biodiversidade, compensação ambiental e fundos verdes enquanto a rede socio-ecológica promove a conservação com uso sustentável. Em conclusão, as narrativas de economia verde e de diminuição de emissões globais através da conservação em países do Sul Global são criticadas pela injustiça social contra populações rurais pobres.

Palavras chave: Conservação biocêntrica, injustiça ambiental, Pantanal, Brasil.

Abstract

Conservation policy which discriminates against the historic population of the Brazilian Pantanal wetlands is questioned using radical environmental history, critical global political ecology and relational ontology perspectives. Based on fieldwork undertaken in 2015 and secondary sources, this study analyzes socio-environmental conflict involving riverine peasants threatened by public and private nature reserves along the upper Paraguay River at the junction of Brazil, Paraguay and Bolivia. The nature reserves are articulated in a powerful bio-centric conservation network embracing the Pantanal National Park and private reserves located in southern Mato Grosso and northern Mato Grosso do Sul states. Reserve officials are usually trained biologists and environmental engineers who hold erroneous views concerning pristine nature without the presence of rural people and idealized subsistence production. Restrictions over land ownership and resource use imposed by the conservation units are shown to threaten the livelihoods of a legally designated traditional population. Against this environmental injustice the riverine peasants mounted a resistance movement and built extra-local alliances with the objective of remaining in place. The resulting conflict with local people gave rise to a class action involving the conservationists on one side and a network of peasants, indigenes, socio-ecological NGOs, social scientists and public defenders on the other, with the courts repeatedly siding with the latter. The clash pits outside investors who seek to preserve biodiversity and to compensate environmental degradation caused elsewhere directly through setting up biocentric conservation units or indirectly via green funds while the historic population-tries to build socio-ecological livelihoods based on sustainable-use conservation. Global rhetoric of green

economy and diminishing carbon emissions through conservation measures undertaken in the Global South is shown to be woefully out of touch with local social justice for a poor rural population.

Keywords: biocentric conservation, environmental injustice, Pantanal wetlands, western Brazil.

1- Introduction

The Pantanal of western Brazil is the largest wetlands complex in the world. The biome is spectacularly beautiful and presents exuberant flora and fauna which attract foreign and domestic tourists. In recent decades the Pantanal has been the object of conservation actions undertaken by Brazilian and international GOs and NGOs. The biome is of such importance that the World Wildlife Fund considers it to be one its thirty-five global priority areas (WWF, 2016).

The permanent swamp located north and south of the Amolar Mountains straddling the Brazilian-Bolivian border has received considerable attention and was granted the status of Natural Heritage of Mankind by UNESCO in 2010 (Figure 1). However, we will show that the landscape is a relatively new landscape and not a nature area which has existed for millennia as is common in environmentalist misreading of landscapes based on a linear movement from pristine nature to anthropic degradation (cf. Fairhead and Leach, 1996). This kind of view is criticized for involving bio-centric environmental ethics which only take the good of the ecosystem into account and exclude poor rural people. We will thus demonstrate that the beauty of conservation areas set up from the 1980s onward in the area of permanent swamp occults great socio-environmental injustice toward indigenous people and hybrid peasants present in the area for hundreds of years.



Figure 1: “Pristine swamp” framed by the Serra do Amolar Mountains
Source: Field research (2015).

2- Theory and methods for researching environmental injustice

The process of creating the full preservation nature reserves in a new landscape of permanent swamp in the Pantanal will be questioned using contemporary Environmental History, Political Ecology and Relational Ontology perspectives. The concepts of *conservation refugees*, *environmental dispossession* and *environmental ethics* from Radical Environmental History and Studies are combined with the concepts of *nature enclosures*, *green washing* and *urban-rural exploitation* from Political Ecology to critically evaluate

bio-centric conservation policy. A relational approach of *hybrid society-nature*, *actor-network reassembly* and *connectivity* is also applied to propose socio-ecological land use which philosophically goes beyond rationalist concepts of essentialized nature on which bio-centric conservation is rooted.

In a global context of environmental backsliding, geopolitical wars over energy sources and territorial expansion, violent counter-imperial movements and increasing social and regional inequality after 2000 *Environmental History* took a radical turn. A new generation of historians started to castigate past iconic actors of bio-centric conservation, such as Marsh, Yellowstone and the Grand Canyon, that only took the good of the ecosystem into consideration and so justified ethnic and class cleansing of the landscape. In the hundred-year conflict between Western conservation and native peoples and poor peasants, the latter have been criminalized, dispossessed and turned into conservation refugees in order to produce pristine Nature to be visited in the comfort of a Sport Utility Vehicle or luxury mobile home by well-to-do urbanites from rich regions. Starting in colonial times and continuing into the present, bio-centric Western worldviews of an essentialized Nature without (rural) human presence have been imposed on the rest of the world in order to create distilled nature reserves free from *anthropic action*. Local populations were removed from their ancestral territories and their productive systems deformed (Adams & Mulligan, 2009; Dowie, 2009; Jacoby, 2014/2001; Griffin *et al.*, 2019).

This history of environmental injustice has its roots in a dualistic scientific worldview that arose in the late 19th Century in which researchers who study natural phenomena were epistemologically separated from those who investigate human phenomena. On the biophysical side of this divide, scientists use reductionist explanatory frameworks in which interaction between analyzed parts of one phenomenal level are thought to cause what is observed at the level immediately above it in a cascade of nested phenomenon scales (Merchant, 2005; Simmons & Cox, 1985). As a result, biophysical researchers receive little or no training in the human and agronomic sciences and this completely distorts the attitude that they bring to conservation. Biophysical scientists also tend to hold a naïve view of an idealized nature which existed before humans existed on the planet, the remnants of which must be set aside and protected. Consequently, park rangers and administrators with this worldview come to their work with a default negative attitude toward any human resident present in or near “nature areas”.

Against this view of rationalist science and bio-centric conservation, Radical Ecologists and Environmental Historians developed a holistic view of science and conservation which mobilizes disciplinary knowledge across phenomenal scales. Instead of separating nature from society, in the holistic view culture and environment are seen to be entangled entities and conservation policy needs to be decolonized. Instead of US-style national parks, European-style conservation/heritage units with sustainable human use are promoted. In the place of elitist bio-centric environmental ethics, *homo-ecocentric environmental ethnics* are advocated in order to attend to both human and ecosystem value and moral status (Merchant, 2005; Pepper, 1996; Simmons, 1994).

Contemporary *Political Ecology* also presents critical views of bio-centric conservation. Political ecologists focus on how poor vulnerable rural and urban social groups suffer disproportionate risk from environmental degradation, air pollution and global climate change at the same time that they can lose their livelihoods to make way for essentialized nature (Huber, 2017; Holifield, 2015; Peet *et al.*, 2011; Taylor, 2015). Political ecologists also increasingly criticize policies of mitigation of climate change based on carbon trade-offs because these green wash unsustainable agricultural, industrial and services activities, occult the destructive nature of capitalism and permit postindustrial and recently industrialized countries to continue polluting if they compensate this with state and private grants for conservation in poor countries Adding insult to injury, carbon colonialism places the blame for rising global emissions on deforestation in the developing countries and not on industry and post-industrial life styles, which produce most of the emissions. This in turn validates nature enclosures and green wars that are perpetrated against tribal peoples and poor peasants who resist leaving areas set aside for conservation (Bumpus & Livermore, 2011; Büscher & Fletcher, 2014, 2018; Forsythe, 2003; Hoefle, 2013; Peet *et al.*, 2011).

As most nature reserves are created in essentially rural areas, Kelly-Reif and Wing (2016) consider this to be *urban-rural exploitation*. Land is cheaper there for establishing nature areas which are thought to offset the foul air, sewage, garbage, light and general noise spewed out by megacities, industry and affluent lifestyles. Class conflict becomes even more apparent when critical views of rural and eco-tourism are included in the evaluation of environmental policies. These leisure activities are often the only public use permitted by national park administrators and the main beneficiaries are urban middle- and upper-class individuals, i.e. people with a similar social background as the park administrators, and this accentuates bias against poor rural folk (Bicalho *et al.*, 2020; Hoefle, 2016).

Finally, these two approaches can be enhanced philosophically and methodologically with 21st Century *relational perspectives* in the social sciences, which go beyond just studying conflict over natural resources and propose an integrated view of natural and social networks composed of humans, animals, plants, landscapes and objects, all of which are considered to be actors in their own right (Cresswell, 2013; Descola, 2013; Holbraad & Pederson, 2017; Latour, 2004, 2005, 2013; Whatmore, 2002).

Latour (2004, 2013) and Descola (2013) are perhaps the greatest critics of the separation of human society from biological nature, which they empirically show to exist only in modern Western science. Against this view of a single ontologically independent Nature, whose secrets are revealed by objective Western science, relationalist social scientists show that there are as many natures as there are cultures, each of which groups people and other beings in different ways. Scientific concepts of Nature and Society/Culture are considered to be incomplete ontological amalgamations that occult at least fourteen different inter-relational modes of existence identified in Western thought which span the divide between humans and non-humans. Humans have ten specific modes and share another four with non-human entities. As a result, instead of splitting up phenomena for separate study by human and biophysical scientists, who due to

different epistemologies and methodologies do not understand one another, a relational perspective proposes the holistic study of human and non-human networks.

These theoretical approaches were combined in specific methods for critically researching conservation. In interviews with riverine peasants, reserve managers, workers and representatives of governmental and non-governmental organizations, an environmental history perspective led us to ask about what kind of landscapes and livelihoods existed in the area before the nature reserves. Political ecology prompted us to see how resource use changed over time and how marginalized social groups became more vulnerable. The socio-political dimension to relational perspectives in turn induced us to try to systematically envision the conflict between the nature reserves and the local population in terms of rival actor-networks constituted by different persons, institutions and non-human actors.

Fieldwork was quantitative and qualitative in nature involving detailed questionnaires applied to riverine peasants and private reserve personnel and workers as well as participant observation of judicial proceedings which occurred at the same time in 2015. In the years since we have followed the course of legal and administrative actions by way of secondary sources. In addition to this, nature reserve documents and management plans were consulted whose green talk of social inclusion was contradicted by what was observed in the field.

Concerning the primary sources, in the fieldwork undertaken in 2015, 32 riverine peasant families of a total universe of 64 who still live in the Amolar area. The peasants were interviewed concerning their use of land and natural resources past and present, environmental ethics and perception, farming systems, labor regimes, market articulation, sources of monetary income, family structure, out-migration, access to public services and political mobilization. The manager and five employees of one of the larger of the thirteen nature reserves were interviewed concerning the same subjects for the conservation unit as a whole as well as concerning the lifepaths of each individual. Finally, with this prior knowledge in mind the research group participated in a public hearing held in the community of São Lourenço by the Federal Public Defender's Office which mediated the dispute between the reserves and the local population.

A discussion of methods does not stop at the end of the fieldwork, nor even with the consultation of the relevant literature, but also includes "writing up", i.e. preparing the material for publication. Preliminary results of the research were published right after the fieldwork in a Belgian geographical journal (Hoefle and Bicalho, 2016) and a synopsis appeared in a theoretical article published in 2020 in a Spanish geographical journal. The present chapter adopts Geertz's ethnographic strategy of delving ever deeper into a case from which interpretative insight is gained concerning larger issues that can have relevance elsewhere (2000, 40). Erickson (2001) presents a number of such cases in which great problems can be played out in even the smallest and remotest of places, which are often dismissed as being backwater and so irrelevant to global affairs. In our case we delve into the wider implications of bio-centric conservation, green accumulation and urban bias in general played out in minute riverine peasant communities of the upper Paraguay River.

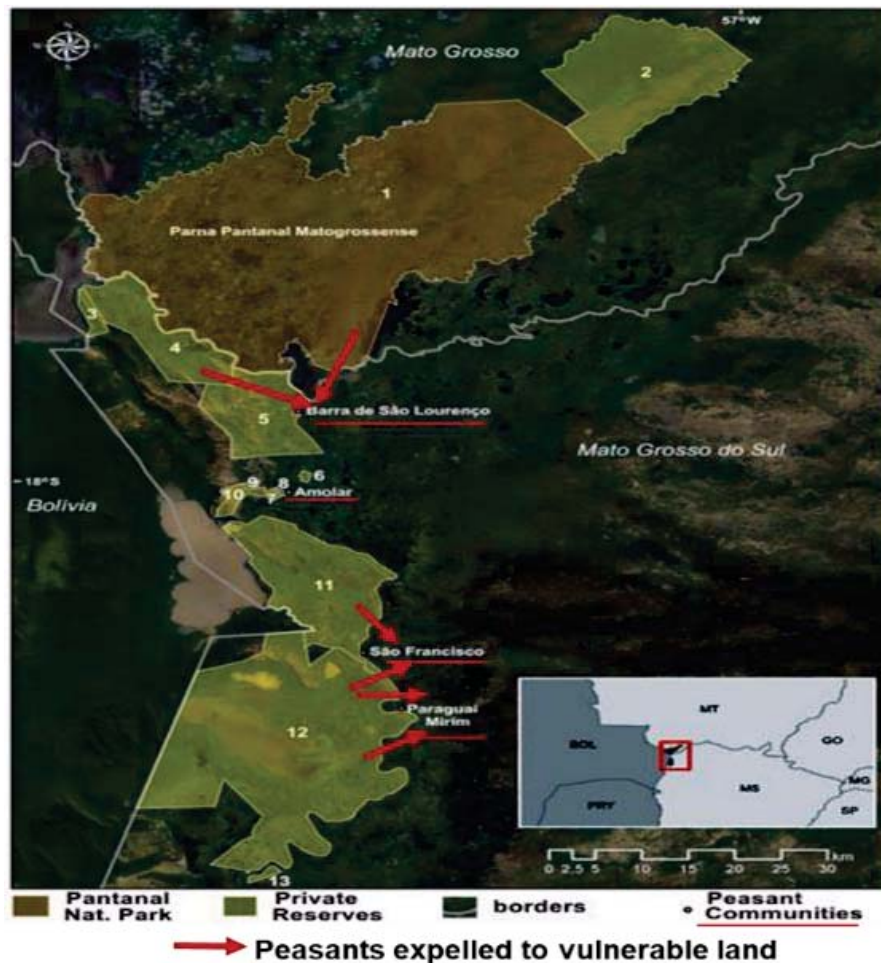
3 - Environmentalist misreading of a new Pantanal landscape

Most environmentalist histories of the study area start in 1981 when an important federal national park occupying 135,581 hectares was set up in Mato Grosso state in what had been cattle ranches in the past. Since then, enormous areas of land on the western and eastern banks of the Paraguay River on both sides of the state border with Mato Grosso do Sul were purchased by corporate and wealthy individual investors from metro areas of the industrial Southeast of Brazil. These investors took advantage of neo-liberal conservation legislation introduced in the 1990s which encouraged the private sector to establish conservation units. We will see that they took advantage of the low price of the historic ranches which had gone bankrupt after an extreme weather event in 1974. Our socio-ecological landscape history goes back to those events and includes the local indigenous and peasant population usually written out of elite environmentalist histories. The result is a less heroic evaluation of the conservation actors at work in the study area.

One of the first private reserves was owned by the MMX Mining Corporation which operated a large iron ore exaction unit further down the Paraguay River near the city of Corumbá and the reserve set up in the study area was meant to compensate environmental destruction downriver. However, the Amolar Mountains have a similar geologically formation as that of the mine so maybe compensation was not the only reason for the investment. As iron ore could be extracted at a future date and another area bought elsewhere to compensate this, the conservation unit also took advantage of green accumulation to secure an iron ore value reserve.

Further north, national and international NGOs formed a consortium to buy land adjacent to the National Park and so extend the area preserved. In the south one of the owners of the largest private Brazilian banks consolidated over 60,000 hectares of land into a reserve which served as her private eco-lodge. Finally, the Institute of the Pantanal Man, a shady Corumbá-based NGO with paramilitary airs, bought land in between and later acquired the MMX reserve when the parent corporation slowly slid into bankruptcy. In recent years the IPM floated a green investment fund that sells shares to corporations and individual investors with the stated purpose of earmarking more Pantanal land for conservation. The thirteen public and private conservation reserves straddling the state line between Mato Grosso and Mato Grosso do Sul now occupy 276,087 hectares (Instituto Acaia, 2014; MMA, 2016)(Figure 2).

Steeped in a bio-centric worldview the first task undertaken by the staff of the public and private nature reserves was to remove any poor riverine peasants present within the reserves allegedly to prevent their anthropic activities from threatening local fauna and flora. The private owners also wanted to preclude the local population from claiming squatter rights. However, the case of the Paraguay River peasants is complicated by the fact that this river is located along international boundaries and so is subject to specific Federal legislation for public This means that the private reserves had no legal basis for removing the riverine peasants living along either side of the Paraguay River because the land was not theirs.



→ Peasants expelled to vulnerable land

Nature Reserves	Institution	Total (ha)
1. Pantanal National Park	ICMBio GO	135,581
2. RPPN Doroquê	Eco-Trópica NGO	26,718
3. RPPN Rumo ao Oeste		990
4. RPPN Acurizal		13,665
5. RPPN Penha		13,409
6. Fazenda São Gonçalo		180
7. Fazenda Santa Rosa	IMP NGO	78
8. Sítio Serra Negra		16
9. Fazenda Vale do Paraíso		184
10. Fazenda Morro Alegre	Private person	1,351
11. RPPN Eliezer Batista	IMP & other NGOs	20,259
12. Fazenda Santa Tereza	Private person	63,291
13. Fazenda Jatobazinho	Acaia NGO	360
TOTAL	-	276,087

Figure 2: Public and private nature reserves of the upper Paraguay River.
 Adapted from: Instituto Acaia (2014, 10).

Making matters worse is the fact that in the Brazilian unified conservation system established in 2000, private nature reserves are classed as sustainable use conservation units and not full preservation units

which only permit scientific research and eco-tourism (more on this below). Furthermore, a Federal decree of 2007 protects the rights of traditional populations to remain even in full conservation units.

Cleansing the reserves of the ethnically hybrid peasants has involved means bordering on crimes against humanity, ironically citing UNESCO all along. Using classic land-grabbing tactics, known as the hated practice of *grilagem* in Brazil, goons representing the Institute of Pantanal Man violently intimidated families to abandon their homes at short notice, often within twenty-four hours, carrying whatever belongings that could fit in their canoes. The houses were then burnt down and new ones built for caretakers to live in at strategic points to prevent the local population from returning. One pregnant woman had a miscarriage caused by the stress and the physical work involved in the move. Another woman had her house burnt down when she was away for the day to bury her deceased husband in a public cemetery.

When the expelled peasants set up precarious houses on the other side of the river their fishing equipment was seized under the allegation that they sold fish and so threatened ecosystems in the reserves (more on this below). The real intention was to take their livelihood away in the hope that they would leave the region. These practices contrast sharply with the environmental administrative plans proposed when the reserves were set up in the 1990s (as well as in contemporary green investment schemes) which speak glowing of sustainable actions that are meant to benefit the local population. Alternatively, the reserves blatantly claimed that no tradition population was present in the proposed reserves when in fact there was.

4 - Rereading the Pantanal landscape with critical environmental history, political ecology and relational ontology perspectives.

Instead of deductively (or intentionally) misreading the study area as a pristine swamp that has existed from time immemorial, research methods based on phenomenological and relationist precepts involved reconstructing past landscapes through interaction between researcher and researched (see Hoefle, 2022, for more on the philosophical implications of such methods). This kind of field research yields a much more complex recent history as seen from the perspective of the local population, that can be divided into three periods: 1) before the flood of 1974, 2) the heyday of the alligator skin trade after that event and up to the repression of this activity in the late 1980s and 3) resistance to the nature reserves up to the present date.

Before a severe weather event of prolonged torrential rainfall in 1974, large cattle ranches and even roads were present along the Paraguay River in what is called “low Pantanal”, a habitat of seasonally inundated prairie. The ranch owners were descendants of settlers of the Pantanal who arrived in the area after the Paraguay War (1864-1870) in which Brazil gained territory from Paraguay and gained more after the War of the Pacific (1879-1883) when Brazil agreed to provide Bolivia with passage of goods to the Atlantic Ocean via the Paraguay River and by rail across Brazil after it lost its Pacific coast to Chile. Over generations the size of the land grants fell due to inheritance in families which often had more than ten children. A hybrid peasantry constituted of Amerindian, Brazilian, Bolivian and Paraguayan ancestry also

arose in this border area. Peasants were highly mobile and alternated as internal peasants who were ranch hands and as independent peasants who moved up and down the rivers according to annual variation in fishing conditions and channel movements.

This situation was radically transformed by the 1974 floods which caused a surge in sedimentation provoked by intense erosion that turned the mouth of the tributaries into one of the largest fluvial fans in the world and partially blocked the Paraguay River (Galdino et al., 2006). The water level suddenly rose and never receded again. The Paraguay River above the city of Corumbá became so meandering that when one travels up river the glow of this city at night is still visible after six hours of travel in the meanders. A highway used to exist along the eastern side of the Paraguay which connected Corumbá directly with the state capital of Mato Grosso. One man pointed to a point nearby his house where a ferry used to operate along the highway at a crossing of the Paraguai-mirim tributary. After the 1974 flood the area turned into a particularly low-lying swamp where houses of the community with the same name are built on stilts.

The impact on ranching and employment was immediate. In the words of one old ranch hand, “The ranch owner went to bed rich and woke up poor. He lost 20,000 head of cattle overnight”. The scale of the crisis overwhelmed local transport facilities and cattle perished before the animals could be evacuated. Ranches went bankrupt and sacked their workers. On this particular ranch with an area of approximately 40,000 hectares only a small knoll exists above water today. The new owner is a doctor from metro São Paulo who maintains a house on the knoll which serves as his base for seasonal sport fishing. There is only one employee, a caretaker. The old ranch hand interviewed had four brothers who used to work on the ranch, which before 1974 employed more than twenty workers.

Crop and pasture land were lost when the seasonal prairie disappeared. Independent peasants and internal peasants on the ranches lost their agricultural activities which consisted of planting small areas of manioc, maize and bananas and it became more difficult to raise pigs and chickens. Aquatic fauna and flora replaced the terrestrial species. Fish, water birds and alligators became abundant and small to medium-sized mammals, such as deer, tapirs, peccaries and armadillos, disappeared. This had been the food of apex predators such as jaguars which partially adapted to the changed situation by attacking livestock. Pigs, sheep and chickens are particularly vulnerable to being attacked by alligators and jaguars but cattle can also be taken. Given the increase in the number of alligators, it is no wonder that the hunting alligators for skins became an alternative source of income for impoverished out-of-work peasants at the time. The now almost deserted hamlet of Amolar was the main entrepôts for buying alligator skins in the 1970s and 1980s until the trade was suppressed by a federal police operation. Ironically, the operation was commanded by the man who later became the leader of the IPM NGO cited above and so marked the beginning of his violent relationship with the riverine peasants.

Without pasture, nearly all of the historic ranches ceased activities so that livestock was drastically reduced and this made the work of the few ranchers who remained even more difficult. One such ranch still exists about an hour’s journey in a small boat up a clogged tributary. The fate of its owner illustrates the

post-1974 crisis in ranching. His quality of life today is a shadow of the past. The man owns 6,000 hectares which were inherited from his parents. Over time the original land grant of 100,000 hectares that his great grandparents received was successively subdivided. When the man was studying to become an engineer at a university located on the east coast of Brazil his father died suddenly and he had to abandon his studies and assume control of the ranch.

This was an unfortunate life path decision because shortly afterward the climatic event of the 1974 flooded most of his land and that of neighbouring ranches. The latter were abandoned by their owners but the man insisted on staying. He was able to maintain about 200 hectares of pasture using sandbags to keep out water. However, the changed natural landscape from seasonally flooded prairie to permanently flooded swamp made predator attacks on his cattle and small animals more frequent. As his neighbours and workers left the only remaining farm animals in the vicinity were his and the attacks became even worse. In the rancher's own words, "With no neighbors around, my cattle became a magnet for jaguars".

Of a herd of 120 head of cattle in 2014 the man lost 16 to predators and of 80 sheep he lost 30. His work force fell over time and he let go his last worker in 2013 so that he now works the land alone. In 2014 the rancher earned US\$11,368 selling 25 immature steers, US\$3,947 selling sheep and another US\$1,628 from selling watermelons grown on a hectare of crop land. Small animals and watermelons are sold to the local riverine fisher-farmers, who are not exactly affluent consumers. The income earned by the rancher is considerably higher than that earned by the latter but is a fraction of what he earned in the past.

As the value of the abandoned ranches plummeted they were purchased by wealthy outsiders who are liberal professionals or work in the financial sector and use the land for recreational purposes. By declaring most of the land to be private nature reserves they are exempted from paying rural land taxes. One large ranch with 23,000 hectares was bought by a woman from the São Paulo metro area in 2005. In succeeding years, she purchased three neighbouring ranches and today has 63,291 hectares. About 1.3% of the area is utilized for 800 hectares of planted pasture and another 18 hectares in farm structures surrounded by grass. The pasture is located on high land in the Amolar hills, which occupies 31% of the ranch. By Pantanal standards this is an exceptionally large proportion of ranch land that is not seasonally flooded. This area is composed of rock outcroppings and forest, part of which was cleared by a past owner to plant pasture. Another 9,000 hectares of pasture become available during the dry season when the annual flood water recedes in high Pantanal (9%) and low Pantanal (37%) lands. Permanent rivers and lakes without economic use make up the rest of the property.

The planted pasture is leased to the owner's nephew and the rent pays the maintenance expenses of the property. Through the sale of immature and nearly mature steers the nephew earned a gross income of nearly US\$300,000 in 2014 which shows the potential for cattle raising in the Pantanal when it is not permanently flooded. However, his aunt only uses the property for recreation purposes. On weekends and during her vacation she flies in on her private airplane decorated with jaguar spots and lands on her private air strip.

Employees grow organic vegetables for the owner, take care of her hobby horses and the grounds in general. A manager was brought in to look after the place. He had prior experience in managing commodity farms and ranches in the plateau zone of Mato Grosso do Sul that is located outside the Pantanal. He earned US\$14,967 in 2015 and another eight permanent employees earned the minimum wage of US\$3,609 a year. They are also outsiders who were recruited in Corumbá or from elsewhere in the state.

5 - Do peasant livelihoods or sport fishers represent a threat to nature reserves?

Conservation officials are trained biologists who hold the erroneous view that peasants deplete stocks because they sell fish and forbid their presence in the park and only tolerate their presence in buffer area if fishing is limited to “subsistence needs”. In fact, our research showed that almost all peasants fish on a quasi-subsistence basis which includes selling between 10% and 25% of fish caught in order to meet basic needs which they do not produce themselves. Of the interviewed peasants, 73% do not sell fish and only 35% of the total of fish caught by all of the peasants is sold. Produce from all other cropping and raising pigs and chickens is almost exclusively for self-provisioning.

Not only is a small proportion of fish sold but also few fish are caught in absolute terms, which is to say that their scale of capture is modest. A comparatively small number of fisher families, 111 north and south of Corumbá according to ECOA (2014-15), caught an average of 842 kilos each in 2014 according to our investigation, for a total of 93,462 kilos that year. Against this, a large number of sports fishermen, 52,045 hailed out of the port of Corumbá in 2015 (Prefeitura de Corumbá, 2015), caught approximately 25 kilos apiece per trip (Moraes and Seidl, 2000), summing over 1.3 million kilos of prime fish that year. Sports fishers eat some of the fish caught while on their stay, some fish are released during three months of the year when fish are spawning and the rest caught used to be taken home in Styrofoam coolers and eaten throughout the year. Bending to the pressure of peasant and commercial fishers of the state a law was passed in 2019 limiting what could be taken home to one prime fish and four piranhas. If a tourist wants to take more fish home this has to be purchased from local fishers.

In 2015 the municipal government of Corumbá reported that the sports fishing sector benefited about 990 workers based in town (Prefeitura de Corumbá, 2015), which is welcome in a city with chronic unemployment, but does not directly benefit riverine peasants. The latter do benefit from selling bait-fish and bait-crabs to passing sport fishing tour boats as well as some fish, honey, charcoal, chicken and pork. Nearly two-thirds of the interviewed families earned income from selling bait and 20% of the fishers who do not sell fish commercially sell bait (Table 1). Even if the income earned by those who sell fish is higher than that from selling bait, the fact remains that only a minority of peasants sell fish which proves the falsity of the allegation that they threaten fish in the nature reserves.

Quite the contrary is the case: before a 2019 law enacted in Mato Grosso do Sul went into effect the sport fishing sector had an enormous impact on much-prized fish stocks and the peasants complained bitterly about this. In 2022 the Ministry of the Environment entered the giant spotted catfish

(*Pseudoplatystoma corruscans*) on to the list of threatened species in Brazil. We are dealing with a small impoverished population whose main source of income is government transfer payments in the form of pensions and family support. If any negative impact exists it is that of capturing small bait fish and crabs for the tourist sector because this can affect the local food chain and interfere with the reproduction of larger fish.

Table 1: Variation in source of income of peasant families of the upper Paraguay River, 2014 (US\$*).

Source of Income	Peasants (n)	Peasants who sell produce (n)	Variation of income received	Average income received by peasants who sell
crops	15	1	0-75	75
small animals	14	2	0-898	614
cattle	3	2	0-3,008	1,992
fish	26	7	0-4,211	2,026
bait	17	17	0-2,105	1,310
ranch hand	2	2	241-3,812	2,026
crafts	1	1	150	150
non-rural job	2	-	0-3,519	3,075
pensions	9	-	0-7,030	4,400
other transfer payments	9	-	0-1,746	526
Total	26	23	381-10,691	3,835

Source: Field research (2015). * US\$1.00=R\$2.66 (2014). Annual minimum wage=US\$3,266.

A study of sports fishing showed that the tourists are 99% male and are liberal professionals and merchants who come from the South and South-east of Brazil (Moraes and Seidl, 2000). These men book a cruise on a fishing boat where they take meals and spend the night in air-conditioned cabins, which is the only way to avoid mosquitoes and other biting insects which come out in swarms after dark. They pass their days fishing in small aluminium boats, which the larger tour boat brings along in tow (Figure 3). The large boat anchors along the margin of the main river and the little boats enter the shallow waters of the nature reserves. The anglers are covered from head to foot in protective gear to avoid insect bites and spend the day drinking large amounts of beer. The drinking continues into the night in a mosquito-proof dining room below deck or in a screened-in observatory deck on the stern where they tell tall tales of the big fish that got way.

Local fishers complain about sports fishers entering areas off limits to them. This may occur because the park officials do not have the means to control entry in such a large area but may also be due to the wildly over optimistic view held by park officials of the value of eco-tourism (see Hoefle, 2016 for a critique of rural and eco-tourism in the Amazon, in a similar Brazilian wetland setting located in a remote region).



Figure 3: A fishing cruise boat and peasants foraging for bait.
Source: Field research (2015), ECOA (2014).

6 - Resisting nature enclosures and building sustainable peasant livelihoods

Suffering a process of nature enclosure first the peasants were removed from the west bank of the Paraguay River and forced to live in squalid conditions on the east bank of the river (Figure 4). Then, land owners on that side of the river tried to remove them from there. This provoked a class-action law suit pitting two rival actor-networks against one another, one involving bio-centric public- and private-conservation units and another socio-ecological network which defended the rights of local peasant fishers (Figure 5).



Legend of the figure: high water mark.

Figure 4: Normal peasant homestead situated above the annual flood and two sub-standard houses of removed peasants living in vulnerable low-lying areas.
Source: Field research (2015).

The dubious legality of the attempt to evict the peasants from areas of federal public domain became the basis for the class-action of the riverine peasants against the reserve owners. They received legal assistance from the socially-conscious environmentalist NGO Ecologia e Ação (ECOIA) and the sympathetic federal public defender's office of Corumbá. Events came to a head in May, 2015 when a Citizenship Expedition was mounted by the courts in which public hearings were held in the riverine communities along the Paraguay River, culminating in the final large hearing in Barra do São Lourenço community, located on the state divide between Mato Grosso and Mato Grosso do Sul. A Navy frigate transported participants representing the public defender's office, the courts, the Federal University of Mato Grosso do Sul and members of the press, one of whom represented the BBC. Erickson's (2001) *Little Places, Large Issues* comes to mind.

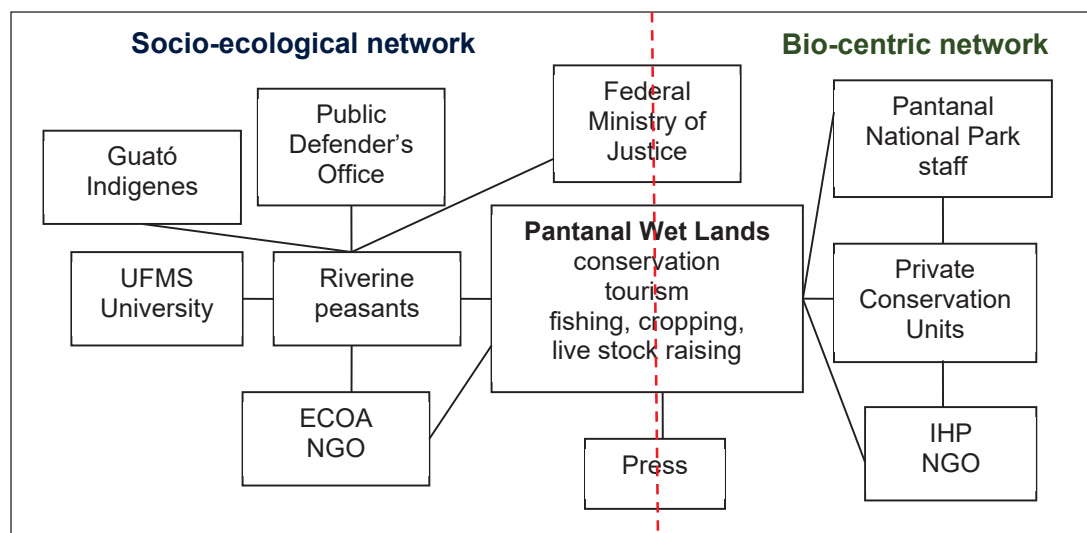


Figure 5: Rival actor-networks in the Paraguay River conservation-fisher dispute.
Source: Field research, 2015.

On one side, the private reserves were represented by the head of the Institute of Pantanal Man (Figure 6). This NGO was established in Corumbá in 2002 and its stated purpose is preserving the Pantanal biome and local culture (IHP, 2016). As we saw above, the NGO head is a retired police coronal who had been the scourge of illegal alligator hunting in the 1980s. The problem is the bio-centric emphasis of the NGO and the man's ideas concerning local culture which exclude the rural poor and pointedly women (OECA, 2008). He appeared at the public hearing dressed in a camouflage military uniform, which he probably thought would intimidate the fishers.

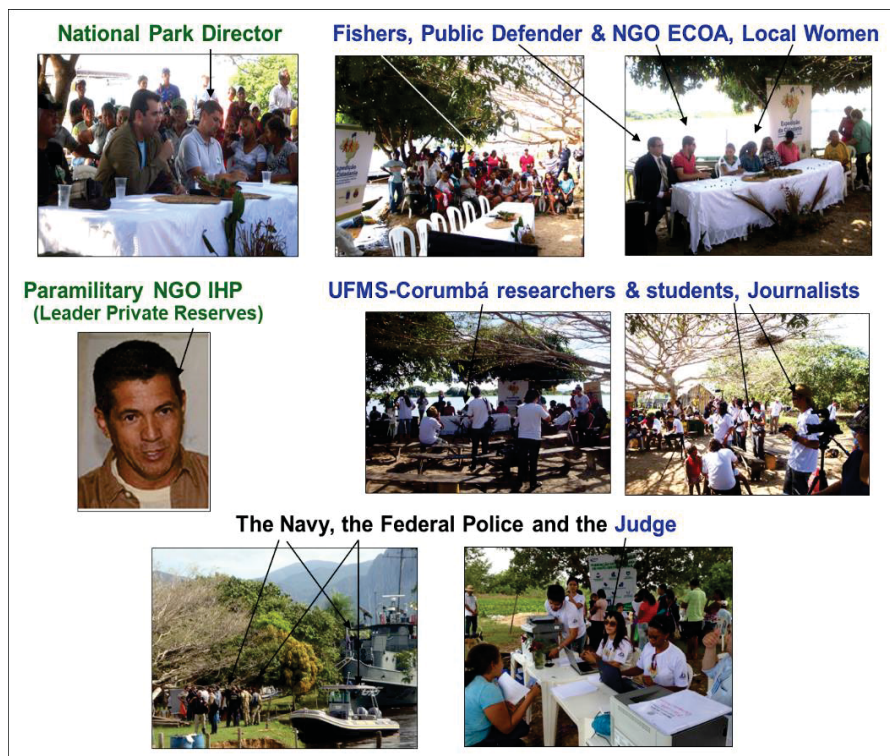


Figure 6: The social actors in the flesh.
Source: Field research (2015), IHP (2016).

The Pantanal National Park was also aligned with this side in the hearing because its representative considered the riverine population to be a menace. The Barra do São Lourenço community in particular was criticized for using its location at the junction of the Paraguay and São Lourenço Rivers to fish in the buffer areas of the National Park. The director of the Park displayed a bio-centric attitude categorically stating that only those who fish strictly for “subsistence” should be permitted in the areas and not those who sell fish. As a biologist the man never received adequate training in the human sciences and is thus ignorant of peasant social reproduction, which involves much more than mere biological subsistence and includes income earned to buy basic necessities not produced locally as well as for other social and ceremonial funds (cf. Wolf, 1966, 6-9). Like the administrators of the private reserves, the director of the National Park had no empirical proof to back his claims against the peasants and our investigation proved him wrong on this count as well as that concerning the impact of sports fishing. In other words, the director based his view deductively in a default faith that nature reserve officials everywhere have in eco-tourism as well as urban-class bias against poor rural folk.

The NGO ECOA took the side of the local riverine population and has a history of working with the peasants in sustainable fishing practice and community development (ECOА, 2016). A number of university professors and their students from the Corumbá campus of the Federal University of Mato Grosso do Sul

were also present at the meeting to lend their support to the local population and they along with members of the press outnumbered the local people at the meeting. The judge even took advantage of our presence as researchers from one of the most respected Brazilian universities to validate what would be her decision in favor of the peasants.

After hours of preparation the judge officially opened the hearing by removing her shoes, standing up with her bare feet on the dusty ground and giving a speech clearly in favor of the local people. The latter were portrayed as descendants of Amerindians, Brazilians, Bolivians and Paraguayans, who have suffered centuries of discrimination. Dismissing any pretense of impartiality, she signaled that the outcome against eviction was a foregone conclusion. Then each group present gave testimony and the clinching arguments were made by the ethnically hybrid Quató indigene “chief” and his Afro-Brazilian wife when they played the traditional ethnic minority card in the name of land rights. In their testimony the two argued that because there is Amerindians ancestry in the local population, the latter should have the same rights to a territory which the Guató do in their indigenous lands located further upriver.

While the concept of “traditional” is academically problematic, it is still a useful legal device for the rural poor to resist environmental dispossession in Brazil. “Traditional peoples and communities” are legally defined in Brazil as: “culturally differentiated groups ... that have their own forms of social organization and who occupy and utilize territories and natural resources for their cultural, social, religious, ancestral and economic reproduction by employing knowledge and practices that are transmitted through tradition (Federal Decree no. 6,040 of 7/2/2007, Article 3, Clause I, translated here). The decree also prohibits the removal of this population from conservation units, even those which do not normally permit a resident population. Innocent, or willful, ignorance of the law is not an excuse for illegal acts against the local population.

The public audience marked the highpoint of the peasant resistance movement, which generated a series of administrative and judicial conquests. Even, before the meeting, starting in 2010 and onward, the Federal Service for Administating Public Lands granted each community the right to remain where it was situated in areas of public domain. However, these are minute areas summing a total of less than eight hectares of land against the hundreds of thousands of hectares of nature reserve land. In 2013 they were granted the right to go back to refuges used in the past when unusually high floods occur. These are located on patches of more elevated land now situated in the nature reserves that had been declared off limits to them. The peasants also regained access to some traditional fishing grounds from which they had been excluded.

Finally, in 2013 the peasants formally petitioned for the creation of a Sustainable Use Conservation Reserve which would give them greater say in how resources are used than the present set up does. This kind of reserve is common among similar kinds of riverine peasants in the Amazon. However, after 2016 their request was ignored by successive federal administrations which became increasingly hostile to both ethnic policy toward minorities and nature reserves. At the end of 2022 a more environmentally and

ethnically friendly center-left administration was elected and the peasants may still get their SUCR. However, the consortium of nature reserves involves very powerful national and regional economic and political elites who continue to appeal in court all of the decisions favoring the peasants right up to today. They may yet get their way.

7 - Conclusions

Due to the outmoded bio-centric outlook of their staff private and public nature reserves of the Pantanal were found to be inflexible and to maintain no beneficial relationships with the local population despite Brazilian safeguards for sustainable use of historical landscapes by legally constituted traditional populations. Particularly worrying is the insistence that eco-tourism is the only activity that should be permitted within conservation units. Wilson (2002, 180-181) passes on the view of Conservation International that this transnational NGO earns more income in its extensive holdings in the Pantanal from eco-tourism than neighboring ranches earn from cattle. This is a disingenuous claim. The ranches nearby were flooded in 1974 and went bankrupt. We showed here that sport angling as practiced up to 2019 seriously depleted fish stocks in the Pantanal, it only benefited urban individuals from other regions and it aggregated little value for local livelihoods. At the same time, due to the fact that reserve staff has received little or no training in the human sciences, the peasants are unjustly accused of practicing commercial fishing because they sell some fish thus displaying complete ignorance of variation in articulation to markets and of the general process of peasant social reproduction.

Therefore, steps toward overcoming environmental injustice identified in the research should involve promoting socio-ecological conservation and local development by:

- 1) Promoting wider socio-ecological networks connecting local actors to regional and national GOs and NGOs in order to protect their legal rights;
- 2) Adopting a trans-disciplinary approach to conservation and sustainable development which unites specialized knowledge from the natural and the human sciences in consonance with detailed local knowledge;
- 3) Training conservation staff in both the natural and human sciences in order to learn how to deal with people, to comprehend traditional livelihoods and to understand that social reproduction is much more than biological subsistence, and
- 4) Implementing socio-ecological development that goes beyond mere preservation of “natural” species by also promoting viable economic activities that improve local livelihoods and promote social equity.

8 - References

ADAMS, W. M. & MULLIGAN, M. (2003). *Decolonizing nature: strategies for conservation in a post-colonial era*. London: Earthscan.

BICALHO, A. M. & HOEFLE, S. W. (2015). Conservation units, environmental services and frontier peasants in the central Amazon. In D.C. Wood (Ed.), *Climate change, culture, and economics*. Bradford: Emerald Scientific, pp. 67-105.

BICALHO, A. M., HOEFLE, S. W. & ARAUJO, A. P. (2020). Ribeirinhos em resistência à gestão biocêntrica de unidades de conservação pública e privada no Pantanal. *Espaço Aberto*, 10 (2), 205 - 235.

BUMPUS, A. G. & LIVERMAN, D. M. (2011). Carbon colonialism?. In R. Peet, P. Robbins & M. J. Watts (Orgs.), *Global political ecology*. Milton Park: Routledge, pp. 203 - 224.

BÜSCHER, B. & FLETCHER, R. (2014). Accumulation by conservation. *New Political Economy*, 20 (2), 273-298.

BÜSCHER, B. & FLETCHER, R. (2018). Under pressure: conceptualising political ecologies of green wars. *Conservation and Society*, 16 (2), 105 -113.

CRESSWELL, T. (2013). *Geographical thought*. Chichester: Wiley Blackwell.

DESCOLA, Ph. (2013/2005). *Beyond nature and culture*. Chicago: Chicago Univ. Press.

DOWIE, M. (2009). *Conservation refugees*. Cambridge: MIT Press.

EOA (Ecologia e Ação). (2014a). Comunidades tradicionais: Paraguai Mirim e São Francisco. Disponível em: <http://riosvivos.org.br/comunidades/comunidades-tradicionais-comunidades/paraguai-mirim-e-sao-francisc>. [Accessed in 25 February 2016].

EOA (Ecologia e Ação). (2016a). Comunidades tradicionais: Barra de São Lourenço. Disponível em: <http://riosvivos.org.br/comunidades/comunidades-tradicionais-comunidades/barra-do-sao-lourenco>. [Accessed in 25 February, 2016].

EOA (Ecologia e Ação). (2016b) Comunidades tradicionais: Serra do Amolar. (2015). Disponível em: <http://riosvivos.org.br/comunidades/comunidades-tradicionais-comunidades/serra-do-amolar>. [Accessed: 25 February, 2016].

ERICKSON, T. (2001). *Little places, large issues*. London: Pluto Press.

FAIRHEAD, J. & LEACH, M. (1996). *Misreading the African landscape*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.

FORSYTH, T. (2003). *Critical political ecology*. Milton Park: Routledge.

GALDINO, S., VIEIRA, L. M., PELLEGRIN, L. A. (Orgs.). (2006). *Impactos ambientais e socioeconômicos na bacia do rio Taquari – Pantanal*. Corumbá: EMBRAPA Pantanal, 2006.

GEERTZ, C. (2000/1973). *The interpretation of cultures*. 2nd edition. New York: Basic Books.

GRIFFIN, C., JONES, R., & ROBERTSON, I. (Eds.). (2019). *Moral ecologies*. Cham: Palgrave-Macmillian-Springer.

HOEFLE, S. (2013). Beyond carbon colonialism. *Critique of Anthropology*, (33), 193 - 213.

HOEFLE, S. (2016). Multi-functionality, juxtaposition and conflict in the Central Amazon. *Journal of Rural Studies*, 44, 24 - 36.

HOEFLE, S. (2019). Ghosts in the forest. In C. Griffon, R. Jones & I. Robertson (Eds.). *Moral ecologies*. Cham: Palgrave-Macmillan-Springer, pp 99-125.

HOEFLE, S. (2020). Conservation refugees and environmental dispossession in 21st century critical geography. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, 84 (2895), 1 - 33.

HOEFLE, S. (2022). Objectivities and subjectivities in geographical research: a philosophical inquiry into methods. *Treballs de la Societat Catalana de Geografia*, 93, 51-82.

HOEFLE, S. & BICALHO, A.M.S.M. (2016). Nature enclosures: historic peasants versus public and private conservation units of the Paraguay River in the Pantanal wetlands of western Brazil. *BelGeo*, 2016 (4), 1-18.

HOLBRAAD, M & PEDERSEN, M. A. (2017). *The ontological turn: an anthropological exposition*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.

HOLIFIELD, R. (2015). Environmental justice and political ecology. In T. Perreault, G. Bridge, G. & J. McCarthy (Eds.), *Routledge handbook of political ecology*. Milton Park: Routledge, pp. 585-597.

HUBER, M.T. (2017). Industrializing political ecology. *Annals of the American Association of Geographers*, 107, 151-166.

IHP (Instituto Homem Pantaneiro). (2016). Histórico. Acessível em: http://www.institutohomem-pantaneiro.org.br/?conteudo=canal&canal_id=9. [Accessed: 4 May, 2016].

INSTITUTO ACAIA. (2014). Serra do Amolar. Acessível em: http://acaia.org.br/wp-content/uploads/2007/07/RPCSA_2014_Apres_v2.pdf. [Accessed: 4 November, 2019].

JACOBY, K. (2014/2001). *Crimes against nature*. Berkeley: Univ. of California Press.

KELLY-REIF, K. & WING, S. (2016). Urban-rural exploitation: an underappreciated dimension of environmental injustice. *Journal of Rural Studies*, 47, 350-358.

LATOUR, B. (2004). *Politics of nature*. Cambridge: Harvard Univ. Press.

LATOUR, B. (2005). *Reassembling the social*. Oxford: Oxford Univ. Press.

LATOUR, B. (2013). *An Inquiry into modes of existence*. Cambridge: Harvard Univ. Press.

LEACH, M. & MEARNS, R. (Eds.). (1996). *The Lie of the Land*. London: IAI.

MERCHANT, C. (2005). *Radical ecology*. 2nd edition. London: Routledge.

MMA/ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). (2010). *Patrimônio natural da humanidade, Pantanal guarda biodiversidade única*. Disponível em: www.mma.gov.br/informma/item/6622-patrimonio-natural-da-humanidade-pantanal-guarda-biodiversidade-unica. Accessed: 26 February, 2016.

MORAES, A. & SEIDL, A. (2000). *Perfil dos pescadores esportivos do sul do Pantanal*. Corumbá, EMBRAPA.

OECO (2008), Herdeiros da guerrilha pantaneira. Disponível em www.oeco.org.br/reportagens/20205-herdeiros-daguerrilha-pantaneira. [Accessed: 25 February, 2016].

PEET, R., ROBBINS, P. & WATTS, M.J. (Eds.). (2011). *Global political ecology*. London: Routledge.

PEPPER, D. (1996). *Modern environmentalism*. London: Routledge.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ. (2015). *Balanço da temporada de pesca esportiva mostra crescimento no turismo corumbaense*. *InformeMS*, pp. 1 - 3. Disponível em: <http://informems.com/Posts/view/2059#!>. [Accessed: 4 April, 2016].

RICKARD, T. J. (2007). Rural sustainability issues for national parks. In T. Sorensen (Ed.), *Progress in sustainable rural development*. Cairns: IGU-CSRS, pp. 191-198.

SIMMONS, I. & COX, N. (1985). Holistic and reductionist approaches to geography. In R. JOHNSTON (Ed.). *The future of geography*. London: Methuen, pp. 43-58.

TAYLOR, M. (2015). *The political ecology of climatic change adaptation*. London: Routledge/Earthscan.

WHATMORE, S. (2003). *Hybrid geographies*. London: Sage.

WILSON, E.O. (2002). *The future of life*. New York: Vintage.

WILSON, G. & BURTON, R. J. F. (2015). "Neo-productivist" agriculture. *Journal of Rural Studies*, 38, 52-64.

WOLF, E. R. (1966) *Peasants*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.

WWF (World Wildlife Fund). (2016). *Áreas prioritárias para conservação da biodiversidade no cerrado e pantanal*. Disponível em: www.wwf.org.br/natureza_brasileira/reducao_de_impactos2/lep/lep_pub/?50162/reas-Prioritrias-para-conservao-da-biodiversidade-no-Cerrado-e-Pantanal. [Accessed: 25 February, 2016].

9 – Acknowledgements

Research financed by a number of projects from the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq – Brazil). The authors also express their gratitude for the help given in the fieldwork by researchers from the Corumbá and Campo Grande campuses of the Federal University of Mato Grosso do Sul.

INDICAÇÃO GEOGRÁFICA (IG) E GOVERNANÇA LOCAL NA INTERFACE RURAL-URBANA NO RIO DE JANEIRO, BRASIL

GEOGRAPHIC INDICATION (GI) AND LOCAL GOVERNANCE AT THE RURAL- URBAN INTERFACE IN RIO DE JANEIRO, BRAZIL

Felipe da Silva MACHADO¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
felipemachado@ufrj.br

Ana Maria de Souza Mello BICALHO²

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
anabicalho@igeo.ufrj.br

Resumo

Indicação Geográfica (IG) é um processo de valorização de produtos tradicionais de uma determinada região, sendo que seu principal objetivo é atribuir valor ao produto, ao produtor rural e à respectiva região produtora. Ao indicar que certos produtos têm uma origem geográfica específica, cria-se uma ferramenta importante de marketing, mas também direcionamentos para políticas públicas. A significativa participação da agricultura familiar na produção de alimentos de qualidade diferenciada e as inovações nos sistemas de produção agropecuária, bem como a convergência de diversos movimentos e políticas voltados à valorização de origem posicionam as IGs como uma das estratégias relevantes para o desenvolvimento local. Processos de interação rural-urbana no conjunto metropolitano do Rio de Janeiro resultam em diversidade espacial e inovação rural. Observa-se que os atores sociais envolvidos na produção agrícola têm desenvolvido estratégias de adaptação relacionadas ao espaço rural contemporâneo, respondendo, de forma resiliente, à urbanização e às mudanças regionais. No contexto de interação rural-urbana no Rio de Janeiro, a Indicação Geográfica da citricultura tem sido um dos principais temas das agendas das instituições envolvidas com as comunidades rurais de municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O presente artigo busca discutir o papel do grupo social organizado na construção da Indicação Geográfica e as múltiplas relações interinstitucionais do processo de IG da Laranja da Região de Tanguá.

Palavras-chave: Indicação Geográfica. Governança local. Agricultura familiar. Laranja da Região de Tanguá. Rio de Janeiro.

Abstract

Geographical Indication (GI) is a process of valuing traditional products from a specific region, and its main objective is to attribute value to the product, local farmers, and the agricultural region. When certain products are recognised as a specific geographic origin, an important marketing tool is developed, but also incentives for public policies. The significant participation of family farming in the production of differentiated quality food and innovations in agricultural production systems, as well as the convergence of different movements and policies focused on the value of origin, position GIs as one of the relevant strategies for local development. Rural-urban interactions in the metropolitan region of Rio de Janeiro result in spatial diversity and rural innovation. Social actors involved in agricultural production have developed adaptation strategies related to the contemporary rural space, responding, to urbanization and regional changes through resilient pathways. In the context of rural-urban interaction in Rio de Janeiro, the Geographical Indication of citrus farming has been one of the main issues on the agendas of institutions involved with rural communities in Rio Metropolis. This article discusses the role of the social group in the Geographical Indication process and the multiple inter-institutional relationships of the GI Laranja da Região de Tanguá.

Keywords: Geographical Indication. Local governance. Family farming. Small-scale citrus farming. Rio de Janeiro.

¹ Pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. Bolsista do Programa Pós-Doutorado Nota 10 da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

² Professora Titular, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências, CCMN.

1- Introdução

Em espaços de interação rural-urbana, como em áreas de periferia e de expansão metropolitana, paisagens alimentares são moldadas, influenciadas e transformadas por práticas sociais estabelecidas por agricultores que adaptam sistemas produtivos à intensa competição pelo uso da terra e crescente diversificação de funções industriais, residenciais e ambientais que se estabelecem localmente. Por um lado, há restrição de áreas para a prática agrícola. Por outro lado, agricultores vivenciam novas formas de comunicação e informação no contato com novos atores e agentes da diversidade espacial da interface rural-urbana. Um contexto que lhes pode propiciar alianças e resultar em formas de ordenação espacial e inovações, adequando-se aos novos cenários de mudança regional e global.

Este é o caso de agricultores na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em que produtores de cítricos constituem uma rede orientada ao reconhecimento da laranja local como um produto típico e de qualidade diferenciada, representando uma estratégia alternativa de valorização da produção local e de resiliência rural. Ação, esta, que é o cerne deste trabalho que tem como objetivo analisar o processo de governança local dos produtores reunidos e representados pela Associação dos Citricultores e Produtores Rurais de Tanguá - ACIPTA - no reconhecimento da Indicação Geográfica com Denominação de Origem “Laranja da Região de Tanguá”.

É uma atuação proativa de permanência de pequenos produtores rurais e da agricultura familiar na interface rural-urbana, ampliando exemplos investigados por Bicalho e Machado (2013) e Machado (2020, 2022) que destacam a resiliência rural por meio de atores locais que desenvolvem inovações ao se adaptarem a novas situações e se incorporarem à dinâmica de mudanças socioespaciais da metrópole do Rio de Janeiro.

A Laranja da Região de Tanguá tem características e qualidade diferenciada comprovada decorrente de fatores naturais e humanos em sua produção. A região delimitada da denominação de origem abrange os municípios de Itaboraí, Tanguá, Rio Bonito e Araruama, localizados na baixada litorânea do estado do Rio de Janeiro com características naturais de clima e solo e histórico-cultural agrícola similares que imprimem a qualidade da laranja local como diferenciada e única. Sendo o município Tanguá um dos principais produtores e o processo do reconhecimento ter partido e ser gestado pelos produtores da ACIPTA, a denominação conferida segue o nome do município “Região de Tanguá”, abrigo, ainda, o Conselho regulador de conformidade da denominação de origem.

A articulação de rede de atores humanos e não humanos, na qualificação da indicação geográfica por origem de um sistema alimentar e em conexão com várias instâncias institucionais na multifuncionalidade da interação rural-urbana, torna apropriado analisar a governança da Laranja Região de Tanguá na perspectiva teórica-metodológica relacional.

Nos procedimentos da pesquisa, a participação em reuniões da ACIPTA permitiu observar e conferir a dinâmica e o envolvimento dos citricultores, de diferentes lideranças locais e de representantes institucionais em discussões e planejamento de ações para a requisição do reconhecimento da Indicação Geográfica. Através das discussões coletivas e por documentos oficiais foram conhecidas as demandas e exigências das agências reguladoras e controladoras de concessão

dos registros e os requisitos de conformidade legal para o reconhecimento pretendido. Ao mesmo tempo, agricultores foram entrevistados, assim como agentes de instituições de pesquisa agrônômica da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro - PESAGRO Rio, sendo nesta, visitada o centro de pesquisas de produtos agrícolas regionais, no município de Macaé. Também foram entrevistados agentes de extensão rural da Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro - EMATER Rio. Considera-se que essas sejam as principais instituições³ de pesquisa, extensão e de comunicação com agricultores envolvidos no processo da indicação geográfica da laranja da região com suporte de prefeituras municipais. Com as informações obtidas foi possível analisar o processo de governança na constituição e requisição da Indicação Geográfica da Laranja da Região de Tanguá.

2- Indicação Geográfica (IG): adaptação do agrário na interface rural-urbana

Os estudos rurais na contemporaneidade têm proporcionado marcos teóricos mais amplos e reflexões sobre o domínio rural através de estudos aprofundados e abordagens multidimensionais. Com vistas a lançar questões para o desenvolvimento e o planejamento territorial, torna-se necessário, em um primeiro momento, identificar áreas rurais com tendências ou já caracterizadas como multifuncionais e inseridas na dinâmica econômica de suas regiões. Dessas são elegidas áreas para investigação em detalhe, a fim de se conhecer os processos subjacentes à reestruturação rural. As áreas são caracterizadas por tipo ou complexidade do quadro de multifuncionalidade e por redes de relações espaciais em articulação com os atores locais. A análise comparativa das relações multifuncionais oferece suporte à identificação das diferentes atividades, funções e processos gerais e particulares do espaço rural contemporâneo e à reinterpretação dos conceitos de multifuncionalidade da agricultura no quadro da reestruturação rural.

O espaço rural contemporâneo tem apresentado processos de transições através de diferentes trajetórias. Nos países desenvolvidos, a mudança da agricultura produtivista para o estágio pós-produtivista tem início nos anos de 1980 (WILSON, 2007). Nos países em desenvolvimento, a modernização agrícola de base produtivista ainda é estratégica para o crescimento econômico e os processos de urbanização e industrialização da sociedade rural têm sido identificados e analisados na dimensão da relação rural-urbana-global (BRYCESON, 1996; RIGG, 2006). Argumenta-se que o espaço rural poderia ser compreendido a partir da sua própria dinâmica que contribui para interpretações complexas e multidimensionais dos atores espaciais que criam formas de organização e adaptações ao novo cenário de mudança em um mundo de rápidas transformações desencadeadas pelo processo de globalização.

³ Além das instituições citadas, também estão envolvidas no processo de reconhecimento da IG “Laranja da Região de Tanguá” as seguintes instituições: Prefeitura Municipal de Tanguá, Prefeitura Municipal de Itaboraí, Prefeitura Municipal de Rio Bonito, Prefeitura Municipal de Araruama, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento MAPA/SFA/RJ, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária EMBRAPA, Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro EMATER Rio, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável de Tanguá COMDRUS, Núcleo de Defesa Agropecuária de Tanguá - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento SEAPA/RJ, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio de Janeiro SEBRAE RJ, Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro PESAGRO Rio.

Entretanto, na maioria dos estudos rurais brasileiros, a discussão tem sido centralizada na inserção das áreas agrícolas no comércio mundial de alimentos e na modernização do sistema técnico-produtivo com suas repercussões e contradições no âmbito econômico, social e ambiental. Dessa forma, questiona-se como construir outras abordagens para o espaço rural na sua relação com a inserção do Brasil no mundo contemporâneo, seja em áreas rurais localizadas nos grandes centros exportadores de commodities, seja em áreas rurais próximas dos grandes, médios e pequenos centros urbanos, áreas em íntimo contato com os processos espaciais da urbanização e da globalização. No presente trabalho, investiga-se a governança local, o quadro de inovação rural e a dinâmica da agricultura no conjunto espacial multifuncional e metropolitano do Rio de Janeiro.

Significativo nível de atenção acadêmica tem sido dado à identificação empírica dos direcionamentos econômicos e políticos da produção agrícola brasileira a partir da visão estruturalista, algumas vezes, negligenciando a ação das comunidades rurais e os fatores socioculturais da reestruturação rural. Dessa forma, ressaltam-se abordagens que combinam análises na dimensão da economia política e novas perspectivas de estudos que investigam as dinâmicas espaciais nos diversos e complexos atores e agentes espaciais tanto internos à comunidade quanto externos à localidade rural investigada. Woods (2012) sugere a abordagem da economia política das novas estratégias para o desenvolvimento rural baseadas no uso sustentável e na gestão dos recursos ambientais, incluindo a comoditização da natureza e da paisagem rural e a introdução de estruturas de governança dos atores rurais.

A significativa participação da agricultura familiar e as inovações nos sistemas de produção agropecuária, bem como a convergência de diversos movimentos e políticas voltados para estratégias de valorização de origem posicionam as indicações geográficas como uma das estratégias relevantes para o desenvolvimento do espaço rural. O conceito de Indicação Geográfica (IG) permite delimitar uma área geográfica, podendo ser considerada uma forma de valorização de produtos tradicionais de uma determinada região, sendo que sua principal função é atribuir valor ao produto, ao produtor e à respectiva região produtora. Além de diferenciar produtos e serviços de localidades específicas, o registro de IG permite preservar tradições e promover o desenvolvimento regional (ECHOLS, 2008; ILBERT, 2012; LOUIS e SEKINE, 2012; MANCINI, ARFINI e VENEZIANI, 2016; SEKINE e BONANNO, 2018).

A IG se divide em duas categorias: Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO) (Figura 1). Enquanto a notoriedade do produto é uma característica que deve ser comprovada na obtenção do registro de uma Indicação de Procedência (IP), no caso da Denominação de Origem (DO) passa-se a exigir que fatores ligados ao local (ambiente ou à forma de produção) tenham influência sobre o produto⁴. Ao indicar que certos produtos têm uma origem geográfica específica, da qual derivam

⁴ Lei 9.279 de 14 maio de 1996, Título IV. Art. 176. Constitui indicação geográfica a indicação de procedência ou a denominação de origem. Art. 177. Considera-se indicação de procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço. Art. 178. Considera-se denominação de origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.

determinadas qualidades, características e reputação, cria-se uma ferramenta importante de marketing, mas também direcionamentos para políticas públicas.

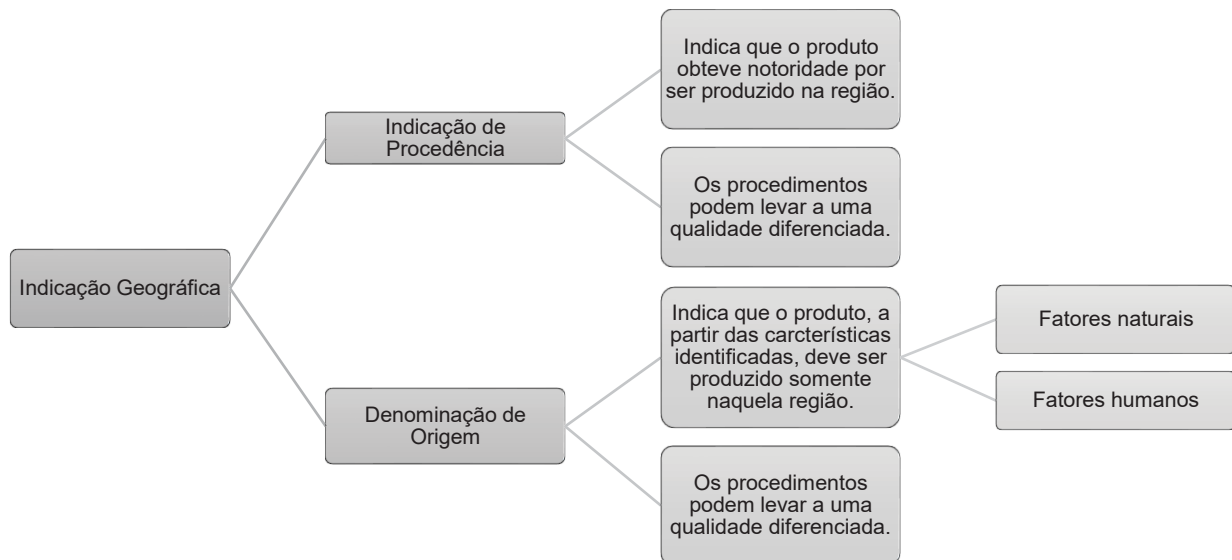


Figura 1: Diferenças entre as duas vertentes da Indicação Geográfica – Indicação de Procedência e Denominação de Origem.
Fonte: Elaboração própria

A primeira Indicação Geográfica (IG) brasileira foi reconhecida em 2002 – a produção de vinhos e espumantes no Vale dos Vinhedos, Serra Gaúcha, Rio Grande do Sul. Hoje, no Brasil, existem mais de 100 IGs que variam de alimentos, bebidas, artesanato a pedras ornamentais e serviços, sendo classificadas em duas categorias de registro IG, uma corresponde a produtos oriundos de cadeias agroalimentares e de artesanato e outra de serviços. Na legislação brasileira, o processo é reconhecido a partir de uma solicitação do grupo interessado e atestado através de um órgão específico responsável pelo registro nacional, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, conforme a Lei 9.279 de 14 maio de 1996, Título IV⁵. Inicialmente, o crescimento é lento, porém, a partir de 2011, nota-se um crescimento contínuo de novos produtos IGs no Brasil (Figura 2).

⁵ Lei 9.279 de 14 maio de 1996, Título IV. Parágrafo único. O INPI estabelecerá as condições de registro das indicações geográficas.

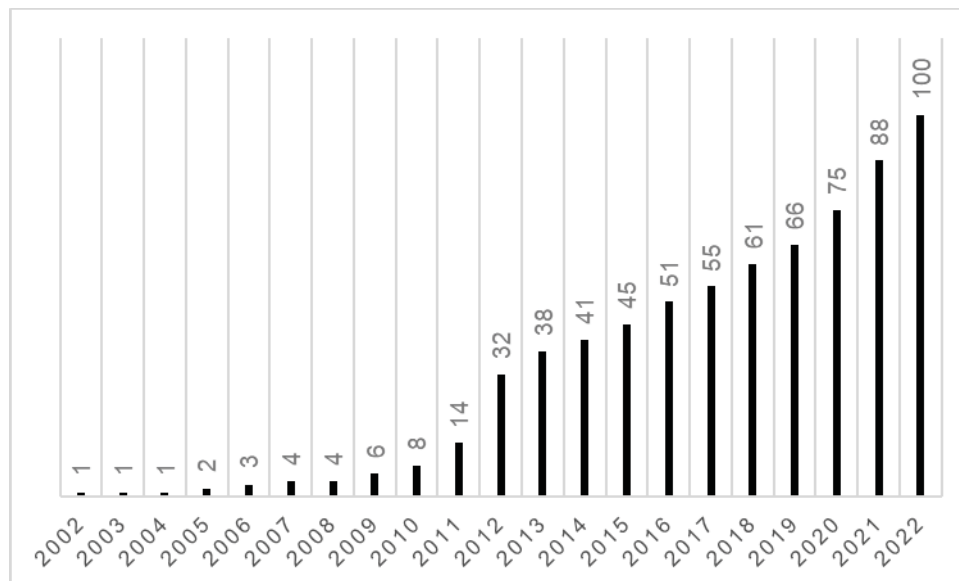


Figura 2: O crescimento das Indicações Geográficas no Brasil (2002-2022)
Fonte: INPI (2022)

Sekine e Bonanno (2018) apontam que os sistemas de IG oferecem uma alternativa às condições e tendências do agronegócio convencional. A rejeição dos princípios básicos do agronegócio neoliberal justifica algum otimismo de que, no futuro, o desenvolvimento da legislação de IG e sua implementação possam criar condições que se oponham à concentração de capital, à industrialização da agricultura e à crise da agricultura familiar e das regiões agrícolas que afetam grande parte do mundo. No Brasil, a legislação acerca da Indicação Geográfica tem estimulado a agricultura familiar e pequenos empresários rurais.

Em diversos aspectos, esta discussão relaciona-se ao trabalho de Murdoch (2000), que mostra que a promoção da produção local de qualidade assume um perfil renovado nas estratégias de desenvolvimento rural, pois oferece caminhos de fortalecimento dos produtores locais e produtos tradicionais no contexto Europeu. Perfis de produção e padrões generalizados são substituídos por uma: “multiplicidade de sistemas produtivos tecnológicos e organizacionais que podem coexistir. Portanto, não há mais um modelo de desenvolvimento rural, mas múltiplas trajetórias possíveis” (MURDOCH, 2000, p. 413). As políticas públicas que envolvem a promoção das IGs na União Europeia se baseiam na relação entre proteção de origem e promoção do desenvolvimento local no contexto de um crescente interesse dos consumidores pelos aspectos qualitativos dos alimentos.

Porém, de acordo com Mascarenhas e Wilkinson (2014), a promoção e o suporte das indicações geográficas no contexto dos países em desenvolvimento e Brasil demandam um conjunto de ações sinérgicas e complementares relacionadas: à cadeia produtiva e aos atores do território; à organização do setor IG em torno de suas plataformas e demandas coletivas e institucionais; e ao Estado, por meio de políticas públicas específicas de suporte, promoção e regulação do sistema de produção e do produto.

Enfatiza-se que, no quadro brasileiro, as IGs ocorrem predominantemente de forma coletiva através da governança local de pequenos agricultores familiares e pequenos empresários rurais, o que

estimula o desenvolvimento local e a valorização dos produtos regionais com forte conotação histórico-cultural⁶. Nesse sentido, o presente artigo discute o papel do grupo social organizado na construção da Indicação Geográfica e as múltiplas relações interinstitucionais do processo de Indicação Geográfica da Laranja Região de Tanguá. No contexto da interface rural-urbana no Rio de Janeiro, a Indicação Geográfica da citricultura tem sido um dos principais temas das agendas das instituições envolvidas com as comunidades rurais de municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

3- Indicação Geográfica da Laranja Região de Tanguá

Processos de interação rural-urbana no conjunto metropolitano do Rio de Janeiro têm resultado em diversidade multifuncional e inovação rural. Uma das maiores mudanças espaciais recentes na região da Baixada Litorânea ocorreu nos anos 2000, quando o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ provocou uma rápida expansão urbana e industrial associada a uma reestruturação econômica da região. No entanto, comunidades agrícolas têm resistido, enfrentando desafios que exigem adaptações no sistema agroalimentar. Alguns pequenos e médios agricultores estão se adaptando à urbanização, adotando atividades mais lucrativas, investindo em novos métodos e formas de comercialização de produtos agrícolas. A proximidade de áreas urbanas aumenta a demanda e competição por terra e mão-de-obra, entretanto também aumenta a procura por produtos agrícolas locais que, por sua vez, estimulam ações proativas e inovação por parte do produtor rural. Culturas agrícolas de baixo custo, como feijão e milho, são substituídas por culturas que podem produzir altos rendimentos em pequenas áreas. Se os agricultores têm um pouco mais de terra, eles plantam frutas de alto valor. O cultivo de citrus foi reestimulado e o cultivo de goiaba pode gerar produtividade e renda consideráveis no contexto metropolitano, principalmente quando produzidos frutos de alto padrão de qualidade, como observado na região (MACHADO, 2020, 2022). No entanto, as oportunidades devem ser percebidas pelos agricultores que se engajam no quadro de inovação rural, como ocorre no processo de Indicação Geográfica da Laranja Região de Tanguá.

Contrapondo-se à lógica linear de conflito de uso da terra rural-urbano no contexto do espaço metropolitano, a institucionalização da Indicação Geográfica da Laranja Região de Tanguá revela alguns desafios da agricultura metropolitana na sua relação com modelos mais inclusivos e participativos de governança local e na integração e no compartilhamento dos diversos tipos de conhecimento. Ao refletir sobre as transições dos sistemas agrícolas relacionadas à IG da Laranja Região de Tanguá, um coordenador regional do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) comentou:

Nós [SEBRAE] apresentaremos o diagnóstico da produção de laranja de Tanguá. A laranja daqui é diferente. O mercado também tem essa percepção. No entanto, uma validação técnica foi necessária. O diagnóstico confirma as características particulares do produto e poderemos seguir o rigoroso processo de IG [Indicação Geográfica] para podermos diferenciar a laranja no mercado

⁶ Lei 9.279 de 14 maio de 1996, Título IV, Art. 182. O uso da indicação geográfica é restrito aos produtores e prestadores de serviço estabelecidos no local, exigindo-se, ainda, em relação às denominações de origem, o atendimento de requisitos de qualidade.

de forma a agregar valor e qualidade, representando o município e contribuindo ao desenvolvimento de Tanguá [região].

Desde 2018, o debate sobre a Indicação Geográfica da citricultura tem sido um dos principais temas da pauta da associação de produtores rurais - ACIPTA. O II Encontro da Fruticultura de Pequena Escala, realizado em 2018, e outros encontros posteriores tiveram como tema o processo de Indicação Geográfica da Laranja da Região de Tanguá, organizado pela Secretaria de Agricultura do município de Tanguá, EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), EMATER-Rio (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro), SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), MAPA/SFA/RJ (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e ACIPTA (Associação dos Citricultores e Produtores Rurais de Tanguá), processo que envolve diversas instituições em diferentes níveis de governança do local ao nacional. Em entrevista realizada com responsável pela extensão rural, destaca-se a rede e as relações estabelecidas entre agricultores e instituições de diferentes escalas:

A EMBRAPA Solos [Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária] é a responsável pelo diagnóstico do solo. A UERJ [Universidade do Estado do Rio de Janeiro] preparará um relatório sobre as características climáticas, pois já possui estações meteorológicas em todo o estado do Rio de Janeiro. O SEBRAE [Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas] irá elencar e elaborar as principais características da marca, oferecendo cursos de comercialização, gestão e logística. É um movimento em rede, com várias instituições articuladas. O que as instituições estão fazendo é apoiar os agricultores. A questão [relacionada à Indicação Geográfica] permaneceu silenciada nos últimos anos por causa de questões políticas e partidárias. No momento, o movimento está partindo dos agricultores que estão integrados a diferentes instituições.

A delimitação de área geográfica da IG “Região de Tanguá” para as laranjas da espécie *Citrus sinensis* das variedades Seleta, Natal Folha Murcha e Natal Comum⁷ contou com as orientações de dados e trabalhos técnicos e científicos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, destacando a Embrapa Solos e a Embrapa Alimentos e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro – EMATER-RIO, destacando a GTE Fruticultura/COPER, a Supervisão Regional Centro e os Escritórios Locais nos municípios de Itaboraí, Tanguá, Rio Bonito e Araruama. Foram utilizados mapas contendo informações de solo e clima, pesquisas sob as formas de organizações dos produtores rurais e estudos de bibliografias do histórico da região e da implantação da laranja.

Para a proposição desta delimitação de área geográfica de produção da IG “Região de Tanguá” avaliou-se o censo citrícola para a cultura da laranja desenvolvido pela EMATER-RIO, especialmente para essa IG, e que se constitui em um diagnóstico da produção citrícola da região e o mapa de solos

⁷Segundo o Caderno de especificações técnicas da Denominação de Origem “Região de Tanguá” para as laranjas, Art 5º, estão autorizados ao uso da Denominação de Origem Região de Tanguá para as laranjas das variedades Seleta, Natal Folha Murcha e Natal Comum, todos os produtores que estiverem estabelecidos na área geográfica delimitada de produção, que obedeçam ao caderno de especificações técnicas e demais disposições aprovadas pelo Conselho Regulador da Denominação de Origem “Região de Tanguá”.

elaborado pela Embrapa Solos. O zoneamento agro climatológico utilizou as informações sobre as exigências climáticas disponíveis em literatura, principalmente térmicas, hídricas e de relevo. O conhecimento do histórico agrônômico do comportamento da laranja, obtido através de entrevistas a técnicos especializados em diferentes instituições e produtores rurais locais, auxiliou na identificação das categorias de aptidão e foi determinante na indicação das faixas de altitudes para as laranjas da região de Tanguá.

Nota-se a importância do papel do coletivo, do grupo social organizado e da associação na construção da Indicação Geográfica e as múltiplas relações interinstitucionais que configuram a geografia relacional do processo de Indicação Geográfica⁸. A aplicação dessa abordagem acerca da IG busca direcionar as políticas de gestão e planejamento territorial no Estado do Rio de Janeiro com o propósito de fortalecer sistemas agroalimentares locais e regionais de qualidade e estratégias da agricultura de pequena escala, predominante no contexto estadual.

A dinâmica da agricultura e seus vínculos com outros setores rurais no Rio de Janeiro requerem o desenvolvimento de conhecimentos mistos e redes de aprendizagem que incluam atores agrícolas e não-agrícolas, como estabelecido durante o processo da IG Laranja da Região de Tanguá. Em alguns casos, redes de conhecimento mistas estão operando em busca de melhorias no sistema produtivo para qualidade diferenciada e maior valorização do produto. Todavia existem barreiras estruturais e organizacionais que dificultam a operacionalização e efetivação de vários processos de reconhecimento identitário de diferentes regiões do Estado do Rio de Janeiro. Esses obstáculos apontam para a necessidade de mudanças na política acerca da agricultura no quadro da interação rural-urbana e no contexto da pequena produção familiar para responder melhor às necessidades de aprendizagem e inovação tanto agricultores quanto das instituições envolvidas no quadro do desenvolvimento local.

4- Considerações finais

Conforme observado, a pesquisa buscou relacionar governança local e inovação rural no quadro da agricultura na interface rural-urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, considerando o posicionamento da área de estudo na complexidade do espaço rural na contemporaneidade. Ao se debruçar sobre as interações espaciais, a pesquisa responde aos desafios de compreender a dinâmica e resiliência da agricultura no contexto metropolitano através da compreensão do processo de governança local, envolvendo atores agrícolas e não-agrícolas,

⁸ Conforme apontado no Caderno de especificações técnicas da Denominação de Origem "Região de Tanguá" para as laranjas, Art 12º, a Denominação de Origem "Região de Tanguá" para as laranjas será regida por um Conselho Regulador nos moldes estatutários, pré-definidos pela maioria de associados votantes, em coro de assembleia constituída da ACIPTA. Os membros do Conselho Regulador da Denominação de Origem "Região de Tanguá" serão constituídos pelos associados da ACIPTA que representam as partes do segmento do produto e também será composta por membros que representam as instituições de pesquisa, extensão e ou ensino, também nomeados pelas respectivas instituições conselheiras, seus respectivos suplentes e ou substitutos, sendo esse número de integrantes, estipulado pelo estatuto social da ACIPTA, preservando sempre a lisura em sua composição, de modo a criar sustentabilidade e credibilidade de suas ações operacionais.

agricultores e instituições participantes do processo de reconhecimento de produtos de identidade geográfica, no caso discutido, a Denominação de Origem da Laranja da Região de Tanguá.

O processo de IG é complexo e se inicia a partir de um movimento coletivo de agricultores proativos que articulam suas diferentes demandas às instituições em suas diferentes escalas e aos processos de reestruturação espacial do contexto regional. Além das demandas e das articulações locais, o processo de IG implica seguir requisitos de legislação específica, uma vez que essa define suporte, promoção e regulação do sistema de produção e do produto a nível nacional ajustadas à realidade brasileira.

A Laranja da Região de Tanguá apresenta características específicas e qualidade diferenciada que são resultantes da combinação entre fatores naturais e humanos em sua produção. Dentre os fatores naturais sobressaem as condições climáticas e de solo que estão interconectadas com práticas agrícolas de uma agricultura familiar que envolve gerações, conhecimento e experiência na construção de um sistema produtivo de cítricos, condição que reflete na qualidade diferenciada do fruto e na sua valorização. Dessa forma, torna-se fundamental reconhecer que os agricultores locais desempenham papel significativo na formação de paisagens híbridas da interface rural-urbana, e suas práticas e conhecimentos refletem as particularidades do sistema de Indicação Geográfica da Laranja da Região de Tanguá na dinâmica da agricultura metropolitana. O contexto dinâmico da interação rural-urbana no Rio de Janeiro revela desafios da agricultura contemporânea na sua relação com modelos inclusivos e participativos de governar e na integração e compartilhamento de conhecimentos e práticas.

5- Referências

BICALHO, A.M.S.M., MACHADO, F.S (2013). Do agrário ao periurbano: o município de Cachoeiras de Macacu na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Geografia (Rio Claro)*, 38, 545-564.

BRASIL. Lei 9.279, de 14 maio de 1996. *Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial*. Brasília, DF: Diário Oficial da União.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. *Plataforma de Dados de Indicações Geográficas Brasileiras e Produtos Típicos Potenciais*. [Online]. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/dados-sobre-igs-registradas-e-produtos-tipicos-potenciais/plataforma-de-dados>.

BRYCESON, D.F. (1996). Deagrarianization and rural employment in sub-Saharan Africa: a sectoral perspective. *World Development*, 24, 97-111.

ECHOLS, M. A. (2008). *Geographical Indication for food products: international legal and relatory perspectives*. Wolters Kluwer, Alphen ann der Rijn, Amsterdam.

ILBERT, H. (2012). Products with denominations of origin and intellectual property rights - the international bargaining process. In: LOUIS, A.; ILBERT, H.; SAAVEDRA-RIVANO, N. (Org.). *Geographical Indications and International Agricultural Trade: the challenge for Asia*. Palgrave Macmillan, London, pp. 91-116.

INPI. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. *Revista da Propriedade Industrial*. Indicações Geográficas Seção IV, n. 2690, 34-71, 2022.

LOUIS, A.; SEKINE, K. (2012). From products of origin to Geographical Indications in Japan: perspectives on the construction of quality for the emblematic productions of Kobe and Matsukaba Beef.

In: LOUIS, A.; ILBERT, H.; SAAVEDRA-RIVANO, N. (Org.). *Geographical Indications and International Agricultural Trade: the challenge for Asia*. Palgrave Macmillan, London, pp. 139-163.

MACHADO, F.S. (2020). Relational rural geographies, resilience, and narratives of small-scale fruit farming in the metropolitan countryside of Rio de Janeiro, Brazil. PhD thesis, PhD in Human Geography, University of Plymouth, Reino Unido.

MACHADO, F.S. (2022). Enhancing conceptual and practical understandings of small-scale farming resilience in the metropolitan countryside of Rio de Janeiro, Brazil. *Croatian Geographical Bulletin*, 84 (2), 5-19.

MANCINI, M.C; ARFINI, F.; VENEZIANI, M. (2016). Le indicazioni geografiche and il Partenariato Transatlantico per il Commercio e gli Investimenti (TRIP): prospettive EU and USA a confronto. *Agriregioneuropa*, 46(12).

MASCARENHAS, G.; WILKINSON, J. (2014). Indicações Geográficas em países em desenvolvimento: potencialidades e desafios. *Revista de Política Agrícola*, 23(2), 103-115.

MURDOCH, J. (2000). Networks – a new paradigm of rural development? *Journal of Rural Studies*, 16, 407-419.

RIGG, J. (2006). Land, farming, livelihoods, and poverty: rethinking the links in the rural South. *World Development*, 34, 180–202.

SEKINE, K.; BONANNO, A. (2018). Geographical indication and resistance in global agri-food. In: BONANNO, A.; WOLF, S.A. (Org.). *Resistance to the neoliberal agri-food regime: a critical analysis*. Routledge, New York, pp. 106-119.

WILSON, G.A. (2007). *Multifunctional Agriculture: A Transition Theory Perspective*. CABI, Wallingford.

WOODS, M. (2012). New directions in rural studies? *Journal of Rural Studies*, 28, 1-4.

6- Agradecimentos

O artigo é baseado em projetos de pesquisa apoiados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

NATURAL AND CULTURAL-HISTORICAL RESOURCES FOR TOURISM DEVELOPMENT IN GERLOVO REGION

RECURSOS NATURAIS E HISTÓRICOS-CULTURAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA REGIÃO DE GERLOVO

Lyubomir LYUBENOV

Faculty of Economics, University of Veliko Tarnovo „St. St. Cyril and Methodius“

llyubenov@ts.uni-vt.bg

Slavi DIMITROV

Faculty of Economics, University of Veliko Tarnovo „St. St. Cyril and Methodius“

s.dimitrov@ts.uin-vt.bg

Summary

Tourism is a traditional activity in the Bulgarian lands. Its results are directly dependent on the natural and cultural-historical resources of the Gerlovo geographical area. It is located on the territory of four municipalities: Varbitsa, Kotel, Omurtag and Targovishte. The starting point for developing the potential and competitiveness of tourism in the Gerlovo region is its natural and cultural-historical resources. One of the specific tasks is related to carrying out an analysis of tourism in the Gerlovo region in terms of natural resources and cultural and historical heritage, and the second is aimed at the opportunities for the development of regional tourism. This regional analysis can be useful not only for tourism from the Gerlovo region, but also for other regions in Bulgaria and the EU.

Keywords: Gerlovo region, resources, tourism, state, development.

Resumo

O turismo é uma atividade tradicional em terras búlgaras. Seus resultados dependem diretamente dos recursos naturais e histórico-culturais da região, inclusive e na área geográfica de Gerlovo. Está localizado no território de quatro municípios: Varbitsa, Kotel, Omurtag e Targovishte. O ponto de partida para desenvolver o potencial e a competitividade do turismo na região de Gerlovo são os seus recursos naturais e histórico-culturais. Uma das tarefas específicas está relacionada com a realização de uma análise do turismo na região de Gerlovo em termos de recursos naturais e património cultural e histórico, e a segunda visa as oportunidades para o desenvolvimento do turismo regional. Esta análise regional pode ser útil não só para o turismo da região de Gerlovo, mas também para outras regiões da Bulgária e da UE.

Palavras-chave: região de Gerlovo, recursos, turismo, estado, desenvolvimento.

1- Introduction

In tourism, the main factors of competitiveness are formed at the regional level, and through the market realization of tourist products, they are also manifested at the supra-regional level. The starting point for developing the potential and competitiveness of tourism in the Gerlovo region is its natural and cultural-historical resources. One of the specific tasks of the reported study is related to carrying out an analysis of tourism in the Gerlovo region in terms of natural resources and cultural and historical heritage, and the second is aimed at the opportunities for the development of regional tourism. This regional analysis can be useful not only for tourism from the Gerlovo region, but also for other regions in Bulgaria.

Tourism is a traditional activity in the Bulgarian lands. Its results are directly dependent on the natural and cultural-historical resources of the region, incl. and in the Gerlovo geographical area. There are no studies for the Gerlovo region, incl. and for other areas and regions in the country, as well as attempts to reveal the interdependencies between the triad “natural conditions - natural and cultural-historical resources

– tourism”. These relationships and issues define the purpose of the present study. The development of tourism is expected to diversify and provide more stable and high incomes to the regional economy in Gerlovo district and its related regions.

The segment of hotels, restaurants and cafes (HoReCa) provides an opportunity for regional agricultural and other producers to sell directly and without intermediaries, as well as to build their own retail market through a catering establishment. It forms short supply chains that cut out middlemen and creates agricultural products, farm food, rural and other high-value-added tourism that increase the income of local communities - agricultural raw materials make up about ¼ and food and beverages about one-third of the turnover in HoReCa

Tourism allows the formation of more complex products with a higher added value, a lower dependence of farms on seasonality and the achievement of higher and sustainable prices. It forms local markets and short supply chains for various products and services. Different types of tourism diversify regional farms, providing them with more stable and high incomes, respectively, and competitiveness (Lyubenov, 2017).

Gerlovo region has a great biodiversity, including honey and pollen plants, which is why beekeeping is very well developed, and there are very good conditions for the development of tourism based on it, i.e. api-tourism and related balneos, spas and other types of tourism. Development of tourism based on regional beekeeping will create jobs and increase the demand not only for goods and services from beekeeping, but also for many foods, drinks and other goods and services from other types of local tourism (Lyubenov, 2018). Api-tourism will maintain and improve the biodiversity of the Gerlovo region, as a result of the improved pollination of the local flora, which will also increase the economic value of the region.

Research methods include the complex combination of grouping, comparison, analysis and synthesis. The sources of information are the national and regional institutions, the legislative base and research on the analyzed problem. The spatial boundaries of the study are determined by the studied region Gerlovo district and the time span of the study is from the last decade. In accordance with the goal, the research is focused on an analysis of the tasks with the help of which it will be reached. Therefore, a two-part structure was created. The first is aimed at the geographical location, natural resources and cultural-historical heritage of the Gerlovo region, and the second concerns determination of the state and policies for the dynamic development of regional tourism.

2- Geographical location of the Gerlovo region, natural resources and cultural-historical heritage

2-1. Gerlovo region and its natural tourist resources

Gerlovo (or Gerilovo) is a hilly valley and historical-geographical region in the Eastern Sub-Balkans, in Targovishtka, Shumenska and Slivenska regions. Towards the end of the 16th century, the district was called Gerilovo. The name is probably of Thracian origin and is due to the trough-shaped shape of the valley. The basin is located between Kotlenska and Varbisha mountains to the south, Lissa mountain to the west, Preslavka mountain to the north and Dragoevska mountain to the northeast. In the east, it is connected to

the Riška Kotlovina through a low watershed. The area of the district is about 650 km² with a length of 30-35 km and a width of 10-20 km. Its altitude is from 250-280 m to 400 m.

The Gerlovo region is a trough-like valley deeply dissected by flat monoclinial hills, located in the west-east direction. The main river artery is the river Golyama Kamchiya (Ticha), together with its tributaries - Draganovska reka (left), Gerila and Eleshnitsa (right). Golyama Kamchia flows through the entire valley from southwest to northeast, and before leaving it, it passes through the large "Ticha" dam located in Gerlovo. There are also numerous micro-dams in the district. The climate is temperate-continental, the soils are gray forest, highly eroded, and the natural vegetation is anthropogenically altered.

Administratively, a larger part of the district falls in the regions of Targovishte (the western part) and Shumen (the eastern part) and a small part in the Sliven Region. Gerlovoto covers 52 settlements, incl. and one city (Verbitsa) - Fig. 1.

From the Targovishte region, there are 29 settlements from two municipalities - Targovishte (including 2,640 inhabitants) and Omurtag (including 7,562 inhabitants). From the municipality of Kotel there are 7 settlements from the Sliven region, and from the Shumen region there are 16 settlements from the municipality of Varbitsa, (NSI, 2021). Only three of the settlements have a population of over 1,000 inhabitants: Varbitsa (3,352), Yablanovo (2,913) and Byala Reka (1,309) (NSI, 2021).

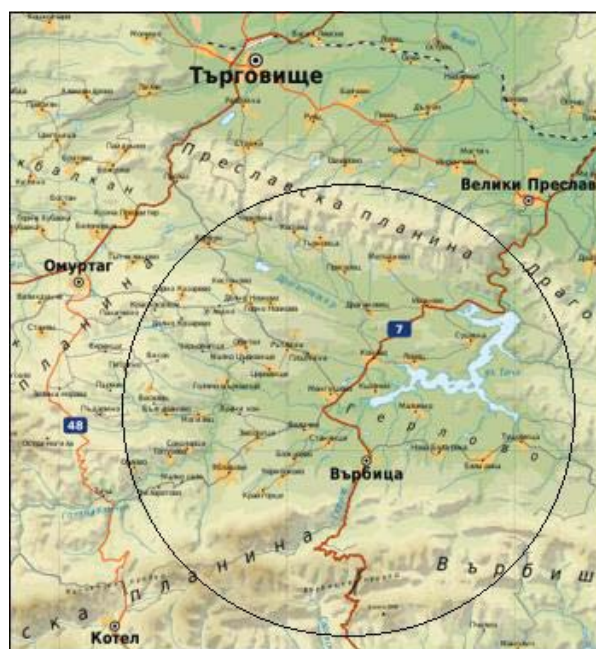


Figura 1: Geographical location of Gerlovo district.
Source: NSI.

Five km from the town of Varbitsa there are two mineral springs with proven healing properties for gastrointestinal and eye diseases. There are a total of three water sources with mineral water on the territory of the municipality, which determine the development of health, spa and spa tourism. The first healing spring has been known for decades. It has a mineralization of 1.2 g/l, containing hydrogen sulphide and significant concentrations of calcium ions (109 mg/l). It was widely used for drinking by the population, even the water was bottled by the municipality of Varbitsa and sold. The water is not hot and does not have a very high flow rate. Its latest research shows that it is unique in composition and properties and is suitable not only for gastrointestinal, but also for the treatment of kidney diseases and peripheral nervous system.

was famous in the past and marked on an old World Map of Mineral Waters from 1937, and was widely used for healing. In the resort complex “Verbitsa” there is a sanatorium with mineral springs, from which hundreds of patients were cured in the second half of the last century.

There is another spring with similar properties of mineral water near the “Verbitsa” hut. The water from the borehole water source is also cold, with high mineralization (13.1 g/l), sodium chloride, containing iodide and bromide. It is suitable after heating for balneotherapy. In the center of the Varbitsa resort there is a spring with water for the treatment of eye diseases. The springs are now not exploited in accordance with current legislation. It is necessary to initiate the registration of mineral water deposits in the Ministry of Environment and Water (www.moew.government.bg, 2022) as soon as possible, as well as their provision for exploitation by the Municipality of Varbitsa. This is imperative as the first step in a series of activities for the construction of aquatic facilities for the waters, with the aim of their healing properties being invested in the development of balneological, health and spa tourism, as part of the guidelines for diversifying the local tourism product (PIDM of Varbitsa, 2021).

In the municipality of Varbitsa there are many protected areas, zones and objects suitable for ecotourism. According to the Law on Biological Diversity, the following territories are included in the NATURA 2000 ecological network: “Kotlenska planina”; “Preslavaska Planina” and “Eco Corridor Kamchia – Emine”, and under the Law on Protected Areas: “Momin Grad”, “Horse Chestnut”, “Red Peony”. On the territory of the municipality of Varbitsa there is a protected natural site - reserve “Momin Grad”.

The forest vegetation is represented by three main groups of plantations: tree species, shrub and semi-shrub species and medicinal plants (<http://e-ecodb.bas.bg/rdb/bg/vol2/>). Herbs can be used to diversify the tourism product and enable herb gathering by tourists during the summer season as part of ecotourism. Medicinal plants can be offered to tourists under the brand name of a local organic product and as part of balneological tourism.

The scope of the “municipality of Omurtag partially includes the following protected areas in the sense of the Biodiversity Act – “Kotlenska Planina” for the protection of wild birds and for the protection of natural habitats. Part of the territory of the Municipality of Varbitsa falls into the protected area “Kotlenska planina” for the protection of wild birds from Natura 2000. There are 182 species of birds found on the territory, of which 51 are included in the Red Book of Bulgaria, and of the species found, 81 are from European Natural Importance (2004) (PIDM of Omurtag, 2020). 10 species are included as globally endangered, and 71 species are endangered in Europe. The site provides suitable habitats for 65 species listed in Schedule 2 of the Biodiversity Act for which special protection measures are required. The westernmost part of the Black Sea flyway Via Pontika passes through the territory of the district.

The rich biodiversity is of interest to a certain category of tourists and can be used to diversify the offered tourist products with additional attractions - watching birds, animals and deposits of rare plants. It is necessary to build eco-paths, tourist shelters, place markings, signs and others. As a priority, a tourist trail should be built to the “Momingrad” reserve with two starting points:

The first one from the center of the “Verbitsa” resort complex to the “Momingrad” reserve - about 6 hours of walking. The path will pass by the mineral spring, which has proven healing properties. Summer and winter marking should be done. It is appropriate to build a shelter near the remains of fortress walls from the medieval fortress “Momingrad”. Drinking water sources and two recreation areas with massive fire pits can

be built and marked along the way. The second one from the “Verbishki Prohod” hut to the Reserve - about 5 hours of hiking. By car you can reach Elevation 1008, where it is necessary to build a guarded parking lot, and you can reach the “Momingrad” Fortress and the shelter by a marked road along the ridge. The distance from the starting points suggests the construction of a support point in the Reserve with bungalows set up in a tourist village on the meadow next to the Reserve. The Fortress itself needs restoration and proper presentation to tourists.

It is possible to build and mark with appropriate eco-trails with exit points – “Mineral water” - hut – “Verbishki prohod” and “Resort” karst cave – “Marata”. The first path will introduce tourists to the tree species, the healing properties of the mineral spring and the more interesting animal species in the area. The second eco-trail leads to a unique karst cave, where the formations of stalactites, stalactons and stalagmites are thousands of years old. It is also possible to build an eco-trail to the medieval fortress “Belgrade” mentioned during the march of the Byzantine emperor.

Favoring the development of nature tourism in Kotel municipality are: the protected natural sites: “Khersovgrad”, “Saiganitsa” and the cave “St. 40 martyrs” - near the village of Kipilovo, the cave of “Rakovski” - near Malko selo, Urushkite skali - near the village of Ticha, the reservoir near the village of Cherkovna, Targovishtko, etc.

2.2. Cultural and historical heritage of the Gerlovo region

Cultural heritage as a material and spiritual message represents a powerful resource for sustainable development and a good quality of life, by absorbing the opportunities of cultural tourism and the exchange of knowledge and values. In the predictions of the Council of Europe, cultural heritage has an exceptional role in the “information society” of the 21st century. Its integration as a catalyst for economic growth and a quality living environment, the inclusion of national cultural identity in the European socio-cultural space, are factors for a sustainable spatial development and social equilibrium. Areas with cultural memory will increasingly attract people, activities and investment. The creation of regional and local tourism products, revealing the full richness of the phenomenon, implies the construction of a tourism strategy, international contacts and a long-term policy in the preservation and valorization of cultural heritage.

Resources for the development of cultural tourism include archaeological, architectural, ethnological, religious sites, historical landmarks, as well as cultural institutions - museums, community centers and cultural events of a different nature related to intangible culture, as well as “creative” tourism, in which tourists create culture. They are characterized by their diversity, authenticity and uniqueness.

There are 125 archaeological sites in Gerlovo - prehistoric, Roman and late antique, but most of them have not been studied and would hardly become attractive to tourists. According to the information of the National Institute for Immovable Cultural Heritage (<http://ninkn.bg/>, 2022), 25 cultural monuments have been registered, 3 of which are of national importance - a settlement mound above the village of Ivanovo and two necropolises in the land of the village of Lovets. The following sites have the potential for relatively quick development for the purpose of tourist accessibility, restoration, conservation and socialization for archaeological tourism:

- Prehistoric settlement near the village of Ivanovo from the middle of the 5th millennium;

- Prehistoric settlement and stone fortress wall in the village of Sushina from the end of the 5th millennium, which is supposed to be one of the oldest in the Balkans;
- Kaleto next to the village of Tusovitsa;
- Varbitsa Thracian tomb - next to the town of Varbitsa;
- Late Roman fortress in the village of Metodievo;
- Necropolis in the village of Mengishevo – about 30 Thracian mounds;
- Thracian tomb on the road from Varbitsa to Kölmen, near the dam;
- There are also interesting archaeological sites in the direction of the village of Velichka and Omurtag;
- Seven mounds, a Roman villa from the 2nd-3rd centuries AD, a late medieval settlement and necropolis in the village of Mogilec;
- Chalcolithic settlement mound in the village of Dolno Novkovo;
- Chalcolithic settlement mound and fortification walls from the III-V centuries in the village of Velichka;
- Ancient settlement in the village of Golyamo Tserkovishte;
- Late Roman fortress in the village of Vrani kon;
- Chalcolithic settlement mound in the village of Vardun;
- Neolithic and Chalcolithic settlement mound and late antique fortification in the village of Draganovets;
- Roman Kale in the village of Yablanovo;
- The late antique fortress "Canakkale" in the village of Tarnovtsa;
- Late antique and medieval fortress in Ticha village;
- Ancient houses with the typical architecture of the Kotel and Elena area in the villages of Malko Selo, Ticha, Topuzevo, Yablanovo and the village of Ticha (PIDM of Kotel, 2021).

Joint routes are also possible with neighboring municipalities.

At the moment, there is only one ethnographic gathering in the municipality, in the Vasilaki House in the center of Varbitsa. It is also arranged in it, donated by Dr. Anton Sirakov - 520 volumes of fiction, Bulgarian, foreign and specialized literature. An object with potential for lovers of cultural and historical tourism is the Saraya (Konaka) of the Gerais - the last heirs of Chingiz Khan. At this place in the town of Varbitsa, there was an impressive building that burned down in the 1980s. The high stone wall and the foundations of the buildings have been preserved. The idea is to restore the object as an open-air ethnographic museum, which will present objects from the everyday life of the various ethnic groups inhabiting the Varbitsa region (PIDM of Varbitsa, 2021).

The centers of the spiritual life of the local population are also the numerous religious temples in the municipality: churches, mosques, some of which were built in the XVIII-XIX centuries. The most interesting is the mosque in the village of Plastina, which has an important cultural and historical significance. These sites are suitable for religious and pilgrimage tourism.

The episodic and periodic events that take place in the individual municipalities of the region, as well as events from the rich cultural calendar, can be popularized and attract the attention of both Bulgarian and foreign tourists. There are 20 community centers operating on the territory of the district, which are one of the main cultural and educational centers. Community centers organize and maintain a rich cultural calendar and diversify the spiritual life of the local population, incl. and for cultural and event tourism.

The cultural calendars annually include: the National Holiday of the Republic of Bulgaria - March 3rd, the Day of Slavic Writing and Bulgarian Education and Culture - May 24th and the Day of People's Awakeners - November 1st. Babinden, Triphon Zarezan, March 1, Todorovden, St. George's Day, Easter, Christmas, New Year, family meetings and village gatherings are also celebrated.

An event in the area that attracts many visitors is the traditional autumn Varbish fair in September. Traditional local folklore festivals are held, such as "And we sing the song" in the village of Gorno Novkovo and the assembly "Girls sing and dance" in the village of Yablanovo. People dress up in unique, village-specific costumes. (PIDM of Targovishte, 2021).

The best conditions for the development of sports tourism are found in the Municipality of Varbitsa. Organization of training camp-schools and competitions in various sports. Opened in 2015, the new Sports Complex "Guerrilla" in the resort "Verbitsa" is built on an area of 16 acres with a total of 3 halls, changing rooms, 2 football fields and 2 swimming pools. The complex enjoys great tourist interest. Before the COVID-19 pandemic, the number of visitors was around 250 per day.

3- State of tourism in Gerlovo region and dynamization of its development

3.1. State of tourism in the Gerlovo region

Tourism is not a typical branch of the local economy in the Gerlovo region. It has tourism resources and potential, which unfortunately have not yet been exploited and are not fully utilized for income generation and sustainable local development. There are no officially registered and operating tour operators, travel agents and tourist associations on the territory of the district.

The main tourist flow can easily reach the area via the first-class road I-76 Shumen - Veliki Preslav - Varbitsa - Varbishki Prohod. As an alternative for the transport connectivity of Varbitsa, a road from the III-class road network in the direction - Varbitsa - Rishki Prohod is used. Access for tourists is possible from two more directions - along the route to the city of Kotel and the Kotlen pass through the village of Velichka and in the direction of Omurtag and Targovishte. There is no railway line built through the territory of the district and the nearest railway stations are in the city of Targovishte, which also has an airport, and the city of Smyadovo. The nearest international airports are in Varna (140 km) and Burgas (110 km).

In the past, the area (and especially the town of Varbitsa) was a well-known and preferred destination for short-term relaxation (recreation), balneology, ecological tourism, hunting and fishing. This is the reason why the district has a very well-built material base and tourist infrastructure. Unfortunately, over time this base has been neglected and abandoned, it is not maintained and in recent years the municipality has been visited by very few tourists. The best material base was built in the Varbitsa Resort Complex with a capacity of 1,690 beds, distributed as follows: Hotel complex - 100 beds; Camping - 120 beds; Motel - 100 beds; Camps for children - 350 beds; Departmental rest stations - 1020 beds. Much of this base is not maintained and is constantly crumbling. As of 2020, the following are operating in the resort complex: municipal hotel "Edelweiss", "Verbishki Prohod" hut, "Diviyat Peony" guest house and several departmental rest stations. Another designated recreation area on the territory of the municipality was built near the Ticha dam. The capacity there is about 550 beds, but the general condition is still not very good.

According to official statistics, the categorized accommodation places in the district as of 2019 are 6 with 128 beds and 49 rooms. The overnight stays in them in 2015 reached 8,977, but in 2019 they decreased to 1,928 - Table. 1. Other places of accommodation and shelter operate in the district, which have fewer beds and are not subject to mandatory categorization. The data in Tab. 1 cover only the categorized accommodations and hotels with more than 10 beds. The remaining smaller sites, huts and guest houses are not included in the NSI data.

Tabela 1: Activity in accommodation facilities in the Gerlovo region 2013-2019.

Year	Accommodations	Beds	Beds	Number of rooms	Realized nights
2013	5	120	36002	52	3757
2014	6	136	36498	62	4245
a2015	6	134	36638	56	8977
2016	5	126	31159	52	3740
2017	6	141	27143	57	1960
2018	7	158	35846	63	2055
2019	6	128	36710	49	1928

Source: NSI, 2021.

As of 2020, 16 places of accommodation and shelter are officially registered in the Gerlovo region. It should be borne in mind that the object of research by the National Statistical Institute (<https://nsi.bg/bg>, 2022) are all categorized and functional accommodations with 10 or more beds - hotels, campsites and other places for short-term accommodation (tourist and villa villages, lodges, private accommodation and apartments, rest stations, holiday bungalows, guest houses and other places for short-term accommodation). Camping Rest Base Sushina is located on the bank of the "Ticha" dam near the village of Sushina. It has 13 bungalows (4 large and 9 small). Outside the registers of the Municipality, the "Verbishki Prohod" hut, the "Forestry" hut, the "Rusalka" complex, the "Ticha" complex and several departmental rest stations in the resort complex function.

As of 2020, the district generally lacks many public catering establishments. They are mainly located in the municipality of Varbitsa. There is a restaurant in the "Verbitsa" hut, which offers game and traditional local specialties, and there is also a restaurant in the "Edelweiss" municipal hotel. In the center of the resort complex, there is a bistro-restaurant "Baboy", in the town of Varbitsa there is a coffee shop and several cafes in the villages. The district has the potential to successfully develop a fish restaurant, a game restaurant, a restaurant with Turkish cuisine and a restaurant for old Bulgarian food and drinks. The base of the "Shoumen camp" is in relatively good condition, which the Municipality of Varbitsa intends to restore and adapt as a place for holding green schools, outdoor lessons and summer camps for children and students. The municipality of Varbitsa also has a large unfinished building, near the mineral water, which, if a suitable investor is found, can be turned into a modern spa and balneological center. It is necessary to restore the existing material base, to renew the infrastructure and to maintain and manage it in order to attract tourists and to successfully develop this sector in the municipality (PIDM of Varbitsa, 2021).

3.2. Development of tourism in the Gerlovo region

For the growth and retention of tourist interest and confirmation of the destination, the provision of good tourist accessibility, including the “leading” and internal transport infrastructure, is of primary importance.

The subject of tourism management is the local government bodies in partnership with non-governmental organizations (community centers and independent groups, non-governmental organizations, local initiative groups, etc.), businesses and decentralized state institutions related to the development of tourism in the area. Unfortunately, no travel agencies and tour operators work in the area. They must be attracted from other regions. Almost all settlements have the potential to attract tourists and contribute to the development and enrichment of the local tourism product.

The main livelihood of people in small settlements is animal husbandry and agriculture. This valuable resource can be used to feed tourists and offer traditional cuisine from local produce in restaurants. This will help both to optimize costs in tourism and to shape a clearly expressed identity of the area, as well as to revive the municipal economy as a whole and develop accompanying activities and services. An integrated approach and strengthening of links between the tourism industry and local productions - agriculture, incl. and organic, food industry, etc.

To improve the quality of rural tourism, it is necessary to improve the general appearance of villages - squares, parks, streets, sidewalks, children's and sports grounds, entertainment and attractions. The connection between some villages and the walks to tourist sites in the area can be done by bicycle. It is necessary to place new signposts to reach the natural and cultural attractions. The resort complex “Verbitsa” also needs renovation of the infrastructures - alleys, asphalt pavements, stairs, maintenance of vegetation and improvement of the area. People and local communities are the most important resource for the development of any economic activity, including tourism. They are the basis of the organization, management and creation of tourist products and services. The quality of the tourist offer depends on their knowledge, skills and capacity. People are generators of innovative ideas for exploiting the tourist potential and diversifying the stay of tourists with different attractions.

In general, the district still lacks additional attractions and entertainment to diversify the stay of tourists. The quality of the tourist service depends entirely on the staff and is the joint responsibility of the educational system, municipalities and entrepreneurs in the field of tourism. To provide information to tourists in the destination, it is necessary to create a Tourist Information Center and an Internet portal with tourist information and prepared tour guides and guides for local sites and routes, including bicycle tourism, sports orientation, mountain guides, etc.

The sustainable development of tourism requires coordination, partnership and coordination of the actions of all interested parties and responsible institutions, including the Tourism Advisory Council. Providing the tourism industry with well-prepared personnel, professionals in various fields is one of the most important tasks for the development of the destination during the program period 2021-2027. Tourism has long become an economic and social phenomenon in the daily life of hundreds of millions of people. According to the World Tourism Organization, it remains one of the most dynamically developing sectors that will continue to grow.

In the future, entrepreneurs will encounter increasing difficulties in recruiting personnel and will be forced to attract personnel from other municipalities. This makes it necessary to offer adequate remuneration throughout the year, which is difficult given the seasonality of tourism and the lack of opportunities for an even occupancy of the bed base. The foreign language training of personnel is also a problem, which necessitates the organization of additional courses and trainings in order to develop international cooperation and increase foreign tourists. For the development of competitive tourism, it is necessary to provide the sector with quality and well-prepared personnel in a wide range of specialties. This can be solved by attracting trained personnel, organizing courses and trainings from the Labor Bureau, meeting the requirements of the labor market and the needs of the local tourism business.

Investments in the tourism sector and the promotion of the Gerlovo region as a tourist destination can have a positive impact on the economic revitalization of the area, the standard of living and the quality of the living environment. The successful development of tourism can create new jobs, both in the sector and in related activities and services, and make Gerlovo a more attractive place to work and live. The district has the potential to become a popular destination for health and balneological, mountain, ecological, rural tourism, recreation, short-term recreation, cultural-historical, api-tourism, hunting and fishing. The mission of the Municipal Administrations in this direction is to conduct a consistent and purposeful policy in the field of tourism, ensuring coordination and partnership between the public, private and non-governmental sectors and assisting in the promotion of the destination.

The main objective of the Tourism Development Programs, as an element of the Municipal Integral Development Plans, is to identify appropriate measures and activities for establishing the area on the regional tourist market as a popular destination for traditional and alternative forms of tourism, based on local resources and potential. In the period until 2027, the main tourist markets on which the district can be positioned are local and regional - joint tourist products with the first Bulgarian capital - Veliki Preslav and the neighboring municipality Smyadovo and attracting tourists from nearby areas - Shumen and Varna.

Unfortunately, the potential of the area has not been fully utilized to date and tourism remains one of the underdeveloped sectors of the local economy. At the same time, socioeconomic data indicate high unemployment and emigration of the population due to a lack of employment conditions and jobs. Measures are needed to promote tourism development in the area, attract investors to the sector, expand the basic infrastructure - accommodation and dining and entertainment facilities, and promote Gerlovo as a destination for recreation and leisure.

The development of tourism is an extremely important priority with a significant impact on economic growth and employment and a direct relationship to the quality of life. Tourism can play an essential role in building and consolidating a positive image of the area and enable the development of many ancillary activities and services that diversify the local economy and create jobs. The specific projects, activities, budget and deadlines for their implementation in the field of tourism are included in the Integrated Development Programs of the municipalities of Varbitsa, Kotel, Omurtag and Targovishte. In the Tourist Zoning Concept of Bulgaria from 2015, the municipality of Targovishte is included in the "Danube Plain" region, with the administrative center of Ruse. The municipality of Varbitsa, the municipality of Kotel and the municipality of Omurtag are included in the "Stara Planina" Region, with the administrative center in the city of Veliko Tarnovo.

The area specializes in mountain and ecotourism. His extended specialization includes: mountain hiking and recreational tourism; adventure and ecotourism; cultural-historical, festival and creative tourism; rural tourism; religious and pilgrimage tourism and mountain ski tourism. Given the well-developed beekeeping sector in the district, it also has significant potential in the field of api-tourism, which is in symbiosis with a large part of the other types of tourism, with which they will complement and support each other.

The development of sustainable tourism is among the main goals in the First Priority of the Integrated Territorial Strategy for the Development of the North-Eastern and South-Eastern Regions. The strategy states that the tourism industry has significant potential for expanding and diversifying the regional tourism product, through active and sustainable inclusion of the natural and cultural wealth. Diversification of the tourist product with specific types of tourism and with active inclusion of the tourist resources of the hinterland (the interior of the country) will contribute to overcoming the pronounced seasonality of recreational marine tourism.

The development of tourism in the region should be carried out through broad cooperation between all interested parties - the state, the Regional Development Council, regional and local authorities, business and tourist organizations, other public and non-governmental organizations. The favorable natural factors, the cultural heritage, the accumulated experience in the offered tourist services, the built tourist base to a significant extent help to expand the tourist industry and increase the income from tourism. Tourism can integrate and mobilize business circles and develop as a serious economic activity that diversifies the economy of the area while creating attractive jobs for young people.

For the program period 2021-2027, efforts in the field of tourism should be directed to the creation, development and promotion of an integrated local tourist product: "Varbitsa - the greatness of the Balkans and the glory of Krum - mountain health, healing water, rural and api- tourism, adventure and recreation on the banks of the Ticha Reservoir" including routes and packages for: mountain, adventure and ecotourism, balneological and health tourism, cultural and historical sites, areas for recreation and relaxation, hunting and fishing (ITSDNR; ITSDUSR, 2020).

4- Conclusion

Expected results of the implementation of policies for the dynamic development of tourism in the Gerlovo region are: creation and offering of a unique local tourist product, based on the specific resources and potential; increasing accommodation and shelter; increase in overnight stays, increase in income from tourism, increase in bed occupancy; increasing the average stay of tourists; increasing jobs in tourism and in related activities and services.

The actions of the interested parties - municipal, etc. organizations and investment projects in the field of regional tourism must stop the negative trends in development that are now being observed and help to raise the standard of living of the population and create new jobs. Achieving favorable development for the Gerlovo region can be achieved by using two main approaches - resource and investment.

The resource approach is aimed at maximum use of local tourism resources and potential. In the investment approach, state institutions, local authorities, private entrepreneurs and non-governmental organizations play an essential role in offering, developing and lobbying for the implementation of local and

foreign investments and for attracting financial resources for the implementation of investment projects for the successful and dynamic development of tourism in the Gerlovo area.

In addition to these two approaches, work must be done in two more directions: 1) provision of well-prepared personnel for work in tourism to ensure good and quality service to tourists and guests; 2) active marketing and advertising of the destination and local products and services on the Bulgarian and international market. Gerlovo Region has the potential and capacity to develop as a popular and attractive tourist destination, offering local resources as a single, branded unique tourist product, combining diverse forms of tourism and visitor attractions.

Policies are needed for sustainable, integrated tourist development of the Gerlovo region, attracting investors in the sector, improving and expanding the basic infrastructure, increasing the quality of the tourist offer and establishing it as a preferred destination for recreation and tourism. They will be achieved by using the available resources for the sustainable development of all types of tourism, for which there is potential in the territory of the district, emphasizing cultural-historical, ecological, sports, adventure, rural and api-tourism, hunting and fishing.

The offer of regional tourist services will be supplemented and diversified with opportunities for religious, festival and event tourism, training schools, weekend breaks and recreation, green schools, horse riding, etc. For the financial provision of the necessary measures and activities, the opportunities provided to the greatest extent by operational programs for regional development, strategies for the development of local communities and other Bulgarian financing programs, under which municipalities and local businesses are potential beneficiaries, can be used. Other community programs financed by EU funds and other national and international donor programs, the municipal budget, the republican budget, private investments and bank loans can be used as additional sources of funds.

5- Bibliography

LYBENOV, L. (2017). HoReKa as a market for agricultural products. *Collection of articles on the occasion of the 65th birthday of Prof. Dr. Ivan Markov*, Veliko Tarnovo, 155-161.

LYBENOV, L. (2018). Api-tourism in the Ruse region - myths and truths. *International scientific conference "Truths and lies about facts, news and events"*. Regional Library "Lyuben Karavelov", 9-14.

The integrated territorial strategy for the development of the North-East region. (2020), Sofia.

The integrated territorial strategy for the development of the Southeast region. (2020), Sofia.


The concept of tourism zoning of Bulgaria, Ministry of Tourism (2015), Sofia.

Red Book of the Republic of Bulgaria. (2022). Sofia. <http://e-ecodb.bas.bg/rdb/bg/vol2/> [Accessed January 20, 2022]

National Institute for Immovable Cultural Heritage. (2022). (Sofia), <http://ninkn.bg/> [Accessed January 25, 2022]

National Statistical Institute. (2022), Sofia. 22.03.2022. <https://nsi.bg/bg> [Accessed January 28, 2022]

Ministry of Environment and Water. (2022), (Sofia), www.moew.government.bg [Accessed January 30, 2022]



Faculdade de Letras da Universidade do Porto
2022